

**OS
CONDENADOS
DA TERRA**

**FRANTZ
FANON**

CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA



Coleção
PERSPECTIVAS DO HOMEM
Volume 42
Série Política

Direção de MOACYR FELIX

FRANTZ FANON

Os Condenados da Terra

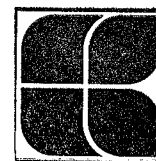
SBD-FFLCH-USP



273603

Prefácio de
JEAN-PAUL SARTRE

Tradução de
JOSÉ LAURÊNIO DE MELO



civilização
brasileira

*Exemplar
- 1973*

321.027
F 213dP
e. 3

415157

Título do original francês:

LES DAMNÉS DE LA TERRE

Copyright © 1961 by Maspero éditeur S.A.R.L.

Desenho de capa:

MARIUS LAURITZEN BERN

Diagramação e supervisão gráfica:

ROBERTO PONTUAL

Direitos para a língua portuguesa adquiridos pela
EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S.A.

Rua 7 de Setembro, 97

RIO DE JANEIRO

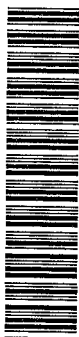
que se reserva a propriedade desta tradução.

1968

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

DEDALUS - Acervo - FFLCH



20900007707

Índice

PREFÁCIO de Jean-Paul Sartre 1

1. DA VIOLÊNCIA 23
Da violência no contexto internacional 75
 2. GRANDEZA E FRAQUEZAS DA ESPONTANEIDADE 87
 3. DESVENTURAS DA CONSCIÊNCIA NACIONAL 121
 4. SÔBRE A CULTURA NACIONAL 169
Fundamentos recíprocos da cultura nacional e das lutas de libertação 197
 5. GUERRA COLONIAL E PERTURBAÇÕES MENTAIS 209
Série A 216
Série B 230
Série C: Modificações afetivo-intelectuais e perturbações mentais após a tortura 239
Série D: Perturbações psicossomáticas 249
Da impulsividade criminal do norte-africano à guerra de libertação nacional 253
- CONCLUSÃO 269

PREFÁCIO

Jean-Paul Sartre

NÃO FAZ muito tempo a terra tinha dois bilhões de habitantes, isto é, quinhentos milhões de homens e um bilhão e quinhentos milhões de indígenas. Os primeiros dispunham do Verbo, os outros pediam-no emprestado. Entre aqueles a estes, régulos vendidos, feudatários e uma falsa burguesia pré-fabricada serviam de intermediários. As colônias a verdade se mostrava nua; as "metrópoles" queriam-na vestida; era preciso que o indígena as amasse. Como às mães, por assim dizer. A elite européia tentou engendrar um indigenato de elite; selecionava adolescentes, gravava-lhes na testa, com ferro em brasa, os princípios da cultura ocidental, metia-lhes na boca mordanças sonoras, expressões bombásticas e pastosas que grudavam nos dentes; depois de breve estada na metrópole, recambiava-os, adulterados. Essas contrafações vivas não tinham mais nada a dizer a seus irmãos; faziam eco; de Paris, de Londres, de Amsterdã lançávamos

palavras: "Partenon! Fraternidade!", e, num ponto qualquer da África, da Ásia, lábios se abriam: "... tenon! ... nidade!" Era a idade de ouro.

Isto acabou. As bocas passaram a abrir-se sôzinhas; as vozes amarelas e negras falavam ainda do nosso humanismo, mas para censurar a nossa desumanidade. Escutávamos sem desagrado essas cortesias manifestações de amargura. De início houve um espanto orgulhoso: Quê! Eles falam por eles mesmos! Vejam só o que fizemos dêles! Não duvidávamos que aceitassem o nosso ideal porquanto nos acusavam de não sermos fiéis a êle; por esta vez a Europa acreditou em sua missão; havia helenizado os asiáticos e criado esta espécie nova: os negros greco-latinos. Ajuntávamos, só para nós, astutos: deixemos que se esgoelem, isso os alivia; cão que ladra não morde.

Surgiu uma outra geração que alterou o problema. Seus escritores, seus poetas, com incrível paciência trataram de nos explicar que nossos valores não se ajustavam bem à verdade de sua vida, que não lhes era possível rejeitá-los ou assimilá-los inteiramente. Em suma, isso queria dizer: de nós fizestes monstros, vosso humanismo nos supõe universais e vossas práticas racistas nos particularizam. E nós os escutávamos despreocupados; os administradores coloniais não são pagos para ler Hegel, aliás lêem-no pouco, mas não precisam dêsse filósofo para saber que as consciências infelizes se emaranham nas próprias contradições. Nenhuma eficácia. Por conseguinte, perpetuemos-lhes a infelicidade, que dela não resultará coisa alguma. Se houvesse, diziam-nos os peritos, uma sombra de reivindicação em seus gemidos, outra não seria que a de integração. Não se trata de outorgá-la, é claro: isso arruinaria o sistema, que repousa, como se sabe, na superexploração. Mas bastaria acenar-lhes com essa patranha: viriam correndo. Quanto à possibilidade de revolta, estávamos tranqüilos. Que indígena consciente iria massacrar os filhos da Europa com o fim único de se tornar europeu como eles? Numa palavra, estimulávamos essas melancolias e não achamos mau, uma vez, conceder o prêmio Goncourt a um negro. Isto ocorreu antes de 39.

1961. Escutai: "Não percamos tempo com litanias estêreis ou mimetismos nauseabundos. Deixemos essa Europa que não cessa de falar do homem enquanto o massacra por toda

a parte onde o encontra, em tôdas as esquinas de suas próprias ruas, em tôdas as esquinas do mundo. Há séculos... que em nome de uma suposta 'aventura espiritual' vem asfixiando a quase totalidade da humanidade." Êste tom é nôvo. Quem ousa adotá-lo? Um africano, homem do Terceiro Mundo, antigo colonizado. Acrescenta êle: "A Europa adquiriu uma velocidade tão louca, tão desordenada... que a arrasta para o abismo, do qual é melhor que nos afastemos." Em outras palavras: ela está atolada. Uma verdade que não é boa de dizer mas da qual — não é mesmo, meus caros co-continentalis? — estamos todos intimamente convencidos.

Cumpra fazer uma ressalva, porém. Quando um francês, por exemplo, diz a outros franceses: "Estamos atolados!" — o que, pelo que sei, se verifica quase todos os dias desde 1930 — trata-se de um discurso passional, ardente de cólera e amor, em que o orador se compromete com todos os seus compatriotas. E depois geralmente acrescenta: "A menos que..." Sabe-se o que isto significa: é impossível enganar-se a êste respeito: se suas recomendações não forem seguidas à risca, então e sômente então o país se desintegrará. Enfim, é uma ameaça seguida de um conselho, e essas conversas chocam tanto menos quanto jorram da intersubjetividade nacional. Quando Fanon, ao contrário, diz que a Europa cava a própria ruína, longe de soltar um grito de alarma, apresenta um diagnóstico. Êste médico não pretende nem condená-la sem apelação — há tais milagres — nem lhe fornecer os meios de cura; constata que ela agoniza. De fora, baseando-se nos sintomas que pôde recolher. Quanto a tratá-la, não. Êle tem outras preocupações na cabeça; pouco se lhe dá que ela arrebente ou sobreviva. Por êste motivo, seu livro é escandaloso. E se murmurais, entre divertidos e embaraçados: "Que é que êle nos propõe?", deixais de perceber a verdadeira natureza do escândalo, uma vez que Fanon não vos "propõe" absolutamente nada; sua obra — tão abrasadora para outros — para vós permanece gelada; amiúde fala de vós, mas nunca a vós. Acabaram-se os Goncourt negros e os Nobel amarelos; não voltará mais o tempo dos laureados colonizados. Um ex-indígena "de língua francesa" sujeita esta língua a exigências novas, serve-se dela para dirigir-se apenas aos colonizados: "Indígenas de todos os países subdesenvolvidos, uni-vos!" Que rebaixamento: para os pais,

éramos os únicos interlocutores; os filhos nem nos consideram mais como interlocutores admissíveis: somos os objetos do discurso. Evidentemente Fanon menciona de passagem nossos crimes famosos, Sétif, Hanoi, Madagascar, mas não perde o seu tempo a condená-los; utiliza-os. Se desmonta as táticas do colonialismo, o complexo jogo das relações que unem e opõem os colonos aos "metropolitanos", faz isso *para seus irmãos*; seu objetivo é ensiná-los a dismantelar-nos.

Numa palavra, o Terceiro Mundo se descobre e se exprime por meio desta voz. Sabemos que ele não é homogêneo e que nele se encontram ainda povos subjugados, outros que adquiriram uma falsa independência, outros que se batem para conquistar a soberania, outros enfim que obtiveram a liberdade plena mas vivem sob a constante ameaça de uma agressão imperialista. Essas diferenças nasceram da história colonial, isto é, da opressão. Aqui a Metrópole contentou-se em pagar alguns feudatários; ali, dividindo para reinar, fabricou em bloco uma burguesia de colonizados; mais além matou dois coelhos de uma só cajadada: a colônia é ao mesmo tempo de exploração e povoamento. Assim a Europa multiplicou as divisões, as oposições, forjou classes e por vezes racismo, tentou por todos os meios provocar e incrementar a estratificação das sociedades colonizadas. Fanon não dissimula nada: para lutar contra nós, a antiga colônia deve lutar contra ela mesma. Ou melhor, as duas formas de luta são uma só. No fogo do combate, todas as barreiras interiores devem derreter-se. A impotente burguesia de negociantes e compradores, o proletariado urbano, sempre privilegiado, o *lumpenproletariat* das favelas, todos têm de se alinhar nas posições das massas rurais, verdadeiro reservatório do exército nacional e revolucionário; nas regiões cujo desenvolvimento foi deliberadamente sustado pelo colonialismo, o campesinato, quando se revolta, aparece logo como a classe *radical*: conhece a opressão nua, suporta-a muito mais que os trabalhadores das cidades e, para que não morra de fome, precisa nada menos que de um estouro de todas as estruturas. Triunfando, a Revolução nacional será socialista; detido seu ímpeto, a burguesia colonizada toma o poder, e o novo Estado, a despeito de uma soberania formal, continua nas mãos dos imperialistas. O exemplo de Katanga é bastante ilustrativo. Assim, a unidade do Terceiro Mundo não está concluí-

da: é um empreendimento em curso que passa pela união, em cada país, antes e também depois da independência, de todos os colonizados sob o comando da classe camponesa. Eis o que Fanon explica a seus irmãos da África, da Ásia, da América Latina: realizaremos todos em conjunto e por toda a parte o socialismo revolucionário ou seremos derrotados um a um por nossos antigos tiranos. Não dissimula nada, nem as fraquezas, nem as discórdias, nem as mistificações. Aqui o movimento começa mal; ali, após êxitos fulminantes, perde velocidade; noutra parte está parado: para que se reinicie, é necessário que os camponeses lancem sua burguesia ao mar. O leitor é severamente acautelado contra as alienações mais perigosas: o líder, o culto da personalidade, a cultura ocidental e, também, o retôrno do longínquo passado da cultura africana; a verdadeira cultura é a Revolução; isso quer dizer que ela se forja a quente. Fanon fala em voz alta; nós, os europeus, podemos ouvi-lo: a prova é que temos nas mãos este livro. Não teme ele que as potências coloniais tirem proveito de sua sinceridade?

Não. Não teme nada. Nossos processos estão peremptos; podem talvez retardar a emancipação mas não a impedir. E não imaginemos que poderemos reajustar os nossos métodos: o neocolonialismo, sonho preguiçoso das Metrópoles, é vão; as "Terceiras Forças" não existem ou são falsas burguesias que o colonialismo já colocou no poder. Nosso maquiavelismo tem poucos poderes sobre este mundo extremamente vigilante que desmascarou uma após outra as nossas mentiras. O colono só tem um recurso: a força, quando esta ainda lhe sobra; o indígena só tem uma alternativa: a servidão ou a soberania. Que importa a Fanon que leiamos ou não a sua obra? É a seus irmãos que ele denuncia nossas velhas artimanhas, para as quais não dispomos de sobressalentes. É a eles que Fanon diz: a Europa pôs as patas em nossos continentes, urge golpeá-las até que ela as retire; o momento nos favorece; nada acontece em Bizerta, em Elizabéthville, no deserto argelino, que não chegue ao conhecimento de toda a Terra; os blocos tomam partidos contrários, encaram-se com respeito; aproveitemos essa paralisia, entremos na história e que nossa irrupção a torne universal pela primeira vez; na falta de outras armas, a perseverança da faca será suficiente.

Europeus, abri este livro, entrai nele. Depois de alguns passos na noite, vereis estrangeiros reunidos ao pé do fogo, aproximai-vos, escutai: eles discutem a sorte que reservam às vossas feitorias, aos mercenários que as defendem. Eles vos verão talvez, mas continuarão a falar entre si, sem mesmo baixar a voz. Essa indiferença fustiga o coração: os pais, criaturas da sombra, vossas criaturas, eram almas mortas, vós lhes dispensáveis a luz, eles só se dirigiam a vós, e vós não perdieis tempo em responder a esses zumbis. Os filhos não fazem caso de vós; um fogo os ilumina e aquece, e vós vos sentireis furtivos, noturnos, transidos; a cada um a sua vez; nessas trevas de onde vai surgir uma outra aurora, os zumbis sois vós.

Nesse caso, direis, joguemos este livro pela janela. Por que temos de o ler se não foi escrito para nós? Por dois motivos. O primeiro é que Fanon vos explica a seus irmãos e desmonta para eles o mecanismo de nossas alienações; aproveitai para vos descobrir a vós mesmos em vossa verdade de objetos. Nossas vítimas nos conhecem por suas feridas e seus grilhões; é isto que torna seu testemunho irrefutável. Basta que nos mostrem o que fizemos delas para que conheçamos o que fizemos de nós. Isso é útil? Sim, visto que a Europa está na iminência de rebentar. Mas, direis vós ainda, vivemos na Metrópole e reprovamos os excessos. É verdade: não sois colonos, mas não sois melhores do que eles. São vossos pioneiros, vós os enviastes para o ultramar, eles vos enriqueceram; vós os tínheis prevenido: se fizessem correr muito sangue, vós os reprovaríeis com desdém; da mesma forma, um Estado — qualquer que seja — mantém no estrangeiro uma turba de agitadores, de provocadores e espiões, aos quais reprova quando são apanhados. Vós, tão liberais, tão humanos, que levais o amor da cultura até ao preciosismo, fingis esquecer que tendes colônias e que nelas se praticam mas-sacres em vosso nome. Fanon revela a seus camaradas — a alguns dentre eles, sobretudo, que continuam um pouco ocidentalizados demais — a solidariedade dos “metropolitanos” e de seus agentes coloniais. Tende a coragem de o ler, por esta primeira razão de que ele fará com que vos sintais envergonhados, e a vergonha, como disse Marx, é um sentimento revolucionário. Vêde: eu também não posso desprender-me da ilusão subjetiva. Eu também vos digo: “Tudo está

perdido, a menos que...” Europeu, furto o livro de um inimigo e faço dele um meio de curar a Europa. Aproveitai.

Eis o segundo motivo: se rejeitarmos a lenga-lenga fascista de Sorel, veremos que Fanon é o primeiro desde Engels a repor em cena a parteira da história. E não se creia que um sangue demasiado ardente ou desventuras da infância lhe tenham dado para a violência não sei que gosto singular: ele se faz o intérprete da situação, nada mais. Mas isso basta para que ele constitua, etapa por etapa, a dialética que a hipocrisia liberal oculta de nós e que nos produziu tanto quanto a ele.

No século passado a burguesia considerava os operários invejosos, corrompidos por apetites grosseiros, mas teve o cuidado de incluir esses selvagens em nossa espécie: se não fossem homens e livres, como poderiam vender livremente sua força de trabalho? Na França, na Inglaterra, o humanismo pretende ser universal.

Com o trabalho forçado, dá-se o contrário: nada de contrato; além disso, é preciso intimidar; patenteia-se portanto a opressão. Nossos soldados no ultramar rechaçam o universalismo metropolitano, aplicam ao gênero humano o *numerus clausus*; uma vez que ninguém pode sem crime espolar seu semelhante, escravizá-lo ou matá-lo, eles dão por assente que o colonizado não é o semelhante do homem. Nossa tropa de choque recebeu a missão de transformar essa certeza abstrata em realidade: a ordem é rebaixar os habitantes do território anexado ao nível do macaco superior para justificar que o colono os trate como bestas de carga. A violência colonial não tem somente o objetivo de garantir o respeito desses homens subjugados; procura desumanizá-los. Nada deve ser poupado para liquidar as suas tradições, para substituir a língua deles pela nossa, para destruir a sua cultura sem lhes dar a nossa; é preciso embrutecê-los pela fadiga. Desnutridos, enfermos, se ainda resistem, o medo concluirá o trabalho: assestam-se os fuzis sobre o camponês; vêm civis que se instalam na terra e o obrigam a cultivá-la para eles. Se resiste, os soldados atiram, é um homem morto; se cede, degrada-se, não é mais um homem; a vergonha e o temor vão fender-lhe o caráter, desintegrar-lhe a personalidade. A

coisa é conduzida a toque de caixa, por peritos: não é de hoje que datam os "serviços psicológicos". Nem a lavagem cerebral. E no entanto, malgrado tantos esforços, o objetivo não é atingido em parte nenhuma: no Congo, onde se cortavam as mãos dos negros, nem em Angola onde, bem recentemente, furavam-se os lábios dos descontentes para os fechar com cadeados. E não afirmo que seja impossível converter um homem num animal; digo que não se chega a tanto sem o enfraquecer consideravelmente; as bordoadas não bastam, é necessário recorrer à desnutrição. É o tédio, com a servidão. Quando domesticamos um membro de nossa espécie, diminuimos o seu rendimento e, por pouco que lhe demos, um homem reduzido à condição de animal doméstico acaba por custar mais do que produz. Por esse motivo os colonos vêm-se obrigados a parar a domesticação no meio do caminho: o resultado, nem homem nem animal, é o indígena. Derrotado, subalimentado, doente, amedrontado, mas só até certo ponto, tem ele, seja amarelo, negro ou branco, sempre os mesmos traços de caráter: é um preguiçoso, sonso e ladrão, que vive de nada e só reconhece a força.

Pobre colono: eis sua contradição posta a nu. Deveria, dizem, como faz o gênio, matar as vítimas de suas pilhagens. Mas isso não é possível. Não é preciso também que as explore? Não podendo levar o massacre até ao genocídio e a servidão até ao embrutecimento, perde a cabeça, a operação de desarranjo e uma lógica implacável há de conduzi-la até à descolonização.

Não de imediato. A princípio o europeu reina; já perdeu mas não se dá conta disso; ainda não sabe que os indígenas são falsos indígenas; atormenta-os, conforme alega, para destruir ou reprimir o mal que há nêles. Ao cabo de três gerações, seus instintos perniciosos não renascerão mais. Que instinto? Os que compelem os escravos a massacrar o senhor? Como não reconhece nisto a sua própria crueza voltada contra ele? A selvageria dos camponeses oprimidos, como não reencontra nela sua selvageria de colono, que eles absorveram por todos os poros e de que não estão curados? A razão é simples. Esse personagem arrogante, enlouquecido por todo o seu poder e pelo medo de o perder, já não se lembra realmente que foi um homem: julga-se uma chibata ou um fuzil; chegou a acreditar que a domesticação das "ra-

ças inferiores" se obtém através do condicionamento dos seus reflexos. Negligencia a memória humana, as recordações indeléveis; e depois, sobretudo, há isto que talvez ele jamais tenha sabido: nós não nos tornamos o que somos senão pela negação íntima e radical do que fizeram de nós. Três gerações? Desde a segunda, mal abriram os olhos, os filhos viram os pais ser espancados. Em termos de psiquiatria, ei-los "traumatizados". Para a vida interna. Mas essas agressões incessantemente renovadas, longe de os induzir à submissão, atiram-nos numa contradição insuportável pela qual cedo ou tarde o europeu pagará. Depois disso, o aprendizado a que por sua vez serão submetidos, aprendizado de humilhação, dor e fome, suscitará em seus corpos uma ira vulcânica cujo poder é igual ao da pressão que se exerce sobre eles. Será, dizeis vós, que só conhecem a força? Por certo; de início será apenas a do colono e, pouco depois, a deles, isto é, a mesma que recai sobre nós da mesma maneira que o nosso reflexo vem do fundo de um espelho ao nosso encontro. Não nos iludamos; por essa cólera louca, por essa bile e esse fel, por seu desejo permanente de nos matar, pela contração constante de músculos poderosos que têm medo de se esticar, eles são homens: *pelo* colono, que os quer servos, e contra ele. Cego ainda, abstrato, o ódio é seu único tesouro. O Patrão provoca-o porque procura bestializá-lo, falha em destruí-lo porque seus interesses o detêm a meio caminho. Assim, os falsos indígenas ainda são humanos, pela força e a impotência do opressor que se transformam nêles numa obstinada recusa à condição animal. Quanto ao mais, já se sabe: são preguiçosos, é claro, e isso é sabotagem. Dissimulados, ladrões, sem dúvida; seus pequenos furtos assinalam o começo de uma resistência ainda desorganizada. Isso não basta; para que se afirmem têm de investir desarmados contra os fuzis. Estes são os seus heróis, e outros se fazem homens assassinando europeus. São mortos. Bandidos e mártires, seu suplício exalta as massas aterrorizadas.

Aterrorizadas, sim. Neste novo momento a agressão colonial se interioriza em Terror entre os colonizados. Não me refiro somente ao temor que experimentam diante de nossos inesgotáveis meios de repressão como também ao que lhes inspira seu próprio furor. Estão entalados entre as armas que apontamos contra eles e as tremendas pulsões, os desejos

de carnificina que sobem do fundo do coração e que eles sempre reconhecem, porque não é de início a violência *dêles*, mas a nossa, voltada para trás, que se avoluma e os dilacera; e o primeiro movimento dêesses oprimidos é ocultar profundamente essa cólera inconfessável que a sua moral e a nossa reprovam e que, todavia, é o último reduto de sua humanidade. Leiamos Fanon: descobriremos que, no tempo de sua impotência, a loucura sanguinária é o inconsciente coletivo dos colonizados.

Essa fúria contida, que não se extravasa, anda à roda e destroça os próprios oprimidos. Para se livrarem dela, entrematam-se: as tribos batem-se umas contra as outras por não poderem atacar de frente o verdadeiro inimigo — e podemos contar com a política colonial para alimentar essas rivalidades; o irmão, empunhando a faca contra o irmão, acredita destruir, de uma vez por todas, a imagem detestada de seu aviltamento comum. Mas essas vítimas expiatórias não lhes aplacam a sede de sangue. Abstendo-se de marchar contra as metralhadoras, eles se tornarão nossos cúmplices: vão por sua própria autoridade acelerar os progressos dessa desumanização que lhes repugna. Sob o olhar divertido do colono, premunir-se-ão contra eles mesmos com barreiras sobrenaturais, ora reavivando velhos mitos terríveis, ora atando-se fortemente com ritos meticulosos; assim, o obsesso livra-se de sua exigência profunda abandonando-se a manias que o solicitam a todo instante. Dançam, e isto os ocupa, aliviando-lhes os músculos dolorosamente contraídos. De resto, a dança exprime por mímica, secretamente, muitas vezes sem que o saibam, o Não que não podem dizer, os homicídios que não se atrevem a cometer. Em certas regiões valem-se dêeste último recurso: a possessão. O que era outrora o fato religioso em sua simplicidade, uma certa comunicação do fiel com o sagrado, se transforma numa arma contra o desespero e a humilhação; os *zars*, as loas, os Santos descem nêles, governam-lhes a violência e a dissipam em transes até ao esgotamento. Ao mesmo tempo êsses altos personagens os protegem; isso quer dizer que os colonizados se defendem da alienação colonial voltando-se para a alienação religiosa. No fim de contas, o único resultado é a acumulação de duas alienações, cada qual reforçada pela outra. Assim, em certas psicoses, cansados de serem insultados todos os dias, os alu-

cinados imaginam de repente ouvir uma voz de anjo que os cumprimenta; por outro lado, não cessam as graçolas, que daí em diante alternam com a saudação. É uma defesa e é o fim de sua aventura: a pessoa está dissociada, o doente se encaminha para a demência. Acrescentemos, para alguns infelizes rigorosamente selecionados, essa outra possessão de que já falei anteriormente: a cultura ocidental. No lugar dêeles, direis vós, eu preferia meus *zars* à Acrópole. Bom, compreendestes. Não completamente, porém, porque não estais no lugar dêeles. Ainda não. De outro modo, saberíeis que não podem escolher e acumulam. Dois mundos, isso faz duas possessões: dançam a noite inteira e de manhã apinham-se na igreja para ouvir missa; a fenda aumenta sem parar. Nosso inimigo trai seus irmãos e se faz nosso cúmplice; seus irmãos fazem outro tanto. O indigenato é uma neurose introduzida e mantida pelo colono entre os colonizadores *com o consentimento dêeles*.

Reclamar e renegar, a um só tempo, a condição humana: a contradição é explosiva. Efetivamente explode, bem o sabemos. E vivemos no tempo da deflagração: quer o aumento da natalidade amplie a miséria, quer os recém-chegados devam reear viver um pouco mais que morrer, a torrente da violência derruba tôdas as barreiras. Na Argélia e em Angola os europeus são massacrados onde aparecem. É o momento do bumerangue, o terceiro tempo da violência: ela se volta contra nós, atinge-nos e, como das outras vêzes, não compreendemos que é a nossa. Os "liberais" ficam aparvalhados; reconhecem que não fomos bastante polidos com os indígenas, quê teria sido mais justo e mais prudente conceder-lhes certos direitos na medida do possível; eles pretendiam apenas ser admitidos em massa e sem padrinhos nesse clube fechadíssimo que é a nossa espécie; e eis que êsse desencadeamento bárbaro e louco não os poupa assim como não poupa os maus colonos. A Esquerda Metropolitana inquieta-se: conhece a verdadeira sorte dos indígenas, a opressão impiedosa de que são objeto, não lhes condena a revolta, sabendo que tudo fizemos para provocá-la. Mas, ainda assim, pensa ela, há limites: êsses guerrilheiros deveriam empenhar-se em mostrar certo cavalheirismo; seria o melhor meio de provar que são homens. Às vêzes ela os censura: "Vocês estão se excedendo, não os apoiaremos mais." Eles

não dão bola; ela bem que pode pegar êsse apoio e pendurar no pescoço. Desde que sua guerra começou, eles perceberam esta verdade rigorosa: nós todos valem pelo que somos, todos nos aproveitamos deles, e eles não têm que provar nada, não dispensarão tratamento de favor a ninguém. Um dever único, um único objetivo: combater o colonialismo por todos os meios. E os mais avisados dentre nós estariam, a rigor, prontos a admiti-lo mas não podem deixar de ver nessa prova de força o recurso inteiramente desumano de que se serviram os sub-homens para se fazer outorgar uma carta de humanidade: vamos concedê-la o mais depressa possível e que eles tratem então, por métodos pacíficos, de a merecer. Nossa bela alma é racista.

Ela só terá a lucrar com a leitura de Fanon. Essa violência irreprimível, ele o demonstra cabalmente, não é uma tempestade absurda nem a ressurreição de instintos selvagens e nem mesmo um efeito do ressentimento; é o próprio homem que se recompõe. Sabíamos, creio eu, e esquecemos esta verdade: nenhuma suavidade apagará as marcas da violência; só a violência é que pode destruí-las. E o colonizado se cura da neurose colonial passando o colono pelas armas. Quando sua raiva explode, ele reencontra sua transparência perdida e se conhece na medida mesma em que se faz; de longe consideramos a guerra como o triunfo da barbárie; mas ela procede por si mesma à emancipação progressiva do combatente, liquidando nêle e fora dêle, gradualmente, as trevas coloniais. Uma vez iniciada, é impiedosa. É necessário permanecer aterrorizado ou tornar-se terrível, quer dizer: abandonar-se às dissociações de uma vida falsificada ou conquistar a unidade natal. Quando os camponeses tocam nos fuzis, os velhos mitos empalidecem, e caem por terra, uma a uma, as interdições. A arma do combatente é a sua humanidade. Porque, no primeiro tempo da revolta, é preciso matar; abater um europeu é matar dois coelhos de uma só cajadada, é suprimir ao mesmo tempo um opressor e um oprimido: restam um homem morto e um homem livre; o sobrevivente, pela primeira vez, sente um solo *nacional* sob a planta dos pés. Nesse instante a Nação não se afasta dêle; ele a encontra aonde fôr, onde estiver — nunca mais longe, ela se confunde com sua liberdade. Mas, após a primeira surpresa, o exército colonial reage; então é necessário unir-se ou deixar-se

massacrar. As discórdias tribais atenuam-se, tendem a desaparecer, em primeiro lugar porque põem em perigo a Revolução e, mais profundamente, porque não tinham outra função que desviar a violência para falsos inimigos. Quando continuam — como no Congo — é porque são alimentadas pelos agentes do colonialismo. A Nação põe-se em marcha; para cada irmão ela está em toda a parte onde outros irmãos combatem. Seu amor fraternal é o inverso do ódio que eles nos votam: irmãos pelo fato de que cada um deles matou ou poderia de um instante para outro ter matado. Fanon mostra a seus leitores os limites da "espontaneidade", a necessidade e os perigos da "organização". Mas, seja qual fôr a imensidade da tarefa, a cada desdobramento da empreitada a consciência revolucionária se aprofunda. Desvanecem-se os derradeiros complexos: não nos venham falar no "complexo de dependência" do soldado do Exército de Libertação Nacional, Livre dos seus antolhos, o camponês toma conhecimento das suas necessidades; matavam-no mas ele tentava ignorá-las; descobre-as agora como exigências infinitas. Nessa violência popular — que dura cinco anos, oito anos como no caso dos argelinos — não se podem distinguir as necessidades militares, sociais e políticas. A guerra, suscitando o problema do comando e das responsabilidades, estabelece novas estruturas que serão as primeiras instituições da paz. Eis então o homem instaurado até em tradições novas, filhas futuras de um horrível presente, ei-lo legitimado por um direito que vai nascer, que nasce cada dia no fogo da batalha. Com o último colono morto, reembarcado ou assimilado, a espécie minoritária desaparece, cedendo o lugar à fraternidade socialista. E isso ainda não é suficiente: êsse combatente queima as etapas; cuidais que ele não arriscará a pele para se reencontrar ao nível do velho homem "metropolitano". Vede sua paciência: é possível que ele sonhe algumas vezes com um novo Dien-Bien-Phu; mas ficai certos de que não conta realmente com isto; é um mendigo lutando, em sua miséria, contra ricos poderosamente armados. Esperando as vitórias decisivas e muitas vezes sem nada esperar, atormenta seus adversários até ao enfado. Isso é inseparável de perdas tremendas; o exército colonial torna-se feroz: patrulhas, operações de limpeza, reagrupamentos, expedições punitivas; mulheres e crianças são massacradas. Sabe disto êsse homem nôvo; ele começa sua

vida de homem pelo fim; considera-se um morto virtual. Será morto, e não somente aceita o risco mas tem a certeza de que será eliminado. Esse morto virtual perdeu a mulher e os filhos e viu tantas agonias que antes quer vencer que sobreviver; outros aproveitarão a vitória, não ele, que está cansado demais. Contudo, essa fadiga do coração está no princípio de uma coragem inacreditável. Encontramos nossa humanidade do lado de cá da morte e do desespero, ele a encontra do lado de lá dos suplícios e da morte. Fomos os semeadores de ventos; ele é a tempestade. Filho da violência, extrai dela a cada instante a sua humanidade; fomos homens à custa dele; ele se faz homem à nossa custa. Um outro homem, de melhor qualidade.

Aqui Fanon faz alto. Mostrou o caminho; porta-voz dos combatentes, reclamou a união, a unidade do continente africano contra todas as discórdias e todos os particularismos. Atingiu seu objetivo. Se quisesse descrever integralmente o fato histórico da descolonização, teria de falar em nós, o que certamente não é seu propósito. Mas o livro, depois que o fechamos, continua a acossar-nos, apesar de seu autor, porque sentimos o vigor dos povos em revolução e respondemos com a força. Há portanto um novo momento da violência, e é para nós, desta vez, que temos de nos voltar porque ela nos está transformando na medida em que o falso indígena se transforma através dela. Cada qual poderá conduzir suas reflexões como quiser. Contanto, porém, que tenha isto em mente: na Europa de hoje, completamente aturdida com os golpes que lhe são desferidos na França, na Bélgica, na Inglaterra, a menor distração do pensamento é uma cumplicidade criminosa com o colonialismo. Este livro não precisava de prefácio, tanto menos porque não se dirige a nós. Contudo, eu lhe fiz um para levar a dialética até ao fim. É necessário que nós, europeus, nos descolonizemos, isto é, extirpemos, por meio de uma operação sangrenta, o colono que há em cada um de nós. Examinemo-nos, se tivermos coragem, e vejamos o que se passa conosco.

Encaremos primeiramente este inesperado: o *strip-tease* de nosso humanismo. Ei-lo inteiramente nu e não é nada belo: não era senão uma ideologia mentirosa, a requintada

justificação da pilhagem; sua ternura e seu preciosismo condicionavam nossas agressões. Têm boa aparência os não-violentos: nem vítimas nem verdugos! Vamos! Se não sois vítimas, quando o governo que referendastes num plebiscito e quando o exército em que serviram vossos jovens irmãos levaram a cabo, sem hesitação nem remorso, um "genocídio", sois indubitavelmente verdugos. E se escolheis ser vítimas, arriscar um ou dois dias de cadeia, escolheis simplesmente livrar-vos de uma embrulhada. Mas não vos livrareis; é mister permanecer nela até ao fim. De resto é necessário compreender isto: se a violência tivesse começado esta noite, se nunca a exploração nem a opressão tivessem existido na face da terra, talvez a não-violência alardeada pudesse apaziguar a contenda. Mas se o próprio regime e até os vossos não-violentos pensamentos estão condicionados por uma opressão milenar, vossa passividade só serve para vos colocar do lado dos opressores.

Sabeis muito bem que somos exploradores. Sabeis que nos apoderamos do ouro e dos metais e, posteriormente, do petróleo dos "continentes novos" e que os trouxemos para as velhas metrópoles. Com excelentes resultados: palácios, catedrais, capitais industriais; e quando a crise ameaçava, estavam ali os mercados coloniais para a amortecer ou desviar. A Europa, empanturrada de riquezas, concedeu *de jure* a humanidade a todos os seus habitantes; entre nós, um homem significa um cúmplice, visto que todos nós lucramos com a exploração colonial. Este continente gordo e lívido acabou por dar no que Fanon chama com justeza o "narcisismo". Cocteau irritava-se com Paris, "esta cidade que fala o tempo todo de si mesma". E a Europa, que faz ela? E esse monstro supereuropeu, a América do Norte? Que tagarelice: liberdade, igualdade, fraternidade, amor, honra, pátria, que sei eu? Isso não nos impedia de fazermos discursos racistas, negro sujo, judeu sujo etc. Bons espíritos, liberais e ternos — neocolonialistas em suma — mostravam-se chocados com essa inconseqüência; erro ou má-fé: nada mais conseqüente, em nosso meio, que um humanismo racista, uma vez que o europeu só pode fazer-se homem fabricando escravos e monstros. Enquanto houve um indígena, essa impostura não foi desmascarada; encontrávamos no gênero humano uma

abstrata postulação de universalidade que servia para encobrir práticas mais realistas: havia, do outro lado dos mares, uma raça de sub-homens que, graças a nós, em mil anos talvez, teria acesso à nossa condição. Em resumo, confundíamos o gênero com a elite. Hoje o indígena revela sua verdade; de repente, nosso clube tão fechado revela sua fraqueza: não passava de uma minoria. Há coisa pior: uma vez que os outros se fazem homens contra nós, fica evidente que somos os inimigos do gênero humano; a elite exhibe sua verdadeira natureza: uma quadrilha de bandidos. Quereis um exemplo? Lembrai-vos destas palavras grandiloquentes: como é generosa a França! Generosos, nós? E Sétif? E esses oito anos de guerra feroz que custaram a vida a mais de um milhão de argelinos? Mas compreendamos que não nos censuram por termos traído não sei que missão, pela boa razão de que não tínhamos nenhuma. É a própria generosidade que está em causa; essa bela palavra sonora só tem um sentido: estatuto outorgado. Para os novos homens emancipados que nos enfrentam, ninguém tem o poder nem o privilégio de dar nada a ninguém. Cada qual tem todos os direitos. Sobre todos. E nossa espécie, quando um dia se fizer a si mesma, não se definirá como a soma dos habitantes do globo mas como a unidade infinita de suas reciprocidades. Paro aqui. Concluireis o trabalho sem dificuldade. Basta que olheis de frente, pela primeira e última vez, as nossas aristocráticas virtudes; elas rebentam, e como sobreviveriam à aristocracia de sub-homens que as engendrou? Há alguns anos, um comentarista burguês — e colonialista — só achou isto para defender o Ocidente: “Nós não somos anjos, mas pelo menos temos remorsos.” Que confissão! Outrora nosso continente tinha outros sustentáculos: o Partenon, Chartres, os Direitos do Homem, a suástica. Sabemos agora o que valem e não pretendemos mais salvar-nos do naufrágio senão pelo sentimento muito cristão de nossa culpabilidade. É o fim, como vêdes: a Europa faz água por todos os lados. Que aconteceu então? Simplesmente isto: éramos os sujeitos da história e atualmente somos os objetos. Inverteu-se a correlação de forças, a descolonização está em curso; tudo o que nossos mercenários podem tentar é retardar-lhe a conclusão.

É preciso ainda que as velhas “Metrópoles” metam o bedelho, empenhando todas as suas forças numa batalha, de

antemão, perdida. Essa velha brutalidade colonial, que fez a glória duvidosa dos Bugeaud, vamos reencontrá-la, no fim da aventura, decuplicada, insuficiente. Envia-se o contingente para a Argélia, e ele lá se mantém há sete anos sem resultado. A violência mudou de sentido; vitoriosos, nós a exercíamos sem que ela parecesse alterar-nos: decompunha os outros e a nós, os homens, mas nosso humanismo continuava intacto; unidos pelo lucro, os metropolitanos batizavam com os nomes de fraternidade e amor a comunidade de seus crimes. Agora, a violência, por toda a parte bloqueada, volta-se contra nós através de nossos soldados, interioriza-se e nos possui. Começa a involução: o colonizado se recompõe e nós, fanáticos e liberais, colonos e “metropolitanos”, nós nos decomponemos. Já o furor e o medo estão nus; mostram-se a descoberto nas “pexotadas” de Argel. Onde estão agora os selvagens? Onde está a barbárie? Não falta nada, nem mesmo o tantã. As buzinas ritmam “Argélia Francesa” enquanto os europeus queimam vivos os muçulmanos. Não faz muito tempo, lembra Fanon, psiquiatras em Congresso afligiam-se com a criminalidade indígena. Esses homens se entrematam, diziam eles, isso não é normal; o córtex do argelino deve ser subdesenvolvido. Na África central outros estabeleceram que “o africano utiliza muito pouco seus lobos frontais”. Esses sábios achariam interessante prosseguir hoje sua investigação na Europa e particularmente entre os franceses. Porque nós também, de alguns anos para cá, devemos estar sofrendo de preguiça frontal: os Patriotas assassinam um pouco os seus compatriotas; em caso de ausência, fazem ir pelos ares o porteiro e a casa. É apenas um início: a guerra civil está prevista para o outono ou a próxima primavera. Nossos lóbulos, porém, parecem em perfeito estado. Não será que, por não poder esmagar o indígena, a violência se concentra, se acumula dentro de nós e procura uma saída? A união do povo argelino produz a desunião do povo francês: em todo o território da ex-metrópole as tribos dançam e preparam-se para o combate. O terror deixou a África para instalar-se aqui, porque há os furiosos que com toda a simplicidade querem obrigarnos a pagar com nosso sangue a vergonha de termos sido batidos pelo indígena e há também os outros, todos os outros, igualmente culpados — após Bizerta, após os linchamentos de setembro, quem foi à rua para dizer: chega? — mas bem mais

sossegados: os liberais, os duros dos duros da Esquerda mole. Nêles também a febre sobe. E o mau humor. Mas que cagaço! Mascaram a raiva sob mitos, sob ritos complicados; para retardar o ajuste de contas final e a hora da verdade, puseram à nossa frente um Grande Feiticeiro cuja função é manter-nos a todo custo na escuridão. Inútilmente; proclamada por uns, recalcada pelos outros, a violência voltaia: um dia explode em Metz, no outro em Bordéus; passou por aqui, passará por ali; é o jôgo do anel. Por nossa vez, passo a passo, percorremos o caminho que leva ao indigenato. Mas para que nos tornássemos inteiramente indígenas seria necessário que nosso solo fôsse ocupado pelos antigos colonizados e que morrêssemos de fome. Isto não acontecerá; não, é o colonialismo decaído que nos possui, é êle que nos cavalgará dentro em breve, decrépito e soberbo; aí estão nosso zar, nossa loa. E vós vos persuadireis, lendo o último capítulo de Fanon, que é preferível ser um indígena no pior momento da miséria que um ex-colono. Não é bom que um funcionário da polícia seja obrigado a torturar dez horas por dia; nessa marcha, seus nervos ficam abalados a menos que se proíba aos algôzes, em seu próprio interêsse, de fazer horas suplementares. Quando se quer proteger, com o rigor das leis, o moral da Nação e do Exército, não é bom que esta desmoralize sistematicamente aquela. Nem que um país de tradição republicana confie centenas de milhares de seus jovens a oficiais golpistas. Não é bom, meus compatriotas, vós que conheceis todos os crimes cometidos em nosso nome, não é realmente bom que não digamos nada a ninguém, nem sequer a nossa alma, por temor de têmos que nos julgar. A princípio ignoráveis, concedo, depois tivestes dúvidas, presente-mente sabeis, mas continuais calados. Oito anos de silêncio, isso degrada. E em vão: hoje o sol ofuscante da tortura está no zênite, alumia o país inteiro; sob essa luz não há mais um riso que soe justo, um rosto que não traia nossos desgostos e cumplicidades. Basta hoje que dois franceses se encontrem para que haja um cadáver entre êles. E quando eu digo: um... A França, outrora, era o nome de um país; tomemos cuidado para que não seja em 1961 o nome de uma neurose.

Nós nos curaremos? Sim. A violência, como a lança de Aquiles, pode cicatrizar as feridas que ela mesma fez. Hoje

estamos agrilhoados, humilhados, doentes de medo, arruinados. Felizmente isso ainda não é suficiente para a aristocracia colonialista; ela não pode concluir sua missão retardadora na Argélia enquanto não tiver primeiro acabado de colonizar os franceses. Recuamos cada dia diante da luta, mas ficai certos de que não a evitaremos: os matadores precisam dela e vão precipitar-se sobre nós e moer-nos de pau. Assim terminará o tempo dos feiticeiros e dos fetiches: ou nos batere-mos ou apodreceremos nas prisões. É o momento final da dialética: condenais esta guerra mas ainda não ousais declarar-vos solidários com os combatentes argelinos; não tendes medo, confiai nos colonos e mercenários; êles vos obrigarão a lutar. Talvez então, levados à parede, desenfreadeis enfim essa violência nova que velhos crimes requeitados suscitam em vós. Mas isto, como dizem, é outra história. A do homem. Aproxima-se o tempo, estou certo disso, em que nós nos juntaremos àqueles que a fazem.

Setembro de 1961

JEAN-PAUL SARTRE

I

Da Violência

LIBERTAÇÃO NACIONAL, renascimento nacional, restituição da nação ao povo, Commonwealth, quaisquer que sejam as rubricas utilizadas ou as novas fórmulas introduzidas, a descolonização é sempre um fenômeno violento. Em qualquer nível que a estudemos — encontros interindividuais, denominações novas dos clubes esportivos, composição humana das *cocktails-parties*, da polícia, dos conselhos administrativos dos bancos nacionais ou privados — a descolonização é simplesmente a substituição de uma “espécie” de homens por outra “espécie” de homens. Sem transição, há substituição total, completa, absoluta. Sem dúvida poder-se-ia igualmente mostrar o aparecimento de uma nova nação, a instalação de um novo Estado, suas relações diplomáticas, sua orientação política, econômica. Mas nós preferimos falar precisamente desse tipo de tábula rasa que caracteriza de saída toda descolonização. Sua importância invulgar decorre do fato de que ela constitui,

desde o primeiro dia, a reivindicação mínima do colonizado. Para dizer a verdade, a prova do êxito reside num panorama social transformado de alto a baixo. A extraordinária importância de tal transformação é ser ela querida, reclamada, exigida. A necessidade da transformação existe em estado bruto, impetuoso e coativo, na consciência e na vida dos homens e mulheres colonizados. Mas a eventualidade dessa mudança é igualmente vivida sob a forma de um futuro terrificante na consciência de uma outra "espécie" de homens e mulheres: os colonos.

A descolonização, que se propõe mudar a ordem do mundo, é, está visto, um programa de desordem absoluta. Mas não pode ser o resultado de uma operação mágica, de um abalo natural ou de um acôrdo amigável. A descolonização, sabemos-lo, é um processo histórico, isto é, não pode ser compreendida, não encontra a sua inteligibilidade, não se torna transparente para si mesma senão na exata medida em que se faz discernível o movimento historicizante que lhe dá forma e conteúdo. A descolonização é o encontro de duas forças congênitamente antagônicas que extraem sua originalidade precisamente dessa espécie de substantificação que segrega e alimenta a situação colonial. Sua primeira confrontação se desenrolou sob o signo da violência, e sua coabitação — ou melhor, a exploração do colonizado pelo colono — foi levada a cabo com grande refôrço de baionetas e canhões. O colono e o colonizado são velhos conhecidos. E, de fato, o colono tem razão quando diz que "os" conhece. É o colono que fez e continua a fazer o colonizado. O colono tira a sua verdade, isto é, os seus bens, do sistema colonial.

A descolonização jamais passa despercebida porque atinge o ser, modifica fundamentalmente o ser, transforma espectadores sobrecarregados de inessencialidade em atores privilegiados, colhidos de modo quase grandioso pela rodaviva da história. Introduce no ser um ritmo próprio, transmitido por homens novos, uma nova linguagem, uma nova humanidade. A descolonização é, em verdade, criação de homens novos. Mas esta criação não recebe sua legitimidade de ne-

nhum poder sobrenatural; a "coisa" colonizada se faz no processo mesmo — qual se liberta.

Há portanto descolonização a exigência de um reexame integral da situação colonial. Sua definição pode, se queremos descrevê-la com exatidão, estar contida na frase bem conhecida: "Os últimos serão os primeiros". A descolonização é a verificação desta frase. É por isto que, no plano da descrição, toda descolonização é um triunfo.

Exposta em sua nudez, a descolonização deixa entrever, através de todos os seus poros, granadas incendiárias e facas ensanguentadas. Porque se os últimos devem ser os primeiros isto só pode ocorrer em consequência de um combate decisivo e mortal, entre dois protagonistas. Esta vontade de fazer chegar os últimos à cabeça da fila, de os fazer subir com cadência (demasiado rápida, dizem alguns) os famosos escalões que definem uma sociedade organizada, só pode triunfar se se lançam na balança todos os meios, inclusive a violência, evidentemente.

Não se desorganiza uma sociedade, por mais primitiva que seja, com tal programa se não se está decidido desde o início, isto é, desde a formulação mesma deste programa, a destruir todos os obstáculos encontrados no caminho. O colonizado que resolve cumprir este programa, tornar-se o motor que o impulsiona, está preparado sempre para a violência. Desde seu nascimento percebe claramente que este mundo estreito, semeado de interdições, não pode ser reformulado senão pela violência absoluta.

O mundo colonial é um mundo dividido em compartimentos. Sem dúvida é superfluo, no plano da descrição, lembrar a existência de cidades indígenas e cidades européias, de escolas para indígenas e escolas para europeus, como é superfluo lembrar o *apartheid* na África do Sul. Entretanto, se penetrarmos na intimidade desta divisão, obteremos pelo menos o benefício de pôr em evidência algumas linhas de força que ela comporta. Este enfoque do mundo colonial, de seu arranjo, de sua configuração geográfica, vai permitir-nos

delimitar as arestas a partir das quais se há de reorganizar a sociedade descolonizada.

O mundo colonizado é um mundo cindido em dois. A linha divisória, a fronteira, é indicada pelos quartéis e delegacias de polícia. Nas colônias o interlocutor legal e institucional do colonizado, o porta-voz do colono e do regime de opressão é o gendarme ou o soldado. Nas sociedades de tipo capitalista, o ensino religioso ou leigo, a formação de reflexos morais transmissíveis de pai a filho, a honestidade exemplar de operários condecorados ao cabo de cinquenta anos de bons e leais serviços, o amor estimulado da harmonia e da prudência, formas estéticas do respeito pela ordem estabelecida, criam em torno do explorado uma atmosfera de submissão e inibição que torna consideravelmente mais leve a tarefa das forças da ordem. Nos países capitalistas, entre o explorado e o poder interpõe-se uma multidão de professores de moral, de conselheiros, de "desorientadores". Nas regiões coloniais, ao contrário, o gendarme e o soldado, por sua presença imediata, por suas intervenções diretas e freqüentes, mantêm contacto com o colonizado e o aconselham, a coronhadas ou com explosões de *napalm*, a não se mexer. Vê-se que o intermediário do poder utiliza uma linguagem de pura violência. O intermediário não torna mais leve a opressão, não dissimula a dominação. Exibe-as, manifesta-as com a boa consciência das forças da ordem. O intermediário leva a violência à casa e ao cérebro do colonizado.

→ A zona habitada pelos colonizados não é complementar da zona habitada pelos colonos. Estas duas zonas se opõem, mas não em função de uma unidade superior. Regidas por uma lógica puramente aristotélica, obedecem ao princípio da exclusão recíproca: não há conciliação possível, um dos termos é demais. A cidade do colono é uma cidade sólida, toda de pedra e ferro. É uma cidade iluminada, asfaltada, onde os caixotes do lixo regurgitam de sobras desconhecidas, jamais vistas, nem mesmo sondadas. Os pés do colono nunca estão à mostra, salvo talvez no mar, mas nunca ninguém está bastante próximo deles. Pés protegidos por calçados fortes, enquanto que as ruas de sua cidade são limpas, lisas, sem buracos, sem seixos. A cidade do colono é uma cidade saciada,

indolente, cujo ventre está permanentemente repleto de boas coisas. A cidade do colono é uma cidade de brancos, de estrangeiros.

A cidade do colonizado, ou pelo menos a cidade indígena, a cidade negra, a *médina*,* a reserva, é um lugar mal afamado, povoado de homens mal afamados. Ai se nasce não importa onde, não importa como. Morre-se não importa onde, não importa de quê. É um mundo sem intervalos, onde os homens estão uns sobre os outros, as casas umas sobre as outras. A cidade do colonizado é uma cidade faminta, faminta de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma cidade acororada, uma cidade ajoelhada, uma cidade acuada. É uma cidade de negros, uma cidade de árabes. O olhar que o colonizado lança para a cidade do colono é um olhar de luxúria, um olhar de inveja. Sonhos de posse. Todas as modalidades de posse: sentar-se à mesa do colono, deitar-se no leito do colono, com a mulher deste, se possível. O colonizado é um invejoso. O colono sabe disto; surpreendendo-o o olhar, constata amargamente mas sempre alerta: "Eles querem tomar o nosso lugar." É verdade, não há um colonizado que não sonhe pelo menos uma vez por dia em se instalar no lugar do colono.

Este mundo dividido em compartimentos, este mundo cindido em dois, é habitado por espécies diferentes. A originalidade do contexto colonial reside em que as realidades econômicas, as desigualdades, a enorme diferença dos modos de vida não logram nunca mascarar as realidades econômicas, as desigualdades, a enorme diferença dos modos de vida não logram nunca mascarar as realidades humanas. Quando se observa em sua imediatidade o contexto colonial, verifica-se que o que retalha o mundo é antes de mais nada o fato de pertencer ou não a tal espécie, a tal raça. Nas colônias a infraestrutura econômica é igualmente uma superestrutura. A causa é consequência: o indivíduo é rico porque é branco, é branco porque é rico. É por isso que as análises marxistas devem ser sempre ligeiramente distendidas cada vez que abordamos o problema colonial. Não há nem mesmo conceito de sociedade pré-capitalista, bem estudado por Marx, que não exigisse ser repensado aqui. O servo é de essência diferente da do cava-

* Cidade árabe ao lado da qual se erguem edificações para europeus.

leiro, mas uma referência ao direito divino é necessária para legitimar essa diferença estatutária. Nas colônias o estrangeiro vindo de qualquer parte se impôs com o auxílio dos seus canhões e das suas máquinas. A despeito do sucesso da domesticação, malgrado a usurpação, o colono continua sendo um estrangeiro. Não são as fábricas nem as propriedades nem a conta no banco que caracterizam em primeiro lugar a "classe dirigente". A espécie dirigente é antes de tudo a que vem de fora, a que não se parece com os autóctones, "os outros".

*A violência que presidiu ao arranjo do mundo colonial, que ritmou incansavelmente a destruição das formas sociais indígenas, que arrasou completamente os sistemas de referências da economia, os modos da aparência e do vestuário, será reivindicada e assumida pelo colonizado no momento em que, decidindo ser a história em atos, a massa colonizada se engolfar nas cidades interditas.*Fazer explodir o mundo colonial é doravante uma imagem de ação muito clara, muito compreensível e que pode ser retomada por cada um dos indivíduos que constituem o povo colonizado. Desmanchar o mundo colonial não significa que depois da abolição das fronteiras se vão abrir vias de passagem entre as duas zonas. Destruir o mundo colonial é, nem mais nem menos, abolir uma zona, enterrá-la profundamente no solo ou expulsá-la do território.

A discussão do mundo colonial pelo colonizado não é um confronto racional de pontos de vista. Não é um discurso sobre o universal, mas a afirmação desenfreada de uma singularidade admitida como absoluta. O mundo colonial é um mundo maniqueísta. Não basta ao colono limitar fisicamente, com o auxílio de sua polícia e de sua gendarmaria, o espaço do colonizado. Como que para ilustrar o caráter totalitário da exploração colonial, o colono faz do colonizado uma espécie de quintessência do mal.¹ A sociedade colonizada não é

¹ Mostramos em *Peau Noire, Masques Blancs* (edição de Seuil) o mecanismo desse mundo maniqueísta.

apenas descrita como uma sociedade sem valores. Não basta ao colono afirmar que os valores desertaram, ou melhor jamais habitaram, o mundo colonizado. O indígena é declarado impermeável à ética, ausência de valores, como também negação dos valores. E, ousemos confessá-lo, o inimigo dos valores. Neste sentido, é o mal absoluto. Elemento corrosivo, que destrói tudo o que dêle se aproxima, elemento deformador, que desfigura tudo o que se refere à estética ou à moral, depositário de forças maléficas, instrumento inconsciente e irrecuperável de forças cegas. E M. Meyer podia afirmar solenemente perante a Assembléia Nacional Francesa que não era necessário prostituir a República fazendo penetrar nela o povo argelino. Os valores, com efeito, se tornam irreversivelmente envenenados e pervertidos desde que entram em contacto com a população colonizada. Os costumes do colonizado, suas tradições, seus mitos, sobretudo seus mitos, são a própria marca desta indigência, desta depravação constitucional. Por isso é preciso colocar no mesmo plano o DDT que destrói os parasitas, portadores de doença, e a religião cristã que combate no nascedouro as heresias, os instintos, o mal. O retrocesso da febre amarela e os progressos da evangelização fazem parte do mesmo balanço. Mas os comunicados triunfantes das missões informam, na realidade, sobre a importância dos fermentos de alienação introduzidos no seio do povo colonizado. Falo da religião cristã e ninguém tem o direito de se espantar. A Igreja nas colônias é uma Igreja de Brancos, uma igreja de estrangeiros. Não chama o homem colonizado para a via de Deus mas para a via do Branco, a via do patrão, a via do opressor. E como sabemos, neste negócio são muitos os chamados e poucos os escolhidos.

Por vezes este maniqueísmo vai até ao fim de sua lógica e desumaniza o colonizado. A rigor, animaliza-o. E, de fato, a linguagem do colono, quando fala do colonizado, é uma linguagem zoológica. Faz alusão aos movimentos réptis do amarelo, às emanções da cidade indígena, às hordas, ao fedor, à pululação, ao bulício, à gesticulação. O colono, quando quer descrever bem e encontrar a palavra exata, recorre constantemente ao bestiário. O europeu raramente acerta nos termos "figurados". Mas o colonizado, que apreende o projeto do

colono, o processo preciso que se instaura, sabe imediatamente o que o outro pensa. Essa demografia galopante, essas massas históricas, êsses rostos de onde fugiu qualquer traço de humanidade, êsses corpos obesos que não se assemelham mais a nada, esta coorte sem cabeça nem cauda, essas crianças que dão a impressão de não pertencerem a ninguém, essa preguiça estendida ao sol, êsse ritmo vegetal, tudo isso faz parte do vocabulário colonial. O General de Gaulle fala das "multidões amarelas" e o Sr. Mauriac das massas negras, morenas e amarelas que dentro em pouco vão soltar as amarras. O colonizado sabe de tudo isso e dá uma gargalhada cada vez que aparece como animal nas palavras do outro. Pois sabe que não é um animal. E justamente, no instante mesmo em que descobre sua humanidade, começa a polir as armas para fazê-la triunfar.

Quando o colonizado passa a pensar em suas amarras, a inquietar o colono, enviam-lhe boas almas que, nos "Congressos de cultura", lhe expõem a especificidade, as riquezas dos valores ocidentais. Mas tôdas as vêzes que se trata de valores ocidentais produz-se, no colonizado, uma espécie de retesamento, de tetania muscular. No período da descolonização apela-se para a razão dos colonizados. Propõem-lhes valores seguros, explicam-lhes abundantemente que a descolonização não deve significar regressão, que é preciso apoiar-se em valores experimentados, sólidos, citados. Ora, acontece que quando ouve um discurso sobre a cultura ocidental, o colonizado saca da faca de mato ou pelo menos se certifica de que a tem ao alcance da mão. A violência com que se afirmou a supremacia dos valores brancos, a agressividade que impregnou o confronto vitorioso desses valores com os modos de vida ou de pensamento dos colonizados fazem com que, por uma justa reviravolta das coisas, o colonizado ria com escárnio ante a evocação de tais valores. No contexto colonial, o colono só dá por findo seu trabalho de desancamento do colonizado quando êste último reconhece em voz alta e inteligível a supremacia dos valores brancos. No período de descolonização a massa colonizada zomba desses mesmos valores, insulta-os, vomita-os.

De ordinário êste fenômeno é dissimulado porque, durante o período de descolonização, certos intelectuais colonizados estabeleceram um diálogo com a burguesia do país colonialista. No curso desse período, a população autóctone é percebida como massa indistinta. As poucas individualidades indígenas que os burgueses colonialistas tiveram ocasião de conhecer aqui e ali não pesam suficientemente sobre esta percepção imediata para dar origem a nuances. Durante o período de libertação, pelo contrário, a burguesia colonialista busca febrilmente contactos com as "elites". É com estas elites que se trava o conhecido diálogo sobre os valores. Ao dar-se conta da impossibilidade de manter seu domínio nos países coloniais, a burguesia colonialista resolve iniciar um combate de retaguarda no terreno da cultura, dos valores, das técnicas etc. Ora, é preciso nunca perder de vista que a imensa maioria dos povos colonizados é impermeável a êsses problemas. Para a população colonizada o valor mais essencial, por ser o mais concreto, é em primeiro lugar a terra: a terra que deve assegurar o pão e, evidentemente, a dignidade. Mas esta dignidade nada tem que ver com a dignidade da "pessoa humana". Dessa pessoa humana ideal jamais ouviu falar. O que o colonizado viu em seu solo é que podiam impunemente prendê-lo, espancá-lo, matá-lo à fome; e nenhum professor de moral, nenhum cura, jamais veio receber as pancadas em seu lugar nem partilhar com êle o seu pão. Para o colonizado, ser moralista é, de modo bem concreto, impor silêncio à soberba do colono, despedaçá-lo a violência ostentosa, numa palavra: expulsá-lo francamente do panorama. O decantado princípio que quer que todos os homens sejam iguais achará sua ilustração nas colônias assim que o colonizado se apresentar como o igual do colono. Mais um passo e êle quererá bater-se para ser mais que o colono. De fato já decidiu substituir o colono, tomar-lhe o lugar. Como se vê, é todo um universo material e moral que se desmorona. Por seu turno, o intelectual que seguiu o colonialista no plano do universal abstrato vai lutar para que o colono e colonizado possam viver em paz num mundo novo. Mas o que não percebe, exatamente porque o colonialismo se infiltrou nêle com todos os seus modos de pensar, é que o colono, uma vez desaparecido o contexto colonial, não tem mais interesse em ficar, em coexistir. Não é por acaso que, antes mes-

mo de qualquer negociação entre o Governo argelino e o Governo francês, a minoria européia dita "liberal" já anunciou sua posição: reclama, nem mais nem menos, a dupla cidadania. É que no plano abstrato pretende-se condenar o colono a dar um salto bastante concreto no desconhecido. Digamo-lo: o colono sabe perfeitamente que nenhuma fraseologia se substitui ao real.

Então o colonizado descobre que sua vida, sua respiração, as pulsações de seu coração são as mesmas do colono. Descobre que uma pele de colono não vale mais do que uma pele de indígena. Essa descoberta introduz um abalo essencial no mundo. Dela decorre toda a nova e revolucionária segurança do colonizado. Se, com efeito, minha vida tem o mesmo peso que a do colono, seu olhar não me fulmina, não me imobiliza mais, sua voz já não me petrifica. Não me perturbo mais em sua presença. Na verdade eu o contrario. Não somente sua presença deixa de me intimidar como também já estou pronto para lhe preparar tais emboscadas que dentro de pouco tempo não lhe restará outra saída senão a fuga.

O contexto colonial já o dissemos, caracteriza-se pela dicotomia que inflige ao mundo. A descolonização unifica este mundo, exaltando-lhe por uma decisão radical a heterogeneidade, conglobando-o à base da nação, às vezes da raça. Todos conhecemos o dito feroz dos patriotas senegaleses evocando as manobras de seu Presidente Senghor: "Reclamamos a africanização dos quadros, e eis que Senghor africaniza os europeus". Isto quer dizer que o colonizado tem possibilidade de perceber numa imediatidade absoluta se a descolonização ocorreu ou não: o mínimo exigido é que os últimos se tornem os primeiros.

Mas o intelectual colonizado oferece variantes a essa exigência e, de fato, parece que não lhe faltam motivações: quadros administrativos, quadros técnicos, especialistas. Ora, o colonizado interpreta essas preterições como outras tantas manobras de sabotagem, e não é raro ouvir-se, aqui e ali, um colonizado declarar: "Não valia a pena, então, ser independente..."

Nas regiões colonizadas onde se travou uma verdadeira luta de libertação, onde correu o sangue do povo e onde a du-

ração da fase armada favoreceu o refluxo dos intelectuais às bases populares, assiste-se a uma indiscutível erradicação da superestrutura bebida por esses intelectuais nos meios burgueses colonialistas. Em seu monólogo narcisista, a burguesia colonialista, por intermédio de seus universitários, havia de fato inculcado profundamente no espírito do colonizado que as essências permanecem eternas a despeito de todos os erros atribuíveis aos homens. As essências ocidentais, bem entendido. O colonizado aceitava o fundamento dessas idéias, e era possível descobrir, numa dobra de seu cérebro, uma sentinela vigilante encarregada de defender o alicerce greco-latino. Ora, acontece que, durante a luta de libertação, no momento em que o colonizado retoma o contacto com seu povo, essa sentinela factícia é pulverizada. Todos os valores mediterrâneos, triunfo da pessoa humana, da clareza e do Belo, convertem-se em inquietudes sem vida e sem cor. Todos esses discursos aparecem como agregados de palavras mortas. Esses valores que pareciam enobrecer a alma revelam-se inúteis porque não se referem ao combate concreto no qual o povo está engajado.

E antes de tudo o individualismo. O intelectual colonizado aprendera com seus mestres que o indivíduo deve afirmar-se. A burguesia colonialista introduzira a golpes de pilão no espírito do colonizado a idéia de uma sociedade de indivíduos em que cada um se encerra em sua subjetividade, em que a riqueza é a do pensamento. Ora, o colonizado que tiver a sorte de se entranhar no povo durante a luta de libertação descobrirá a falsidade dessa teoria. As formas de organização da luta logo lhe proporão um vocabulário insólito. O irmão, a irmã, o camarada são palavras proscritas pela burguesia colonialista porque, para ela, meu irmão é meu bolso, meu camarada é minha comilança. O intelectual colonizado assiste, numa espécie de auto-de-fé, a destruição de todos os seus ídolos: o egoísmo, a recriminação orgulhosa, à imbecilidade infantil de quem quer ter sempre a última palavra. Esse intelectual colonizado, atomizado pela cultura colonialista, descobrirá igualmente a consistência das assembleias de aldeias, a densidade das comissões do povo, a extraordinária fecundidade das reuniões de quarteirão e de célula. O interesse de cada um não cessa mais de ser doravante o interesse de todos porque, concretamente, serão todos descobertos pelos legio-

nários e portanto massacrados, ou serão *todos* salvos. Neste contexto, o "jeitinho", forma atêia de salvação, está proibido.

De certo tempo para cá fala-se muito em autocrítica, mas será que se sabe que ela é, antes de tudo, uma instituição africana? Seja nas *djemaas* da África do Norte ou nas reuniões da África Ocidental, manda a tradição que os conflitos surgidos numa aldeia sejam debatidos em público. Autocrítica em comum, é certo, mas com uma nota de humor porque todo o mundo está à vontade, porque em última análise todos queremos as mesmas coisas. O cálculo, os silêncios insólitos, as segundas intenções, o espírito subterrâneo, o segrêdo, tudo isso o intelectual vai abandonando à medida que imerge no povo. E é verdade que se pode dizer então que a comunidade triunfa já neste nível, que ela segrega sua própria luz, sua própria razão.

Mas pode acontecer que a descolonização se efetue nas regiões que não foram suficientemente abaladas pela luta de libertação e que se encontrem aí os mesmos intelectuais ladinos, astutos, arditos. Nêles continuarão intactas as normas de conduta e as formas de pensamento acumuladas no curso de sua convivência com a burguesia colonialista. Meninos mimados ontem pelo colonialismo, hoje pela autoridade nacional, eles organizam a pilhagem dos poucos recursos nacionais. Implacáveis, erguem-se por meio das mamatas ou dos roubos legais — operações de importação e exportação, sociedades anônimas, especulações na bolsa, cavações — acima dessa miséria hoje nacional. Reclamam com insistência a nacionalização das atividades comerciais, isto é, a reserva dos mercados e das boas oportunidades exclusivamente para os nacionais. Doutrinalmente, proclamam a necessidade imperiosa de nacionalizar o roubo da nação. Nessa aridez do período nacional, na fase dita de austeridade, o sucesso de suas rapinagens provoca rapidamente a cólera e a violência do povo. Este povo miserável e independente, no atual contexto africano e internacional, chega à consciência social numa cadência acelerada. Isso não tardará a ser compreendido pelas pequenas individualidades.

Para assimilar a cultura do opressor e aventurar-se nela, o colonizado teve de fornecer garantias. Entre outras coisas,

teve de fazer suas as formas de pensamento da burguesia colonial. Isso se verifica na incapacidade do intelectual colonizado para dialogar. Porque não sabe fazer-se inessencial em face do objeto ou da idéia. Em compensação, quando milita no seio do povo, vai de surpresa em surpresa. É literalmente desarmado pela boa-fé e pela honestidade do povo. O risco permanente que o espreita é então o de fazer populismo. Converte-se numa espécie de amenista que aprova cada frase do povo, logo transformada por ele em sentença. Mas o felá, o desempregado, o faminto, não se gaba de ter a verdade. Não diz que é a verdade, porque o é em seu próprio ser.

Objetivamente, o intelectual se comporta neste período como um oportunista vulgar. Suas manobras, na realidade, não cessaram. Para o povo não se trata nunca de o rechaçar ou encurrálar. O que o povo exige é que se ponha tudo em comum. A inserção do intelectual na maré popular será retardada pela existência nêle de um curioso culto do detalhe. Não é que o povo seja refratário à análise. Gosta de receber explicações, gosta de compreender as articulações de um argumento, gosta de ver para onde vai. Mas o intelectual colonizado, no início de sua coabitação com o povo, privilegia o detalhe e chega a esquecer a derrota do colonialismo, o objeto mesmo da luta. Arrastado pelo movimento multiforme da luta, tende a fixar-se em tarefas locais, levadas por diante com ardor mas quase sempre com exagerada solenidade. Nem sempre vê o todo. Introduce a noção de disciplinas, de especialidades, de domínios, nessa terrível máquina de misturar e triturar que é uma revolução popular. Empenhado em determinados pontos da frente de combate, acontece-lhe perder de vista a unidade do movimento e, em caso de revés local, deixar-se levar pela dúvida e até mesmo pelo desespero. O povo, ao contrário, adota de saída posições globais. A terra e o pão: que fazer para ter a terra e o pão? E este aspecto obstinado, aparentemente limitado, estreito, do povo é em definitivo o modelo operativo mais fecundo e mais eficaz.

O problema da verdade deve também reter a nossa atenção. No seio do povo a verdade sempre pertence aos nacionais. Nenhuma verdade absoluta, nenhum discurso sobre a transparência da alma pode esboroar esta posição. À mentira

da situação colonial o colonizado responde com uma mentira igual. O comportamento é franco com os nacionais, crispado e ilegível com os colonos. Autêntico é tudo aquilo que precipita o desmoronamento do regime colonial, que favorece a emergência da nação. Autêntico é o que protege os indígenas e arruína os estrangeiros. No contexto colonial não há conduta de verdade. E o bem é simplesmente o que prejudica o colono.

Vemos portanto que o maniqueísmo primeiro que regia a sociedade colonial conserva-se intacto no período de colonização. É que o colono jamais deixa de ser o inimigo, o antagonista, mais exatamente ainda, o homem a abater. O opressor, em sua zona, faz existir o movimento, movimento de dominação, de exploração, de pilhagem. Na outra zona, a coisa colonizada, oprimida, espoliada, alimenta como pode esse movimento, que vai sem transição dos confins do território aos palácios e às docas da "metrópole". Nesta zona coagulada, a superfície está parada, a palmeira se balança diante das nuvens, as ondas do mar ricocheteiam nas pedras, as matérias-primas vão e vêm, legitimando a presença do colono, enquanto que acorador, mais morto do que vivo, o colonizado se eterniza num sonho que é sempre o mesmo. O colono faz a história. Sua vida é uma epopéia, uma odisséia. Ele é o começo absoluto: "Esta terra, fomos nós que a fizemos". É a causa contínua: "Se partirmos, tudo estará perdido, esta terra regressará à Idade Média". Diante dele, os seres embotados, atormentados interiormente pelas febres e pelos "costumes ancestrais", constituem um quadro quase mineral no dinamismo inovador do mercantilismo colonial.

O colono faz a história e sabe que a faz. E porque se refere constantemente à história de sua metrópole, indica de modo claro que ele é aqui o prolongamento dessa metrópole. A história que escreve não é portanto a história da região por ele saqueada, mas a história de sua nação no território explorado, violado e esfaimado. A imobilidade a que está condenado o colonizado só pode ter fim se o colonizado se dispuser a por termo à história da colonização, à história da pilhagem, para criar a história da nação, a história da descolonização.

Mundo compartimentado, maniqueísta, imóvel, mundo de estátuas: a estátua do general que efetuou a conquista, a estátua do engenheiro que construiu a ponte. Mundo seguro de si, que esmaga com suas pedras os lombos esfolados pelo chicote. Eis o mundo colonial. O indígena é um ser encurralado, o *apartheid* é apenas uma modalidade da compartimentação do mundo colonial. A primeira coisa que o indígena aprende é a ficar no seu lugar, não ultrapassar os limites. Por isso é que os sonhos do indígena são sonhos musculares, sonhos de ação, sonhos agressivos. Eu sonho que dou um salto, que nado, que corro, que subo. Sonho que estouro na gargalhada, que transponho o rio com uma perna, que sou perseguido por bandos de veículos que não me pegam nunca. Durante a colonização, o colonizado não cessa de se libertar entre nove horas da noite e seis horas da manhã.

Esta agressividade sedimentada nos músculos, vai o colonizado manifestá-la primeiramente contra os seus. É o período em que os negros brigam entre si e os policiais, os juizes de instrução exasperam-se ante a assombrosa criminalidade norte-africana. Veremos mais adiante o que se deve pensar desse fenômeno.² Em face do dispositivo colonial o colonizado se acha num estado de tensão permanente. O mundo do colono é um mundo hostil, que rejeita, mas ao mesmo tempo é um mundo que causa inveja. Vimos que o colonizado sonha sempre em se instalar no lugar do colono. Não em se tornar um colono, mas em substituir o colono. Esse mundo hostil, pesado, agressivo, pois que rechaça com tôdas as suas asperezas a massa colonizada, representa não o inferno do qual todos desejariam afastar-se o mais depressa possível mas um paraíso ao alcance da mão, protegido por terríveis molossos.

O colonizado está sempre atento porque, decifrando com dificuldade os múltiplos signos do mundo colonial, jamais sabe se passou ou não do limite. Diante do mundo arranjado pelo colonialista, o colonizado a todo momento se presume culpado. A culpabilidade do colonizado não é uma culpabilidade assumida, é, antes, uma espécie de maldição, de espada de Dâmoçles. Ora, no mais fundo recessos de seu ser, o colo-

² "Guerra colonial e perturbações mentais", capítulo 5.

nizado não reconhece nenhuma jurisdição. Está dominado, mas não domesticado. Está inferiorizado, mas não convencido de sua inferioridade. Espera pacientemente que o colono relaxe a vigilância para lhe saltar em cima. Em seus músculos, o colonizado está sempre à espera. Não se pode dizer que esteja inquieto, que esteja aterrorizado. Na realidade está sempre pronto a abandonar seu papel de caça para tomar o de caçador. O colonizado é um perseguido que sonha permanentemente em se tornar perseguidor. Os símbolos sociais — gendarmes, cornetas soando nos quartéis, desfiles militares e a bandeira arvorada — são ao mesmo tempo inibitivos e excitantes. Não significam: "Não se mexa", mas: "Prepare bem o seu golpe". É, de fato, se o colonizado tivesse tendência para adormecer, para esquecer, a arrogância do colono e seu cuidado de pôr à prova a solidez do sistema colonial, lembrar-lhe-iam com muita frequência que o grande confronto não poderia ser indefinidamente adiado. Esse impulso para tomar o lugar do colono constitui a tensão muscular de todos os instantes. Sabe-se, com efeito, que em condições emocionais dadas, a presença do obstáculo acentua a tendência ao movimento.

As relações colono-colonizado são relações de massa. Ao número o colono opõe sua força. O colono é um exibicionista. Sua preocupação de segurança leva-o a lembrar em alta voz ao colono que "o patrão aqui sou eu". O colono alimenta a cólera do colonizado e sufoca-a. O colonizado está preso nas malhas apertadas do colonialismo. Mas vimos que no interior o colono logra apenas uma pseudopetrificação. A tensão muscular do colonizado libera-se periodicamente em explosões sangüinárias: lutas tribais, lutas de sobas, lutas entre indivíduos.

Ao nível dos indivíduos assiste-se a uma verdadeira negação do bom senso. Enquanto o colono ou o policial podem a qualquer momento espancar o colonizado, insultá-lo, fazê-lo ajoelhar-se, vê-se o colonizado sacar a faca ao menor gesto hostil ou agressivo de outro colonizado. Porque o último recurso do colonizado é defender sua personalidade diante de seu congêneres. As lutas tribais apenas perpetuam velhas animosidades afundadas na memória. Lançando-se impetuosa-

mente em suas vinganças, o colonizado busca persuadir-se de que o colonialismo não existe, que tudo se passa como antes, que a história continua. Aprendemos aí em plena evidência, ao nível das coletividades, as costumeiras condutas de abstenção, como se o mergulho neste sangue fraternal permitisse não ver o obstáculo e adiar para mais tarde a opção inevitável, aquela que desemboca na luta armada contra o colonialismo. Autodestruição coletiva bastante concreta nas lutas tribais — tal é portanto uma das vias por onde se libera a tensão muscular do colonizado. Todos esses comportamentos são reflexos de morte em face do perigo, condutas-suicidas que permitem ao colono, cuja vida e domínio se acham assim mais consolidados, verificar na mesma ocasião que esses homens não são racionais. O colonizado consegue igualmente, por meio da religião, não ter em conta o colono. Através do fatalismo, toda a iniciativa é arrebatada ao opressor, atribuindo-se a Deus a causa dos males, da miséria, do destino. Dessa maneira o indivíduo aceita a dissolução decidida por Deus, avilta-se diante do colono e diante da sorte e, por uma espécie de reequilíbrio interior, chega a uma serenidade de pedra.

Entretém-se, porém, a vida continua, e é através dos mitos terríficos, tão prolíficos nas sociedades subdesenvolvidas, que o colonizado vai extrair inibições para sua agressividade; gênios malfazejos que intervêm todas as vezes que a gente se move de traves, homens-leopards, homens-serpentes, cachorros de seis patas, zumbis, toda uma gama inesgotável de animalejos ou de gigantes dispõe em torno do colonizado um mundo de proibições, de barreiras, de interdições muito mais aterrorizantes que o mundo colonialista. Esta superestrutura mágica que impregna a sociedade indígena desempenha, no dinamismo da economia libidinal, funções precisas. Com efeito, uma das características das sociedades subdesenvolvidas é que a libido é antes de tudo uma questão de grupo, de família. É conhecido este traço, bem descrito pelos etnólogos, de sociedades em que o homem que sonha que tem relações sexuais com uma mulher que não é a sua deve confessar publicamente este sonho e pagar um tributo em gêneros ou em dias de trabalho ao marido ou à família lesada. O que prova, diga-se de passagem, que as chamadas sociedades pré-históricas atribuem grande importância ao inconsciente.

S. Ambulô

A atmosfera de mito e magia, causando-me medo, comporta-se como uma realidade indubitável. Aterrorizando-me, ela me integra nas tradições, na história de minha região ou de minha tribo, mas ao mesmo tempo me tranquiliza, me dá um estatuto, um certificado de estado civil. O plano do mistério, nos países subdesenvolvidos, é um plano coletivo que depende exclusivamente da magia. Quando me enredo nessa teia inextricável onde os atos se repetem com uma permanência cristalina, é a perenidade de um mundo meu, de um mundo nosso que dessa maneira se afirma. Os zumbis, acreditei-me, são mais terríficos do que os colonos. E o problema, então, não consiste mais em executar as ordens do mundo blindado do colonialismo mas em refletir três vezes antes de urinar, de cuspir ou de sair de noite.

As forças sobrenaturais, mágicas, revelam-se espantosamente enraizadas em meu eu. As forças do colono apresentam-se infinitamente amesquinhas, marcadas de estraneidade. Na realidade, não se vai lutar contra elas, visto que afinal o que importa é a pavorosa adversidade das estruturas míticas. Tudo se reduz, está claro, ao confronto permanente no plano fantasmagórico.

Todavia, na luta de libertação, esse povo outrora distribuído em círculos irrealis, esse povo sujeito a um terror indizível mas feliz de se perder numa tormenta onírica, desloca-se, reorganiza-se e concebe, no sangue e nas lágrimas, confrontos bem reais e imediatos. Alimentar os *mudjahidines*, postar sentinelas, ajudar as famílias privadas do necessário, substituir o marido assassinado ou prêso — tais são as tarefas concretas que o povo é convidado a executar na luta de libertação.

No mundo colonial a afetividade do colonizado se mantém à flor da pele como uma chaga viva que evita o agente cáustico. E o psiquismo retrai-se, oblitera-se, despeja-se em demonstrações musculares que levam os eruditos a dizer que o colonizado é um histérico. Essa afetividade em ereção, espreitada por guardiães invisíveis mas que se comunicam sem transição com o núcleo da personalidade, vai comprazer-se com erotismo nas dissoluções motoras da crise.

Em outro plano veremos a afetividade do colonizado esgotar-se em danças mais ou menos extáticas. Por isso é que um estudo do mundo colonial deve obrigatoriamente aplicar-se à compreensão do fenômeno da dança e da possessão. A relaxação do colonizado consiste precisamente nessa orgia muscular, no curso da qual a agressividade mais aguda, a violência mais imediata são canalizadas, transformadas, escamoteadas. O círculo da dança é um círculo permissivo. Protege e autoriza. Em horas fixas, em datas fixas, homens e mulheres reúnem-se num determinado local e, sob o olhar grave da tribo, entregam-se a um pantomima de aparência desordenada mas na realidade bastante sistematizada em que, pelos variados meios — negativas feitas com a cabeça, curvatura da coluna vertebral, recuo apressado de todo o corpo — expõe-se desde logo o esforço grandioso de uma coletividade para se exorcizar, para se libertar, para se exprimir. Tudo é permitido... no círculo. O morro onde se erguem como que para ficarem mais próximos da lua, a ribanceira por onde se deixam escorregar como que para manifestarem a equivalência da dança e da ablução, do banho, da purificação, são lugares sagrados. Tudo é permitido porque, na realidade, só se reúnem para deixar que a libido acumulada e a agressividade reprimida extravasem vulcânicamente. Execuções simbólicas, cavalgadas figurativas, chacinas múltiplas e imaginárias — é necessário que tudo isso transborde. Os maus humores escoam-se, estrepitosos como torrentes de lava.

Mais um passo e caímos em plena possessão. Na verdade são sessões de possessão-despossessão que se organizam: vampirismo, possessão pelo *djim*, pelos zumbis, por Legba, o Deus ilustre do Vodun. Essas pulverizações da personalidade, esses desdobramentos, essas dissoluções exercem uma função econômica primordial na estabilidade do mundo colonizado. Na ida, os homens e as mulheres estavam impacientes, indóceis, "irritados". Na volta, é a calma que retorna à aldeia, a paz, a imobilidade.

Assistir-se-á no curso da luta de libertação a um singular desapêgo por essas práticas. Posto contra a parede, a faca na goela ou, para sermos mais precisos, o eletrodo nas partes genitais, o colonizado é intimado a não se iludir mais com histórias da carochinha.

Ao cabo de anos e anos de irrealismo, depois de se ter espojado na companhia dos mais espantosos fantasmas, o colonizado, de metralhadora portátil em punho, defronta enfim com as únicas forças que lhe negavam o ser: as do colonialismo. E o jovem colonizado que cresceu numa atmosfera de ferro e fogo bem que pode zombar — e ele não se priva disso — dos zumbis avoengos, dos cavalos de duas cabeças, dos mortos que ressuscitam, do *djim* que aproveita um bocejo para entrar no corpo. O colonizado descobre o real e transforma-o no movimento de sua *praxis*, no exercício da violência, em seu projeto de libertação.

Vimos que durante todo o período colonial essa violência, embora à flor da pele, trabalhava em vão. Vimo-la canalizada pelas descargas emocionais da dança ou da possessão. Vimo-la escoar-se nas lutas fratricidas. Agora apresenta-se o problema de surpreender essa violência no momento em que ela se reorienta. Ainda que outrora ela se comprizesse nos mitos e se esforçasse por descobrir ocasiões de suicídio coletivo, as novas condições vão agora permitir-lhe mudar de orientação.

No plano da tática política e da História, a libertação das colônias propõe à época contemporânea um problema teórico de capital importância: quando se pode dizer que a situação está madura para um movimento de libertação nacional? Qual deve ser a sua vanguarda? Uma vez que as descolonizações revestiram múltiplas formas, a razão hesita e se refreia de dizer o que é uma verdadeira descolonização e o que é uma falsa descolonização. Veremos que, para o homem engajado, há urgência de decidir dos meios e da tática, isto é, da conduta e da organização. Fora disso, não há senão voluntarismo cego com as eventualidades terrivelmente reacionárias que comporta.

Quais são as forças que, no período colonial, propõem à violência do colonizado novas vias, novos polos de investimento? Em primeiro lugar são os partidos políticos e as elites

intelectuais ou comerciais. Ora, o que caracteriza certas formações políticas é o fato de que proclamam princípios mas se abstêm de lançar palavras de ordem. Toda a atividade desses partidos políticos nacionalistas no período colonial é uma atividade de tipo eleitoralista, é uma seqüência de dissertações filosófico-políticas sobre o tema do direito dos povos a dispor de si mesmos, do direito dos homens à dignidade e ao pão, a afirmação ininterrupta do princípio "um homem-uma voz". Os partidos políticos nacionalistas nunca insistem sobre a necessidade da prova de força, porque seu objetivo não é exatamente a destruição radical da ordem... nova, essas formações políticas dirigem sem rodeios à burguesia colonialista o pedido que lhes é essencial: "Dêem-nos mais poder". Quanto ao problema específico da violência, as elites são ambíguas. São violentas nas palavras e reformistas nas atitudes. Quando dizem uma coisa, os quadros políticos nacionalistas burgueses denotam francamente que não pensam nela de verdade.

Cumpramos interpretar essa característica dos partidos políticos nacionalistas tendo em vista ao mesmo tempo a qualidade de seus quadros e de sua clientela. A clientela dos partidos nacionalistas é uma clientela urbana. Os operários, os professores primários, os pequenos artesãos e comerciantes que começaram — na fase da liquidação, está visto — a aproveitar-se da situação colonial têm interesses particulares. O que essa clientela reclama é a melhoria de sua sorte, o aumento de seus salários. Jamais se rompeu o diálogo entre esses partidos políticos e o colonialismo. Discutem acordos, representação eleitoral, liberdade de imprensa, liberdade de associação. Discutem reformas. Também não causa espanto ver um grande número de indígenas militar nas sucursais das formações políticas da metrópole. Esses indígenas se batem por uma palavra de ordem abstrata: "o poder ao proletariado", esquecidos de que, em sua região, é antes de mais nada com base em palavras de ordem nacionalistas que é necessário conduzir a luta. O intelectual colonizado investiu sua agressividade em sua vontade mal dissimulada de se assimilar ao mundo colonial. Pôs sua agressividade a serviço de

seus interesses próprios, de seus interesses de indivíduos. Assim nasce facilmente uma espécie de classe de escravos individualmente libertos, de escravos forros. O que o intelectual reclama é a possibilidade de multiplicar os libertos, a possibilidade de organizar uma autêntica classe de libertos. As massas, ao contrário, não pretendem ver aumentar as oportunidades de sucesso dos indivíduos. O que exigem não é o estatuto de colono, mas o lugar do colono. Os colonizados, em sua imensa maioria, querem a fazenda do colono. Não se trata para eles de entrar em competição com o colono. Querem o lugar dele.

O campesinato é pôsto sistematicamente de lado pela propaganda da maior parte dos partidos nacionalistas. Mas é claro que, nos países coloniais, só o campesinato é revolucionário. Nada tem a perder e tem tudo a ganhar. O camponês, o desclassificado, o faminto é o explorado que mais depressa descobre que só a violência compensa. Para ele, não há compromisso, não há possibilidade de arranjo: A colonização ou a descolonização — trata-se simplesmente de uma relação de forças. O explorado percebe que sua libertação pressupõe todos os meios e desde logo a força. Quando, em 1956, depois da capitulação do Sr. Guy Mollet diante dos colonos da Argélia, a Frente de Libertação Nacional, num panfleto célebre, constatou que o colonialismo só larga a prêsa ao sentir a faca na goela, nenhum argelino achou realmente êsses termos demasiado violentos. O panfleto não fazia senão exprimir o que todos os argelinos sentiam intimamente: o colonialismo não é uma máquina de pensar, não é um corpo dotado de razão. É a violência em estado bruto e só pode inclinar-se diante de uma violência maior.

No momento da explicação decisiva, a burguesia colonialista, que até então se mantinha quieta, entra em ação. Introduce esta noção nova que é, rigorosamente falando, uma criação da situação colonial: a não-violência. Em sua forma bruta, essa não-violência significa para as elites intelectuais e econômicas colonizadas que a burguesia colonialista tem os mesmos interesses que elas têm e que se torna portanto indis-

pensável, urgente, chegar a um acôrdo para a salvação comum. A não-violência é uma tentativa de equacionar o problema colonial, em torno de uma mesa de reunião, antes de qualquer gesto irreversível, de qualquer efusão de sangue, de qualquer ato deplorável. Mas se as massas, sem esperar que se disponham as cadeiras em torno da mesa de reunião, não escutam senão a própria voz e começam os incêndios e os atentados, logo as "élites" e os dirigentes dos partidos burgueses nacionalistas se precipitam para os colonialistas e lhes dizem: "É gravíssimo! Não se sabe como tudo isso vai acabar, é preciso encontrar uma solução, é preciso chegar a um compromisso".

Esta noção de compromisso é muito importante no fenómeno da descolonização, porque está longe de ser simples. O compromisso, com efeito, refere-se ao mesmo tempo ao sistema colonial e à jovem burguesia nacional. Os defensores do sistema colonial descobrem que as massas ameaçam tudo destruir. A sabotagem das pontes, a destruição das fazendas, as repressões, a guerra castigam duramente a economia. Compromisso igualmente para a burguesia nacional que, não distinguindo muito bem as conseqüências possíveis desse tufão, teme na realidade ser varrida por essa borrasca formidável e não cessa de dizer aos colonos: "Ainda somos capazes de deter a carnificina, as massas ainda têm confiança em nós, e vocês se apressem se não querem comprometer tudo". Não tarda que o dirigente do partido nacionalista tome suas precauções contra essa violência. Afirma alto e bom som que nada tem que ver com êsses Mau-Mau, com êsses terroristas, com êsses degoladores. No melhor dos casos refugia-se numa *no man's land*, entre os terroristas e os colonos, e apresenta-se de bom grado como "interlocutor", o que significa que, não podendo os colonos discutir com os Mau-Mau, ele se digna entabular negociações. É assim que a retaguarda da luta nacional, êsse partido do povo que nunca deixou de estar do outro lado da luta, vê-se colocada, por meio de uma ginástica qualquer, na vanguarda das negociações e do compromisso. Isto precisamente porque tem sempre o cuidado de não romper o contacto com o colonialismo.

Antes das negociações, a maioria dos partidos nacionalistas contenta-se na melhor das hipóteses em explicar, em justificar essa "selvageria". Não reivindica a luta popular e não é raro que chegue, nos círculos fechados, a condenar tais atos espetaculares que a imprensa e a opinião da metrópole consideram odiosos. A preocupação de encarar as coisas objetivamente constitui a desculpa legítima desta política do imobilismo. Mas esta atitude clássica do intelectual colonizado e dos dirigentes dos partidos nacionalistas não é, na realidade objetiva. De fato, não estão certos de que esta violência impaciente das massas seja o meio mais eficaz de defender os seus próprios interesses. Sucede também que estão convencidos da ineficácia dos métodos violentos. Para eles, não resta a menor dúvida, toda tentativa de despedaçar a opressão colonial pela força é uma conduta de desespero, uma conduta-suicídio. É que, no cérebro deles, os tanques dos colonos e os aviões de caça ocupam um lugar enorme. Quando se lhes diz: é preciso agir, eles vêem bombas despencar sobre sua cabeça, blindados avançar ao longo dos caminhos, a metralha, a polícia... e continuam sentados. Dão-se por perdidos. Sua incapacidade para triunfar pela violência não precisa ser demonstrada; eles a admitem em sua vida cotidiana e em suas manobras. Acomodam-se na posição pueril que Engels assumiu em sua célebre polêmica com aquela montanha de infantilidade que era o Sr. Dühring: *"Da mesma forma que Robinson pôde arranjar uma espada, podemos perfeitamente supor que Sexta-feira aparecesse um belo dia empunhando um revólver carregado, e então todo o nexos de 'violência' se inverte: Sexta-feira comanda e Robinson é obrigado a mourejar... Portanto, o revólver triunfa sobre a espada, e até mesmo o mais pueril amador de axiomas conceberá sem dúvida que a violência não é um simples ato de vontade, mas exige, para sua execução, condições prévias bem reais, notadamente dos instrumentos, dos quais o mais perfeito leva de vencida o menos perfeito, que, além disso, esses instrumentos devem ser produzidos, o que quer dizer também que o produtor dos instrumentos de violência mais perfeitos, grosseiramente falando de armas, leva de vencida o produtor dos menos perfeitos e que, numa palavra, a vitória da violência repousa na produção de armas, e esta por sua vez na produção em geral, portanto... no 'poder econômico', no Estado econômico, nos meios materiais que*

estão à disposição da violência".³ De fato, os dirigentes reformistas não dizem outra coisa: "Com que querem vocês lutar contra os colonos? Com suas facas? Com suas espingardas de caça?"

É verdade que os instrumentos são importantes no domínio da violência, uma vez que tudo repousa em definitivo na repartição desses instrumentos. Mas ocorre que, neste domínio, a libertação dos territórios coloniais suscita um novo enfoque. Viu-se por exemplo que durante a campanha da Espanha, essa autêntica guerra colonial, Napoleão, malgrado contasse com efetivos que atingiram, durante as ofensivas da primavera de 1810, a cifra de 400.000 homens, foi forçado a recuar. E no entanto o Exército francês fazia tremer toda a Europa em razão de seus instrumentos de guerra, do valor de seus soldados, do gênio militar de seus capitães. Diante dos gigantescos recursos das tropas napoleônicas, os espanhóis, animados por uma fé nacional inabalável, descobriram essa famosa guerrilha que, vinte e cinco anos antes, os milicianos norte-americanos haviam pôsto em prática contra as tropas inglesas. Mas a guerrilha do colonizado não seria coisa alguma como instrumento de violência oposto a outros instrumentos de violência se não fôsse um elemento novo no processo global da competição entre trustes e monopólios.

Nos primórdios da colonização, uma colônia podia ocupar territórios imensos: o Congo, a Nigéria, a Costa do Marfim etc... Mas hoje em dia a luta nacional do colonizado se insere numa situação inteiramente nova. O capitalismo, em seu período de desenvolvimento, via nas colônias uma fonte de matérias-primas que, manufaturadas, podiam espalhar-se no mercado europeu. Depois de uma fase de acumulação do capital, impõe-se hoje modificar a concepção da rentabilidade de um negócio. As colônias converteram-se num mercado. A população colonial é uma clientela que compra. Por conseguinte, se a guarnição tem de ser eternamente reforçada, se o comércio decai, isto é, se os produtos manufaturados e industrializados não podem mais ser exportados, verifica-se

³ Friedrich Engels, *Anti-Dühring*, 2.^a parte, capítulo III, "Théorie de la violence", Editions Sociales, pag. 199.

que a solução militar deve ser afastada. Um domínio cego de tipo escravista não é economicamente rentável para a metrópole. A fração monopolista da burguesia metropolitana não sustenta um governo cuja política é unicamente a da espada. O que os industriais e os banqueiros da metrópole esperam de seu governo não é que dizime as povoações mas que salvaguarde, com a ajuda de convenções econômicas, seus "interesses legítimos".

Existe, portanto, uma cumplicidade objetiva do capitalismo com as forças violentas que explodem no território colonial. Além disso, o colonizado não está sozinho diante do opressor. Há, por certo, a ajuda política e diplomática dos países e povos progressistas. Mas há sobretudo a competição, a guerra sem quartel que travam os grupos financeiros. Uma Conferência de Berlim pôde em outros tempos repartir a África retalhada entre três ou quatro pavilhões. Atualmente o que é importante não é que tal ou qual região africana seja terra de soberania francesa ou belga; o que importa é que as zonas econômicas sejam protegidas. O bombardeio contínuo da artilharia e a política da terra arrasada deram lugar à sujeição econômica. Hoje não se move mais guerra contra tal ou qual sultão rebelde. De modo mais elegante, menos sangüinário, decide-se a liquidação pacífica do regime castrista. Tenta-se estrangular a Guiné, suprime-se Mossadegh. O dirigente nacional que teme a violência está portanto errado se imagina que o colonialismo vai "massacrar-nos a todos". Os militares, sem dúvida, continuam a brincar com as bonecas que datam da conquista, mas os meios financeiros logo os fazem voltar-se para a realidade.

Por isso é que é exigido dos partidos políticos nacionalistas razoáveis, que exponham da maneira mais clara possível as suas reivindicações e procurem juntamente com o parceiro colonialista, tranqüila e desapassionadamente, uma solução que respeite os interesses das duas partes. Vê-se que esse reformismo nacionalista, que se apresenta muitas vezes como uma caricatura dos sindicalismo, quando resolve agir o faz através de meios altamente pacíficos: paralisações das poucas indústrias implantadas nas cidades, manifestações de massas para aclamar o líder, boicote dos ônibus ou das mer-

cadorias importadas. Todas essas ações servem ao mesmo tempo para exercer pressão sobre o colonialismo e para embair o povo. Essa prática da hibernoterapia, essa sonoterapia do povo pode algumas vezes ser bem sucedida. Então, da discussão em torno da mesa de reunião, surge a promoção política que permite ao Sr. M'ba, Presidente da República do Gabão, dizer muito solenemente em sua chegada a Paris em visita oficial: "O Gabão é independente, mas entre o Gabão e a França nada mudou, tudo continua como antes". De fato, a única mudança é que o Sr. M'ba é Presidente da República gabonense e é recebido pelo Presidente da República francesa.

A burguesia colonialista é ajudada em seu trabalho de tranqüilização das massas pela inevitável religião. Todos os santos que estenderam a outra face, que perdoaram as ofensas, que receberam sem sobressalto os escarros e os insultos, são explicados e dados como exemplo. As elites dos países colonizados, esses escravos forros, quando se encontram à frente do movimento, acabam inelutavelmente por produzir um sucedâneo de combate. Utilizam a *escravidão de seus irmãos* para envergonhar os escravistas e fornecer um conteúdo ideológico de humanitarismo grotesco aos grupos financeiros concorrentes dos seus opressores. Nunca, na verdade, dirigem apelo realmente aos escravos, nunca os mobilizam concretamente. Muito pelo contrário, no momento da verdade, isto é, para eles, da mentira, brandem a ameaça de uma *mobilização das massas*, como a arma decisiva que provocaria como por encanto o "fim do regime colonial". Encontram-se evidentemente no seio desses partidos políticos, entre os quadros, revolucionários que viram as costas à farsa da independência nacional. Mas rapidamente suas intervenções, suas iniciativas, seus movimentos de cólera descontentam a máquina do partido. Progressivamente, esses elementos são isolados e depois sumariamente afastados. Ao mesmo tempo, como se houvesse concomitância dialética, a polícia colonialista cai-lhes em cima. Sem segurança nas cidades, evitados pelos militantes, rejeitados pelas autoridades do partido, esses indesejáveis de olhar incendiário vão encalhar nos campos. É então que percebem, com uma espécie de vertigem, que as massas campo-

nessas lhes compreendem facilmente as intenções e, sem transição, lhes fazem a pergunta a que ainda não prepararam a resposta: "Pra quando é isso?"

Esse encontro dos revolucionários vindos das cidades e dos camponeses reterá a nossa atenção mais adiante. Por enquanto convém voltar aos partidos políticos para mostrar o caráter ainda assim progressista de sua atividade. Em seus discursos os dirigentes políticos "nomeiam" a nação. As reivindicações do colonizado recebem assim uma forma. Não há conteúdo, não há programa político e social. Há uma forma vaga mas, apesar de tudo, nacional, um quadro, o que nós chamamos a exigência mínima. Os políticos que tomam a palavra, que escrevem nos jornais nacionalistas, fazem o povo sonhar. Evitam a subversão mas, na realidade, introduzem terríveis fermentos de subversão na consciência dos ouvintes ou dos leitores. Muitas vezes servem-se da língua nacional ou tribal. Isto também alimenta o sonho, permite à imaginação cabriolar fora da ordem colonial. Às vezes ainda esses políticos dizem: "Nós os negros, nós os árabes", e esta denominação saturada de ambivalência durante o período colonial recebe uma espécie de sacralização. Os políticos nacionalistas brincam com fogo. Porque, como confidenciava recentemente um dirigente africano a um grupo de jovens intelectuais: "Refletam antes de falar às massas, elas se inflamam depressa". Existe portanto uma astúcia da história, que se diverte tremendamente nas colônias.

Quando o dirigente político convida o povo para um comício, pode-se dizer que há sangue no ar. Entretanto, o dirigente com muita frequência preocupa-se sobretudo em "exibir" suas forças... para não ter que as utilizar. Mas a agitação assim conservada — ir, vir, ouvir os discursos, ver o povo reunido, os policiais em volta, as demonstrações militares, as prisões, as deportações de líderes — todo esse tumulto dá ao povo a impressão de que chegou afinal para ele o momento de fazer alguma coisa. Nesses instantes de instabilidade os partidos políticos multiplicam os apelos de calma dirigidos à

esquerda, enquanto que, à sua direita, perscrutam o horizonte, tratando de decifrar as intenções liberais do colonialismo.

O povo utiliza igualmente para se manter em forma, para conservar sua capacidade revolucionária, certos episódios da vida da coletividade. O bandido, por exemplo, que domina o campo durante vários dias com os gendarmes no seu encalço, o indivíduo que sucumbe numa peleja depois de ter abatido quatro ou cinco policiais, o que se suicida para não denunciar seus cúmplices, constituem para o povo guias, esquemas de ações, "heróis". E é inútil, evidentemente, dizer que tal herói é um ladrão, um crápula ou um depravado. Se o ato pelo qual este homem é perseguido pelas autoridades colonialistas é um ato dirigido exclusivamente contra uma pessoa ou um bem colonial, então a demarcação é nítida, flagrante. O processo de identificação é automático.

É preciso assinalar também o papel que desempenha, neste fenômeno de maturação, a história da resistência nacional à conquista. As grandes figuras do povo colonizado são sempre as que dirigiram a resistência nacional à invasão. Béhanzin, Soundiata, Samory, Abdel Kader revivem com particular intensidade no período que precede a ação. É a prova de que o povo se apresta para se pôr em marcha, para interromper o tempo morto introduzido pelo colonialismo, para fazer a História.

O aparecimento da nova nação e a demolição das estruturas coloniais são o resultado, ou de uma luta violenta do povo independente ou da ação, constritora para o regime colonial, da violência periférica adotada por outros povos colonizados.

O povo colonizado não está só. A despeito dos esforços do colonialismo, suas fronteiras permanecem permeáveis às novidades, aos ecos. Ele descobre que a violência é atmosférica, escala aqui e ali, e aqui e ali derrota o regime colonial. Essa violência triunfante desempenha um papel não somente informador como também operativo para o colonizado. A grande vitória do povo vietnamita em Dien-Bien-Phu não é mais, rigorosamente falando, uma vitória vietnamita. A partir de julho de 1954, o problema proposto aos povos coloniais passou a ser o seguinte: "Que é preciso fazer para realizar

um Dien-Bien-Phu? Como se há de proceder?" Da possibilidade dêsse Dien-Bien-Phu nenhum colonizado podia duvidar mais. O que constituía o problema era a arregimentação das forças, sua organização, sua data de entrada em ação. Essa violência ambiente não modifica apenas os colonizados mas os colonialistas que tomam consciência de múltiplos Dien-Bien-Phu. Eis porque um verdadeiro pânico ordenado se apodera dos governos colonialistas. Seu propósito é tomar a iniciativa, dirigir para a direita o movimento de libertação, desarmar o povo: depressa, descolonizemos. Descolonizemos o Congo antes que ele se transforme numa outra Argélia. Votemos a lei-moldura para a África, criemos a Comunidade, renovemos essa Comunidade mas, eu vos suplico, descolonizemos, descolonizemos... A descolonização atinge um ritmo tal que se impõe a independência a Houphouët-Boigny. À estratégia de Dien-Bien-Phu, definida pelo colonizado, o colonialista responde com a estratégia do emolduramento... no respeito pela soberania dos Estados.

Mas voltemos à violência atmosférica, à violência à flor da pele. Vimos no desenvolvimento de sua maturação que muitas correias a arrastam, a levam para a saída. Apesar das metamorfoses que o regime colonial lhe impõe nas lutas tribais ou regionalistas, a violência envereda pelo bom caminho, o colonialismo identifica seu inimigo, põe um nome em tôdas as suas desgraças e lança nesta nova via tôda a força exacerbada de seu ódio e de sua cólera. Mas como passamos da atmosfera de violência para a violência em ação? Que é que faz explodir a panela? Em primeiro lugar tenha-se em conta o fato de que esse desenvolvimento não deixa incólume a beatitude do colono. O colono que "conhece" os indígenas percebe por vários indícios que alguma coisa está mudando. Os bons indígenas escasseiam, ouvem-se cochichos à aproximação do opressor. Às vezes os olhares se tornam duros, as atitudes e as conversas se fazem decididamente agressivas. Os partidos nacionalistas agitam-se, multiplicam os comícios e, ao mesmo tempo, os efetivos da polícia aumentam, chegam reforços de tropas. Os colonos, os agricultores sobretudo, isolados em suas fazendas, são os primeiros a se alarmar. Reclamam medidas enérgicas.

As autoridades tomam efetivamente medidas espetaculares, prendem um ou dois líderes, organizam desfiles militares, manobras, exibições aéreas. As demonstrações, os exercícios bélicos, êsse cheiro de pólvora que agora impregna a atmosfera, não fazem o povo recuar. Essas baionetas e êsses canhoneios reforçam-lhe a agressividade. Instala-se uma atmosfera de drama em que cada qual quer provar que está pronto para tudo. E nessas circunstâncias que o golpe parte só, porque os nervos estão debilitados, o medo predomina e o gatilho é sensível. Um incidente banal e começa a metralhada: é o caso de Sétif na Argélia, das Carrières Centrales no Marrocos, de Moramanga em Madagascar.

As repressões, longe de quebrantar o ímpeto, acentuam os progressos da consciência nacional. Nas colônias, as hecatombes, a partir de certo estágio de desenvolvimento embrionário da consciência, reforçam essa consciência, porque indicam que entre opressores e oprimidos tudo se resolve pela força. Cumpre frisar aqui que os partidos políticos não lançaram a palavra de ordem da insurreição armada, não prepararam essa insurreição. Tôdas essas repressões, todos êsses atos suscitados pelo medo não são desejados pelos dirigentes. Os acontecimentos encurtaram-lhes as rédeas. É então que o colonialismo pode resolver prender os líderes nacionalistas. Mas hoje os governos dos países colonialistas sabem perfeitamente que é muito perigoso privar as massas de seu líder. Pois em tal situação o povo, não estando mais freado, precipita-se na sublevação, nos motins e nas "chacinas bestiais". As massas dão livre curso a seus "instintos sanguinários" e impõem ao colonialismo a libertação dos líderes, aos quais caberá a difícil tarefa de restabelecer a calma. O povo colonizado, que espontaneamente investira sua violência na empreitada colossal da destruição do sistema colonial, vai encontrar-se em pouco tempo com a palavra de ordem inerte, infecunda: "Libertem X ou Y".⁴ Então o colonialismo solta

⁴ Pode acontecer que o líder prêso seja a expressão autêntica das massas colonizadas. Neste caso, o colonialismo aproveita-se de sua detenção para tentar lançar novos líderes.

esses homens e discute com eles. Começa a hora dos bailes populares.

Numa outra hipótese, o aparelho dos partidos políticos pode continuar intacto. Mas em consequência da repressão colonialista e da reação espontânea do povo, os partidos vêm-se ultrapassados por seus militantes. A violência das massas opõe-se vigorosamente às forças militares do ocupante, a situação se deteriora e apodrece. Os dirigentes em liberdade ficam atarantados. Tornados subitamente inúteis com sua burocracia e seu programa razoável, vemo-los, longe dos acontecimentos, tentar a suprema impostura de "falar em nome da nação amordaçada". Por via de regra, o colonialismo arroja-se com avidez sobre essa pechincha, transforma esses inúteis em interlocutores e, em quatro segundos, concede-lhes a independência, com a condição de que restaurem a ordem.

Evidencia-se portanto que todo o mundo está consciente desta violência e que a questão nem sempre consiste em responder a ela com uma violência maior, mas antes em ver como esvaziar a crise.

Que é então, na realidade, esta violência? Como vimos, é a intuição que têm as massas de que sua libertação deve efetuar-se, e só pode efetuar-se, pela força. Por que aberração do espírito esses homens sem técnica, famintos e depauperados, não afeitos aos métodos de organização, chegam, em face do poderio econômico e militar do ocupante, a crer que só a vitória poderá libertá-los? Como podem esperar triunfar?

Porque a violência e aí é que reside o escândalo, pode constituir, quanto a método, a palavra de ordem de um partido político. Os quadros podem convocar o povo à luta armada. É preciso refletir nesta problemática da violência, que o militarismo alemão decida solucionar seus problemas de fronteiras pela força não nos surpreende de modo nenhum, mas que o povo angolano, por exemplo, decida pegar em armas, que o povo argelino rejeite todo método que não seja violento, é o sinal de que alguma coisa aconteceu ou está acontecendo. Os homens colonizados, esses escravos dos tempos modernos, estão impacientes. Sabem que só essa loucura pode subtrair-los à opressão colonial. Um novo tipo de relações se estabeleceu no mundo. Os povos subdesenvolvidos fazem es-

talar seus grilhões, e o extraordinário é que têm êxito. Pode-se afirmar que na hora do *spútnik* é ridículo morrer de fome, mas para as massas colonizadas a explicação é menos lunar. A verdade é que nenhum país colonialista é hoje capaz de adotar a única forma de luta que teria possibilidade de ser bem sucedida: a implantação prolongada de forças de ocupação importantes.

No plano interno, os países colonialistas vêm-se diante de contradições, de reivindicações operárias que exigem o emprêgo de suas forças policiais. Além disso, na presente conjuntura internacional, esses países têm necessidade de suas tropas para proteger seu regime. Enfim conhece-se o mito dos movimentos de libertação dirigidos de Moscou. Na argumentação aterrorizada do regime, isto significa: "se a coisa vai nessa marcha, os comunistas são capazes de aproveitar esses tumultos para se infiltrar nessas regiões".

Na impaciência do colonizado, o fato de brandir na ponta do braço a ameaça da violência demonstra que ele está consciente do caráter excepcional da situação contemporânea e que pretende tirar proveito dela. Mas, também no plano da experiência imediata, o colonizado, que tem ocasião de ver o mundo moderno penetrar até nos recantos mais longínquos da selva, adquire uma consciência muito aguda do que não possui. As massas, por uma espécie de raciocínio... infantil, convencem-se de que todas essas coisas lhes foram roubadas. Por isso é que em certos países subdesenvolvidos as massas avançam muito depressa e compreendem, dois ou três anos depois da independência, que foram iludidas, que "não valia a pena" lutar se isso não ia realmente mudar. Em 1789, depois da Revolução burguesa, os mais humildes camponeses da França lucraram substancialmente com essa subversão. Mas é banal constatar e dizer que na maioria dos casos, para 95% da população dos países subdesenvolvidos, a independência não traz mudança imediata. O observador atento percebe a existência de um tipo de descontentamento encoberto, como essas brasas que, após a extinção de um incêndio, ameaçam sempre inflamar-se.

Diz-se então que os colonizados querem progredir com demasiada rapidez. Ora, é bom não esquecer que pouco antes atestava-se a sua lentidão, a sua indolência, o seu fatalismo. Nota-se já que a violência nos caminhos bem demarcados no momento da luta de libertação não se extingue mágicamente depois da cerimônia do hasteamento das bandeiras nacionais. Ela se extingue tanto menos quanto a construção nacional continua a inscrever-se no quadro da competição decisiva do capitalismo e do socialismo.

Esta competição dá uma dimensão quase universal às reivindicações mais localizadas. Cada comício, cada ato de repressão repercute na arena internacional. A chacina de Sharpeville abalou a opinião pública durante meses. Nos jornais, no rádio e na televisão, nas conversas íntimas Sharpeville tornou-se um símbolo. Foi através de Sharpeville que homens e mulheres tomaram conhecimento do problema do *apartheid* na África do Sul. E não se pode afirmar que só a demagogia explica o súbito interesse dos Grandes pelas questões miúdas das regiões subdesenvolvidas. Cada sublevação, cada sedição no Terceiro Mundo insere-se no quadro da guerra fria. Dois homens são agredidos em Salisbury, e eis que um bloco inteiro se põe em movimento, fala desses dois homens e, por ocasião dessa agressão, levanta o problema particular da Rodésia — ligando-o ao conjunto da África e à totalidade dos homens colonizados. Mas o outro bloco também mede, na amplidão da campanha conduzida, as fraquezas locais de seu sistema. Os povos colonizados se dão conta de que nenhum clã se desinteressa dos incidentes locais. Deixam de se limitar a seus horizontes regionais, presos como estão nesta atmosfera de agitação universal.

Quando de três em três meses se noticia que a 6.^a ou 7.^a frota se desloca para tal ou qual costa, quando Krushev ameaça salvar Castro recorrendo ao uso de foguetes, quando Kennedy, a propósito do Laos, resolve considerar as soluções extremas, o colonizado ou o que acabou de conquistar a sua independência tem a impressão de que, quer queira quer não, é levado numa espécie de marcha desenfreada. De fato, já está marchando. Tomemos, por exemplo, o caso dos governos de países recentemente libertados. Os homens que estão no

poder passam dois terços de seu tempo a vigiar os arredores, a prevenir o perigo que os ameaça, e o outro terço a trabalhar pelo país. Ao mesmo tempo buscam apoios. Obedecendo à mesma dialética, as oposições nacionais apartam-se com desprezo das vias parlamentares. Procuram aliados que aceitem sustentá-los em seu empreendimento brutal de sedição. A atmosfera de violência, depois de ter impregnado a fase colonial, continua a dominar a vida nacional. Porque, já o dissemos, o Terceiro Mundo não está excluído. Ao contrário, está no centro da tormenta. Por isso é que, em seus discursos, os homens de Estado dos países subdesenvolvidos mantêm indefinidamente o tom de agressividade e exasperação que normalmente deveria ter desaparecido. Compreende-se do mesmo modo a impolidez tantas vezes notada dos novos dirigentes. Mas o que menos se nota é a extrema cortesia desses mesmos dirigentes em seus contactos com os irmãos ou camaradas. A impolidez é antes de tudo uma conduta com os outros, com os antigos colonialistas que vêm ver e inquirir. O ex-colonizado tem, na maioria das vezes, a impressão de que a conclusão desses inquéritos já está redigida. A viagem do jornalista é uma justificação. As fotografias que ilustram o artigo fornecem a prova de que o autor sabe o que está dizendo, de que esteve lá. O inquérito tem a finalidade de verificar a evidência: tudo anda mal por lá desde a nossa retirada. Os jornalistas queixam-se amiúde de serem mal recebidos, de não trabalhar em boas condições, de encontrar um muro de indiferença ou hostilidade. Tudo isso é normal. Os dirigentes nacionalistas sabem que a opinião internacional é forjada unicamente pela imprensa ocidental. Ora, quando um jornalista ocidental nos interroga, raramente o faz para nos prestar um obséquio. Na guerra da Argélia, por exemplo, os repórteres franceses mais liberais não cessaram de empregar epítetos ambíguos para caracterizar a nossa luta. Quando lhes reprochamos a atitude, respondem com toda a franqueza que são objetivos. Para o colonizado, a objetividade é sempre dirigida contra ele. Compreende-se igualmente esse novo tom que subverteu a diplomacia internacional na Assembléia Geral das Nações Unidas, em setembro de 1960. Os representantes dos países coloniais foram agressivos, violentos, arrebatados, mas os povos coloniais não acharam que eles exageravam. O radicalismo dos porta-vozes africanos provocou a su-

puração do abscesso e permitiu enxergar melhor o caráter inadmissível dos vetos, do diálogo dos Grandes e sobretudo o papel íntimo reservado ao Terceiro Mundo.

A diplomacia tal como foi inaugurada pelos povos há pouco independentes, não consiste mais em nuances, em subentendidos, em passes magnéticos. A verdade é que esses porta-vozes estão incumbidos por seus povos de defender simultaneamente a unidade da nação, o progresso das massas para o bem-estar e o direito dos povos à liberdade e ao pão.

É portanto uma diplomacia em movimento, em fúria, que contrasta estranhamente com o mundo imóvel, petrificado, da colonização. E quando o Sr. Krushev tira o sapato na ONU e com ele bate na mesa, nenhum colonizado, nenhum representante dos países subdesenvolvidos, ri. Porque o que o Sr. Krushev mostra aos países colonizados que o observam é que ele, o mujique, que aliás possui foguetes, trata esses miseráveis capitalistas como eles o merecem. Do mesmo modo, comparecendo em uniforme militar à reunião da ONU, Castro não escandaliza os países subdesenvolvidos. O que Castro revela é a consciência que tem da existência do regime continuado da violência. O espantoso é que não tenha entrado na ONU com sua metralhadora portátil; mas talvez a isso se opusessem os outros. As sublevações, os atos desesperados, os grupos armados de cutelos ou de machados encontram sua nacionalidade na luta que movem um contra o outro capitalismo e socialismo.

Em 1945 os 45.000 mortos de Sétif podiam passar despercebidos; em 1947 os 90.000 mortos de Madagascar podiam ser objeto de algumas linhas no noticiários dos jornais; em 1952 as 200.000 vítimas da repressão em Quênia podiam encontrar uma relativa indiferença. É que as contradições internacionais não estavam suficientemente acentuadas. Já a guerra da Coreia e a guerra da Indochina inauguraram uma nova fase. Mas foram sobretudo Budapeste e Suez que constituíram os momentos decisivos desse confronto.

Fortalecidos pelo apoio incondicional dos países socialistas, os colonizados lançam-se com as armas de que dispõem contra a cidadela inexpugnável do colonialismo. Se esta cidadela é invulnerável às facas e aos punhos nus, não o é

mais quando se toma em consideração o contexto da guerra fria.

Nesta conjuntura nova os americanos levam muito a sério seu papel de patrono do capitalismo internacional. Numa primeira etapa aconselham os países europeus a descolonizar amigavelmente. Numa segunda etapa não hesitam em proclamar primeiro o respeito e depois o apoio ao princípio: a África para os africanos. Os Estados Unidos não receiam declarar oficialmente hoje em dia que são os defensores do direito dos povos a dispor de si mesmos. A última viagem do Sr. Mennen-Williams é a ilustração da consciência que têm os americanos de que o Terceiro Mundo não deve ser sacrificado. Compreende-se então por que a violência do colonizado só é desesperada quando a comparamos *in abstracto* com a máquina militar dos opressores. Em compensação, quando a situamos na dinâmica internacional, percebemos que constitui uma terrível ameaça ao opressor. A persistência das sublevações e da agitação Mau-Mau desequilibra a vida econômica da colônia mas não põe em perigo a metrópole. O que é mais importante aos olhos do imperialismo é a possibilidade de que a propaganda socialista se infiltre nas massas e as contamine. Isso já representa um grave perigo no período frio do conflito; mas que seria, em caso de guerra quente, dessa colônia arruinada por guerrilhas mortíferas?

O capitalismo capacita-se então de que sua estratégia militar só tem a perder no desenvolvimento das guerras nacionais. Além disso, no quadro da coexistência pacífica, todas as colônias são intimadas a desaparecer e, em último recurso, o neutralismo a ser respeitado pelo capitalismo. O que é preciso evitar antes de tudo é a insegurança estratégica, a abertura das massas para uma doutrina inimiga, o ódio radical de dezenas de milhões de homens. Os povos colonizados estão perfeitamente conscientes desses imperativos que dominam a vida política internacional. É por isso que mesmo aqueles que bradam contra a violência decidem e agem sempre em função desta violência planetária. Hoje a coexistência pacífica entre os dois blocos mantém e provoca a violência nos países coloniais. Amanhã veremos talvez deslocar-se esse domínio da

violência após a libertação integral dos territórios coloniais. Veremos talvez apresentar-se a questão das minorias. Já algumas dentre elas não hesitam em pregar métodos violentos para resolver seus problemas e não é por acaso que, segundo consta, extremistas negros nos Estados Unidos formam milícias e conseqüentemente se armam. Tampouco é por acaso que, no chamado mundo livre, há comitês de defesa das minorias judaicas na URSS e que o General de Gaulle, num dos seus discursos, derramou algumas lágrimas pela sorte dos milhões de muçulmanos oprimidos pela ditadura comunista. O capitalismo e o imperialismo estão convencidos de que a luta contra o racismo e os movimentos de libertação nacional são pura e simplesmente agitações teleguiadas, fomentadas do "exterior". Também resolvem utilizar esta tática eficaz: Rádio-Europa Livre, comitê de sustentáculo das minorias dominadas... Fazem o anticolonialismo como os coronéis franceses na Argélia faziam a guerra subversiva com os S.A.S. ou os serviços psicológicos. "Utilizam o povo contra o povo". Sabemos o que isso quer dizer.

Essa atmosfera de violência, de ameaça, êsses foguetes exibidos não apavoram nem desorientam os colonizados. Vimos que toda a sua história recente os capacita a "compreender" essa situação. Entre a violência colonial e a violência pacífica em que mergulha o mundo contemporâneo há uma espécie de correspondência cúmplice, uma homogeneidade. Os colonizados estão adaptados a essa atmosfera. Por uma vez pelo menos são do seu tempo. Há quem se espante de ver que o colonizado, em vez de oferecer um vestido à esposa, compra rádio de pilha. Isso não devia causar espanto. Os colonizados estão persuadidos de que seu destino se decide neste momento. Vivem numa atmosfera de fim do mundo e acreditam que nada lhes deve escapar. É por isso que compreendem muito bem Phouma e Phoumi, Lumumba e Tschombe, Ahidjo e Moumié, Kenyatta e os que periodicamente se lançam para a frente a fim de os substituir. Compreendem muito bem todos êstes homens porque desmascaram as forças que estão por trás deles. O colonizado, o homem subdesen-

volvido são hoje animais políticos no sentido mais planetário do termo.

A independência certamente trouxe aos homens colonizados a reparação moral e consagrou a sua dignidade. Mas eles ainda não tiveram tempo de elaborar uma sociedade, de construir e afirmar valores. A lareira incandescente onde o cidadão e o homem se desenvolvem e enriquecem em domínios cada vez mais amplos ainda não existe. Colocados numa espécie de indeterminação, êsses homens se persuadem com bastante facilidade de que tudo vai ser decidido noutra parte, para todo o mundo, ao mesmo tempo. Quanto aos dirigentes, em face desta conjuntura, hesitam e escolhem o neutralismo.

Muito haveria a dizer sobre o neutralismo. Alguns o assimilam a um tipo de mercantilismo infecto que consistiria em tomar a direita ou a esquerda. Ora, o neutralismo, essa criação da guerra fria, se permite aos países subdesenvolvidos receber auxílio econômico das duas partes, não permite, de fato, a nenhuma dessas partes ajudar, como seria necessário, as nações subdesenvolvidas. Essas somas literalmente astronômicas investidas nas pesquisas militares e êsses engenheiros transformados em técnicos da guerra nuclear poderiam, em quinze anos, aumentar em 60% o nível de vida dos países subdesenvolvidos. Vê-se assim que o verdadeiro interesse dos países subdesenvolvidos não reside nem no prolongamento nem na acentuação dessa guerra fria. Mas acontece que ninguém lhes pede opinião. Portanto, quando surge a oportunidade, eles se desobrigam. Mas podem fazê-lo realmente? Eis, por exemplo, que a França experimenta na África suas bombas atômicas. Excetuando as moções, os comícios e as estrepitosas rupturas diplomáticas, não se pode dizer que os povos africanos tenham influído, neste setor preciso, sobre a atitude da França.

O neutralismo produz no cidadão do Terceiro Mundo um estado de espírito que se traduz na vida corrente por uma intrepidez e um orgulho hierático que se assemelham estra-

nhamente ao desafio. Essa manifesta recusa ao compromisso, essa vontade inflexível de não se associar lembram o comportamento dos adolescentes altivos e despojados, sempre prontos a se sacrificar por uma palavra. Tudo isso desconcerta os observadores ocidentais. Pois há, rigorosamente falando, um escândalo entre o que esses homens pretendem ser e o que têm atrás de si. Um país sem transportes, sem tropas, sem dinheiro, não justifica a bravata que eles ostentam com grande publicidade. Trata-se, sem dúvida, de impostura. O Terceiro Mundo dá muitas vezes a impressão de que se regozija no drama e precisa de sua dose semanal de crises. Esses líderes de países vazios, que falam muito, irritam. Temos de lhes impor silêncio. Entretanto, são cortejados. Recebem flôres, convites. Numa palavra, são disputados com interesse. Isso é o neutralismo. Com um índice de 98% de analfabetos, existe, contudo, a respeito deles, uma literatura colossal. Viajam muito. Os dirigentes dos países subdesenvolvidos, os estudantes dos países subdesenvolvidos, são clientes dourados para as companhias aéreas. Os responsáveis africanos e asiáticos têm a possibilidade, no mesmo mês, de seguir um curso sobre a planificação socialista em Moscou e sobre os benefícios da economia liberal em Londres ou na Universidade de Colúmbia. Os sindicalistas africanos, por sua parte, progridem num ritmo acelerado. Mal chegam a ocupar postos nos organismos de direção, decidem constituir-se em centrais autônomas. Não têm cinquenta anos de prática sindicalista passados no quadro de um país industrializado, mas já sabem que o sindicalismo apolítico é um disparate. Não enfrentaram a máquina burguesa, não desenvolveram sua consciência na luta de classes, mas talvez isso não seja necessário. Talvez. Veremos que essa vontade totalizante, que se caricatura muitas vezes em globalismo, é uma das características mais fundamentais dos países subdesenvolvidos.

Mas voltemos ao duelo do colonizado e do colono. Vemos que se trata da luta armada franca. Os exemplos históricos são a Indochina, a Indonésia e, evidentemente a África do Norte. Mas o que não devemos perder de vista é que ela teria podido estourar em qualquer outro lugar, na Guiné ou na Somália, e ainda hoje pode estourar em todas as partes

onde o colonialismo pretenda perdurar, como em Angola por exemplo. A existência da luta armada indica que o povo está decidido a só depositar confiança nos meios violentos. Ele, de quem sempre se disse que só compreendia a linguagem da força, resolveu exprimir-se pela força. Com efeito, o colono jamais deixou de lhe mostrar o caminho que devia ser o seu se quisesse conquistar a emancipação. O argumento escolhido pelo colonizado foi-lhe indicado pelo colono e, por uma irônica reviravolta das coisas, o colonizado é quem agora afirma que o colonialista só entende a força. O regime colonial legitima-se pela força e em nenhum instante procura usar de astúcia com essa natureza das coisas. Cada estátua, a de Faidherbe ou de Liautey, de Bugeaud ou do sargento Blandin, todos esses conquistadores empoleirados no solo colonial significam apenas uma coisa: "Estamos aqui à força de baionetas..." Não é difícil completar a frase. Durante a fase insurrecional cada colono raciocina a partir de uma aritmética precisa. Essa lógica não espanta os outros colonos mas é importante dizer que também não espanta os colonizados. E desde logo a afirmação do princípio "ou eles ou nós", não constitui um paradoxo, uma vez que o colonialismo, como vimos, é justamente a organização de um mundo maniqueísta, de um mundo compartimentado. E quando preconizando meios precisos, o colono pede a cada representante da minoria opressora que elimine 30 ou 100 ou 200 indígenas, percebe que ninguém fica indignado e que no máximo todo o problema se reduz a saber se se pode fazer isso de uma vez ou por etapas.⁵

Esse raciocínio que prevê aritmeticamente o desaparecimento da população colonizada não transtorna o colonizado de indignação moral. Ele sempre soube que seus encontros com o colono iriam desenrolar-se num campo fechado. Tam-

⁵ É evidente que essa limpeza pelo vácuo destrói a coisa que se queria salvar. É o que assinala Sartre quando diz: "*Em resumo, pelo simples fato de as repetir (trata-se das idéias racistas) fica patenteado que a união simultânea de todos contra os indígenas é irrealizável, que não é senão recorrência giratória e que aliás essa união só poderia realizar-se como agrupamento ativo para massacrar os colonizados, tentativa perpétua e absurda do colono, a qual acabaria, se fôsse praticável, por suprimir de vez a colonização*". Critique de la raison dialectique, pág. 346.

bém o colonizado não perde tempo com lamentações, quase nunca procura que se lhe faça justiça no quadro colonial. De fato, se a argumentação do colono encontra o colonizado inabalável é porque este último praticamente colocou o problema de sua libertação em termos idênticos: "Organizemo-nos em grupos de duzentos ou de quinhentos e cada grupo se encarregue de um colono". É nessa disposição de espírito recíproca que cada um dos protagonistas começa a luta.

Para o colonizado, essa violência representa a praxis absoluta. Por isso o militante é aquele que trabalha. As perguntas feitas ao militante pela organização levam a marca dessa visão das coisas: "Onde trabalhou? Com quem? Que tem feito?" O grupo exige que cada indivíduo realize um ato irreversível. Na Argélia, por exemplo, onde a quase totalidade dos homens que convocaram o povo à luta estava condenada à morte ou era procurada pela polícia francesa, a confiança era proporcional ao caráter desesperado de cada caso. Um novo militante estava seguro quando não podia mais regressar no sistema colonial. Esse mecanismo parece ter existido em Quênia entre os Mau-Mau, que exigiam que cada membro do grupo abatesse a vítima. Cada um era portanto pessoalmente responsável pela morte dessa vítima. Trabalhar significa trabalhar para a morte do colono. A violência assumida permite ao mesmo tempo que os extraviados e proscritos do grupo voltem, reencontrem seu lugar e se reintegrem. A violência é, dessa maneira, compreendida como a mediação régia. O homem colonizado liberta-se na e pela violência. Esta praxis ilumina o agente porque lhe indica os meios e o fim. A poesia de Césaire adquire na perspectiva precisa da violência uma significação profética. Vale a pena recordar uma das páginas decisivas de sua tragédia em que o Rebelde (vejam só!) se explica:

O REBELDE (áspero)

Meu nome: ofensivo; meu prenome: humilhado; meu estado: revoltado; minha idade: a idade da pedra.

A MÃE

Minha raça: a raça humana. Minha religião: a fraternidade...

O REBELDE

*Minha raça: a raça abatida. Minha religião...
mas não sois vós que a preparareis com vosso desarmamento...
sou eu com minha revolta e meus pobres punhos cerrados e
minha cabeça hirsuta*

(Muito calmo)

Eu me recordo de um dia de novembro; ele não tinha seis meses e o patrão entrou na choça fuliginosa como uma lua de abril, apalpou-lhe os minúsculos membros musculosos, era um bom patrão, e passou com uma carícia os dedos grossos pelo rostinho cheio de covas. Os olhos azuis riam e a bôca arreliaava-o com dengues: vai ser uma boa biscoita, disse ele fitando-me, e disse outras coisas amáveis, o patrão: que era preciso saber como proceder desde cedo, que vinte anos não era demais para fazer um bom cristão e um bom escravo, bom súdito bem devotado, um bom capataz, olho vivo e braço firme. E aquele homem via no berço de meu filho um berço de feitor.

Rastejamos peixeira em punho...

A MÃE

Ai de mim, tu morrerás.

O REBELDE

*Matei... eu o matei com minhas próprias mãos...
Sim: morte fecunda e abundante...
era de noite. Rastejamos por entre as canas-de-açúcar.
As peixeiras riam para as estrêlas, mas nós zombávamos das estrêlas.
As canas marcavam-nos o rosto com regatos de lâminas verdes*

A MÃE

Eu tinha sonhado com um filho para fechar os olhos de sua mãe.

O REBELDE

Escolhi abrir para um outro sol os olhos de meu filho.

A MÃE

...Ó meu filho... morte má e pernicioso

O REBELDE

Mãe, morte ardente e suntuosa

A MÃE

por ter odiado demais

O REBELDE

por ter amado demais.

A MÃE

Poupa-me, eu sufoco com os teus grilhões. Sangro com as tuas feridas.

O REBELDE

O mundo não me poupa... Não há no mundo um pobre-diabo linchado, um pobre homem torturado, em que eu não seja assassinado e humilhado.

A MÃE

Livra-o, Deus do céu.

O REBELDE

Meu coração tu não me livrarás de minhas lembranças...

Foi numa noite de novembro...

E de súbito clamores iluminaram o silêncio,

Havíamos saltado, nós, os escravos; nós, o lixo; nós, os animais resignados.

Corríamos tomados de fúria; os tiros explodiam... Batíamos. O suor e o sangue nos refrescavam. Batíamos entre os gritos, e os gritos se tornaram mais estridentes e um grande alarido levantou-se do lado do leste; eram as cubatas que ardiam e a labareda projetava-se suave em nossa face.

Então deu-se o assalto à casa do patrão.

Disparavam das janelas.

Arrombamos as portas.

O quarto do patrão era espaçoso. O quarto do patrão resplendia, e o patrão estava lá, muito calmo... e os nossos se detiveram... era o patrão... Eu entrei. És tu, me disse êle, muito calmo... Era eu, era eu mesmo, respondi, o bom escravo, o escravo fiel, o escravo escravo, e de repente seus olhos se converteram em duas baratas amedrontadas nos dias de chuva... bati, o sangue esguichou: é o único batismo de que me lembro hoje.⁶

Compreende-se que essa atmosfera a cotidianidade se torna simplesmente impossível. Não se pode mais ser felã, cáften ou alcoólatra como antes. A violência do regime e a contraviolência do colonizado equilibram-se e correspondem-se numa extraordinária homogeneidade recíproca. Esse reino da violência será tanto mais terrível quanto mais importante fôr o povoamento metropolitano. O desdobramento da violência no seio do povo colonizado será proporcional à violência exercida pelo regime colonial contestado. Na primeira fase dêsse período insurrecional os governos metropolitanos são escravos dos colonos. Estes ameaçam simultaneamente os colonizados e a seus próprios governos. Utilizarão contra uns e outros os mesmos métodos. O assassinato do presidente da câmara municipal de Évian, em seu mecanismo

⁶ Aimé Césaire, "Les Armes Miraculeuses" (*Et les chiens se taisent*) págs. 133-137, Gallimard.

e suas motivações, identifica-se com o assassinato de Ali Boumendjel. Para os colonos a alternativa não reside entre uma Argélia argelina e uma Argélia francesa mas entre uma Argélia independente e uma Argélia colonial. O mais é literatura ou tentativa de traição. A lógica do colono é implacável, e só se fica desconcertado pela contralógica decifrada na conduta do colonizado na medida em que não se está em dia com os mecanismos do pensamento do colono. Desde o momento em que o colonizado escolhe a contraviolência, as represálias policiais provocam automaticamente as represálias das forças nacionais. Não há, porém, equivalência de resultados, uma vez que os ataques aéreos ou os canhoneios da frota ultrapassam em horror e importância as respostas do colonizado. Esse vaivém do terror desmistifica em definitivo os colonizados mais alienados. Com efeito, eles verificam de imediato que todos os discursos sobre a igualdade da pessoa humana empilhados uns sobre os outros não escondem essa banalidade que quer que os sete franceses mortos ou feridos no desfileiro de Sakamody suscitem a indignação das consciências civilizadas, ao passo que não têm importância o saque dos aduantes Guergour, da *dechra* Djerah e o massacre das populações que tinham precisamente motivado a emboscada. Terror, contraterror, violência, contraviolência... Eis o que registram com amargura os observadores quando descrevem o círculo do ódio, tão manifesto e tão tenaz na Argélia.

Nas lutas armadas há o que se poderia chamar o ponto de não-retorno. Quase sempre é a repressão enorme, englobando todos os setores da população colonizada, que a realiza. Esse ponto foi atingido na Argélia, em 1955, com as 12.000 vítimas de Philippeville e em 1956 com a instalação por Lacoste das milícias urbanas e rurais.⁷ Então torna-se claro

⁷ É preciso voltar a esse período para aferir a importância dessa decisão do poder francês na Argélia. Assim, no n.º 4, de 28/3/1957, de *Résistance Algérienne*, pode-se ler:

"Respondendo ao voto da Assembleia Geral das Nações Unidas, o Governo Francês acaba de determinar na Argélia a criação de milícias urbanas. Chega de sangue derramado, disse a ONU, Lacoste responde: Formemos milícias. Cessem fogo, aconselhou a ONU, Lacoste vocifera: Armemos os civis. As duas partes em luta estão convidadas

para todo o mundo e até para os colonos que "isso não podia mais recomeçar" como antes. Todavia, o povo colonizado não mantém contabilidade. Registra os vazios enormes feitos em suas fileiras como uma espécie de mal necessário. Uma vez que também decidiu responder com a violência, admite todas as consequências dessa decisão. Apenas exige que não lhe peçam para manter contabilidade para os outros. A fórmula "Todos os indígenas são iguais", o colonizado responde:

a entrar em contacto para encontrar uma solução democrática e pacífica, recomendava a ONU, Lacoste decreta que doravante todo europeu andará armado e deverá atirar em quem quer que lhe pareça suspeito. A repressão selvagem, iníqua, beirando o genocídio, deverá antes de mais nada ser coibida pelas autoridades, imaginava-se então. Lacoste retruca: Sistematizemos a repressão, organizemos a caça aos argelinos. E simbolicamente confere os poderes civis aos militares, os poderes militares aos civis. O círculo está fechado. No meio o argelino, desarmado, faminto, encurralado, empurrado, agredido, linchado, em breve morto porque suspeito. Hoje, na Argélia, não há um francês que não esteja autorizado, convidado, a fazer uso de sua arma. Não há um francês, na Argélia, um mês depois do apelo à calma feito pela ONU, que não tenha a permissão, a obrigação de descobrir, de provocar, de perseguir suspeitos.

Um mês depois de votada a moção final da Assembleia Geral das Nações Unidas, não há um francês na Argélia que esteja alheio à mais espantosa empresa de extermínio dos tempos modernos. Solução democrática? De acordo, admite Lacoste, começemos por suprimir os argelinos. Para isso armemos os civis e demos o nosso consentimento. A imprensa francesa, em conjunto, recebeu com reserva a criação desses grupos armados. Milícias fascistas, disseram os jornais. Sim. Mas na escala do indivíduo e do direito internacional, que é o fascismo senão o colonialismo no seio de países tradicionalmente colonialistas? Assassínatos sistematicamente legalizados, recomendados, acrescentaram. Mas a carne argelina não leva há cento e trinta anos feridas cada vez mais abertas, cada vez mais numerosas, cada vez mais radicais? Atenção, aconselha o Sr. Kenne-Vignes, parlamentar do MRP, não correremos o risco, criando essas milícias, de ver cavar-se em breve um abismo entre as duas comunidades da Argélia? Sim. Mas o estatuto colonial não é a servidão organizada de todo um povo? A Revolução argelina é justamente a contestação declarada dessa servidão e desse abismo. A Revolução argelina dirige-se à nação ocupante e lhe diz: 'Tirai vossas unhas da carne argelina pisada e ferida! Dai autonomia ao povo argelino!'

Diz-se que a criação dessas milícias permitirá aliviar as tarefas do Exército. Liberará as unidades cuja missão será proteger as fronteiras tunisina e marroquina. Um Exército que conta com seiscentos mil homens. A quase totalidade da Marinha e da Aviação. Uma polícia enorme, diligente, cujo assombroso quadro de honra absorveu os ex-carrascos dos povos tunisino e marroquino. Unidades territoriais de cem mil ho-

"Todos os colonos são iguais".⁸ O colonizado, quando o torturam, quando lhe matam a mulher ou a estupram, não vai queixar-se a ninguém. O governo que oprime poderá nomear diariamente quantas comissões de inquérito e informação quiser. Aos olhos do colonizado, essas comissões não existem.

mens. É preciso aliviar o Exército. Criemos milícias urbanas. O frenesi histórico e criminoso de Lacoste impôs a idéia até mesmo aos franceses lúcidos. A verdade é que a criação dessas milícias revela em sua justificativa sua própria contradição. As tarefas do Exército francês são infinitas. Desde logo, fixando-se-lhe como objetivo a reposição da moradia na bôca do povo argelino, fecha-se para sempre a porta que dá para o futuro. Sobre tudo, proíbe-se analisar, compreender, medir a profundidade e a densidade da Revolução argelina; chefes de distritos, chefes de quarteirões, chefes de ruas, chefes de edifícios, chefes de andares... A divisão quadricular na superfície acrescenta-se agora a divisão quadricular na altura.

Em 48 horas registraram-se duas mil candidaturas. Os europeus da Argélia responderam imediatamente ao apelo ao morticínio dirigido por Lacoste. De hoje em diante cada europeu deverá recensear em seu setor os argelinos sobreviventes. Informações, 'resposta rápida' ao terrorismo, detecção de suspeitos, liquidação de 'desertores', reforço dos serviços de polícia. Certamente é preciso aliviar as tarefas do Exército. A roçadura na superfície ajunta-se agora a roçadura na altura. Ao morticínio artesanal acrescenta-se hoje o morticínio planificado. Suspendam o derramamento de sangue, aconselhara a ONU. O melhor meio de chegar a isso, replica Lacoste, é não haver mais sangue a derramar. O povo argelino, depois de ser entregue às hordas de Massu, é confiado aos bons ofícios das milícias urbanas. Resolvendo criar essas milícias, Lacoste dá a entender nitidamente que não deixará que se toque em sua guerra. Prova que existe um infinito na putrefação. De certo ei-lo agora prisioneiro, mas quanta alegria em perder todo o mundo consigo.

Depois de cada uma dessas decisões, o povo argelino aumenta a contração de seus músculos e a intensidade de sua luta. Depois de cada um desses assassinatos, o povo argelino estrutura mais ainda sua tomada de consciência e solidifica sua resistência. Sim. As tarefas do Exército francês são infinitas. Porque a unidade do povo argelino é infinita!"

⁸ É por isso que no início das hostilidades não há prisioneiros. Só através da politização dos quadros é que os dirigentes logram fazer que as massas admitam: 1) que os indivíduos vindos da metrópole nem sempre são voluntários e às vezes mesmo têm repugnância por essa guerra; 2) que o interesse atual da luta quer que o movimento manifeste em sua ação o respeito a certas convenções internacionais; que um exército que faz prisioneiros é um exército e deixa de ser considerado como um grupo de salteadores de estradas; 3) que, em todo o caso, a posse de prisioneiros constitui um meio de pressão não desprezível para proteger nossos militantes detidos pelo inimigo.

E, na verdade, vamos com quase sete anos de crimes na Argélia e não há um só francês que tenha sido levado a um tribunal francês pela morte de um argelino. Na Indochina, em Madagascar, nas colônias, o indígena sempre soube que não havia nada a esperar do outro lado. O trabalho do colono é tornar impossíveis até os sonhos de liberdade do colonizado. O trabalho do colonizado consiste em imaginar todas as combinações eventuais para aniquilar o colono. No plano do raciocínio o maniqueísmo do colono produz um maniqueísmo do colonizado. A teoria do "indígena mal absoluto" corresponde a teoria do "colono mal absoluto".

O aparecimento do colono significou, sincréticamente, morte da sociedade autóctone, letargia cultural, petrificação dos indivíduos. Para o colonizado, a vida só pode surgir do cadáver em decomposição do colono. Tal é, portanto, a correspondência termo a termo dos dois raciocínios.

Mas acontece que, para o povo colonizado, essa violência, porque constitui seu único trabalho, reveste caracteres positivos (formadores). Essa praxis violenta é totalizante, visto que cada um se transforma em elo violento da grande cadeia, do grande organismo surgido como reação à violência primordial do colonialista. Os grupos se reconhecem entre si e a futura nação já está indivisa. A luta armada mobiliza o povo, isto é, lança-o numa única direção, num sentido único.

A mobilização das massas, quando se efetua por ocasião da guerra de libertação, introduz em cada consciência a noção de causa comum, de destino nacional, de história coletiva. Também a segunda fase, a da construção da nação, vê-se facilitada pela existência dessa argamassa preparada em meio ao sangue e à cólera. Compreende-se melhor então a originalidade do vocabulário empregado nos países subdesenvolvidos. Durante o período colonial convidava-se o povo a lutar contra a opressão. Depois da libertação nacional, é ele convidado a lutar contra a miséria, o analfabetismo, o subdesenvolvimento. A luta afirma todos, continua. O povo verifica que a vida é um combate sem fim.

A violência do colonizado, já o dissemos, unifica o povo. Por sua própria estrutura, com efeito, o colonialismo é separatista e regionalista. Não contente de constatar a existência de tribos, o colonialismo reforça-as, diferencia-as. O sistema colonial nutre as chefias e reativa as velhas confrarias mara-

búlicas. A violência em sua prática é totalizante, nacional. Por isso, comporta em sua intimidade a liquidação do regionalismo e do tribalismo. Também os partidos nacionalistas mostram-se particularmente impiedosos com os caídos e os chefes costumeiros. A liquidação dos caídos e dos chefes é uma condição prévia da unificação do povo.

Ao nível dos indivíduos, a violência desintoxica. Desembaraça o colono de seu complexo de inferioridade, de suas atitudes contemplativas ou desesperadas. Torna-o intrépido, reabilita-o a seus próprios olhos. Mesmo que a luta armada seja simbólica, e mesmo que seja desmobilizado por uma descolonização rápida, o povo tem tempo de se convencer de que a libertação foi o assunto de todos e de cada um, o líder não tem mérito especial. A violência ergue o povo à altura do líder. Daí essa espécie de reticência agressiva com relação à máquina protocolar que os jovens governantes se apressam a montar. Quando participaram, na violência, da libertação nacional, as massas não permitem que ninguém se apresente como "libertador". Mostram-se ciumentas do resultado de sua ação e abstêm-se de confiar a um deus vivo seu futuro, seu destino, a sorte da pátria. Totalmente irresponsáveis ontem, pretendem hoje tudo compreender e tudo decidir. Iluminada pela violência, a consciência do povo rebela-se contra toda pacificação. Os demagogos, os oportunistas, os mágicos enfrentam daí em diante uma tarefa difícil. A praxis que as lançou num corpo-a-corpo desesperado confere às massas um gosto voraz do concreto. A empresa da mistificação torna-se, a longo prazo, praticamente impossível.

Da Violência no Contexto Internacional

"ASSINALAMOS MUITAS VÊZES, NAS PÁGINAS PRECEDENTES, que nas regiões subdesenvolvidas o responsável político está sempre convocando o povo ao combate. Combate contra o colonialismo, combate contra a miséria e o subdesenvolvimento, combate contra as tradições esterilizantes. O vocabulário que utiliza em seus apelos é um vocabulário de chefe de Estado-Maior: "Mobilização das massas", frente da agricultura, "frente do analfabetismo", "derrotas sofridas", "vitórias alcançadas". A jovem nação independente evolui durante os primeiros anos numa atmosfera de campo de batalha. E que o dirigente político de um país subdesenvolvido avalia com assombro o caminho imenso que seu país deve percorrer. Recruta o povo e lhe diz: "Cinjam os lombos e trabalhemos". O país, tenazmente dominado por uma espécie de loucura criadora, lança-se num esforço gigantesco e desproporcionado. O programa consiste não somente em sair do atraso mas em

alcançar as outras nações com os meios disponíveis. Prevalce a crença de que os povos europeus atingiram um alto grau de desenvolvimento em consequência de seus esforços. Provemos então ao mundo e a nós mesmos que somos capazes de iguais realizações. Esse modo de colocar o problema da evolução dos países subdesenvolvidos não nos parece justo nem razoável. //

Os Estados europeus construíram sua unidade nacional num momento em que as burguesias nacionais haviam concentrado em suas mãos a maior parte das riquezas. Comerciantes e artesãos, clérigos e banqueiros monopolizavam no quadro nacional as finanças, o comércio e as ciências. A burguesia representava a classe mais dinâmica, mais próspera. Sua ascensão ao poder propiciou-lhe empreender operações decisivas: industrialização, incremento das comunicações e, pouco depois, busca de mercados "ultramarinos".

Na Europa, excetuando-se uma ou outra nuance (a Inglaterra, por exemplo, havia tomado uma certa dianteira), os diferentes Estados, no momento em que se realizava sua unidade nacional, conheciam uma situação econômica mais ou menos uniforme. Na verdade, nenhuma nação, pelos caracteres de seu desenvolvimento e de sua evolução, *ultrajava* as outras.

Hoje, a independência nacional, a formação nacional nas regiões subdesenvolvidas assumem aspectos totalmente novos. Nessas regiões, excetuadas algumas realizações espetaculares, os diversos países apresentam a mesma ausência de infraestrutura. As massas lutam contra a mesma miséria, debatem-se com os mesmos gestos e desenham com seus estômagos encolhidos o que se pôde chamar de geografia da fome. Mundo subdesenvolvido, mundo de miséria e desumano. Mundo também sem médicos, sem engenheiros, sem administradores. Diante deste mundo, as nações européias espoliam-se na opulência mais ostensiva. Essa opulência européia é literalmente escandalosa porque foi edificada sobre o dorso de escravos, nutriu-se do sangue de escravos, procede em linha reta do solo e do subsolo deste mundo subdesenvolvido. O

bem-estar e o progresso da Europa foram construídos com o suor e o cadáver dos negros, árabes, índios e amarelos. Conçtem que não nos esqueçamos disto. Quando um país colonialista, coagido pelas reivindicações de independência de uma colônia, proclama diante dos dirigentes nacionalistas: "Se querem a independência, ei-la, voltem à Idade Média", o povo recém-emancipado tende a aquiescer e aceitar o repto. E vê-se, efetivamente, o colonialismo retirar seus capitais e técnicos e estabelecer em torno do jovem Estado um dispositivo de pressão econômica.¹ A *apoteose da independência* transforma-se em *maldição da independência*. Por meios colossais de coerção, a potência colonial condena ao retrocesso a jovem nação. Na verdade, a potência colonial diz: "Já que querem a independência, tomem-na e danem-se". Não resta então aos dirigentes nacionalistas outro recurso senão voltar-se para seu povo e pedir-lhe um esforço grandioso. Desses homens famintos exige-se um regime de austeridade, desses músculos atrofiados reclama-se um trabalho despro-

¹ No atual contexto internacional o capitalismo não exerce o bloqueio econômico exclusivamente contra as colônias africanas ou asiáticas. Os Estados Unidos, com a operação anticastrista, inauguram no hemisfério americano um novo capítulo da história da libertação laboriosa do homem. A América Latina, formada de países independentes que têm assento na ONU e cunham moeda, deveria constituir uma lição para a África. Essas antigas colônias, desde a libertação vêm suportando no terror e na miséria a lei de bronze do capitalismo ocidental.

A libertação da África e o desenvolvimento da consciência dos homens permitiram que os povos latino-americanos acabassem com a velha dança das ditaduras em que os regimes se sucediam mas não mudavam. Castro toma o poder em Cuba e o dá ao povo. Esta heresia é recebida pelos ianques como uma calamidade nacional, e os Estados Unidos organizam brigadas anti-revolucionárias, forjam um governo provisório, incendeiam as colheitas de cana, resolvem enfim estrangular impiedosamente o povo cubano. Mas isso será difícil. O povo cubano sofrerá mas vencerá. O Presidente brasileiro Jânio Quadros, numa declaração de importância histórica, acaba de afirmar que seu país defenderá por todos os meios a Revolução Cubana. Os Estados Unidos também recuarão talvez diante da vontade dos povos. Nesse dia nos embandeiraremos, porque será um dia decisivo para os homens e as mulheres do mundo inteiro. O dólar que, no fim de contas, só é garantido pelos escravos espalhados na superfície do globo, nos poços de petróleo do Oriente Médio, nas minas do Peru ou do Congo, nas plantações da United Fruit ou de Firestone, cessará então de dominar com todo o seu poder esses escravos que o criaram e que continuam com a cabeça vazia e o ventre vazio a alimentá-lo com sua substância.

porcionado. Institui-se um regime autárquico e cada Estado, com os pobres meios de que dispõe, trata de responder à grande fome nacional, à grande miséria nacional. Assiste-se à mobilização de um povo que desde então se esfalva e esgota perante uma Europa saciada e desdenhosa.

Outros países do Terceiro Mundo recusam esta prova e aceitam passar pelas condições da antiga potência tutelar. Utilizando sua posição estratégica, posição que os privilegia na luta dos blocos, esses países celebram acordos, comprometem-se. O antigo país dominado transforma-se em país economicamente dependente. A ex-potência colonial que manteve intactos, e às vezes reforçou, circuitos comerciais de tipo colonialista admite alimentar através de pequenas injeções o orçamento da nação independente. Vê-se, portanto, que a aquisição da independência por parte dos países coloniais coloca o mundo diante de um problema capital: a libertação nacional dos países colonizados patenteia e torna mais insuportável seu estado real. O confronto fundamental que parecia ser o do colonialismo e do anticolonialismo, até mesmo do capitalismo e do socialismo, perde logo sua importância. O que conta hoje em dia, o problema que traça o horizonte é a necessidade de uma redistribuição das riquezas. A humanidade, sob pena de se desmoronar, compete responder a essa indagação.

De modo geral chegou-se a pensar que chegara para o mundo, e particularmente para o Terceiro Mundo, a hora de escolher entre o sistema capitalista e o sistema socialista. Os países subdesenvolvidos, que se valeram da competição feroz existente entre os dois sistemas para garantir o triunfo de sua luta de libertação nacional, devem agora recusar instalar-se nesta competição. Não deve o Terceiro Mundo contentar-se com definir-se em relação a valores que o antecederam. Ao contrário, devem os países subdesenvolvidos esforçar-se por dar à luz valores que lhes sejam próprios, métodos e um estilo que lhes sejam específicos. O problema concreto diante do qual nos achamos não é o da escolha custe o que custar entre o socialismo e o capitalismo, nos moldes em

que foram definidos por homens de continentes e épocas diferentes. Sabemos, é certo, que o regime capitalista, quanto ao modo de vida, não pode permitir-nos cumprir nossa tarefa nacional e universal. A exploração capitalista, os trustes e os monopólios são os inimigos dos países subdesenvolvidos. Em compensação, a escolha de um regime socialista, de um regime inteiramente voltado para o conjunto do povo, baseado no princípio de que o homem é o bem mais precioso, permitir-nos-á ir mais depressa, mais harmoniosamente, tornando de fato impossível essa caricatura de sociedade em que alguns detêm todos os poderes econômicos e políticos com prejuízo da totalidade nacional.

Mas para que esse regime possa funcionar de modo válido, para que possamos a todo o momento respeitar os princípios em que nos inspiramos, temos necessidade de outra coisa além do investimento humano. Certos países subdesenvolvidos evidenciam nessa direção um esforço colossal. Homens e mulheres, moços e velhos, empenham-se com entusiasmo num verdadeiro trabalho forçado e proclamam-se escravos da nação. O dom de si e o desprezo por toda preocupação que não seja coletiva dão origem a uma moral nacional que reconforta o homem, lhe restitui a confiança no destino do mundo e desarma os observadores mais reticentes. Acreditamos, porém, que tal esforço não poderá prosseguir por muito tempo nesse ritmo infernal. Esses jovens países resolveram aceitar o desafio após a retirada incondicional do ex-país colonial. O país se reencontra entre as mãos da nova equipe mas na realidade é preciso retomar tudo, repensar tudo. O sistema colonial, com efeito, interessava-se por certas riquezas, por certos recursos, precisamente aqueles que lhe alimentavam as indústrias. Nenhum balanço sério fôra feito até ao presente, do solo ou do subsolo. Além disso, a jovem nação independente vê-se obrigada a continuar os circuitos econômicos estabelecidos pelo regime colonial. Pode, com certeza, exportar para outros países, para outras zonas monetárias, mas a base de suas exportações não se modifica fundamentalmente. O regime colonial cristalizou circuitos, e a nação é obrigada, sob pena de sofrer uma catástrofe, a mantê-los. Talvez conviesse recomeçar tudo, alterar a natureza das exportações

e não apenas o seu destino, reinterrogar o solo, o subsolo, os rios e — por que não? — o sol. Ora, para tanto precisa-se de alguma coisa mais que investimento humano. Precisa-se de capitais, de técnicos, de engenheiros, de mecânicos etc. . . Digamo-lo: acreditamos que o esforço colossal a que os dirigentes convidam os povos subdesenvolvidos não produzirá os resultados esperados. Se não se modificarem as condições de trabalho, serão necessários séculos para humanizar este mundo tornado animal pelas forças imperialistas.²

// A verdade é que não devemos aceitar essas condições. Temos de recusar categoricamente a situação a que nos querem condenar os países ocidentais. O colonialismo e o imperialismo não estão quites conosco por terem retirado de nossos territórios suas bandeiras e suas forças policiais. Durante séculos os capitalistas comportaram-se no mundo subdesenvolvido como verdadeiros criminosos de guerra. As deportações, os massacres, o trabalho forçado, a escravidão forma os principais meios empregados pelo capitalismo para aumentar suas reservas de ouro e diamante, suas riquezas, e para firmar seu poderio. Há pouco tempo o nazismo transformou a totalidade da Europa em verdadeira colônia. Os governos das diferentes nações européias exigiram reparações e reclamaram a restituição em dinheiro e em gêneros das riquezas que lhes tinham sido roubadas: obras culturais, quadros, esculturas, vitrais foram devolvidos a seus proprietários. Na bôca dos europeus, logo em seguida a 1945, uma única frase: "A Alemanha pagar". Por seu turno, o Sr. Adenauer, no momento em que se iniciava o processo Eichmann, pediu mais uma vez, em nome do povo alemão, perdão ao povo judeu. O Sr. Adenauer renovou o compromisso de seu país de pagar ao Estado de Israel as somas enormes que devem servir de compensação aos crimes nazistas.³

² Certos países favorecidos por um povoamento europeu importante chegam à independência com muros e avenidas e tendem a esquecer o interior miserável e faminto. Ironia da sorte: por uma espécie de silêncio cúmplice, comportam-se como se sua cidade fôsse contemporânea da independência.

³ É verdade que a Alemanha não reparou integralmente os crimes de guerra. As indenizações impostas à nação vencida não foram reclamadas na totalidade porque as nações prejudicadas incluíram a Alemanha

Igualmente dizemos que os Estados imperialistas cometeriam um grave erro e uma injustiça inqualificável se se contentassem em retirar de nosso solo as coortes militares, os serviços administrativos e de intendência cuja função era descobrir riquezas, extrai-las e expedi-las para as metrópoles. A reparação moral da independência nacional não nos cega, não nos alimenta. A riqueza dos países imperialistas é também nossa riqueza. No plano do universal, esta afirmação, é de presumir, não pretende absolutamente significar que nos sentimos tocados pelas criações da técnica ou das artes ocidentais. Bastante concretamente a Europa inchou de maneira desmedida com o ouro e as matérias-primas dos países coloniais: América Latina, China, África. De todos esses continentes, perante os quais a Europa hoje ergue sua torre opulenta, partem, há séculos, em direção a esta mesma Europa os diamantes e o petróleo, a seda e o algodão, as madeiras e os produtos exóticos. A Europa é literalmente a criação do Terceiro Mundo. As riquezas que a sufocam são as que foram roubadas aos povos subdesenvolvidos. Os portos da Holanda, Liverpool, as docas de Bordéus e de Liverpool especializadas no tráfico dos negros devem seu renome aos milhões de escravos deportados. E quando ouvimos um chefe de Estado europeu declarar compungido que lhe cumpre vir em auxílio dos infelizes povos subdesenvolvidos, não estremecemos de reconhecimento. Pelo contrário, dizemos para nós mesmos: "é uma justa reparação que nos vai ser feita". Tampouco aceitaremos que a ajuda aos países subdesenvolvidos seja um programa de "irmãs de caridade". Essa ajuda deve ser a con-

em seu sistema defensivo, anticomunista. É essa preocupação permanente que anima os países colonialistas quando tentam obter de suas antigas colônias, já que não podem inseri-las no sistema ocidental, bases militares e enclaves. Eles decidiram por unanimidade esquecer as próprias reivindicações em nome da estratégia da OTAN, em nome do mundo livre. E vimos a Alemanha receber vagas sucessivas de dólares e máquinas. Uma Alemanha reerguida, forte e poderosa era uma necessidade para o campo ocidental. O interesse bem compreendido da chamada Europa livre queria uma Alemanha próspera, reconstruída e capaz de servir de primeiro obstáculo às eventuais hordas vermelhas. A Alemanha aproveitou maravilhosamente a crise européia. Por isso, os Estados Unidos e os Estados europeus experimentam legítima amargura diante dessa Alemanha, ontem ajoelhada, que lhes move hoje no mercado econômico uma concorrência implacável.

sagração de uma dupla tomada de consciência, tomada de consciência pelos colonizados de que isso lhes é devido e pelas potências capitalistas de que efetivamente elas devem pagar.* Se, por falta de inteligência — não falemos de ingratidão — os países capitalistas se recusassem a pagar, então a dialética implacável de seu próprio sistema encarregar-se-ia de os asfixiar. As jovens nações, é bem verdade, atraem poucos capitais privados. Múltiplas razões legitimam e explicam esta reserva dos monopólios. Logo que os capitalistas sabem, e são evidentemente os primeiros a saber, que seu governo se prepara para descolonizar, dão-se pressa em retirar da colônia a totalidade de seus capitais. A fuga espetacular dos capitais é um dos fenômenos mais constantes da descolonização.

As companhias particulares, para investir nos países independentes, exigem condições que se revelam, à luz da experiência, inaceitáveis ou irrealizáveis. Fiéis ao princípio da rentabilidade imediata, que é o deles, tão logo vão para o “ultramar”, os capitalistas mostram-se reticentes acerca de todo investimento a longo prazo. São refratários e muitas vezes francamente hostis aos pretensos programas de planificação das jovens equipes que estão no poder. Em rigor, aquiesceriam de bom grado a emprestar o dinheiro aos novos Estados, mas com a condição de que esse dinheiro servisse para comprar produtos manufaturados, máquinas e, conseqüentemente, para fazer girar as fábricas da metrópole.

De fato, a desconfiança dos grupos financeiros ocidentais explica-se pelo cuidado que têm em não assumir nenhum risco. Ademais, exigem uma estabilidade política e um clima social sereno, impossíveis de obter se se tem em conta a situação lamentável da população global logo depois da indepen-

⁴ “Distinguir radicalmente a edificação do socialismo na Europa das ‘ligações com o Terceiro Mundo’ (como se com este só tivessemos relações de exterioridade) é, conscientemente ou não, dar o passo para a arrumação da herança colonial à margem da libertação dos países subdesenvolvidos, é querer construir um socialismo de luxo sobre os frutos da rapina imperial — como se, no interior de uma quadrilha, se fôsse repartir mais ou menos equitativamente o saque, só som o inconveniente de ter que distribuir um pouco dele aos pobres sob a forma de boas obras, esquecendo que eles é que foram roubados”. Marcel Péju: “Mourir pour de Gaulle?”, artigo publicado em *Temps Modernes*, n.º 175-176, outubro-novembro de 1960.

dência. Então, em busca dessa garantia que a antiga colônia não pode assegurar, impõem a manutenção de certas guarnições ou a entrada do jovem Estado nos pactos econômicos ou militares. As companhias privadas fazem pressão sobre seu próprio governo para que, pelo menos, se instalem bases militares nesses países com a missão de proteger os interesses das ditas companhias. Em última instância, solicitam a seu governo que lhes garanta os investimentos que elas decidem fazer em tal ou qual região subdesenvolvida.

Ocorre que poucos países atendem às condições exigidas pelos trustes e monopólios. Deste modo, os capitais, desprovidos de mercados seguros, ficam bloqueados na Europa e imobilizam-se. Imobilizam-se tanto mais quanto os capitalistas se negam a investir em seu próprio território. A rentabilidade em tal caso é, com efeito, irrisória e o controle fiscal desespera os mais audaciosos.

A situação é, a longo prazo, catastrófica. Os capitais já não circulam ou vêm sua circulação consideravelmente diminuída. Os bancos suíços recusam os capitais, a Europa sufoca. Malgrado as somas enormes absorvidas nas despesas militares, o capitalismo internacional está em apuros.

Mas um outro perigo o ameaça. De fato, na medida em que o Terceiro Mundo for abandonado e condenado à regressão, em todo o caso à estagnação, pelo egoísmo e pela imoralidade das nações ocidentais, os povos subdesenvolvidos liberarão evoluir em autarquia coletiva. As indústrias ocidentais ver-se-ão rapidamente privadas de seus mercados ultramarinos. As máquinas amontoar-se-ão nos entrepostos e, no mercado europeu, desenrolar-se-á uma luta inexorável entre os grupos financeiros e os trustes. Fechamento de fábricas, abandono do trabalho e desemprego levarão o proletariado europeu a iniciar uma luta aberta contra o regime capitalista. Os monopólios perceberão então que seu interesse bem compreendido consiste em ajudar e ajudar maciçamente e sem demasiadas condições os países subdesenvolvidos. Vemos que as jovens nações do Terceiro Mundo estão erradas em fazer um sorriso amável para os países capitalistas. Somos

84

poderosos de pleno direito e em razão da justeza de nossas posições. Devemos, pelo contrário, dizer e explicar aos países capitalistas que o problema fundamental da época contemporânea não é a guerra entre o regime socialista e eles. Urge pôr fim a essa guerra fria que não conduz a parte alguma, sustar os preparativos de nuclearização do mundo, investir generosamente e auxiliar tecnicamente as regiões subdesenvolvidas. A sorte do mundo depende da solução que se der a esse problema.

E não tentem os regimes capitalistas interessar os regimes socialistas na "sorte da Europa" diante das multidões de côm e famintas. O feito do Comandante Gagarin, a despeito do General de Gaulle, não é uma vitória que faz "honra à Europa". De algum tempo para cá os chefes de Estado dos regimes capitalistas e os homens de cultura vêm manifestando com relação à União Soviética uma atitude ambivalente. Depois de terem coligado todas as suas forças para aniquilar o regime socialista, compreendem agora que é necessário contar com ele. Então fazem-se amáveis, multiplicam as manobras de sedução e lembram constantemente ao povo soviético que ele "pertence à Europa".

Tratando o Terceiro Mundo como se este fosse uma maré que ameaçasse submergir toda a Europa, não se logrará dividir as forças progressistas que pretendem conduzir a humanidade para a felicidade. O Terceiro Mundo não deseja organizar uma imensa cruzada da fome contra toda a Europa. O que ele espera daqueles que o mantiveram durante séculos na escravidão é que o ajudem a reabilitar o homem, a fazer triunfar o homem por toda a parte, de uma vez por todas.

Mas é claro que não levamos a ingenuidade até ao ponto de acreditarmos que isso será feito com a cooperação e a boa-vontade dos governos europeus. Esse trabalho colossal que consiste em reintroduzir o homem no mundo, o homem total, há de ser feito com o auxílio decisivo das massas européias que — é necessário que elas o reconheçam — muitas vezes

se congregam a respeito dos problemas coloniais nas posições de nossos senhores comuns. Para isso é imperioso, antes de mais nada, que as massas européias resolvam despertar, sacudir o cérebro e cessar de tomar parte no jogo irresponsável da bela adormecida no bosque.

Grandeza e Fraquezas da Espontaneidade

AS REFLEXÕES sobre a violência levaram-nos a perceber a existência freqüente de uma defasagem, de uma diferença de ritmo entre os quadros do partido nacionalista e as massas. Em toda organização política ou sindical existe classicamente um fosso entre as massas que exigem a melhoria imediata e total de sua situação e os quadros que, medindo as dificuldades suscetíveis de ser criadas pelo patronato, limitam e restringem suas reivindicações. Por isso é que se verifica muitas vezes um descontentamento pertinaz das massas com a atuação dos quadros. Após cada jornada de reivindicação, enquanto os quadros comemoram a vitória, as massas têm incontestavelmente a impressão de que foram traídas. É a multiplicação das manifestações reivindicativas, a multiplicação dos conflitos sindicais, que provoca a politização dessas massas. Sindicalista politizado é aquele que sabe que um conflito local não é uma explicação definitiva entre ele e o

patronato. Os intelectuais colonizados que estudaram, em suas respectivas metrópoles, o funcionamento dos partidos políticos fundam organizações semelhantes a fim de mobilizar as massas e fazer pressão sobre a administração colonial. O nascimento de partidos nacionalistas nos países colonizados é contemporâneo da constituição de uma elite intelectual e mercantil. As elites atribuem importância decisiva à organização como tal, e não raro o fetichismo da organização se superpõe ao estudo racional da sociedade colonial. A noção de partido é uma noção importada da metrópole. Este instrumento das lutas modernas é aplicado sem alteração alguma numa realidade proteiforme, desequilibrada, onde coexistem, a um só tempo, a escravatura, a servidão, o escambo, o artesanato e as operações da bolsa.

A fraqueza dos partidos políticos não reside somente no emprego mecânico de uma organização que conduz a luta do proletariado no seio de uma sociedade capitalista altamente industrializada. No plano limitado do tipo de organização, deveriam vir à luz inovações e adaptações. O grande erro, o vício congênito da maioria dos partidos políticos nas regiões subdesenvolvidas foi ter seguido o esquema clássico, dirigindo-se prioritariamente aos elementos mais conscientes: o proletariado das cidades, os artesãos e os funcionários, isto é, uma íntima parcela da população que não representa muito mais de um por cento.

Ora, embora compreendesse a propaganda do partido e lesse a literatura por este divulgada, o proletariado estava muito menos preparado para responder às palavras de ordem de luta implacável pela libertação nacional. Já se disse inúmeras vezes que nos territórios coloniais o proletariado é a camada do povo colonizado mais mimada pelo regime colonial. O proletariado embrionário das cidades é relativamente privilegiado. Nos países capitalistas o proletariado nada tem a perder; é ele que, eventualmente, teria tudo a ganhar. Nos países colonizados o proletariado tem tudo a perder. Representa de fato a fração do povo colonizado necessária e insubstituível para o bom andamento da máquina colonial: condutores de bondes, motoristas de táxis, mineiros, estivadores, intérpretes, enfermeiras etc... São esses elementos que for-

mam a clientela mais fiel dos partidos nacionalistas e que pelo lugar privilegiado que ocupam no sistema colonial constituem a fração "burguesa" do povo colonizado.

Por isso compreende-se que a clientela dos partidos políticos nacionalistas seja antes de tudo urbana: artífices, operários, intelectuais e comerciantes que residem essencialmente nas cidades. Sua maneira de pensar já leva em numerosos pontos a marca do meio técnico e relativamente cômodo no qual evoluem. Aqui o "modernismo" é rei. São esses mesmos meios que vão pugnar contra as tradições obscurantistas, que vão reformar os costumes, entrando assim em luta aberta contra o velho alicerce de granito que forma o fundo nacional.

Os partidos nacionalistas, em sua imensa maioria, sentem grande desconfiança acerca das massas rurais. Essas massas lhes dão na verdade a impressão de se atolarem na inércia e na infecundidade. Com bastante rapidez os membros dos partidos nacionalistas (operários urbanos e intelectuais) chegam a manifestar sobre os campos o mesmo julgamento pejorativo dos colonos. Mas quando se procura compreender as razões dessa desconfiança dos partidos políticos contra as massas rurais, convém reter o fato de que o colonialismo amiúde reforçou ou assentou seu domínio organizando a petrificação dos campos. Isoladas pelos marabus, feiticeiros e chefes consuetudinários, as massas rurais vivem ainda em estado feudal, e essa estrutura medieval todo-poderosa é alimentada pelos agentes administrativos ou militares coloniais.

A jovem burguesia colonial, mercantil sobretudo, vai entrar em competição com esses senhores feudais em múltiplos setores: marabus e feiticeiros que barram o caminho aos doentes que poderiam consultar o médico, djemaas que julgam, tornando inúteis os advogados, caídes que se valem de seu prestígio político e administrativo para comerciar ou estabelecer uma linha de transporte, chefes consuetudinários que se opõem, em nome da religião e da tradição, à introdução de negócios e produtos novos.

A jovem classe de comerciantes e homens de negócios colonizados precisa, para se desenvolver, do desaparecimen-

to dessas proibições e dessas barreiras. A clientela indígena, que representa a caça reservada dos feudos e que se vê mais ou menos impedida de adquirir produtos novos, constitui portanto um mercado disputado.

Os quadros feudais interpõem-se entre os jovens nacionalistas ocidentalizados e as massas. Cada vez que as elites fazem um gesto na direção das massas rurais, os chefes de tribos, os chefes de confrarias, as autoridades tradicionais multiplicam as cautelas, as ameaças, as excomunhões. Essas autoridades tradicionais que foram confirmadas pelo poder ocupante vêm com desagrado as tentativas de infiltração das elites nos campos. Sabem que as idéias suscetíveis de ser introduzidas por esses elementos vindos das cidades negam o princípio mesmo da perenidade dos feudos. Por conseguinte, seu inimigo não é o poder ocupante com o qual, no fim de contas, vivem em boa harmonia, mas esses modernistas que pretendem desarticular a sociedade autóctone e por isso mesmo tirar-lhes o pão da boca.

Os elementos ocidentalizados nutrem com relação às massas camponesas sentimentos que fazem lembrar os que se notam no seio do proletariado dos países industrializados. A história das revoluções burguesas e a história das revoluções proletárias mostraram que as massas rurais constituem muitas vezes um freio à revolução. Nos países industrializados, as massas rurais são em geral os elementos menos conscientes, menos organizados e portanto os mais anarquistas. Apresentam um conjunto de características — individualismo, indisciplina, amor ao lucro, disposição para as grandes cóleras e os profundos desânimos — que definem um comportamento objetivamente reacionário.

Vimos que os partidos nacionalistas calcam seus métodos e doutrinas sobre os partidos ocidentais. Além disso, na maioria dos casos, não orientam sua propaganda na direção daquelas massas. Na realidade, a análise racional da sociedade colonizada, se tivesse sido feita, ter-lhes-ia demonstrado que os camponeses colonizados vivem num meio tradicional cujas estruturas permanecem intactas, ao passo que nos países industrializados esse meio tradicional foi rachado pelo pro-

gresso da industrialização. É no seio do proletariado embrionário que se encontram nas colônias comportamentos individualistas. Abandonando os campos onde a demografia apresenta problemas insolúveis, os camponeses sem terra, que constituem o *lumpen-proletariat*, precipitam-se para os centros urbanos, amontoam-se nas favelas e tratam de se infiltrar nos portos e nas cidades nascidas do domínio colonial. As massas camponesas continuam a viver num quadro imóvel e as bôcas excessivamente numerosas não têm outro recurso senão emigrar para as cidades. O camponês que não abandona seu lugar defende com obstinação suas tradições e, na sociedade colonizada, representa o elemento disciplinado cuja estrutura social permanece comunitária. É verdade que essa vida imóvel, crispada em arcabouços rígidos, pode dar origem episódicamente a movimentos baseados em fanatismo religioso e a guerras tribais. Mas em sua espontaneidade as massas rurais continuam disciplinadas, altruístas. O indivíduo se apaga diante da comunidade.

“Os camponeses têm certa desconfiança do homem da cidade. Vestido como o europeu, falando a língua dele, trabalhando com ele, por vezes morando em seu quarteirão, o cidadão é considerado pelos camponeses como um trãsfuga que abandonou tudo o que constitui o patrimônio nacional. Os indivíduos das cidades são “traidores, vendidos” que parecem dar-se bem com o ocupante e se esforçam no quadro do sistema colonial para lograr êxito. Por isso é que, com frequência, ouvimos os camponeses dizerem que as pessoas das cidades não têm moral. Não nos achamos aqui diante da clássica oposição entre o campo e a cidade. É a oposição entre o colonizado excluído das vantagens do colonialismo e aquele que se acomoda para tirar proveito da exploração colonial.

Os colonialistas, aliás, utilizam essa oposição em sua luta contra os partidos nacionalistas. Mobilizam os habitantes das montanhas e dos desertos contra os moradores das cidades. Sublevam o interior contra o litoral, reanimam as tribos e não deve causar espanto ver Kalondji fazer-se coroar rei de Kasai, como não deve ter causado espanto há alguns anos ver a Assembléia dos chefes de Gana criar obstáculos para N’Krumah.

Os partidos políticos não chegam a implantar sua organização nos campos. Em vez de se voltarem para as estruturas existentes e lhes darem um conteúdo nacionalista ou progressista, pretendem, no arcabouço do sistema colonial, subverter a realidade tradicional. Imaginam-se capazes de impulsionar a nação enquanto as malhas do sistema colonial ainda são fortes. Não vão ao encontro das massas. Não põem seus conhecimentos teóricos a serviço do povo mas tentam enquadrar as massas de acordo com um esquema *a priori*. Dêse modo, vão da capital para as vilas dirigentes desconhecidos ou jovens demais que, empossados pela autoridade central, querem dirigir o aduar ou o povoado como se fôsse uma célula de empresa. Os chefes tradicionais são ignorados, às vezes desconsiderados. A história da futura nação espezinha com singular desenvoltura as pequenas histórias locais, isto é, a única atualidade nacional, quando seria necessário inserir harmoniosamente a história da vila, a história dos conflitos tradicionais dos clãs e das tribos na ação decisiva para a qual se convoca o povo. Os velhos, cercados de respeito nas sociedades tradicionais e geralmente revestidos de indiscutível autoridade moral, são publicamente ridicularizados. Os serviços do ocupante não deixam de utilizar essas animosidades e mantêm-se a par das menores decisões adotadas por essa caricatura de autoridade. A repressão policial, certa porque baseada em informações exatas, não se faz esperar. Os dirigentes caídos do céu e os membros importantes da nova assembléia são detidos.

Os reveses sofridos confirmam a "análise teórica" dos partidos nacionalistas. A experiência desastrosa da tentativa de arregimentação das massas rurais reforça a desconfiança e cristaliza a agressividade deles contra essa parte do povo. Após o triunfo da luta de libertação nacional, renovam-se os mesmos erros, alimentando as tendências descentralizadoras e autonomistas. O tribalismo da fase colonial dá lugar ao regionalismo da fase nacional, com sua expressão institucional: o federalismo.

// Mas acontece que as massas rurais, malgrado a pouca influência que os partidos nacionalistas exercem sobre elas, intervêm de maneira decisiva, seja no processo de maturação, da consciência nacional, seja para revezar-se na ação dos par-

tidos nacionalistas, seja mais raramente para se substituir pura e simplesmente à esterilidade desses partidos.

A propaganda dos partidos nacionalistas sempre encontra eco no seio das massas camponesas. A recordação do período pré-colonial continua viva nos povoados. As mulheres murmuram ainda ao ouvido dos filhos os cantos que acompanharam os guerreiros na resistência à conquista. Aos 12, 13 anos, os rapazes das vilas conhecem o nome dos anciãos que assistiram à última insurreição, e os sonhos nos aduare e nos povoados não são sonhos de riqueza ou sucesso nos exames, como os dos meninos das cidades, mas sonhos de identificação com tal ou qual combatente cuja morte heróica, ao ser narrada, provoca ainda hoje lágrimas abundantes.

No momento em que os partidos nacionalistas tentam organizar a embrionária classe obreira das cidades, assiste-se nos campos a explosões na aparência totalmente inexplicáveis. É o caso, por exemplo, da famosa insurreição de 1947 em Madagáscar. Os serviços colonialistas são formais: trata-se de uma revolta camponesa. Na verdade sabemos hoje que as coisas, como sempre, foram bem mais complicadas. No curso da Segunda Guerra Mundial as grandes companhias coloniais estenderam sua dominação e apoderaram-se da totalidade das terras ainda livres. Na mesma época falou-se também da implantação eventual, na ilha, de refugiados judeus, cabilas, antilhanos. Correu igualmente o boato da invasão próxima da ilha pelos brancos da África do Sul com a cumplicidade dos colonos. Assim, depois da guerra os candidatos nacionalistas foram triunfalmente eleitos. Logo em seguida organizou-se a repressão contra as células do partido M.D.R.M. (Movimento Democrático da Renovação Malgaxe). O colonialismo, para atingir seus fins, utilizou os meios mais clássicos: prisões em massa, propaganda racista intertribal e criação de um partido com os elementos desorganizados do *lumpen-proletariat*. Esse partido, chamado dos Deserdados de Madagáscar (P.A.D.E.S.M.), oferece à autoridade colonial, através de suas provocações resolutas, a garantia legal da manutenção da ordem. Ora, essa operação banal de liquidação de um partido, preparada antecipadamente, assume aqui proporções gigantescas. As massas rurais, na defensiva há

três ou quatro anos, sentem-se de repente em perigo mortal e deliberam opor-se ferozmente às forças colonialistas. Armado de zagaia e mais amiúde de pedras e cacêtes, o povo lança-se na insurreição generalizada em prol da libertação nacional. Sabe-se o que acontece depois.

Essas insurreições armadas não representam senão um dos meios usados pelas massas rurais para intervir na luta nacional. Às vezes os camponeses aproveitam a pausa da agitação urbana, quando o partido nacionalista nas cidades é objeto da repressão policial. As notícias chegam ampliadas aos campos, desmedidamente ampliadas: líderes presos, metralhadoras em ação, o sangue negro inunda a cidade, os meninos dos colonos banham-se no sangue árabe. Então o ódio acumulado, o ódio exarcebado explode. O posto mais próximo é atacado, os gendarmes são esfaqueados, o mestre-escola é massacrado, o médico só se salva porque está ausente etc... Despacham-se colunas de pacificação para o interior, a aviação bombardeia. Desfralda-se o estandarte da revolta, ressurgem as velhas tradições guerreiras, as mulheres aplaudem, os homens organizam-se e tomam posição nas montanhas, começa a guerrilha. Espontaneamente os camponeses criam a insegurança generalizada, o colonialismo amedronta-se, instala-se na guerra ou negícia.

Como reagem os partidos nacionalistas a essa irrupção decisiva das massas camponesas na luta nacional? Vimos que a maioria dos partidos nacionalistas não inscreveram em sua propaganda a necessidade da ação armada. Não se opõem à persistência da insurreição mas contentam-se em confiar na espontaneidade dos camponeses. Em suma, comportam-se, com relação a esse elemento novo, como se se tratasse de um maná caído do céu e esperam que isso continue. Exploram o maná mas não procuram organizar a insurreição. Não enviam aos campos quadros capazes de politizar as massas, esclarecer as consciências, elevar o nível do combate. Esperam que, arrasada por seu movimento, a ação dessas massas não arrefeça. Não há contaminação do movimento rural pelo movimento urbano. Cada um evolui de conformidade com sua dialética própria.

Os partidos nacionalistas não tentam introduzir palavras de ordem nas massas rurais, que estão nesse momento inteiramente disponíveis. Não lhes propõem um objetivo; limitam-se a esperar que esse movimento se perpetue indefinidamente e que os bombardeios não tenham fim. Vê-se portanto que, mesmo nessa ocasião, os partidos nacionalistas não exploram a possibilidade que se lhes oferece de integrar as massas rurais, de as politizar, de lhes elevar o nível da luta. Sustentam a posição criminoso de desconfiança acêrca dos campos.

Os quadros políticos encafuam-se nas cidades, dão a entender ao colonialismo que não têm ligação com os insurretos ou partem para o estrangeiro. Raramente vão juntar-se ao povo nas montanhas. Em Quênia, por exemplo, durante a revolta Mau-Mau, nenhum nacionalista conhecido declarou pertencer a este movimento ou tratou de defender esses homens.

Não há explicação fecunda nem confronto das diferentes camadas da nação. Por isso, no momento da independência sobrevinda após a repressão exercida contra as massas rurais e após o acôrdo entre o colonialismo e os partidos nacionalistas, reencontramos, acentuada, essa incompreensão. Os camponeses mostram-se reticentes com respeito às reformas de estrutura propostas pelo governo e também quanto às inovações sociais, mesmo objetivamente progressistas, precisamente porque os responsáveis atuais pelo regime não explicaram à totalidade do povo, durante o período colonial, os objetivos do partido, a orientação nacional, os problemas internacionais etc.

✓ A desconfiança que os camponeses e os feudatários concebiam contra os partidos nacionalistas durante o período colonial sucede uma hostilidade igual durante o período nacional. Os serviços secretos colonialistas, que não depuseram as armas depois da independência, alimentam o descontentamento e chegam ainda a criar aos jovens governos graves dificuldades. Numa palavra, o governo não faz senão pagar sua preguiça do período de libertação e seu constante desprezo pelos camponeses. A nação poderá ter uma cabeça racional, progressista mesmo, mas o corpo imenso continuará débil, recalcitrante, pouco inclinado à cooperação.

A tentação será então quebrar esse corpo, centralizando a administração e enquadrando firmemente o povo. É uma das razões pelas quais se ouve muitas vezes dizer que nos países subdesenvolvidos faz-se mister certa dose de ditadura. Os dirigentes desconfiam das massas rurais. Aliás, essa desconfiança pode tomar formas graves. É o caso, por exemplo, de certos governos que, muito tempo depois da independência nacional, consideram o interior como uma região não pacificada aonde o chefe do Estado e os ministros só se aventuram por ocasião das manobras do exército nacional. Esse interior é praticamente assimilado ao desconhecido. Paradoxalmente, o governo nacional em seu comportamento em relação às massas rurais lembra, sob certos aspectos, o poder colonial: "Ninguém sabe muito bem como essas massas vão reagir", e os jovens dirigentes não hesitam em afirmar: "É preciso apelar para o arrôcho se se quiser tirar este país da Idade Média". Mas vimos que a desenvoltura com que os partidos políticos trataram as massas rurais durante a fase colonial só poderia causar danos à unidade nacional, ao forte impulso dado à nação.

Algumas vezes o colonialismo procura alterar e desconjuntar o ímpeto nacionalista. Em vez de levantarem os xeques e os chefes contra os "revolucionários" das cidades, as repartições encarregadas dos assuntos indígenas organizam as tribos e confrarias em partidos. Em face do partido urbano que começava a "corporalizar a vontade nacional" e a constituir um perigo para o regime colonial, nascem grupinhos e tendências e surgem partidos de base étnica ou regionalista. É a tribo em sua integralidade que se converte em partido político aconselhado de perto pelos colonialistas. Pode começar a mesa redonda. O partido unitário será afogado na aritmética das tendências. Os partidos tribais opõem-se à centralização, à unidade e denunciam a ditadura do partido unitário.

Mais tarde essa tática será utilizada pela oposição nacional. Entre os dois ou três partidos nacionalistas que conduziram a luta de libertação, o ocupante fez sua escolha. As modalidades dessa escolha são clássicas: quando um partido

obtem a unanimidade nacional e se impõe ao ocupante como único interlocutor, o ocupante multiplica as manobras e retarda ao máximo a hora das negociações. Essa demora será usada para esmigalhar as exigências desse partido ou alcançar da direção o afastamento de certos elementos "extremistas".

Se, pelo contrário, nenhum partido se impõe de fato, o ocupante contenta-se em privilegiar aquele que lhe parece o mais "razoável". Os partidos nacionalistas que não participaram das negociações passam então a denunciar o acordo celebrado entre o outro partido e o ocupante. O partido que recebe o poder do ocupante, consciente do perigo que constituem as posições estritamente demagógicas e confusas do partido rival, tenta dismantelá-lo e condena-o à ilegalidade. O partido perseguido não tem outro recurso senão refugiar-se na periferia das cidades e nos campos. Procura sublevar as massas rurais contra os "vendidos da costa marítima e os corruptos da capital". Todos os pretextos são então aproveitados: argumentos religiosos, dispositivos inovadores adotados pela nova autoridade nacional e que rompem com a tradição. Explora-se a tendência obscurantista das massas rurais. A suposta doutrina revolucionária repousa de fato sobre o caráter retrógrado, passional e espontaneísta dos campos. Murmura-se aqui e ali que a montanha se agita, que os campos estão descontentes. Afirma-se que em tal lugar a gendarmaria fez fogo sobre os camponeses, que se enviaram reforços, que o regime está prestes a desabar. Os partidos de oposição, sem programa definido, não tendo outro objetivo senão o de se substituírem à equipe dirigente, confiam seu destino às mãos espontâneas e obscuras das massas camponesas.

Inversamente, pode acontecer que a oposição não se apóie mais nas massas rurais, mas nos elementos progressistas, nos sindicatos da jovem nação. Neste caso o governo faz um apelo às massas para que resistam às reivindicações dos trabalhadores, denunciadas então como manobras de aventureiros antitradicionalistas. As constatações que tivemos ocasião de fazer ao nível dos partidos políticos reaparecem, *mutatis mutandis*, ao nível dos sindicatos. De início, as formações sindicais nos territórios coloniais são normalmente ramificações

loais dos sindicatos metropolitanos e as palavras de ordem respondem em eco às da metrópole.

Delineando-se a fase decisiva da luta de libertação, alguns sindicalistas indígenas decidem-se pela criação de sindicatos nacionais. A antiga organização, importada da metrópole, será maciçamente abandonada pelos autóctones. Essa criação sindical é, para as populações urbanas, um novo elemento de pressão sobre o colonialismo. Dissemos que o proletariado nas colônias é embrionário e representa a fração mais favorecida do povo. Os sindicatos nacionais nascidos na luta organizam-se nas cidades, e seu programa é antes de tudo um programa político, um programa nacionalista. Mas esse sindicato nacional nascido no decorrer da fase crucial do combate pela independência é de fato a arregimentação legal dos elementos nacionalistas conscientes e dinâmicos.

As massas rurais, desdenhadas pelos partidos políticos, continuam marginalizadas. Haverá, certamente, um sindicato dos trabalhadores agrícolas, mas essa criação contenta-se em responder à necessidade formal de "apresentar uma frente unida ao colonialismo". Os responsáveis sindicais que fizeram seu aprendizado no quadro das organizações sindicais metropolitanas só sabem organizar as massas urbanas. Perderam todo contacto com o campesinato e preocupam-se em primeiro lugar com a arregimentação dos operários metalúrgicos, dos estivadores, dos empregados das empresas de gás e eletricidade etc.

Durante a fase colonial as formações sindicais nacionalistas constituem uma força espetacular. Nas cidades, os sindicatos podem imobilizar ou, pelo menos, travar a qualquer momento a economia colonialista. Como a população europeia está, com frequência, localizada nas cidades, as repercussões psicológicas das manifestações sobre essa população são consideráveis: falta de eletricidade, de gás, não há coleta de lixo, as mercadorias apodrecem nos portos.

Essas ilhotas metropolitanas que constituem as cidades no quadro colonial ressentem-se profundamente da ação sindical. A fortaleza do colonialismo, representada pela capital, suporta com dificuldade essa linguagem rude. Mas o "in-

terior" (as massas rurais) continua alheio a essa confrontação.

Vemos assim que há uma desproporção, do ponto de vista nacional, entre a importância dos sindicatos e o resto da nação. Após a independência, os operários sindicalizados têm a impressão de agirem em vão. O objetivo limitado que haviam fixado revela-se, no instante mesmo em que é atingido, bastante precário em relação com a imensidade da tarefa de construção nacional. Em face da burguesia nacional, cujas relações com o poder são, aliás, muito íntimas, os dirigentes sindicais descobrem que já não podem acantrar-se na agitação obreirista. Congenitamente isolados das massas rurais, incapazes de difundir palavras de ordem para além dos subúrbios, os sindicatos adotam posições cada vez mais políticas. De fato, os sindicatos são candidatos ao poder. Tentam por todos os meios encurralar a burguesia: protesto contra a manutenção de bases estrangeiras em território nacional, denúncia dos acordos comerciais, tomadas de posição contra a política externa do governo nacional. Os operários agora "independentes" atuam no vazio. Os sindicatos percebem logo depois da independência que as reivindicações sociais, se fossem expressas, escandalizariam o resto do país. Os operários são na verdade os beneficiários do regime. Representam a fração mais abastada do povo. Uma agitação que se propusesse obter melhoria de condições de vida para os operários e os estivadores seria não somente impopular, como também correria o risco de provocar a hostilidade das massas deserdadas dos campos. Os sindicatos, a quem todo sindicalismo está interdito, ficam marcando passo.

Esse mal-estar traduz a necessidade objetiva de um programa social que interesse enfim o conjunto da nação. Os sindicatos descobrem subitamente que o interior precisa ser igualmente esclarecido e organizado. Mas, porque em nenhum momento se preocuparam em estabelecer correias de transmissão entre eles e as massas camponesas, e como precisamente essas massas constituem as únicas forças espontaneamente revolucionárias do país, os sindicatos vão tirar a prova de sua ineficácia e descobrir o caráter anacrônico de seu programa.

Os dirigentes sindicais, mergulhados na agitação político-obreirista, chegam maquinalmente à preparação de um golpe de Estado. Mas, aí ainda, o interior está excluído. É uma explicação restrita, entre a burguesia nacional e o obreirismo sindical. A burguesia nacional, retomando as velhas tradições do colonialismo, exhibe suas forças militares e policiais, enquanto que os sindicatos organizam comícios e mobilizam dezenas de milhares de aderentes. Os camponeses, diante dessa burguesia nacional e desses operários que, no fim de contas, matam a fome, olham e encolhem os ombros. Os camponeses encolhem os ombros porque se dão conta de que uns e outros os consideram um peso morto. Os sindicatos, os partidos ou o governo, por uma espécie de maquiavelismo imortal, usam as massas camponesas como força de manobra inerte, cega. Como força bruta.

Em compensação, em certas circunstâncias, as massas camponesas vão intervir de modo decisivo tanto na luta de libertação nacional quanto nas perspectivas que a nação futura escolhe para si. Para os países subdesenvolvidos esse fenômeno assume importância capital; por isso é que nos propomos estudá-lo pormenorizadamente.

Vimos que nos partidos nacionalistas a vontade de derubar o colonialismo vive em harmonia com uma outra vontade: a de entender-se amigavelmente com ele. No seio desses partidos produzem-se às vezes dois processos. Em primeiro lugar, tendo procedido a uma análise fundamentada da realidade colonial e da situação internacional, elementos intelectuais começam a criticar o vácuo ideológico do partido nacional e sua indigência tática e ideológica. Põem-se a apresentar incansavelmente aos dirigentes perguntas cruciais: "Que é o nacionalismo? Que colocam vocês atrás dessa palavra? Que contém esse vocábulo? Independência para quê? E antes de mais nada como acham que vão consegui-la?" ao mesmo tempo que exigem que os problemas metodológicos sejam abordados com vigor. Sugerem que aos meios eleitoralistas ajuntem "qualquer outro meio". Às primeiras escaramuças, os dirigentes desembaraçam-se depressa dessa efervescência que de boa-vontade qualificam de juvenil. Mas, uma vez que tais reivindicações não são nem a expressão de uma efervescen-

cia nem a marca da juventude, os elementos revolucionários que defendem essas posições são rapidamente isolados. Os dirigentes que se pavoneiam de sua experiência repelem inapelavelmente "esses aventureiros, esses anarquistas".

A máquina do partido mostra-se impermeável a toda inováção. A minoria revolucionária vê-se sôzinha, diante de uma direção amedrontada e angustiada com a idéia de que poderia ser vencida numa tormenta da qual não imagina sequer os aspectos, a força ou a orientação. O segundo processo diz respeito aos quadros dirigentes ou subalternos que, em razão de suas atividades, estão expostos às perseguições policiais colonialistas. O que é interessante frisar é que esses homens atingem as esferas dirigentes do partido graças a seu trabalho obstinado, ao espírito de sacrifício e a um patriotismo exemplar. Tais homens, vindos da base, são com frequência artífices humildes, trabalhadores sazonais e até mesmo autênticos desempregados. Para eles, militar num partido nacional não é fazer política, é escolher o único meio de passar do estado animal ao estado humano. Esses homens, a quem incomoda o legalismo-exacerbado do partido, vão revelar nos limites das atividades que lhes são confiadas um espírito de iniciativa, uma coragem e um senso da luta que quase automaticamente os apontam às forças de repressão do colonialismo. Presos, condenados, torturados, anistiados, utilizam o período de detenção para confrontar suas idéias e enrijecer sua determinação. Nas greves de fome, na solidariedade violenta das valas comuns dos cárceres, vivem sua libertação como uma oportunidade que lhes será dada para desencadear a luta armada. Mas ao mesmo tempo, lá fora, o colonialismo que começa a ser assediado por todos os lados faz propostas aos moderados nacionalistas.

Assiste-se a uma divisão próxima da ruptura entre a tendência ilegalista e a tendência legalista do partido. Os ilegais sentem-se indesejáveis. São evitados. Tomando infinitas precauções, os legais do partido procuram ajudá-los, mas se julgam estranhos. Esses homens vão então entrar em contacto com os elementos intelectuais cujas posições puderam apreciar alguns anos antes. Um partido clandestino, lateral ao partido legal, consagra esse encontro. Mas a repressão contra esses

elementos irrecuperáveis intensifica-se à medida que o partido legal se aproxima do colonialismo, tentando modificá-lo "do interior". A equipe ilegal vê-se então num beco sem saída histórico.

Repelidos das cidades, esses homens se agrupam a princípio nos subúrbios periféricos. Mas a rede policial desencava-os e obriga-os a deixarem definitivamente as cidades, a fugirem dos lugares da luta política. E eles partem em demanda dos campos, das montanhas, das massas camponesas. Inicialmente as massas fecham-se sobre eles, subtraindo-os à investigação policial. O militante nacionalista que resolve, em vez de brincar de esconder com os policiais nos centros urbanos, colocar seu destino nas mãos das massas camponesas não perde nunca. O manto camponês estende-se sobre ele com uma ternura e um vigor insuspeitados. Verdadeiros exilados do interior, desvinculados do meio urbano em cujo seio haviam fixado as idéias de nação e de luta política, esses homens se tornam autênticos membros da resistência. Compelidos a se deslocarem o tempo todo para escapar aos policiais, andando de noite para não atrair a atenção, vão ter ensejo de percorrer, de conhecer o país. Esquecidos estão os cafés, as discussões sobre as próximas eleições, a perversidade desse ou daquele policial. Seus ouvidos escutam a verdadeira voz do país e seus olhos vêem a grande, a infinita miséria do povo. Eles se dão conta do tempo precioso que foi desperdiçado em inúteis comentários sobre o regime colonial. Compreendem enfim que a mudança não será uma reforma, não será um paliativo. Compreendem, numa espécie de vertigem que nunca deixará de os habitar, que a agitação política nas cidades será sempre impotente para modificar, para subverter o regime colonial.

Esses homens adquirem o hábito de conversar com os camponeses. Descobrem que as massas rurais jamais deixaram de colocar o problema de sua libertação em termos de violência, de terra a retomar aos estrangeiros, de luta nacional, de insurreição armada. Tudo é simples. Esses homens descobrem um povo coerente que se perpetua numa espécie de imobilidade mas que guarda intactos os seus valores morais, seu apêgo à nação. Descobrem um povo generoso, pronto ao sacrifício, desejoso de se dar, impaciente e de uma altivez de pedra. Percebe-se que o encontro desses militantes acuados

pela polícia com essas massas inquietas e, por instinto, rebeldes pode redundar numa mistura detonante de poder extraordinário. Os homens vindos das cidades entram para a escola do povo e ao mesmo tempo iniciam, em proveito do povo, cursos de formação política e militar. O povo aprimora as suas armas. Na verdade os cursos não duram muito tempo porque as massas, retomando contacto com a própria intimidade de seus músculos, levam os dirigentes a apressarem as coisas. Desencadeia-se a luta armada.

A insurreição desorienta os partidos políticos. Sua doutrina, de fato, sempre afirmou a ineficácia de toda prova de força e sua própria existência é uma constante condenação da insurreição. Secretamente, alguns partidos políticos partilham do otimismo dos colonos e se felicitam de estarem fora dessa loucura, a qual, dizem, será reprimida com sangue. Mas o fogo ateado propaga-se como uma epidemia ao país inteiro. Os carros de assalto e os aviões não alcançam os êxitos esperados. Diante da extensão do mal, o colonialismo começa a refletir. No seio mesmo da população opressora levantam-se vozes que chamam a atenção para a gravidade da situação.

Mas o povo, em suas choças e em seus sonhos, entra em comunicação com o novo ritmo nacional. Em voz baixa, na intimidade, dedica aos gloriosos combatentes hinos intermináveis. A insurreição já se espalhou pelo país. Agora são os partidos que estão isolados.

Entretanto, os dirigentes da insurreição tomam consciência, mais dia, menos dia, da necessidade de estender a revolta às cidades. Essa tomada de consciência não é fortuita. Consagra a dialética que preside ao desenvolvimento de uma luta armada de libertação nacional. Se bem que os campos representem reservas inesgotáveis de energia popular e os grupos armados façam aí reinar a insegurança, o colonialismo não duvida realmente da solidez do seu sistema nem se sente fundamentalmente em perigo. O dirigente da insurreição resolve portanto levar a guerra à casa do inimigo, isto é, às cidades tranquilas e grandiloquentes.

A instalação da insurreição nas cidades apresenta, para a direção, problemas difíceis. Vimos que a maior parte dos di-

rigentes, nascidos ou criados nos centros urbanos, haviam fugido de seu meio natural por terem sido enxotados pela política colonialista e em geral incompreendidos pelos quadros prudentes e razoáveis dos partidos políticos. Sua retirada para os campos foi ao mesmo tempo uma fuga da repressão e uma desconfiança acêrca das velhas organizações políticas. As antenas urbanas naturais desses dirigentes são os nacionalistas conhecidos no seio dos partidos políticos. Mas vimos justamente que sua história recente se desenrolou lateralmente a esses dirigentes timoratos e crispados numa reflexão ininterrupta sobre os crimes do colonialismo.

Aliás, as primeiras tentativas que os homens da insurreição fazem no sentido de se aproximarem de seus antigos camaradas, aqueles precisamente de quem se pode esperar que estejam mais à esquerda, confirmarão suas apreensões e lhes cortarão até mesmo o desejo de rever os velhos conhecidos. De fato, a insurreição, partida dos campos, vai penetrar nas cidades através da fração do campesinato bloqueada na periferia urbana, aquela que ainda não pôde encontrar um osso para roer no sistema colonial. Os homens que a população crescente dos campos e o esbulho colonial compeliram a desertar o torrão familiar giram incansavelmente em derredor das diferentes cidades, esperando que de um dia para outro se lhes conceda permissão de entrar. É nessa massa, é nesse povo das favelas, no seio do *lumpen-proletariat*, que a insurreição vai encontrar sua ponta de lança urbana. O *lumpen-proletariat*, essa coorte de famintos destribalizados, desclanizados, constitui uma das forças mais espontaneamente e mais radicalmente revolucionárias de um povo colonizado.

Em Quênia, nos anos que precederam a revolta dos Mau-Mau, vimos as autoridades coloniais britânicas multiplicar as medidas de intimidação contra o *lumpen-proletariat*. Forças policiais e missionários coordenaram seus esforços, nos anos de 1950-1951, para responder como convinha ao afluxo enorme de jovens quenianos vindos dos campos e das florestas e que, não encontrando colocação no mercado de trabalho, roubavam, entregavam-se à devassidão, ao alcoolismo etc. A delinqüência juvenil nos países colonizados é produto direto da existência do *lumpen-proletariat*. Da mesma forma, no Congo,

adotaram-se medidas draconianas, a partir de 1957, para devolver aos campos o "molecório" que perturbava a ordem estabelecida. Fundaram-se estabelecimentos correcionais cuja direção foi confiada às missões evangélicas sob a proteção, é claro, do Exército belga.

A constituição de um *lumpen-proletariat* é um fenômeno que obedece a uma lógica própria, e nem a atividade dos missionários nem as prisões do poder central podem entravar-lhe a progressão. O *lumpen-proletariat*, semelhante a uma rata-ria, apesar dos pontapés, apesar das pedradas, continua a roer as raízes da árvore.

A favela consagra a decisão biológica do colonizado de invadir custe o que custar e, se fôr necessário, pelas vias mais subterrâneas, a cidadela inimiga. O *lumpen-proletariat* constituído e pesando com tôdas as suas forças sobre a "segurança" da cidade, significa o apodrecimento irreversível, a gangrena instalada no coração do domínio colonial. Então os caftens, os cafajestes, os desempregados, uma vez invocados os direitos comuns, atiram-se na luta de libertação como robustos trabalhadores. Os ociosos, os desclassificados vão, através do canal da ação militante e decisiva, reencontrar o caminho da nação. Não se reabilitam em presença da sociedade colonial ou da moral do dominador. Pelo contrário, admitem sua incapacidade de entrar na cidade de outro modo que não seja pela força da granada ou do revólver. Esses desempregados e esses sub-homens reabilitam-se diante deles mesmos e diante da história. As prostitutas, essas também, as criadas de 2.000 francos, as desesperadas, tôdas estas e tôdas as que evoluem entre a loucura e o suicídio, vão reequilibrar-se, vão pôr-se outra vez em marcha e participar de maneira decisiva do grande cortejo da nação renascida.

Os partidos nacionalistas não compreendem esse fenômeno nôvo que lhes precipita a desagregação. O súbito aparecimento da insurreição nas cidades modifica a fisionomia da luta. As tropas colonialistas, que se tinham dirigido em massa para os campos, voltam precipitadamente para as cidades a fim de garantir a segurança das pessoas e dos bens. A repressão dispersa as próprias forças, o perigo está presente por toda a parte. É o solo nacional, é a totalidade da colônia que entram em transe. Os grupos camponeses arma-

dos assistem ao afrouxamento da opressão militar. A insurreição nas cidades é um balão de oxigênio inesperado.

Os dirigentes da insurreição que vêem o povo entusiasta e ardente desferir golpes resolutos na máquina colonialista reforçam sua desconfiança com respeito à política tradicional. Cada vitória obtida legitima-lhes a hostilidade ao que daí por diante passam a chamar de gargarejo, verbalismo, agitação estéril. Passam a odiar a "política", a demagogia. Por isso é que no início assistimos a um verdadeiro triunfo do culto da espontaneidade.

As múltiplas revoltas nascidas nos campos atestam, por todas as partes em que surgem, a presença ubiqüitária e geralmente densa da nação. Cada colonizado em armas é um pedaço da nação doravante viva. Tais revoltas põem em perigo o regime colonial, mobilizam-lhe as forças ao mesmo tempo que as dispersam, ameaçando a todo instante asfixiá-las. Obedecem a uma doutrina simples: façamos com que a nação exista. Não há programa, não há discurso, não há resoluções, não há tendências. O problema está enunciado com clareza: é necessário que os estrangeiros partam. Constituamos uma frente comum contra o opressor e reforçemos essa frente com a luta armada.

Enquanto perdura a inquietude do colonialismo, a causa nacional progride e se torna a causa de cada um. Delineia-se a empresa de libertação, que diz respeito já ao país todo. Nesse período a espontaneidade é rei. A iniciativa localiza-se. Em cada cume, um governo em miniatura se organiza e assume o poder. Nos vales e nas florestas, na mata e nos povoados, por toda a parte, encontra-se uma autoridade nacional. Através de sua atividade, cada um faz existir a nação e empenha-se em fazê-la triunfar localmente. Estamos diante de uma estratégia da imediatividade, totalitária e radical. O objetivo, o programa de cada grupo espontaneamente constituído é a libertação local. Se a nação está em todas as partes, então está aqui. Mais um passo e ela está só aqui. Tática e estratégia se confundem. A arte política transforma-se simplesmente em arte militar. O militante político é o combatente. Fazer a guerra e fazer política é uma coisa só.

Esse povo deserdado, habituado a viver no círculo estreito das lutas e das rivalidades, vai proceder numa atmosfera solene ao arranjo e à purificação da fisionomia local da nação. Num verdadeiro êxtase coletivo, famílias inimigas decidem apagar tudo, tudo esquecer. Multiplicam-se as reconciliações. Os ódios entranhados e ocultos vêm à superfície para serem mais seguramente extirpados. O ascendimento da nação faz avançar a consciência. A unidade nacional é em primeiro lugar a unidade do grupo, o desaparecimento das velhas querelas e a liquidação definitiva das reticências. Ao mesmo tempo a purificação abrangerá alguns autóctones que, por suas atividades, por sua cumplicidade com o ocupante, desonraram o país. Em compensação, os traidores e os vendidos serão julgados e castigados. O povo, ao empreender essa marcha contínua, legisla, descobre-se e se quer soberano. Cada ponto assim despertado do sono colonial vive numa temperatura insuportável. Uma efusão permanente reina nos povoados, uma generosidade espetacular, uma bondade sem limites, uma vontade jamais desmentida de morrer pela "causa". Tudo isso evoca ao mesmo tempo uma confraria, uma igreja, uma mística. Nenhum autóctone pode permanecer indiferente a esse ritmo novo que arrebatava a nação. Despacham-se emissários às tribos vizinhas. Eles constituem o primeiro sistema de ligação da insurreição e transmitem cadência e movimento às regiões ainda imóveis. Tribos cuja rivalidade obstinada é bastante conhecida fazem as pazes entre lágrimas de alegria e juram que se hão de ajudar e apoiar mutuamente. No ombro a ombro fraterno, na luta armada, os homens voltam a juntar-se a seus inimigos de ontem. O círculo nacional se amplia e novas emboscadas proclamam a entrada em cena de novas tribos. Cada vila descobre que é agente absoluto e auxiliar. A solidariedade intertribal, a solidariedade entre povoados, a solidariedade nacional manifestam-se antes de tudo na multiplicação dos golpes desfechados no inimigo. Cada novo grupo que se forma e cada salva nova que explode indicam que cada um acua o inimigo, que cada um faz frente a ele.

Esta solidariedade vai manifestar-se muito mais claramente no curso do segundo período que se caracteriza pelo início da ofensiva inimiga. As forças coloniais, após a explo-

são, reagrupam-se, reorganizam-se e inauguram métodos de combate que correspondem à natureza da insurreição. Essa ofensiva coloca em debate a atmosfera eufórica e paradisíaca do primeiro período. O inimigo desencadeia o ataque e concentra forças importantes em pontos precisos. Com muita rapidez o grupo local ultrapassa os limites, tanto mais que tende a princípio a aceitar de frente o combate. O otimismo que reinou no primeiro período torna o grupo intrépido, até mesmo inconsciente. O grupo que se persuadiu de que o pico de seu nome é a nação não admite recuo, não tolera a idéia de retirada. As baixas são numerosas e a dúvida infiltra-se maciçamente nos espíritos. O grupo suporta o assalto local como uma prova decisiva. Comporta-se literalmente como se a sorte do país se decidisse aqui e agora.

Mas bem se vê que essa impetuosidade voluntarista que pretende pautar seu destino, logo em seguida ao sistema colonial, está condenada, enquanto doutrina do instantaneísmo, a negar-se a si mesma. O realismo mais cotidiano, mais prático dá lugar às efusões de ontem e se substitui à ilusão de eternidade. A lição dos fatos, os corpos ceifados pela metralha provocam uma reinterpretação global dos acontecimentos. O simples instinto de sobrevivência determina uma atitude mais flexível, mais móvel. Essa modificação na técnica de combate é característica dos primeiros meses da guerra de libertação do povo angolano. Lembremo-nos de que em 15 de março de 1961 os camponeses angolanos lançaram-se em grupos de dois ou três mil contra as posições portuguesas. Homens, mulheres e meninos, armados ou desarmados, com sua coragem, seu entusiasmo, investiram em massas compactas e vagas sucessivas contra as regiões onde dominavam o colono, o soldado e a bandeira portuguesa. Vilas e aeródromos foram cercados e sofreram múltiplos assaltos, mas milhares de angolanos também foram ceifados pelas balas colonialistas. Não tardou muito que os chefes da insurreição angolana compreendessem que deviam encontrar outro método se queriam realmente libertar seu país. Assim, ao cabo de alguns meses, o líder angolano Holden Roberto reorganizou o Exército Nacional Angolano, levando em conta as diferentes guerras de libertação e valendo-se das técnicas da guerrilha.

De fato, na guerrilha a luta não se trava mais onde estamos mas aonde vamos. Cada combatente transporta a pátria

em guerra entre artelhos nus. O exército de libertação nacional não é o que combate de uma vez por todas com o inimigo mas o que vai de aldeia em aldeia, que se embrenha nas matas e sapateia de alegria quando percebe no vale a nuvem de pó levantada pelas colunas adversárias. As tribos se põem em movimento, os grupos se deslocam, mudando de terreno. Os habitantes do norte marcham para o oeste, os da planície sobem para as montanhas. Não há posição estratégica privilegiada. O inimigo imagina perseguir-nos mas nós encontramos sempre um meio de nos colocarmos em sua retaguarda, golpeando-o no momento mesmo em que ele crê que estamos liquidados. A partir de então nós é que o perseguimos. Apesar de toda a sua técnica e de sua potência de fogo, o inimigo dá a impressão de chafurdar e desaparecer pouco a pouco na lama. Nós cantamos, cantamos.

Enquanto isso, porém, os dirigentes da insurreição compreendem que é necessário esclarecer os grupos, instruí-los, criar um exército, centralizar a autoridade. O esmigalhamento da nação, que patenteava a nação em armas, tem de ser corrigido e ultrapassado. Os dirigentes que haviam fugido da atmosfera de política vã das cidades redescobrem a política, não mais como técnica de entorpecimento ou mistificação mas como meio único de intensificar a luta e preparar o povo para a direção lúcida do país. Os dirigentes da insurreição percebem que as sublevações, mesmo grandiosas, precisam ser controladas e orientadas. Os dirigentes vêem-se obrigados a negar o movimento enquanto sublevação, transformando-o assim em guerra revolucionária. Descubrem que o êxito da luta pressupõe a clareza de objetivos, a limpidez da metodologia e sobretudo o conhecimento por parte das massas da dinâmica temporal de seus esforços. Sustentamo-nos três dias, a rigor três meses, valendo-nos da dose de ressentimentos contida nas massas mas não triunfamos numa guerra nacional, não derrotamos a terrível máquina do inimigo, não transformamos os homens se esquecemos de educar a consciência do combatente. Nem o encarniçamento na coragem nem a beleza dos *slogans* são suficientes.

O desenvolvimento da guerra de libertação encarrega-se aliás de aplicar um golpe decisivo na fé dos dirigentes. O inimigo, em verdade, modifica sua tática. A política brutal de

repressão alia oportunamente os gestos espetaculares de boavontade, as manobras de divisão, a "ação psicológica". Tenta de vez em quando e com êxito reativar as lutas tribais, usando provocadores, promovendo o que se chama a contra-subversão. O colonialismo empregará para atingir seus objetivos duas categorias de autóctones. Em primeiro lugar, os colaboradores tradicionais: chefes, caídes, feiticeiros. As massas camponesas mergulhadas, como vimos, na repetição sem história de uma existência imóvel continuam a venerar os chefes religiosos, os descendentes das velhas famílias. A tribo, como um único homem, envereda pelo caminho que lhe é traçado pelo chefe tradicional. À custa de prebendas, o colonialismo garantirá os serviços desses homens de confiança.

O colonialismo vai encontrar igualmente no *lumpen-proletariat* uma massa de manobra considerável. Por isso, todo movimento de libertação nacional deve prestar a máxima atenção a esse *lumpen-proletariat*. Este responde sempre ao chamado da insurreição, mas se a insurreição acredita poder ir para a frente ignorando-o, o *lumpen-proletariat*, essa massa de famintos e desclassificados, atirar-se-á à luta armada, participará do conflito, ao lado, desta vez, do opressor. O opressor, que nunca perde uma ocasião de atirar os negros uns contra os outros, utilizará com rara felicidade a inconsciência e a ignorância que são as taras do *lumpen-proletariat*. Essa reserva humana disponível, caso não seja imediatamente organizada pela insurreição, formará como mercenária ao lado das tropas colonialistas. Na Argélia o *lumpen-proletariat* forneceu os *harkis* e os *messalistes*; em Angola produziu os abridores de estradas que precedem hoje as colunas armadas portuguesas; no Congo, encontra-se o *lumpen-proletariat* nas manifestações regionalistas de Kasai e Katanga, enquanto que em Léopoldville foi ele usado pelos inimigos do Congo para organizar comícios "espontâneos" antilumumbistas.

O adversário, que analisa as forças da insurreição, que estuda cada vez mais o inimigo global que constitui o povo colonizado, se dá conta da fraqueza ideológica, da instabilidade espiritual de certas camadas da população. O adversário descobre, ao lado de uma vanguarda insurrecional rigorosa e bem estruturada, uma massa de homens cuja arregi-

mentação corre permanentemente o risco de ser abalada por um hábito demasiadamente arraigado da miséria fisiológica, das humilhações e da irresponsabilidade. O adversário utiliza essa massa, só com o inconveniente de pagar um preço elevado. Criará a espontaneidade a golpes de baionetas ou à força de castigos exemplares. Os dólares e os francos belgas derramam-se no Congo enquanto que em Madagáscar se multiplicam as medidas anti-Hova e na Argélia são alistados nas forças francesas recrutadas que são autênticos reféns. O dirigente da insurreição vê exatamente a nação soçobrar. Tribos inteiras constituem-se em *harkis* e, dotados de armas modernas, tomam o caminho da guerra e invadem a tribo rival, na qual as circunstâncias pregam o rótulo nacionalista. A unanimidade no combate, tão fecunda e tão grandiosa nas primeiras horas da insurreição, altera-se. A unidade nacional se desfaz e a insurreição atinge um ponto crítico. A politização das massas é reconhecida então como necessidade histórica.

O voluntarismo espetacular que pretendia conduzir de um jato o povo colonizado à soberania absoluta, a certeza que cada um tinha de levar consigo na mesma velocidade e sob a mesma inspiração todos os pedaços da nação, a força que apoiava a esperança, tudo isso se revela, à luz da experiência, uma imensa fraqueza. Enquanto imaginava poder passar sem transição do estado de colonizado ao estado de cidadão soberano de uma nação independente, enquanto se agarrava à miragem da imediatidade dos seus músculos, o colonizado não realizava verdadeiros progressos na via do conhecimento. Sua consciência continuava rudimentar. O colonizado empenha-se na luta com paixão, já o vimos, sobretudo se esta luta é armada. Os camponeses se lançam na insurreição com tanto maior entusiasmo quanto não haviam cessado de se impacientar num modo de vida praticamente anticolonial. Desde toda a eternidade e em razão de múltiplos ardis, de reequilíbrios que evocam as proezas do prestidigitador, os camponeses haviam de certo modo preservado sua subjetividade em face da imposição colonial. Chegavam a acreditar que o colonialismo não era realmente vencedor. O orgulho do camponês, sua resistência a ir para as cidades, a costear o mundo edificado pelo estrangeiro, seus perpétuos movimentos de

recuo à aproximação dos representantes da administração colonial não cessavam de significar que ele opunha à dicotomia do colono sua própria dicotomia.

O racismo anti-racista, a vontade de defender a pele que caracteriza a resposta do colonizado à opressão colonial representam evidentemente razões suficientes para entrar na luta. Mas não se sustenta uma guerra, não se sofre uma repressão enorme, não se assiste ao desaparecimento da própria família para fazer triunfar o ódio ou o racismo. O racismo, o ódio, o ressentimento, "o desejo legítimo de vingança" não podem alimentar uma guerra de libertação. Esses claros na consciência que atiram o corpo em caminhos tumultuosos, que o arremessam num onirismo quase-patológico onde a face do outro me convida à vertigem, onde meu sangue clama pelo sangue do outro, onde minha morte por simples inércia clama pela morte do outro, essa grande paixão das primeiras horas se desloca se deseja nutrir-se de sua própria substância. É verdade que as intermináveis imposições das forças colonialistas reintroduzem na luta os elementos emocionais, dão ao militante novos motivos de ódio, novas razões de partir em busca do "colono a abater". Mas o dirigente percebe, dia após dia, que o ódio não seria capaz de constituir um programa. Não se pode, a não ser por perversão, depositar confiança num adversário que evidentemente dá sempre um jeito de multiplicar os crimes, aprofundar o "fôssô", tornando assim a jogar todo o povo do lado da insurreição. Seja como fôr, já assinalamos que o adversário trata de ganhar a simpatia de certos grupos da população, de certas regiões, de certos chefes. No curso da luta dão-se instruções aos colonos e às forças policiais. O comportamento assume certos matizes, "humaniza-se". Chegá-se até a introduzir nas relações entre colono e colonizado palavras tais como Senhor e Senhora. Multiplicam-se as gentilezas, as amabilidades. Concretamente, o colonizado tem a impressão de assistir a uma mudança.

O colonizado que pegou em armas não somente porque morria de fome e via a desagregação de sua sociedade, como porque era considerado e tratado pelo colono como um animal, mostra-se muito sensível a essas medidas. O ódio se abrandava com esses achados psicológicos. Os tecnólogos e os sociólogos

gos esclarecem as manobras colonialistas e multiplicam os estudos sobre os "complexos": complexo de frustração, complexo belicoso, complexo de colonizabilidade. Promove-se o indígena, tenta-se desarmá-lo por meio da psicologia e, naturalmente, de algumas moedas. Essas providências miseráveis, essas reparações de fachada, aliás sãbiamente dosadas, chegam a lograr certo êxito. A fome do colonizado é de tal ordem, sua fome de qualquer coisa que o humanize — mesmo de modo barato — é a tal ponto incoercível que essas esmolas conseguem localmente enternecê-lo. Sua consciência é de uma precariedade tal, de tamanha opacidade, que se comove com a menor centelha. A grande sede de luz indiferenciada do início é ameaçada a todo o momento pela mistificação. As exigências violentas e globais que riscavam o céu declinam, fazem-se modestas. O lobo impetuoso que queria devorar tudo, a borrasca que queria efetuar uma autêntica revolução corre o risco, se a luta se prolonga, e ela se prolonga, de tornar-se irreconhecível. O colonizado pode a qualquer momento deixar-se desarmar por qualquer concessão.

Os dirigentes da insurreição descobrem com pavor essa instabilidade do colonizado. Desorientados a princípio, compreendem, por esse novo meio, a necessidade de explicar e de operar o completo desenterramento da consciência. Porque a guerra perdura, o inimigo se organiza, se fortalece e adivinha a estratégia do colonizado. A luta de libertação nacional não consiste em vencer uma certa distância com uma única passada. A epopéia é cotidiana, difícil, e os sofrimentos suportados ultrapassam todos os do período colonial. Nas cidades parece que os colonos se modificaram. Os nossos estão mais felizes. São *respeitados*. Os dias se sucedem e é necessário que o colonizado empenhado na luta e o povo que deve continuar a dar seu apoio não fraquejem. Não devem imaginar que a meta foi atingida. Não devem, quando se lhes determinam os objetivos reais da luta, supor que isto não é possível. Ainda uma vez é preciso explicar, é preciso que o povo veja para onde vai e como lá chegar. A guerra não é uma batalha mas uma sucessão de combates locais, dos quais, na verdade, nenhum é decisivo.

Há portanto necessidade de poupar forças, de não as lançar de uma só vez na balança. As reservas do colonialis-

mo são mais ricas, mais importantes que as do colonizado. A guerra se prolonga. O adversário se defende. A grande explicação não se dá hoje nem amanhã. De fato, começou desde o primeiro dia e terá fim não quando não houver mais adversário e sim quando este último, por vários motivos, se der conta de que é de seu interesse terminar essa luta e reconhecer a soberania do povo colonizado. Os objetivos da luta não devem permanecer na indiferenciação dos primeiros dias. Se não nos acautelamos, estamos arriscados a todo o momento a ver o povo se perguntar, no ensejo da menor concessão feita pelo inimigo, por que a guerra se prolonga. Estamos a tal ponto habituados ao desprezo do ocupante, à sua firme vontade de manter a opressão custe o que custar, que toda iniciativa de aspecto generoso, todo indício de boa disposição é saudado com admiração e regozijo. O colonizado tende então a cantar. É preciso multiplicar as explicações e fazer com que o militante compreenda que as concessões do adversário não devem cegá-lo. Essas concessões, que de resto não passam de concessões, não atingem o essencial e, na perspectiva do colonizado, pode-se afirmar que uma concessão não atinge o essencial quando não alcança o regime colonial naquilo que ele tem de essencial.

Em termos precisos, as formas brutais de presença do ocupante podem perfeitamente desaparecer. Na realidade, esse desaparecimento aparatoso significa uma redução das despesas do ocupante, uma medida positiva contra a dispersão das forças. Mas esse desaparecimento custará um preço elevado, o preço de um enquadramento mais coercitivo do destino do país. Será possível evocar exemplos históricos com a ajuda dos quais o povo poderá convencer-se de que o disfarce da concessão e a aplicação do princípio da concessão a todo custo representam para certos países uma dependência mais discreta embora mais total. O povo e a totalidade dos militantes deverão conhecer a lei histórica que estipula que certas concessões são, de fato, coleiras. Quando o trabalho de clarificação não foi feito, causa espanto a facilidade com que os dirigentes de certos partidos políticos se enredam em comprometimentos inomináveis com o antigo colonizador. O colonizado deve persuadir-se de que o colonialismo não lhe faz nenhuma dádiva. O que o colonizado obtém pela luta política ou armada não resulta da boa-vontade ou do bom co-

ração do colono mas traduz sua impossibilidade de protelar as concessões. Mais ainda, saiba o colonizado que tais concessões quem as faz não é o colonialismo mas ele mesmo. Quando o Governo britânico resolve outorgar à população africana mais algumas cadeiras na Assembléia de Quênia, é preciso muito impudor ou inconsciência para supor que o Governo britânico fez concessões. Não se torna evidente que é o povo queniano que faz concessões? Urge que os povos colonizados, urge que os povos que foram espoliados percam a atitude mental que até ao presente os caracterizou. A rigor pode o colonizado aceitar um acordo com o colonialismo mas nunca um comprometimento.

Tôdas essas explicações, essas sucessivas iluminações da consciência, essa marcha na via do conhecimento da história das sociedades só são possíveis no arcabouço de uma organização dos elementos revolucionários vindos das cidades no início da insurreição e daqueles que chegam aos campos no desenrolar da luta. Este núcleo é que constitui o organismo político embrionário da insurreição. Mas, por seu lado, os camponeses que elaboram seus conhecimentos em contacto com a experiência revelar-se-ão aptos a dirigir a luta popular. Instala-se uma corrente de edificação e enriquecimento recíproco entre a nação em estado de guerra e seus dirigentes. As instituições tradicionais são reforçadas, aprofundadas e às vezes literalmente transformadas. O tribunal dos conflitos, as *djemaas*, as assembléias das vilas convertem-se em tribunais revolucionários, em comitês político-militares. Em cada grupo de combate, em cada povoado, surgem legiões de comissários políticos. O povo que começa a tropeçar em ilhas de incompreensão será esclarecido por esses comissários políticos. Assim, estes últimos não temerão abordar os problemas que, se não forem explicitados, contribuirão para desorientar o povo. Com efeito, o militante em armas irrita-se ao ver que muitos indígenas continuam a levar sua vida nas cidades como se fôsses estranhos ao que se passa nas montanhas, como se ignorassem que o movimento essencial já se iniciou. O silêncio das cidades, a continuação da rotina diária dão ao camponês a impressão amarga de que todo um setor da nação se contenta em contar os pontos. Tais constatações

revoltam os camponeses e reforçam-lhes a tendência a desprezar e condenar globalmente os habitantes das cidades. Caberá ao comissário político levá-los a matizar essa posição através da tomada de consciência de que certas frações da população possuem interesses particulares que nem sempre recobrem o interesse nacional. O povo compreende então que a independência nacional desvenda realidades múltiplas que algumas vezes são divergentes e antagônicas. A explicação, nesse preciso momento da luta, é decisiva porque faz o povo passar do nacionalismo global e indiferenciado a uma consciência social e econômica. O povo, que no princípio da luta adotara o maniqueísmo primitivo do colono — os Brancos e os Negros, os Árabes e os Cristãos — percebe pelo caminho que há negros que são mais brancos do que os brancos e que a eventualidade de uma bandeira nacional, a possibilidade de uma nação independente não induzem automaticamente certas camadas da população a renunciarem a seus privilégios ou a seus interesses. O povo percebe que indígenas como ele não ficam desnorteados mas, pelo contrário, parecem valer-se da guerra para reforçar sua situação material e seu poder nascente. Os indígenas traficam e obtêm verdadeiros lucros de guerra a expensas do povo que, como sempre, se sacrifica sem restrições e rega com seu sangue o solo nacional. O militante que com meios rudimentares enfrenta a máquina de guerra colonialista, se dá conta de que ao mesmo tempo que desmantela a opressão colonial contribui pela tangente para construir um outro aparelho de exploração. Esta descoberta é desagradável, penosa e revoltante. Tudo era simples, contudo: de um lado os maus, do outro os bons. A clareza idílica e irreal do princípio é substituída por uma penumbra que desarticula a consciência. O povo descobre que o fenômeno iníquo da exploração pode apresentar uma aparência negra ou árabe. Grita ante a traição mas é preciso corrigir esse grito. A traição não é nacional, é uma traição social. É necessário ensinar o povo a revoltar-se contra o ladrão. Em sua marcha laboriosa em direção ao conhecimento racional, o povo deverá igualmente abandonar o simplismo que caracterizava sua percepção do dominador. A espécie se fragmenta diante de seus olhos. À sua volta constata que certos colonos não participam da histeria criminosa e se diferenciam da espécie. Esses homens, que eram repelidos indiferentemente no bloco mono-

lítico da presença estrangeira, condenam a guerra colonial. O escândalo explode realmente quando protótipos dessa espécie passam para o outro lado, fazem-se negros ou árabes e aceitam os sofrimentos, a tortura, a morte.

Esses exemplos desarmam o ódio global que o colonizado votava à população estrangeira. O colonizado cerca esses poucos homens de uma afeição cálida e propende, por uma espécie de sobrelanço afetivo, a depositar nêles confiança absoluta. Na metrópole, percebida como madrastra implacável e sanguinária, vozes numerosas e algumas vezes ilustres tomam posição, condenam sem reservas a política de guerra de seu governo e o aconselham a levar em conta, afinal, a vontade nacional do povo colonizado. Soldados desertam as fileiras colonialistas, outros recusam explicitamente bater-se contra a liberdade do povo, vão para a cadeia e sofrem em nome do direito desse povo à independência e à gestão dos seus próprios negócios.

O colono deixa de ser simplesmente o homem a abater. Os membros da massa colonialista revelam-se mais próximos, infinitamente mais próximos da luta nacionalista que alguns filhos na nação. O nível racial e racista é ultrapassado nos dois sentidos. Não se concede mais um diploma de autenticidade a todo negro ou a todo muçulmano. Não se saca mais do fuzil ou da machadinha ao aparecimento de qualquer colono. A consciência se desobstrui laboriosamente diante de verdades parciais, limitadas, instáveis. Tudo isso, presume-se, é extremamente difícil. A tarefa de tornar o povo adulto será facilitada ao mesmo tempo pelo rigor da organização e pelo nível ideológico de seus dirigentes. O poder do nível ideológico se elabora e se reforça no mesmo ritmo do desenrolar da luta, das manobras do adversário, das vitórias e dos reveses. A direção revela sua força e sua autoridade ao denunciar os erros, ao aproveitar cada passo atrás da consciência para extrair a lição, para assegurar novas condições de progresso. Cada refluxo local será utilizado para retomar a questão na escala de todas as vilas, de todas as ramificações. A insurreição prova a si mesma a sua racionalidade, exprime sua maturidade cada vez que a partir de um caso faz avançar a consciência do povo. A despeito do grupo que algumas vezes

tende a pensar que as nuances constituem perigos e abrem fendas no bloco popular, a direção continua firme nos princípios postos em evidência na luta nacional e na luta geral que o homem empreende por sua libertação. Há uma brutalidade misturada a um desprezo pelas sutilezas e pelos casos individuais que é tipicamente revolucionária, mas existe uma outra espécie de brutalidade que se assemelha espantosamente com a primeira e que é tipicamente contra-revolucionária, aventureira e anarquista. Essa brutalidade pura, total, se não é combatida de imediato, provoca infalivelmente a derrota do movimento ao cabo de poucas semanas.

O militante nacionalista que havia fugido da cidade, ulcerado pelas manobras demagógicas e reformistas dos dirigentes, decepcionado com a "política", descobre na praxis concreta uma nova política que não tem semelhança alguma com a antiga. Esta é uma política de responsáveis, de dirigentes insertos na história que assumem com seus músculos e com seu cérebro a direção da luta de libertação. Esta política é nacional, revolucionária, social. Essa nova realidade que o colonizado vai agora conhecer só existe através da ação. A luta é que, fazendo explodir a antiga realidade colonial, revela facetas desconhecidas, traz à tona significações novas e põe o dedo nas contradições dissimuladas por essa realidade. O povo que luta, o povo que, graças à luta, coordena esta nova realidade e a conhece, avança, liberto do colonialismo, prevenido de antemão contra todas as tentativas de mistificação, contra todos os hinos à nação. Só a violência exercida pelo povo, violência organizada e aclarada pela direção, permite que as massas decifrem a realidade social, fornecendo-lhes a chave dessa realidade. Sem esta luta, sem este conhecimento na praxis, há apenas carnaval e charanga. Um mínimo de readaptação, algumas reformas no alto, uma bandeira e, em baixo, a massa indivisa, sempre "medievalesca", que continua seu movimento perpétuo.

3

Desventuras da Consciência Nacional

QUE o combate anticolonialista não se inscreve sem dificuldade numa perspectiva nacionalista, é precisamente o que a história nos ensina. Durante muito tempo o colonizado dirige seus esforços para a supressão de certas iniquidades: trabalho forçado, sanções corporais, desigualdades de salários, limitação dos direitos políticos etc. Esse combate pela democracia contra a opressão do homem vai progressivamente sair da confusão neoliberal universalista para desaguar por vezes arduamente na reivindicação nacional. Ora, a falta de preparo das elites, a ausência de ligação orgânica entre elas e as massas, sua preguiça e, digamo-lo, a covardia no momento decisivo da luta figuram na origem de desventuras trágicas.

[A consciência nacional em vez de ser a cristalização coordenada das aspirações mais íntimas da totalidade do povo, em

vez de ser o produto imediato mais palpável da mobilização popular, não será em todo o caso senão uma forma sem conteúdo, frágil, grosseira. As fendas que nela se notam explicam amplamente a facilidade com que, nos jovens países independentes, se passa da nação à etnia, do Estado à tribo. São essas grêtas que justificam os recuos tão penosos e tão prejudiciais ao impulso nacional, à unidade nacional. Veremos que essas fraquezas e os perigos graves que encerram são o resultado histórico da incapacidade da burguesia nacional dos países subdesenvolvidos para racionalizar a praxis popular, isto é, para extrair dela a razão.

A fraqueza clássica, quase congênita da consciência nacional dos países subdesenvolvidos não é somente a consequência da mutilação do homem colonizado pelo regime colonial. É também o resultado da preguiça da burguesia nacional, de sua indigência, da formação profundamente cosmopolita de seu espírito.

A burguesia nacional, que toma o poder no fim do regime colonial, é uma burguesia subdesenvolvida. Seu poder econômico é quase nulo e de qualquer modo sem medida comum com o da burguesia metropolitana ao qual pretende substituir. Em seu narcisismo voluntarista, a burguesia nacional convence-se facilmente de que podia vantajosamente ocupar o lugar da burguesia metropolitana. Mas a independência que a coloca literalmente entre a espada e a parede vai desencadear nela reações catastróficas e obrigá-la a lançar apelos angustiados na direção da antiga metrópole. Os quadros universitários e mercantis que constituem a fração mais esclarecida do novo Estado caracterizam-se na verdade por seu número reduzido, por sua concentração na capital, pelo tipo de suas atividades: negócios, explorações agrícolas, profissões liberais. No seio dessa burguesia nacional não se encontram nem industriais nem grupos financeiros. A burguesia nacional dos países subdesenvolvidos não se orienta para a produção, a invenção, a construção, o trabalho. Está inteiramente canalizada para as atividades de tipo intermediário. Estar no circuito, na mamata parece ser sua vocação profunda. A burguesia nacional tem uma psicologia de homem de negócios e não de capitães de indústria. É bem verdade que

a rapacidade dos colonos e o sistema de embargo instalado pelo colonialismo quase não lhe permitiram escolher.

No sistema colonial uma burguesia que acumule capital é uma impossibilidade. Ora, parece precisamente que a vocação histórica de uma burguesia nacional autêntica num país subdesenvolvido é a de negar-se a si mesma enquanto burguesia, a de negar-se a si mesma enquanto instrumento do capital, e fazer-se totalmente escrava do capital revolucionário que constitui o povo.

Num país subdesenvolvido, uma burguesia nacional autêntica deve aceitar o dever imperioso de trair a vocação a que estava destinada, de entrar na escola do povo, isto é, pôr à disposição do povo o capital intelectual e técnico obtido quando de sua passagem pelas universidades coloniais. Veremos infelizmente que, com bastante frequência, a burguesia nacional se desvia dêsse rumo heróico e positivo, fecundo e justo, para enveredar, com a alma em paz, no caminho horrível, porque antinacional, de uma burguesia clássica, de uma burguesia burguesa, servilmente, estupidamente, cínicamente burguesa.

O objetivo dos partidos nacionalistas a partir de uma certa época é, já o vimos, estritamente nacional. Eles mobilizam o povo servindo-se da palavra de ordem da independência e quanto ao mais confiam no futuro. Quando interrogados a respeito do programa econômico do Estado que reivindicam, sobre o regime que se propõem instaurar, esses partidos mostram-se incapazes de responder precisamente porque ignoram tudo quanto se relaciona com a economia de seu próprio país.

Esta economia sempre se desenvolveu fora deles. Dos recursos atuais e potenciais do solo e do subsolo de seu país só têm um conhecimento livresco, aproximativo. Não podem portanto falar disso senão num plano abstrato, geral. Depois da independência essa burguesia subdesenvolvida, numericamente reduzida, sem capitais, que recusa a rota revolucionária, vai lamentavelmente estagnar-se. Não pode dar livre curso a seu gênio, uma vez que, como poderia dizer com certa frivolidade, estava barrada pelo domínio colonial. A precariedade dos seus meios e a rarefação dos seus quadros encurralam-na du-

rante anos numa economia de tipo artesanal. Em sua perspectiva inevitavelmente muito limitada, uma economia nacional é uma economia baseada nos chamados produtos locais. Grandes discursos serão pronunciados acêrca do artesanato. Na impossibilidade em que se acha de construir fábricas mais rentáveis para o país e para si mesma, a burguesia vai cercar o artesanato de uma ternura patrioteira que acompanha o sentido da nova dignidade nacional e que aliás lhe proporcionará lucros substanciais. Esse culto dos produtos locais, essa impossibilidade de inventar novas direções manifestar-se-ão igualmente através da estagnação da burguesia nacional na produção agrícola característica do período colonial.

A economia nacional do período da independência não é reorientada. Trata-se sempre da colheita de amendoim, da colheita de cacau, da colheita de azeitonas. Da mesma forma nenhuma modificação se opera no comércio dos produtos de base. Nenhuma indústria se instala no país. Prossegue a exportação de matérias-primas, prossegue o trabalho de pequenos agricultores da Europa, de especialistas de produtos brutos.

Entretanto, a burguesia nacional não cessa de exigir a nacionalização da economia e dos setores comerciais. E que, para ela, nacionalizar não significa pôr a totalidade da economia a serviço da nação, decidir satisfazer tôdas as necessidades da nação. Para ela, nacionalizar não significa ordenar o Estado em função de relações sociais novas, cuja aparição venha a ser estimulada. Nacionalização, para ela, significa exatamente transferir aos autóctones favores ilegais herdados do período colonial.

Como não dispõe dos meios materiais nem dos meios intelectuais suficientes (engenheiros, técnicos), a burguesia limitará suas pretensões à retomada dos escritórios e casas comerciais outrora ocupados pelos colonos. A burguesia nacional toma o lugar da antiga população européia: médicos, advogados, comerciantes, corretores, despachantes, agentes de mercadorias em trânsito. Julga ela que, para a dignidade do país e sua própria salvaguarda, deve ocupar todos êsses postos. Daí por diante vai exigir que as grandes companhias estrangeiras passem por ela, quer desejem manter-se no país, quer

tenham a intenção de penetrar nêle. A burguesia nacional descobre para si a missão histórica de servir de intermediária. Como vemos, não se trata de uma vocação de transformar a nação, mas prosaicamente de servir de correia de transmissão a um capitalismo encurralado na dissimulação e que ostenta hoje a máscara neocolonialista. A burguesia nacional vai deleitar-se, sem complexos e com tôda dignidade, no papel de procuradora da burguesia ocidental. Esse papel lucrativo, essa função de biscateiro, essa estreiteza de vistas, essa ausência de ambição simbolizam a incapacidade da burguesia nacional para desempenhar seu papel histórico de burguesia. O aspecto dinâmico e pioneiro, o aspecto inventivo e descobridor de mundos, que se nota em tôda burguesia nacional está aqui lamentavelmente ausente. No seio da burguesia nacional dos países coloniais predomina o espírito de fruição. É que no plano psicológico ela se identifica com a burguesia ocidental, da qual sugou todos os ensinamentos. Segue a burguesia ocidental em seu lado negativo e decadente sem ter transposto as primeiras etapas de exploração e invenção que são em todo o caso uma propriedade dessa burguesia ocidental. Em seus primeiros passos a burguesia nacional dos países coloniais identifica-se com o ocaso da burguesia ocidental. É impossível acreditar que ela queime as etapas. Na realidade começa pelo fim. Já está senescente embora não tenha conhecido nem a petulância, nem a intrepidez, nem a voluntariedade da juventude e da adolescência.

Em seu aspecto decadente, a burguesia nacional será consideravelmente ajudada pelas burguesias ocidentais que se apresentam como turistas enamorados do exotismo, das caçadas, dos cassinos. A burguesia nacional organiza centros de repouso e recreação, lugares de divertimento da burguesia ocidental. Essa atividade tomará o nome de turismo e será equiparada a uma indústria nacional. Se se deseja uma prova dessa eventual transformação dos elementos da burguesia ex-colonizada em organizadores de *parties* para a burguesia ocidental, vale a pena evocar o que se passou na América Latina. Os cassinos de Havana, do México, as praias do Rio, as meninas brasileiras, as meninas mexicanas, as mestiças de treze anos, Acapulco, Copacabana, são estigmas dessa deprava-

vação da burguesia nacional. Porque não tem idéias, porque está encerrada em si mesma, separada do povo, minada por sua incapacidade congênita para pensar no conjunto dos problemas em função da totalidade da nação, a burguesia nacional assumirá o papel de gerente das empresas do Ocidente e praticamente converterá seu país em lutanar da Europa.

Ainda uma vez convém ter diante dos olhos o espetáculo lamentável de certas repúblicas da América Latina. Com um simples bater de asas, os homens de negócios dos Estados Unidos, os grandes banqueiros, os tecnocratas desembarcam "nos trópicos" e durante oito a dez dias afundam-se na doce depravação que lhes oferecem suas "reservas".

O comportamento dos donos de terras nacionais é mais ou menos idêntico ao da burguesia das cidades. Desde a proclamação da independência os grandes agricultores exigem a nacionalização das explorações agrícolas. Mediante múltiplas barganhas chegam a surrupiar as fazendas outrora possuídas pelos colonos, reforçando desse modo sua influência sobre a região. Mas não tratam de renovar a agricultura, intensificá-la ou integrá-la numa economia realmente nacional.

De fato, os proprietários de terras exigirão dos poderes públicos que centupliquem em seu benefício as facilidades e os favores ilegais que antes aproveitavam aos colonos estrangeiros. A exploração dos trabalhadores agrícolas será reforçada e legitimada. Manipulando dois ou três *slogans*, esses novos colonos vão exigir dos trabalhadores agrícolas uma atividade imensa, em nome, é claro, do esforço nacional. Não haverá modernização da agricultura nem plano de desenvolvimento, nem iniciativa, porque as iniciativas, que implicam um mínimo de riscos, levam o pânico a esses meios e afugentam a burguesia rural hesitante, prudente, que chafurda cada vez mais nos circuitos estabelecidos pelo colonialismo. Nessas regiões, as iniciativas pertencem de fato ao governo. É o governo que as mantém, que as encoraja, que as financia. A burguesia agrícola recusa correr o menor risco. É infensa à aposta, à aventura. Não tenciona trabalhar na areia. Exige o que é sólido, rápido. Os benefícios que embolsa, enormes, tendo em conta a receita nacional, não são reinvestidos. Uma poupança de pé-de-meia domina a psicologia desses proprie-

tários rurais. Algumas vezes, sobretudo nos anos que se seguem à independência, a burguesia não hesita em confiar aos bancos estrangeiros os benefícios extraídos do solo nacional. Em compensação, somas vultosas são utilizadas em gastos de ostentação, em carros, em casas de campo, coisas descritas pelos economistas como características da burguesia subdesenvolvida.

Dissemos que a burguesia colonizada que assume o poder emprega sua agressividade de classe para açambarcar os postos antigamente detidos pelos estrangeiros. Um dia depois da independência, com efeito, ela vai de encontro às seqüelas humanas do colonialismo: advogados, comerciantes, proprietários rurais, médicos, funcionários superiores. Vai combater impiedosamente esses indivíduos "que insultam a dignidade nacional". Agita enérgicamente as idéias de nacionalização dos quadros, de africanização dos quadros. Na realidade sua diligência tinge-se cada vez mais de racismo. Brutalmente apresenta ao governo um problema preciso: precisamos desses postos. E não abafará seu mau humor enquanto não os ocupar um por um.

Por sua vez, o proletariado das cidades, a massa de desempregados, os pequenos artesãos, os que desempenham os chamados ofícios humildes adotam essa atitude nacionalista mas fazemos-lhes esta justiça eles se limitam a decalcar sua atitude sobre a da burguesia. Se a burguesia nacional entra em competição com os europeus, os pequenos artesãos e obreiros desencadeiam a luta contra os africanos não nacionais. Na Costa do Marfim são indubitavelmente racistas os motins contra os naturais do Daomé e do Volta. Esses homens, que ocupavam setores importantes do pequeno comércio, são objeto, logo depois da independência, de manifestações de hostilidade da parte dos habitantes da Costa do Marfim. Do nacionalismo passamos ao ultranacionalismo, ao chauvinismo, ao racismo. Exigem a partida desses estrangeiros, queimam-lhes as lojas, destroem-lhes as barracas, lincham-nos e, efetivamente, o governo da Costa do Marfim intima-os a deixarem o país, dando assim satisfação aos nacionais. No Senegal as manifestações anti-sudanesas levam o Sr. Mamadou Dia a dizer: "*Na verdade o povo senegalês só adotou a mística do Mali por afeição a seus líderes. Sua adesão ao Mali tem apenas o valor de um novo ato de fé na política destes últimos. O terri-*

tório senegalês não estava menos vivo, visto que a presença sudanesa em Dacar se manifestava com demasiada indiscrição para que ele fosse esquecido. É este fato que explica que, longe de suscitar lamentações, o esfacelamento da Federação tenha sido acolhido pelas massas populares com alívio e que em parte nenhuma se tenha encontrado apoio para mantê-la.¹

Enquanto certas camadas do povo senegalês aproveitam a ocasião que lhes é oferecida por seus próprios dirigentes de se desembaraçarem dos sudaneses que os incomodam não só no setor comercial mas também no da administração, os congolese, que assistiam espantados à partida em massa dos belgas, resolvem fazer pressão sobre os senegaleses instalados em Léopoldville e Elizabethville e conseguir a saída deles.

Como se vê, o mecanismo é idêntico nas duas ordens de fenômenos. Se os europeus limitam a voracidade dos intelectuais e da burguesia mercantil da jovem nação, para a massa popular das cidades a concorrência é representada principalmente por africanos de uma nação diferente. Na Costa do Marfim são os daomeanos, em Gana, os nigerianos, no Senegal, os sudaneses.

No momento em que a exigência de negrificação ou arabização dos quadros apresentada pela burguesia não procede de uma autêntica empreitada de nacionalização mas corresponde simplesmente à preocupação de confiar à burguesia o poder detido até então pelo estrangeiro, as massas em seu nível apresentam a mesma reivindicação mas restringindo aos limites territoriais a noção de negro ou árabe. Entre as afirmações vibrantes sobre a unidade do continente e esse comportamento inspirado às massas pelos quadros, múltiplas atitudes podem ser descritas. Assiste-se a um vaivém permanente entre a unidade africana que se perde cada vez mais no esvaecimento e o retorno desesperante ao chauvinismo mais odioso, mas impertinente.

"Do lado senegalês, os líderes que foram os principais teóricos da unificação africana e que muitas vezes sacrifica-

¹ Mamadou Dia — *Nations africaines et solidarité mondiale*, P.U.F., pág. 140.

ram suas organizações políticas locais e suas posições pessoais a esta idéia, têm, de boa-fé sem dúvida, inegáveis responsabilidades. Seu erro, nosso também, foi, a pretexto de lutar contra a balcanização, não tomar em consideração o fato pré-colonial que é o territorialismo. Nosso erro foi não termos em nossas análises prestado bastante atenção a este fenômeno, fruto do colonialismo, mas também fato sociológico que uma teoria sobre a unidade, por mais louvável ou simpática que seja, não pode abolir. Nós nos deixamos seduzir pela miragem da construção mais satisfatória para o espírito e, tomando nosso ideal por uma realidade, acreditamos que bastava condenar o territorialismo e seu produto natural, o micronacionalismo, para vencermos a resistência deles e assegurarmos o êxito de nosso quimérico empreendimento".²

Do chauvinismo senegalês ao tribalismo ouolof a distância não poderia ser grande. E, de fato, por toda a parte onde a burguesia nacional, com seu comportamento mesquinho e a imprecisão de suas posições doutrinárias, não chegou a esclarecer a totalidade do povo, a colocar os problemas antes de tudo em função do povo, por toda a parte onde essa burguesia nacional se revelou incapaz de dilatar suficientemente sua visão do mundo, assiste-se a um refluxo para as posições tribalistas; assiste-se, com ira no coração, ao triunfo exacerbado das etnias. Uma vez que a única palavra de ordem da burguesia é: substituamos os estrangeiros, e uma vez que ela se apressa em todos os setores a fazer justiça por suas próprias mãos e a ocupar os lugares, os humildes nacionais — motoristas de táxis, vendedores de bolos, engraxates — vão igualmente exigir que os daomeanos voltem para seu país, ou, indo mais longe, que os Foulbés e os Peuhls regressem a suas matas ou a suas montanhas.

É nesta perspectiva que é preciso interpretar o fato de que, nos jovens países independentes, triunfe aqui e ali o federalismo. É sabido que o domínio colonial privilegiou certas regiões. A economia da colônia não está integrada no conjunto da nação. Sua ordenação leva sempre em conta as relações de complementaridade com as diferentes metrópoles. O colonialismo não explora quase nunca a totalidade do país.

² Mamadou Dia — *op. cit.*

Contenta-se com descobrir recursos naturais que extrai e exporta para as indústrias metropolitanas, permitindo assim uma relativa riqueza setorial enquanto o resto da colônia continua, ou pelo menos aprofunda, seu subdesenvolvimento e sua miséria.

Logo em seguida à independência, os nacionais que habitam as regiões prósperas tomam consciência de suas possibilidades e por um reflexo visceral e primário recusam nutrir os outros nacionais. As regiões ricas em amendoim, cacau, diamante, elevam-se simbolicamente diante do panorama vazio constituído pelo resto da nação. Os nacionais dessas regiões encaram com ódio os outros, descobrindo nêles inveja, apetite, impulsos homicidas. As velhas rivalidades pré-colônias, os velhos rancores interétnicos ressuscitam. Os Balubas recusam sustentar os Lulus. Katanga constitui-se em Estado e Albert Kalondji faz-se coroar rei do Kasai meridional.

A unidade africana, fórmula vaga mas à qual os homens e as mulheres da África estavam passionalmente ligados e cujo valor operativo consistia em pressionar terrivelmente o colonialismo, desvenda sua verdadeira fisionomia e esmigalha-se em regionalismos no interior de uma mesma realidade nacional. A burguesia nacional, por estar crispada em seus interesses imediatos, por não enxergar além da ponta das unhas, revela-se incapaz de realizar a simples unidade nacional, incapaz de edificar a nação em bases sólidas e fecundas.

A frente nacional que fizera recuar o colonialismo desmancha-se e consome sua derrota.

Essa luta implacável travada pelas etnias e pelas tribos, essa preocupação agressiva de ocupar os postos vagos com a saída do estrangeiro vão igualmente dar origem a competições religiosas. Nos campos e na selva, as pequenas confrarias, as religiões locais, os cultos marabúuticos reencontrarão sua vitalidade e retomarão o ciclo das excomunhões. Nas grandes cidades, ao nível dos quadros administrativos, assistir-se-á ao confronto entre as duas grandes religiões reveladas: o Islã e o catolicismo.

O colonialismo, que estremecera em suas bases diante do nascimento da unidade africana, recobra suas dimensões e

tenta agora quebrar essa vontade, utilizando tôdas as fraquezas do movimento. O colonialismo vai mobilizar os povos africanos, revelando-lhes a existência de rivalidades "espirituais". No Senegal, é o jornal *Afrique Nouvelle* que toda semana destilará o ódio do Islã e dos árabes. Os libaneses, que possuem na costa ocidental a maior parte do comércio retalhista, são apontados à vingança nacional. Os missionários recordam oportunamente às massas que grandes impérios negros, muito antes da chegada do colonialismo europeu, foram desmantelados pela invasão árabe. Não hesitam em dizer que foi a ocupação árabe que preparou o leito do colonialismo europeu: falam do imperialismo árabe e denunciam o imperialismo cultural do Islã. Os muçulmanos são de modo geral mantidos fora dos postos de direção. Em outras regiões produz-se o fenômeno inverso e são os autóctones cristianizados que são considerados inimigos objetivos e conscientes da independência nacional.

O colonialismo utiliza descaradamente todos êsses cordéis, felicíssimo por atirar uns contra os outros os africanos que ontem se tinham coligado contra êle. A idéia de São Bartolomeu toma corpo em certos espíritos e o colonialismo ri baixinho, de escárnio, quando ouve as magníficas declarações sobre a unidade africana. No interior de uma mesma nação a religião fragmenta o povo e levanta umas contra as outras as comunidades espirituais sustentadas e reforçadas pelo colonialismo e seus instrumentos. Aqui e ali ocorrem fenômenos totalmente inesperados. Nos países de predomínio católico ou protestante vemos as minorias muçulmanas demonstrar uma devoção desusada. Reativam-se as festas islâmicas; a religião muçulmana defende-se passo a passo contra o absolutismo violento da religião católica. Ministros afirmam, dirigindo-se a tais indivíduos, que os descontentes podem ir para o Cairo. Algumas vezes o protestante americano transporta para o solo africano seus preconceitos anticatólicos e alimenta através da religião as rivalidades tribais.

Em escala continental, essa tensão religiosa pode encobrir a fase do racismo mais vulgar. Divide-se a África numa parte branca e uma parte negra. As denominações de substi-

tução, África ao sul ou ao norte do Saara, não chegam a esconder esse racismo latente. Aqui afirma-se que a África Branca tem uma tradição de cultura milenar, que é mediterrânea, que prolonga a Europa, que participa da cultura greco-latina. Encara-se a África Negra como uma região inerte, brutal, não civilizada... selvagem. Ali ouvem-se ao longo do dia reflexões odiosas sobre o véu das mulheres, a poligamia, o suposto desprezo dos árabes pelo sexo feminino. Todas essas reflexões lembram por sua agressividade as que foram tantas vezes notadas entre os colonos. A burguesia nacional de cada uma dessas duas grandes regiões, que assimilou até mesmo as raízes mais podres do pensamento colonialista, apoiou-se do bastão dos europeus e instala no continente uma filosofia racista terrivelmente prejudicial ao futuro da África. Com sua preguiça e seu mimetismo, favorece a implantação e o reforço do racismo que caracterizava a era colonial. Por isso não é espantoso, num país que se diz africano, ouvirmos reflexões nada menos que racistas e constataremos a existência de comportamentos paternalistas que deixam a impressão amarga de que nos encontramos em Paris, Bruxelas ou Londres.

Em certas regiões da África o paternalismo piegas com respeito aos negros e a idéia obscena, haurida na cultura ocidental, de que o negro é impermeável à lógica e às ciências reinam em toda a sua nudez. Algumas vezes tem-se mesmo ensejo de verificar que as minorias negras estão confinadas numa semi-escravatura que legitima essa espécie de circunspeção, e até desconfiança, que os países da África Negra concebem contra os países da África Branca. É comum ver-se um cidadão da África Negra, passeando numa grande cidade da África Branca, ser chamado de "negro" pelos meninos ou abordado, em linguagem macarrônica pelos funcionários.

Não, infelizmente não é incomum que estudantes da África Negra matriculados em colégios ao norte do Saara se vejam assediados pelos colegas que lhes perguntam se há casas em seu país, se conhecem a eletricidade, se sua família pratica a antropofagia. Não, infelizmente não é incomum que em certas regiões ao norte do Saara os africanos procedentes de países ao sul do Saara encontrem nacionais que lhes suplicam

que os levem para "qualquer parte contanto que haja negros". Da mesma forma, em alguns jovens Estados da África Negra, parlamentares e até ministros afirmam com a maior gravidade que o perigo não consiste de modo algum numa preocupação de seu país pelo colonialismo mas na eventual invasão dos "árabes vândalos vindos do norte".

Como se vê, a deficiência da burguesia não se manifesta unicamente no plano econômico. Guindada ao poder em nome da raça, a burguesia, a despeito de declarações muito bonitas na forma, porém totalmente vazias de conteúdo, manejando com absoluta irresponsabilidade frases que vêm em linha reta dos tratados de moral ou de filosofia política da Europa, vai demonstrar sua incapacidade de fazer triunfar um catecismo humanista mínimo. Quando é forte, quando arruma o mundo em função de seu poderio, a burguesia não hesita em afirmar idéias democráticas de pretensão universalizante. Somente condições excepcionais podem compelir essa burguesia economicamente sólida a não respeitar sua ideologia humanista. A burguesia ocidental, pôsto que fundamentalmente racista, logra quase sempre mascarar esse racismo multiplicando as nuances, o que lhe permite conservar intacta sua proclamação da suprema dignidade humana.

A burguesia ocidental ergueu suficientes barreiras e papapeitos para não temer realmente a competição daqueles a quem explora e despreza. O racismo burguês ocidental com relação ao negro e ao árabe é um racismo de desprezo; é um racismo que minimiza. Mas a ideologia burguesa, que proclama uma igualdade de essência entre os homens, consegue preservar a sua lógica convidando os sub-homens a se humanizarem através do tipo de humanidade ocidental que ela encarna.

O racismo da jovem burguesia nacional é um racismo de defesa, um racismo baseado no medo. Não difere essencialmente do tribalismo vulgar, das rivalidades entre sobas ou confrarias. Compreende-se que os observadores internacionais perspicazes não tenham levado muito a sério os grandes vãos retóricos sobre a unidade africana. É que o número de fendas perceptíveis de relance é tão que se nota com suficiente cla-

reza que tôdas essas contradições terão de ser resolvidas antes que chegue a hora dessa unidade.

Os povos africanos só recentemente descobriram a si mesmos e deliberaram, em nome do continente, incomodar de maneira radical o regime colonial. Mas as burguesias nacionais, que se apressam, região após região, a formar seu próprio pé-de-meia e fundar um sistema nacional de exploração, multiplicam os obstáculos à concretização dessa "utopia". As burguesias nacionais, perfeitamente esclarecidas quanto a seus próprios objetivos, decidiram barrar o caminho a essa unidade, a esse esforço coordenado de duzentos e cinqüenta milhões de homens para vencer de uma vez a estupidez, a fome e a desumanidade. Por isso é que temos de saber que a unidade africana só pode realizar-se sob o impulso e sob a direção dos povos, isto é, com desprezo pelos interesses da burguesia.

No plano interior e no quadro internacional a burguesia nacional vai igualmente provar sua incapacidade. Em certo numero de países subdesenvolvidos o jogo parlamentar é fundamentalmente deturpado. Economicamente impotente, incapaz de engendrar relações sociais coerentes, baseadas no princípio de sua dominação enquanto classe, a burguesia escolhe a solução que lhe parece mais fácil, a do partido único. Não possui ainda a boa consciência e a tranquilidade que só o poder econômico e o controle do aparelho estatal poderiam conferir-lhe. Não cria um Estado que sossega o cidadão mas um que o inquieta.

O Estado que, por sua robustez e discrição, deveria imprimir confiança, desarmar, entorpecer, impõe-se ao contrário espetacularmente, exhibe-se, berra, brutaliza, levando assim o cidadão a acreditar que está em perigo permanente. O partido único é a forma moderna da ditadura burguesa sem máscara, sem dissimulação, sem escrúpulos, cinica.

Essa ditadura, é verdade, não vai muito longe. Não cessa de segregar sua própria contradição. Como a burguesia não tem os meios econômicos para assegurar seu domínio e distribuir algumas migalhas ao conjunto do país, como, por outro lado, está preocupada em encher os bolsos o mais depressa possível, como também da maneira mais prosaica, o país imerge mais ainda no marasmo. E para ocultar esse ma-

rasmo, para encobrir essa regressão, para se tranquilizar e oferecer a si mesma pretextos para se vangloriar, a burguesia não tem outro recurso que erigir construções grandiosas, na capital fazer o que se chama de despesas de prestígio.

A burguesia nacional volta cada vez mais as costas ao interior, às realidades do país inculto e olha para a antiga metrópole, para os capitalistas estrangeiros que se apoderam de seus serviços. Como não partilha seus benefícios com o povo e não lhe permite de forma alguma tirar proveito das benesses que lhe concedem as grandes companhias estrangeiras, vai descobrir a necessidade de um líder popular ao qual confiará o duplo papel de estabilizar o regime e perpetuar o domínio da burguesia. A ditadura burguesa dos países subdesenvolvidos tira sua solidez da existência de um líder. Nos países desenvolvidos, como se sabe, a ditadura burguesa é o produto do poder econômico da burguesia. Nos países subdesenvolvidos, ao contrário, o líder representa o poder moral à sombra do qual a burguesia, magra e desprovida, da jovem nação resolve enriquecer.

O povo que, durante anos, a viu ou ouviu falar, que de longe, como que em sonhos, acompanhou as disputas do líder com o poder colonial, espontaneamente deposita confiança nesse patriota. Antes da independência, o líder personifica em geral as aspirações do povo: independência, liberdade política, dignidade nacional. Mas, logo após a independência de encarnar concretamente as necessidades do povo, longe de se tornar o promotor da dignidade real do povo, aquela que abrange o pão, a terra e a reposição do país nas mãos sagradas do povo, o líder vai revelar sua função íntima: ser o presidente geral da sociedade de especuladores ávidos de lucro que constitui a burguesia nacional.

Apesar de sua freqüente honestidade e malgrado a sinceridade de suas declarações, o líder é objetivamente o defensor encarnado dos interesses hoje conjugados da burguesia nacional e das ex-companhias coloniais. Sua honestidade, que é pura disposição de espírito, pulveriza-se aliás pouco a pouco. O contacto com as massas é de tal modo irreal que o líder chega a convencer-se de que sua autoridade não é acatada e que são postos em dúvida os serviços prestados à pátria. O líder julga duramente a ingratidão das massas e coloca-se, cada dia, um pouco mais resolutamente

ao lado dos exploradores. Transforma-se então, com conhecimento de causa, em cúmplice da jovem burguesia que se refestela na corrupção e na voluptuosidade.

Os circuitos econômicos do jovem Estado atolam-se irreversivelmente na estrutura neocolonialista. A economia nacional, outrora protegida, é hoje literalmente dirigida. O orçamento é alimentado por empréstimos e donativos. Cada trimestre os próprios chefes de Estado ou as delegações governamentais seguem para as antigas metrópoles ou para outros lugares em busca de capitais.

A antiga potência colonial multiplica as exigências, acumula concessões e garantias, tomando precauções cada vez menores para dissimular a sujeição em que mantém o poder nacional. O povo estagna-se lamentavelmente numa miséria insuportável e aos poucos adquire consciência da traição inqualificável dos seus dirigentes. Esta consciência é tanto mais aguda quanto a burguesia é incapaz de se constituir em classe. A repartição das riquezas que ela organiza não se diferencia em setores múltiplos, não se escalona, não se hierarquiza por meio de gradações. A nova casta é tanto mais insultuosa e revoltante quanto a imensa maioria, os nove décimos da população continuam a morrer de fome. O enriquecimento escandaloso, rápido, cruel dessa casta faz-se acompanhar de um despertar decisivo do povo, de uma tomada de consciência prometedora de futuras violências. A casta burguesa, aquela parte da nação que anexa para seu proveito a totalidade das riquezas do país, vai, por uma espécie de lógica aliás inesperada, manifestar sobre os outros negros ou os outros árabes julgamentos pejorativos que lembram por mais de um motivo a doutrina racista dos antigos representantes da potência colonial. Ao mesmo tempo, a miséria do povo, o enriquecimento desordenado da casta burguesa, seu desprezo ostensivo pelo resto da nação vão endurecer as reflexões e as atitudes.

Mas as ameaças que despontam vão provocar o revigoração da autoridade e o aparecimento da ditadura. O líder, que tem atrás de si uma vida de militante e patriota dedicado, uma vez que cauciona o empreendimento dessa casta e fecha os olhos para a insolência, a mediocridade e a imoralidade

inata desses burgueses, constitui um anteparo entre o povo e a burguesia gananciosa. Concorre para frear a tomada de consciência do povo. Vai em socorro da casta, cujas manobras oculta do povo, convertendo-se desse modo no artifício mais ardente do trabalho de mistificação e entorpecimento das massas. Cada vez que se dirige ao povo recorda sua vida, cheia de lances heróicos, relembra os combates que travou em nome do povo, as vitórias que em seu nome conquistou, visando assim continuar depositário da confiança das massas. Abundam os exemplos de patriotas africanos que introduziram na luta política precavida de seus irmãos mais velhos um estilo resoluto de caráter nacionalista. Tais homens vieram da savana. Afirmaram, para grande escândalo do dominador e imensa vergonha dos nacionais da capital, que vinham da selva e falavam em nome dos negros. Esses homens, que cantaram a raça, que assumiram todo o passado, o abastardamento e a antropofagia, acham-se hoje — ai de nós! — à frente de uma equipe que vira as costas para a savana e proclama que a vocação de seu povo é seguir, seguir uma vez mais e sempre.

O líder aquieta o povo. Anos após a independência, incapaz de convidar o povo para uma obra concreta, incapaz de desvendar realmente o futuro para o povo, de lançar o povo na via da construção do país, portanto de sua própria construção, vemos o líder repetir a história da independência, recordar a união sagrada da luta de libertação. O líder, uma vez que recusa arrebentar a burguesia nacional, pede ao povo que reflua para o passado e se embriague com a epopéia que conduziu à independência. Objetivamente, o líder detém o povo e empenha-se em expulsá-lo da história ou impedi-lo de nela tomar pé. Durante a luta de libertação o líder despertou o povo e prometeu-lhe uma marcha heróica e radical. Hoje multiplica os esforços para o entorpecer e três ou quatro vezes por ano pede-lhe que se lembre da época colonial e meça o enorme trajeto percorrido.

Mas, cumpre dizê-lo, as massas revelam total incapacidade para apreciar o caminho percorrido. O camponês que continua a esgaravatar a terra e o desempregado que não acha trabalho não chegam, malgrado as festas, malgrado os estandartes ainda novos, a convencer-se de que houve qualquer mudança real em sua vida. Por mais que a burguesia

multiplique as demonstrações, as massas não se iludem. As massas têm fome e os comissários de polícia, agora africanos, não lhes dão excessiva tranqüilidade. As massas começam a impacientar-se, a afastar-se, a desinteressar-se dessa nação que não lhes dá condições de vida.

De tempos a tempos, porém, o líder se movimenta, fala pelo rádio, dá um passeio para apaziguar, acalmar, mistificar. O líder é tanto mais necessário quanto não há partido. Existia durante o período de luta pela independência um partido que o líder atual dirigiu. Mas, desde então, esse partido lamentavelmente se desagregou. Resta apenas o partido formal, a denominação, o emblema, a divisa. O partido orgânico, que devia possibilitar a livre circulação de um pensamento elaborado a partir das necessidades reais das massas, transformou-se num sindicato de interesses individuais. Desde a independência o partido não ajuda mais o povo a formular suas reivindicações, a melhor tomar consciência de suas necessidades e a melhor estabelecer seu poder. O partido hoje tem por missão fazer chegar ao povo as instruções emanadas da cúpula. Não há mais o vaivém fecundo da base à cúpula e da cúpula à base que funda e garante a democracia num partido. Pelo contrário, o partido se converte num anteparo entre as massas e a direção. Não há mais vida no partido. As células criadas durante o período colonial estão agora num estado de desmobilização total.

O militante morde o freio. É então que se dá conta da justeza das posições assumidas por certos militantes durante a luta de libertação. De fato, no momento do combate, vários militantes haviam exigido dos organismos dirigentes que elaborassem uma doutrina, delimitassem os objetivos, propusessem um programa. Contudo, pretextando preservar a unidade nacional, os dirigentes haviam recusado categoricamente enfrentar essa tarefa. A doutrina, repetiam, é a união nacional contra o colonialismo. E, armados de um *slogan* impetuoso erigido em doutrina, restringiam toda a atividade ideológica a uma série de variantes sobre o direito dos povos à autodeterminação, sobre o vento da história que destruiria irreversivelmente o colonialismo. Quando os militantes exigiam que o vento da história fôsse um pouco mais analisado, os dirigentes opunham-lhes a esperança, a descolonização necessária e inevitável etc.

Depois da independência, o partido soçobra numa letargia espetacular. Os militantes só são mobilizados por ocasião das manifestações ditas populares, das conferências internacionais, dos aniversários da independência. Os quadros locais do partido são designados para postos administrativos, o partido converte-se em administração, os militantes entram novamente em fila e recebem o título vazio de cidadão.

Agora que cumpriram sua missão histórica, a qual consistia em conduzir a burguesia ao poder, são firmemente convidados a se retirarem a fim de que a burguesia possa calmamente levar a cabo sua própria missão. Ora, já vimos que a burguesia nacional dos países subdesenvolvidos é incapaz de executar qualquer missão. Ao cabo de alguns anos, a desagregação do partido torna-se manifesta e todo observador, ainda que superficial, pode verificar que o antigo partido, reduzido hoje a um simples esqueleto, só serve para imobilizar o povo. O partido, que durante o combate atraía a si o conjunto da nação, decompõe-se. Os intelectuais que às vésperas da independência tinham congregado o partido, confirmam por seu comportamento atual que essa união não tinha outro objetivo que o de participar da distribuição do bolo da independência. O partido transforma-se num instrumento de êxito individual.

Contudo, existe no interior do novo regime uma desigualdade no enriquecimento e na monopolização. Alguns acumulam proventos e revelam-se brilhantes especialistas do oportunismo. Os favores ilegais multiplicam-se, a corrupção triunfa, os costumes degradam-se. Os corvos são agora numerosos demais e vorazes demais em comparação com a pobreza do espólio nacional. O partido, verdadeiro instrumento do poder entre as mãos da burguesia, reforça o aparelho do Estado e determina o enquadramento do povo, sua imobilização. O partido ajuda o poder a conter o povo. É, cada vez mais, um instrumento de coerção nitidamente antidemocrático. O partido é objetivamente, e às vezes subjetivamente, o cúmplice da burguesia mercantil. Assim como a burguesia nacional escamoteia sua fase de construção para se lançar na voluptuosidade, assim também, no plano institucional, salta ela a fase parlamentar e adota uma ditadura de tipo nacional-

socialista. Sabemos hoje que essa modalidade de fascismo, que triunfou durante meio século na América Latina, é o resultado dialético do Estado semicolonial do período da dependência.

Nesses países pobres, subdesenvolvidos, onde, segundo a regra, a maior riqueza margeia a maior miséria, o exército e a polícia constituem os pilares do regime. Um exército e uma polícia que — outra regra que é preciso não esquecer — são aconselhados por peritos estrangeiros. A força dessa polícia e o poderio desse exército são proporcionais ao marasmo no qual está imerso o resto da nação. A burguesia nacional vende-se cada vez mais abertamente às grandes companhias estrangeiras. À custa de prebendas, o estrangeiro obtém as concessões, os escândalos se multiplicam, os ministros enriquecem, suas mulheres se transformam em cortesãs, os deputados se arranjam e não há ninguém, nem o agente de polícia nem o guarda da alfândega, que não participe dessa grande caravana da corrupção.

A oposição torna-se mais agressiva e o povo apreende por meias palavras a sua propaganda. Evidencia-se daí por diante a hostilidade à burguesia. A jovem burguesia que parece atacada de senilidade precoce não toma em consideração os conselhos que lhe são prodigalizados e revela-se incapaz de compreender que é de seu interesse disfarçar, mesmo de leve, sua exploração.

É o jornal cristão *La Semaine Africaine*, de Brazzaville, que endereça estas palavras aos príncipes do regime: "Vós, altos funcionários, e vossas espôsas, sois hoje ricos, tendes vosso conforto, vossa instrução talvez, vossa bela casa, vossas relações de amizade, os múltiplos encargos que vos são confiados e que vos abrem horizontes novos. Mas toda essa riqueza vos dá uma carapaça que vos impede de ver a miséria que vos cerca. Tomai cuidado". Esta admoestação de *La Semaine Africaine* dirigida aos partidários do Sr. Youlou não tem, adivinha-se, nada de revolucionária. O que *La Semaine Africaine* pretende indicar aos espoliadores do povo congolês é que Deus aplicará pena a essa conduta. "Se não há lugar em vosso coração para as provas de aprêço pelas pessoas si-

tuadas abaixo de vós, não haverá lugar para vós na casa de Deus".

É claro que a burguesia nacional não se inquieta muito com tais acusações. Empoleirada em galhos europeus, continua firmemente resolvida a aproveitar a situação. Os benefícios enormes que retira da exploração do povo são exportados para o estrangeiro. A jovem burguesia nacional mostra-se muitas vezes mais desconfiada do regime por ela mesma instaurado que as companhias estrangeiras. Recusa-se a investir no solo nacional e comporta-se, em relação ao Estado que a protege e nutre, com uma ingratidão notável que convém assinalar. Nas praças européias faz aquisição de valores das bolsas estrangeiras e vai passar o *week-end* em Paris ou Hamburgo. Por seu comportamento, a burguesia nacional de certos países subdesenvolvidos lembra os membros de uma quadrilha que depois de cada assalto ocultam sua parte aos co-participantes e preparam sãbiamente a retirada. Esse comportamento revela que, mais ou menos conscientemente, a burguesia nacional joga perdendo a longo prazo. Ela adivinha que essa situação não durará indefinidamente mas pretende aproveitá-la ao máximo. Todavia, uma tal exploração e uma tal desconfiança a respeito do Estado desencadeiam inevitavelmente o descontentamento ao nível das massas. E nessas condições que o regime endurece. Então o exército converte-se no sustentáculo indispensável de uma repressão sistematizada. Na ausência de um parlamento é o exército que se torna o árbitro. Mas cedo ou tarde ele descobrirá sua importância e fará pesar sobre o governo o risco sempre patente de uma sedição.

Como se vê, a burguesia nacional de certos países subdesenvolvidos nada aprende nos livros. Se tivesse prestado maior atenção aos países da América Latina, teria sem nenhuma dúvida identificado os perigos que a espreitam. Chega-se portanto à conclusão de que essa microburguesia que faz tanto barulho está condenada a marcar passo. Nos países subdesenvolvidos a fase burguesa é impossível. Haverá certamente uma ditadura policial, uma casta de aproveitadores, mas a elaboração de uma sociedade burguesa revela-se fadada ao malôgro. O colégio dos aproveitadores enfeitados, que sacam

sobre os fundos de um país miserável, será cedo ou tarde um joguete nas mãos do exército hábilmente manobrado por peritos estrangeiros. Assim, a antiga metrópole exerce o governo indireto, ao mesmo tempo através dos burgueses a quem alimenta e de um exército nacional enquadrado por seus especialistas e que fixa o povo, o imobiliza e o aterroriza.

As rápidas observações que pudemos fazer sobre a burguesia nacional conduzem-nos a uma conclusão que não deveria causar espanto. Nos países subdesenvolvidos, a burguesia não encontrará condições propícias para sua existência e desenvolvimento. Dito de outro modo, o esforço conjugado das massas enquadradas num partido e dos intelectuais altamente conscientes e armados de princípios revolucionários deverá barrar o caminho a essa burguesia inútil e nociva.

A questão teórica que vem sendo discutida há cinquenta anos, sempre que se trata da história dos países subdesenvolvidos — questão que se cifra em saber se a fase burguesa pode ou não pode ser omitida — há de ser resolvida no plano da ação revolucionária e não por meio de um raciocínio. A fase burguesa nos países subdesenvolvidos só se justificaria na medida em que a burguesia nacional fôsse bastante poderosa, econômica e tecnicamente, para edificar uma sociedade burguesa, criar as condições de desenvolvimento de um proletariado importante, industrializar a agricultura, possibilitar enfim uma autêntica cultura nacional.

Uma burguesia como a que se desenvolveu na Europa pôde, reforçando seu próprio poder, elaborar uma ideologia. Esta burguesia dinâmica, instruída, leiga, levou plenamente a cabo sua tarefa de acumulação do capital e deu à nação um mínimo de prosperidade. Nos países subdesenvolvidos, vimos que não existia verdadeira burguesia mas uma espécie de pequena casta de dentes compridos, ávida e voraz, dominada pelo espírito do biscateiro e que se contenta com os dividendos que lhe assegura a antiga potência colonial. Essa burguesia de meia-tigela revela-se incapaz de grandes idéias, de

inventividade. Não se recorda do que leu nos manuais ocidentais e imperceptivelmente transforma-se não mais numa réplica da Europa mas em sua caricatura.*

A luta contra a burguesia dos países subdesenvolvidos está longe de ser uma posição teórica. Não se trata de decidir a condenação lançada contra ela pelo julgamento da história. Não basta combater a burguesia nacional nos países subdesenvolvidos porque ela ameaça frear o desenvolvimento global e harmonioso da nação. É preciso opor-se resolutamente a ela porque a rigor ela não serve para nada. Essa burguesia, medíocre em seus ganhos, em suas realizações, em seu pensamento, procura esconder a mediocridade sob as construções de prestígio em escala individual, sob os cromos dos carros americanos, as férias na Riviera, os week-ends nas boates neonizadas.

Essa burguesia que se afasta cada vez mais do povo global não chega sequer a arrancar do Ocidente concessões espetaculares: investimentos que interessem à economia do país, instalação de certas indústrias. Ao contrário, multiplicam-se as oficinas de montagem, consagrando assim o tipo neocolonialista em que se debate a economia nacional. Não é preciso portanto dizer que a burguesia nacional retarda a evolução do país, que lhe faz perder tempo ou que ameaça conduzir a nação a caminhos sem saída. Na verdade, a fase burguesa na história dos países subdesenvolvidos é uma fase inútil. Quando essa casta se aniquilar, devorada por suas próprias contradições, perceber-se-á que nada aconteceu desde a independência, que é necessário retomar tudo que é preciso tornar a partir de zero. A reconversão não será operada ao nível das estruturas estabelecidas pela burguesia no decurso de seu reino, uma vez que essa casta não fez senão apropriar-se sem alteração da herança da economia, do pensamento e das instituições coloniais.

É tanto mais fácil neutralizar essa classe burguesa quanto é ela, já o vimos, numérica, intelectual e economicamente

fraca. Nos territórios colonizados, a casta burguesa após a independência tira sua força principalmente dos acórdos celebrados com a antiga potência colonial. A burguesia nacional terá maiores oportunidades de substituir o opressor colonialista se tiver ensejo de ficar a sós com a ex-potência colonial. Mas profundas contradições agitam as fileiras dessa burguesia, o que dá ao observador atento uma impressão de instabilidade. Não há ainda homogeneidade de casta. Muitos intelectuais por exemplo condenam esse regime baseado no domínio de alguns. Nos países subdesenvolvidos existem intelectuais, funcionários, elites sinceras que sentem a necessidade de uma planificação da economia, de medidas que ponham fora da lei os especuladores, de uma proibição rigorosa da mistificação. Além disso, de certa maneira esses homens lutam pela participação maciça do povo na gestão dos negócios públicos.

Nos países subdesenvolvidos, que alcançam a independência existe quase sempre um reduzido número de intelectuais honestos, sem idéias políticas bastante precisas, que instintivamente desconfiam dessa corrida aos postos e às sinecuras, sintomática dos primeiros tempos da independência nos países colonizados. A situação particular desses homens (arrimo de família numerosa) ou sua história (experiências difíceis, formação moral rigorosa) explica esse desprezo tão evidente pelos velhacos e aproveitadores. É preciso saber utilizar esses homens no combate decisivo que se pretende travar por uma orientação sadia da nação. Barrar o caminho à burguesia nacional é, sem dúvida, afastar as peripécias dramáticas dos primeiros dias da independência, as desventuras da unidade nacional, a degradação dos costumes, o assédio do país pela corrupção, a regressão econômica e, a curto prazo, um regime antidemocrático que repousa na força e na intimidação. Mas é também escolher o único meio de avançar.

O que retarda a decisão e torna tímidos os elementos profundamente democráticos e progressistas da jovem nação é a aparente solidez da burguesia. Nos países subdesenvolvidos e que acabam de conquistar a independência, a totalidade

dos quadros fervilha no seio das cidades construídas pelo colonialismo. A ausência de análise da população global induz os observadores a acreditarem na existência de uma burguesia poderosa e perfeitamente organizada. Na verdade sabe-se hoje que não existe burguesia nos países subdesenvolvidos. O que cria a burguesia não é o espírito, o gosto ou as maneiras. Não são tampouco as esperanças. A burguesia é antes de tudo o produto direto de realidades econômicas precisas.

Ora, nas colônias, a realidade econômica é uma realidade burguesa estrangeira. Através de seus representantes, é a burguesia metropolitana que se acha presente nas cidades coloniais. A burguesia nas colônias é, antes da independência, uma burguesia ocidental, verdadeira sucursal da burguesia metropolitana e que extrai sua legitimidade, sua força, sua estabilidade dessa burguesia metropolitana. Durante a fase de agitação que precede a independência, elementos intelectuais e comerciantes indígenas no seio dessa burguesia importada tentam identificar-se com ela. Existe entre os intelectuais e os comerciantes indígenas uma vontade permanente de identificação com os representantes burgueses da metrópole.

Essa burguesia que adotou sem reservas e no entusiasmo os mecanismos de pensamento característicos da metrópole, que assombrosamente alienou seu próprio pensamento e fundou sua consciência em bases tipicamente estrangeiras, vai perceber, com a garganta seca, que lhe falta aquela coisa que faz uma burguesia, isto é, o dinheiro. A burguesia dos países subdesenvolvidos é uma burguesia em espírito. Não são nem seu poder econômico, nem o dinamismo de seus quadros, nem a envergadura de suas concepções que lhe asseguram sua qualidade de burguesia. Por isso, é ela em seus primeiros passos e durante muito tempo uma burguesia de funcionários. São os postos que ela ocupa na nova administração nacional que lhe darão serenidade e solidez. Se o poder lhe der tempo e possibilidades, essa burguesia chegará a formar um pequeno pecúlio que reforçará seu domínio. Mas ela será sempre incapaz de dar origem a uma autêntica sociedade burguesa com todas as consequências econômicas e industriais que isso implica.

A burguesia nacional é desde o início orientada para atividades de tipo intermediário. A base de seu poder reside em seu senso do comércio e dos pequenos negócios, em sua aptidão para angariar comissões. Não é seu dinheiro que trabalha mas seu senso das operações comerciais. Não investe, não pode realizar essa acumulação de capital que é necessária para o desabrochamento e a expansão de uma burguesia autêntica. Nesse ritmo iria precisar de séculos para criar um embrião de industrialização. Em todo o caso tropeçará na oposição implacável da antiga metrópole, que nos quadros das convenções neocolonialistas terá tomado tôdas as precauções.

Se o poder quer tirar o país da estagnação e conduzi-lo a largos passos para o desenvolvimento e o progresso, tem em primeiro lugar de nacionalizar o setor terciário. A burguesia que deseja fazer triunfar o espírito de lucro e de fruição, as atitudes de desprezo pela massa e o aspecto escandaloso do ganho — do roubo, dever-se-ia dizer — investe de fato maciçamente nesse setor. O domínio terciário, outrora controlado pelos colonos, será invadido pela jovem burguesia nacional. Numa economia colonial o setor terciário é decididamente o mais importante. Se se pretende avançar, é mister decidir nos primeiros instantes nacionalizar êsse setor. Mas é claro que a nacionalização não deve assumir o aspecto de uma estatização rígida. Não se trata de colocar à frente dos serviços cidadãos não formados politicamente. Tôdas as vezes que êsse processo foi adotado observou-se que o poder tinha de fato contribuído para o triunfo de uma ditadura de funcionários formados pela antiga metrópole que logo se revelavam incapazes de pensar na totalidade da nação. Êsses funcionários começam bem depressa a sabotar a economia nacional, a desconjuntar os organismos, e a corrupção, a prevaricação, a dilapidação dos estoques e o mercado negro instalam-se. Nacionalizar o setor terciário é organizar democraticamente as cooperativas de compra e venda. É descentralizar essas cooperativas, interessando as massas na gestão dos negócios públicos. Vê-se que tudo isso só pode alcançar êxito se se politiza o povo. Anteriormente não se levava em conta a necessidade de clarificar de uma vez por tôdas um problema capital. Agora, com efeito, o princípio de uma politização das massas é de modo geral admitido nos países subdesenvolvidos. Mas parece que não se cuida autênticamente dessa tarefa primor-

dial. Quando afirmamos a necessidade de politizar o povo decidimos indicar ao mesmo tempo que queremos ser sustentados pelo povo na ação que empreendemos. Um govêrno que declara querer politizar o povo exprime seu desejo de governar com o povo e para o povo. Não deve ser esta uma linguagem destinada a encobrir uma direção burguesa. Os governos burgueses dos países capitalistas ultrapassaram há bastante tempo essa fase infantil do poder. Governam friamente, com o auxílio de suas leis, de seu poder econômico e de sua polícia. Não são obrigados, agora que seu poder está sólidamente estabelecido, a perder tempo com atitudes demagógicas. Governam em seu interêsse e têm a coragem de seu poder. Criaram uma legitimidade e são fortes com tôda a razão.

A casta burguesa dos países que acabam de obter a independência não tem ainda nem o cinismo nem a serenidade fundadas sôbre o poder, das velhas burguesias. Daí a preocupação que nela se nota de esconder suas convicções profundas, de ludibriar, de mostrar-se popular. A politização das massas não é a mobilização três ou quatro vezes por ano de dezenas ou centenas de milhares de homens e mulheres. Êsses comícios, essas reuniões espetaculares, pertencem à velha tática de antes da independência quando os dirigentes exibiam suas forças para provar a si mesmos e aos outros que tinham o povo consigo. A politização das massas propõe-se não infantilizar as massas mas torná-las adultas.

Isso nos leva a encarar o papel do partido político num país subdesenvolvido. Vimos nas páginas precedentes que com freqüência espíritos simplistas, pertencentes aliás à burguesia nascente, não cessam de repetir que num país desenvolvido a direção dos interêsses do Estado por um poder forte, na verdade por uma ditadura, é uma necessidade. Nessa perspectiva atribui-se ao partido a missão de fiscalizar as massas. O partido reforça a administração e a polícia e controla as massas não para assegurar-lhes uma participação real nos negócios da nação mas para lembrar-lhes constantemente que o poder espera delas obediência e disciplina. Essa ditadura que se acredita sustentada pela história, que se julga indispensável ao futuro da independência, simboliza na realidade a decisão da casta burguesa de dirigir o país subdesenvolvido a princípio com o apoio do povo mas em breve contra

êle. A progressiva transformação do partido num serviço de informações é o indício de que o poder se mantém cada vez mais na defensiva. A massa informe do povo é tida na conta de força cega que deve estar permanentemente acorrentada, seja pela mistificação, seja pelo temor que lhe inspiram as forças policiais. O partido serve de barômetro, de serviço de informações. Transforma-se o militante em delator. A êle são confiadas as missões punitivas nas aldeias. Os embriões de partidos de oposição são liquidados a pauladas e pedradas. Os candidatos da oposição vêem suas casas incendiadas. A polícia multiplica as provocações. Em tais condições, certamente, o partido é único e 99,99% dos votos vão para o candidato governamental. Devemos dizer que na África um certo número de governos comporta-se de conformidade com êsse modelo. Todos os partidos oposicionistas, aliás em geral progressistas, que pugnavam por uma influência maior das massas na gestão dos negócios públicos, que desejavam chamar à ordem a desdenhosa burguesia mercantil, foram pela força das bordoadas e das prisões condenados ao silêncio e depois à clandestinidade.

O partido político em muitas regiões africanas hoje independentes sofre de uma inchação terrivelmente grave. Na presença de um membro do partido o povo se cala, finge-se dócil e faz elogios ao governo e ao líder. Mas na rua, no isolamento noturno da vila, no café ou à beira do rio, ouve-se a decepção amarga do povo, o desespero mas também a cólera contida. O partido, em vez de se mostrar favorável à expressão das queixas do povo, em vez de adotar como missão fundamental a livre circulação das idéias do povo e fazer com que elas cheguem à direção, cria embaraços e proibições. Os dirigentes do partido comportam-se como vulgares ajudantes e lembram constantemente ao povo que é preciso fazer "silêncio nas fileiras". Esse partido que se proclamava servidor do povo, que se gabava de trabalhar pelo desenvolvimento do povo, apressa-se, desde que o poder colonial lhe entregou o país, a mandar o povo de volta à sua caverna. No plano da unidade nacional o partido vai igualmente multiplicar os erros. É assim que o partido dito nacional se converte em partido étnico. É uma verdadeira tribo transformada em partido. Esse partido que com muito gosto se arvora em partido nacional, que diz falar em nome de todo o povo, secretamente e algu-

mas vezes abertamente organiza uma autêntica ditadura étnica. Assistimos não mais a uma ditadura burguesa mas a uma ditadura tribal. Os ministros, os chefes de gabinetes, os embaixadores, os prefeitos são escolhidos na etnia do líder, às vezes mesmo diretamente em sua família. Esses regimes de tipo familiar parecem retomar as velhas leis da endogamia, e não é cólera mas vergonha que sentimos diante dessa estupidez, dessa impostura, dessa miséria intelectual e espiritual. Tais chefes de governo são os verdadeiros traidores da África porque a vendem ao mais terrível de seus inimigos: a estupidéz. Essa tribalização do poder favorece o espírito regionalista, o separatismo. Manifestam-se e triunfam as tendências descentralizadoras, a nação se desarticula, se desmembra. O líder que gritava: "Unidade africana" e que pensava em sua família, descobre um belo dia que cinco tribos também querem ter seus embaixadores e seus ministros; e sempre irresponsável, sempre inconsciente, sempre miserável, denuncia "a traição".

Várias vezes temos destacado o papel quase sempre nefasto do líder. É que em certas regiões o partido é organizado como uma quadrilha cuja direção caberia ao personagem mais duro. Fala-se de bom grado na ascendência do líder, na sua força, e não se hesita em dizer num tom cúmplice e ligeiramente admirativo que êle faz tremer seus colaboradores mais íntimos. Para evitar êsses múltiplos obstáculos é necessário bater-se com tenacidade para que o partido jamais se torne um instrumento dócil nas mãos de um líder. *Leader*, do verbo inglês que quer dizer "conduzir". O condutor do povo — isso não existe mais agora. Os povos não são mais rebanhos e não precisam mais ser conduzidos. Se o líder me conduz, quero que êle saiba que ao mesmo tempo eu o conduzo. A nação não deve ser um negócio dirigido por um magnata. Por isso é compreensível o pânico que se apodera das esferas dirigentes sempre que um desses líderes adoece. É que a questão que os atormenta é a da sucessão. Que será do país se o líder desaparecer? As esferas dirigentes que abdicaram diante do líder, irresponsáveis, inconscientes, preocupadas exclusivamente com a boa vida que levam, os coquetéis organiza-

dos, as viagens pagas e a rentabilidade das negociatas, descobrem de vez em quando o vazio espiritual no coração da nação.

Um país que quer realmente responder às questões que a história lhe apresenta, que quer desenvolver suas cidades e o cérebro de seus habitantes, tem de possuir um partido autêntico. O partido não é um instrumento nas mãos do governo. Muito pelo contrário, o partido é um instrumento nas mãos do povo. É ele que determina a política que o governo aplica. O partido não é, não deve ser nunca, o simples escritório político onde se encontram comodamente todos os membros do governo e os grandes dignitários do regime. O escritório político muitas vezes — ai de nós! — constitui todo o partido, e seus membros residem permanentemente na capital. Num país subdesenvolvido os membros dirigentes do partido devem fugir da capital como da peste. Devem residir, excetuados uns poucos, nas regiões rurais. Cumpra evitar centralizar tudo na grande cidade. Nenhuma desculpa de ordem administrativa pode legitimar a efervescência de uma capital já superpopulosa e superdesenvolvida em comparação com os nove décimos do território. O partido há de ser descentralizado ao extremo. É o único meio de ativar as regiões mortas, as regiões que ainda não despertaram para a vida. ✓

Na prática, deverá haver pelo menos um membro do escritório político em cada região e convém evitar nomeá-lo chefe de região. Não deve enfeixar nas mãos os poderes administrativos. O membro do escritório político regional não é obrigado a ocupar o posto mais alto no aparelho administrativo regional. Não deve necessariamente aderir ao poder. Para o povo, o partido não é a autoridade mas o organismo através do qual exerce, enquanto povo, sua autoridade e sua vontade. Quanto menor for a confusão, a dualidade de poderes, mais o partido desempenhará seu papel de guia e constituirá para o povo a garantia decisiva. Se o partido se confunde com o poder, então ser militante do partido é seguir o caminho mais curto para atingir fins egoístas, ter um cargo na administração, subir de posto, mudar de escalão, fazer carreira.

Nos países subdesenvolvidos o estabelecimento de direções regionais dinâmicas impede o processo de macrocefalização das cidades, a corrida incoerente das massas rurais para as cidades. A criação, desde os primeiros dias da independência, de direções regionais dotadas de toda a competência para acordar uma região, fazê-la viver, acelerar a tomada de consciência dos cidadãos é uma necessidade a que a um país que deseje avançar não poderia escapar. De outro modo, em volta do líder apinham-se os responsáveis pelo partido e os dignitários do regime. As administrações incham-se, não porque se desenvolvem e se diferenciam mas porque novos primos e novos militantes aguardam um lugar e esperam infiltrar-se na engrenagem. E o sonho de todo cidadão é ganhar a capital, conseguir uma sinecura. As localidades ficam vazias, as massas rurais desorientadas, sem educação e sem apoio, afastam-se de uma terra mal trabalhada e dirigem-se para as cidadezinhas periféricas, engrossando desmedidamente o *lumpen-proletariat*.

A hora de uma nova crise nacional não está longe. Nós ao contrário, pensamos que o interior deveria ser privilegiado. Em último caso, aliás, não haveria nenhum inconveniente em que o governo se estabelecesse fora da capital. É preciso des-sacralizar a capital e mostrar às massas deserdadas que é para elas que se decide trabalhar. É em certo sentido o que o Governo brasileiro procurou fazer com Brasília. A arrogância do Rio de Janeiro era um insulto ao povo brasileiro. Mas infelizmente Brasília é ainda uma nova Capital tão monstruosa como a primeira. O único interesse dessa realização é que hoje existe uma estrada através da selva. Não, nenhum motivo sério pode opor-se à escolha de uma outra capital, ao deslocamento do conjunto do governo para uma das regiões mais atrasadas. A capital dos países subdesenvolvidos é uma noção comercial herdada do período colonial. Mas nos países subdesenvolvidos devemos multiplicar os contactos com as massas rurais. Devemos fazer uma política nacional, isto é, antes de tudo uma política para as massas. Não devemos jamais perder o contacto com o povo que lutou por sua independência e pela melhoria concreta de sua existência.

Os funcionários e os técnicos autóctones devem afundar-se não nos diagramas e nas estatísticas, mas no povo. Não devem mais ericar-se quando surge a questão de um deslocamento para "o interior". Não devemos ver mais as jovens casadas dos países subdesenvolvidos ameaçar o marido de divórcio caso eles não consigam evitar a remoção para um pôsto rural. É por isso que o escritório político do partido deve privilegiar as regiões deserdadas, e a vida da capital, vida artificial, superficial, superposta à realidade nacional como um corpo estranho, deve ocupar o menor espaço possível na vida da nação, que esta, sim, é fundamental e sagrada.

Num país subdesenvolvido, o partido deve ser organizado de tal sorte que não se contente apenas de ter contacto com as massas. O partido deve ser a expressão direta das massas. O partido não é uma administração encarregada de transmitir as ordens do governo. É o porta-voz enérgico e o defensor incorruptível das massas. Para chegarmos a essa concepção de partido é necessário antes de mais nada que nos desembaracemos da idéia tipicamente ocidental, burguesa e portanto desdenhosa de que as massas são incapazes de dirigir-se a si mesmas. Na verdade, a experiência prova que as massas compreendem perfeitamente os problemas mais complicados. Um dos maiores serviços que a revolução argelina terá prestado aos intelectuais argelinos foi tê-los pôsto em contacto com o povo, ter-lhes permitido ver a extrema, a inefável miséria do povo e ao mesmo tempo assistir ao despertar de sua inteligência, aos progressos de sua consciência. O povo argelino, esta multidão de famintos e analfabetos, êstes homens e estas mulheres mergulhados durante séculos nas trevas mais assombrosas resistiram contra os carros de assalto e os aviões, contra o *napalm* e os serviços psicológicos, mas sobretudo contra a corrupção e a lavagem cerebral, contra os traidores e os exércitos "nacionais" do Gen. Bellounis. Êsse povo resistiu, malgrado os dêbeis, os hesitantes, os aprendizes de ditadores. Êste povo resistiu porque durante sete anos sua luta lhe revelou domínios de cuja existência nem sequer suspeitava. Hoje, oficinas de armeiros funcionam em plena montanha a vários metros abaixo da superfície do solo, hoje, tribunais do povo atuam em todos os escalões,

comissões locais de planificação organizam o desmembramento das grandes propriedades, elaboram a Argélia de amanhã. Um homem isolado pode mostrar-se infenso à compreensão de um problema mas o grupo, a vila compreende com uma rapidez desconcertante. É verdade que se se toma a precaução de utilizar uma linguagem só compreensível aos bacharéis em direito ou em ciências econômicas, facilmente se prova que as massas têm de ser dirigidas. Mas quem fala a linguagem concreta, quem não está obsedado pela vontade perversa de implantar a desordem, de se desembaraçar do povo, percebe que as massas aprendem tôdas as nuanças, tôdas as astúcias. O recurso a uma linguagem técnica significa que se está decidido a considerar as massas como profanas. Essa linguagem mal dissimula o desejo dos conferencistas de enganar o povo, de o deixar de fora. A tarefa do obscurecimento da linguagem é uma máscara atrás da qual se delineia a tarefa mais vasta de espoliação. Pretende-se ao mesmo tempo assaltar o povo e despojá-lo dos seus bens e da sua soberania. É possível explicar tudo ao povo desde que se queira realmente que êle compreenda. E se se pensa que não se precisa dêle, que, pelo contrário, êle ameaça perturbar o bom andamento das múltiplas sociedades privadas e de responsabilidade limitada, cujo objetivo é tornar o povo ainda mais miserável, então a questão está bem clara.

Se se pensa que é perfeitamente possível dirigir um país sem que o povo intervenha, se se pensa que o povo por sua simples presença atrapalha o jôgo, quer porque o retarda, quer porque com sua natural inconsciência o sabota, então nenhuma hesitação tem cabimento: convém afastar o povo. Ora, acontece que o povo, quando é convidado para a direção do país, não retarda mas acelera o movimento. Nós, argelinos, tivemos no curso desta guerra a oportunidade, a felicidade de ver claramente um certo número de coisas. Em determinadas regiões rurais, os responsáveis político-militares pela revolução defrontaram com situações que exigiram soluções radicais. Abordaremos algumas dessas situações.

No decorrer dos anos de 1956-1957 o colonialismo francês interditou certas zonas, e a circulação das pessoas nessas regiões estava severamente regulamentada. Os camponeses portanto não tinham mais a possibilidade de ir livremente à cidade e renovar suas provisões. Durante esse período os merceeiros acumularam lucros enormes. O chá, o café, o açúcar, o fumo, o sal atingiram preços exorbitantes. O mercado negro triunfava com singular insolência. Os camponeses que não podiam pagar em moeda hipotecavam suas colheitas e até mesmo suas terras ou retalhavam o patrimônio familiar e numa segunda fase passavam a trabalhar para o merceeiro. Logo que tomaram consciência desse perigo, os comissários políticos reagiram de maneira imediata. Assim, instituiu-se um sistema racional de abastecimento: o merceeiro que ia à cidade era obrigado a fazer suas compras nos armazéns dos grossistas nacionalistas que lhe forneciam uma fatura onde estavam fixados os preços das mercadorias. Quando voltava ao aduar o retalhista devia primeiramente apresentar-se ao comissário político que examinava a fatura, fixava a margem de lucro e determinava o preço de venda. Os preços estabelecidos eram afixados na mercearia, e um membro do aduar, uma espécie de fiscal, dava informações ao felá a respeito dos preços pelos quais deviam ser vendidos os produtos. Mas o retalhista descobria rapidamente uma artimanha e, três ou quatro dias depois, declarava esgotado o estoque. Sorrateiramente reiniciava a traficância e continuava a vender no mercado negro. A reação da autoridade político-militar foi radical. Punições importantes foram aplicadas, e as multas arrecadadas e depositadas na caixa da vila foram empregadas em obras sociais e serviços de interesse coletivo. Algumas vezes tomava-se a decisão de fechar a mercearia por tempo determinado. Depois em caso de reincidência, o estabelecimento era imediatamente confiscado e entregue a um comitê de gestão eleito, que o administrava, pagando uma mensalidade ao antigo proprietário.

A partir dessas experiências explicou-se ao povo o funcionamento das grandes leis econômicas, tomando-se como base casos concretos. A acumulação de capital deixou de ser uma teoria para tornar-se um comportamento bem real e presente. O povo entendeu como se pode, a partir de uma mer-

cearia, enriquecer e ampliar o negócio. Só então os camponeses contaram que esse merceeiro lhes concedia empréstimos a juros usurários; outros recordaram como ele os havia enxotado das terras que lhes pertenciam e como de proprietários se tinham convertido em empregados. Quanto mais o povo compreende, mais se torna vigilante, mais se torna consciente de que definitivamente tudo depende dele e que sua salvação reside em sua coesão, no conhecimento de seus interesses, na identificação de seus inimigos. O povo percebe que a riqueza não é fruto do trabalho mas resultante de um roubo organizado e protegido. Os ricos deixam de ser homens respeitáveis, não são mais do que animais carniceiros, chacais e corvos que se espojam no sangue do povo. Numa outra perspectiva os comissários políticos tiveram de decidir que ninguém trabalharia mais para ninguém. A terra é dos que a cultivam. É um princípio que se tornou, por força do esclarecimento, uma lei fundamental no seio da revolução argelina. Os camponeses que empregavam trabalhadores agrícolas foram obrigados a entregar tratos de terra a seus antigos empregados.

Então viu-se que o rendimento por hectare triplicara, e isto apesar das numerosas incursões dos franceses, dos bombardeios aéreos e da dificuldade de aquisição de adubo. Os felás que, no momento da colheita, podiam apreciar e pesar os produtos obtidos quiseram compreender esse fenômeno. Facilmente descobriram que o trabalho não é uma noção simples, que a escravidão não permite o trabalho, que o trabalho pressupõe a liberdade, a responsabilidade e a consciência.

Nas regiões onde pudemos levar a cabo essas experiências edificantes, onde assistimos à construção do homem pela instituição revolucionária, os camponeses apreenderam claramente o princípio segundo o qual o indivíduo só trabalha com gosto quando se empenha lucidamente no esforço. Tornou-se possível mostrar às massas que o trabalho não é um dispêndio de energia ou o funcionamento de certos músculos, mas que se trabalha mais com o cérebro e o coração que com os músculos e o suor. Da mesma forma, nessas regiões libertadas mas ao mesmo tempo excluídas do antigo circuito comercial, foi necessário modificar a produção outrora voltada uni-

camente para as cidades e a exportação. Estabeleceu-se uma produção destinada ao consumo do povo e das unidades do exército de libertação nacional. A produção de lentilha quadruplicou e organizou-se a fabricação de carvão vegetal. As hortaliças e o carvão eram levados das regiões do norte para o sul através das montanhas, enquanto que as zonas do sul enviavam carne para o norte. Foi a F.L.N. que determinou essa coordenação, que instituiu o sistema de comunicações. Não tínhamos técnicos nem planificadores vindos das grandes escolas ocidentais. Mas nessas regiões libertadas a ração diária atingiu a cifra, desconhecida até então, de 3.200 calorias. O povo não se contentou em triunfar nessa prova. Propôs questões teóricas. Por exemplo: por que certas regiões jamais viam laranjas antes da guerra de libertação, enquanto expediam-se anualmente milhares de toneladas para o estrangeiro? Por que as uvas eram desconhecidas de grande número de argelinos, enquanto milhões de cachos deliciavam os povos europeus? O povo tem hoje uma idéia muito clara do que lhe pertence. O povo argelino sabe hoje que é o proprietário exclusivo do solo e do subsolo de seu país. E se algumas pessoas não compreendem a obstinação da F.L.N. em não tolerar nenhuma intromissão nessa propriedade e sua vontade indomável de recusar qualquer compromisso a respeito desses princípios, então é preciso que todos se lembrem que o povo argelino é hoje um povo adulto, responsável, consciente. Em suma, o povo argelino é um povo proprietário.

Se tomamos o exemplo argelino para esclarecer nosso propósito não o fizemos para exaltar nosso povo mas simplesmente para mostrar a importância do combate, por ele travado, em sua tomada de consciência. É evidente que outros povos chegaram ao mesmo resultado por outras vias. Na Argélia, sabemos disso agora, a prova de força não era evitável, mas outras regiões conduziram seus povos aos mesmos resultados, através da luta política e do trabalho de esclarecimento executado pelo partido. Na Argélia compreendemos agora que as massas estão à altura dos problemas que as desafiam. Num país subdesenvolvido a experiência demonstra que o importante não é que trezentas pessoas concebam e decidam mas que a totalidade, ainda que ao preço de um tempo dupli-

cado ou triplicado, compreenda e decida. De fato, o tempo consumido em explicar, o tempo "perdido" em humanizar o trabalhador será recuperado na execução. As massas devem saber para onde vão e por que vão. O homem político não deve ignorar que o futuro continuará vedado enquanto a consciência do povo for rudimentar, primária, opaca. Nós, homens políticos africanos, devemos ter idéias bastante claras sobre a situação de nosso povo. Mas essa lucidez precisa permanecer profundamente dialética. O despertar de todo o povo não ocorrerá de uma só vez, seu alistamento racional na obra de edificação nacional será linear, primeiro porque as vias de comunicação e os meios de transmissão estão pouco desenvolvidos, depois porque a temporalidade deve deixar de ser a do instante ou da próxima colheita para ser a do mundo, enfim porque o desânimo instalado nas profundezas do cérebro pelo domínio colonial está sempre à flor da pele. Mas não devemos ignorar que a vitória sobre os nós de menor resistência, heranças do domínio material e espiritual do país, é uma necessidade a que nenhum governo poderia esquivar-se. Tomemos o exemplo do trabalho no regime colonial. O colono não parava de afirmar que o indígena é lento. Hoje, em alguns países independentes, ouvimos os quadros repetir essa condenação. Na verdade, o colono queria que o escravo fosse entusiasta. Queria, por uma modalidade de mistificação que constitui a alienação mais sublime, persuadir o escravo de que a terra que cultiva é sua, que as minas em que perde a saúde são sua propriedade. Singularmente, o colono esquecia que enriquecia com a agonia do escravo. Praticamente o colono dizia ao escravo: "Rebenta, contanto que eu enriqueça". Hoje devemos proceder de modo diferente. Não devemos dizer ao povo: "Rebenta, contanto que o país enriqueça". Se queremos aumentar a renda nacional, diminuir a importação de certos produtos inúteis e até mesmo nocivos, incrementar a produção agrícola e lutar contra o analfabetismo, precisamos explicar. É imperioso que o povo compreenda a importância da aposta. A coisa pública há de ser a coisa do público. Desembocamos portanto na necessidade de multiplicar as células na base. Muitas vezes, na realidade, contentamo-nos com instalar organismos nacionais no alto e sempre na capital: a União das Mulheres, a União dos Jovens, os Sindicatos etc. Mas se nos aconselham a investigarmos na parte posterior do

escritório montado na capital, se passamos para a sala dos fundos onde deveriam encontrar-se os arquivos, ficamos espantados com o vácuo, o nada, o blefe. É mister uma base, células que dêem conteúdo e dinamismo. Devem as massas poder reunir-se, discutir, propor, receber instruções. Devem os cidadãos ter a possibilidade de falar, exprimir-se, inventar. A reunião de célula, a reunião do comitê é um ato litúrgico. É uma ocasião privilegiada que é dada ao homem, de escutar e dizer. Em cada reunião o cérebro multiplica suas vias de associação, o olho descortina um panorama cada vez mais humanizado.

A enorme proporção de jovens nos países subdesenvolvidos coloca o governo diante de problemas específicos que convém abordar lucidamente. A juventude urbana, inativa e amiúde iletrada, está entregue a todos os tipos de experiências dissolventes. A juventude subdesenvolvida oferece-se com frequência divertimentos de países industrializados. Normalmente, de fato, há homogeneidade entre o nível mental e material dos membros de uma sociedade e os prazeres a que essa sociedade se entrega. Ora, nos países subdesenvolvidos a juventude dispõe de divertimentos pensados para a juventude dos países capitalistas: romances policiais, máquinas automáticas, fotografias obscenas, literatura pornográfica, filmes-proibidos-para-menores-de-dezesseis-anos e sobretudo álcool... No Ocidente, o quadro familiar, a escolarização, o nível de vida relativamente elevado das massas trabalhadoras servem até certo ponto de defesa contra a ação nefasta desses divertimentos. Mas num país africano onde o desenvolvimento mental é desigual, onde o choque violento de dois mundos abalou consideravelmente as velhas tradições e desarticulou o universo da percepção, a afetividade do jovem africano e sua sensibilidade estão à mercê das diversas agressões contidas na cultura ocidental. Sua família revela-se muitas vezes incapaz de opor a essas violências a estabilidade, a homogeneidade.

Neste domínio deve o governo servir de filtro e estabilizador. Os comissários da Juventude dos países subdesen-

volvidos cometem com frequência um erro. Concebem seu papel à maneira dos comissários da Juventude dos países desenvolvidos. Falam em fortificar a alma, em desenvolver o corpo, em facilitar a manifestação de qualidades esportivas. Devem, a nosso ver, acautelar-se contra essa concepção. A juventude de um país subdesenvolvido é quase sempre uma juventude ociosa. Cumpre antes de tudo dar-lhe uma ocupação. Por isso é que o comissário da juventude deve estar institucionalmente ligado ao Ministério do Trabalho. O Ministério do Trabalho, que é uma necessidade num país subdesenvolvido, funciona em estreita colaboração com o Ministério do Planejamento, outra necessidade num país subdesenvolvido. A juventude africana não deve ser dirigida para os estádios mas para os campos, para os campos e para as escolas. O estádio não é esse local de exibição instalado nas cidades mas um espaço determinado no seio das terras que arroteamos, cultivamos e oferecemos à nação. A concepção capitalista do esporte é fundamentalmente diferente daquela que deveria existir num país subdesenvolvido. O homem político africano não deve preocupar-se em fazer esportistas mas homens conscientes que podem também ser esportistas. Se o esporte não se integrar na vida nacional, isto é, na construção nacional, se formarmos esportistas nacionais e não homens conscientes, então em breve assistiremos ao apodrecimento do esporte provocado pelo profissionalismo, pelo comercialismo. O esporte não deve ser um jogo, uma distração oferecida à burguesia das cidades. A maior tarefa é compreender a todo momento o que se passa entre nós. Não devemos cultivar o excepcional, procurar o herói, outra forma do líder. Devemos erguer o povo, engrandecer o cérebro do povo, enriquecê-lo, diferenciá-lo, torná-lo humano.

Uma vez mais recaímos nesta obsessão que gostaríamos de ver partilhada pela totalidade dos homens políticos africanos: a necessidade de esclarecer o esforço popular, de iluminar o trabalho, de desembaraçá-lo de sua opacidade histórica. Ser responsável num país subdesenvolvido é saber que tudo repousa definitivamente na educação das massas, na elevação do pensamento, no que se chama um tanto precipitadamente politização.

Com efeito, acredita-se freqüentemente, com criminosa leviandade, que politizar as massas é pronunciar diante delas, de vez em quando, um grande discurso político. Pensa-se que basta a um líder ou a um dirigente falar em tom doutoral dos grandes problemas da atualidade para estar desobrigado do imperioso dever de politização das massas. Ora, politizar é abrir o espírito, é despertar o espírito, dar à luz o espírito. É, como disse Césaire, "inventar almas". Politizar as massas não é, não pode ser, fazer um discurso político. É obstinar-se com fúria em fazer com que as massas compreendam que tudo depende delas, que se estagnamos é culpa sua e se avançamos é também culpa sua, que não há demiurgo, que não há homem ilustre e responsável por tudo, mas que o demiurgo é o povo e que as mãos mágicas são em última análise as mãos do povo. Para realizar essas coisas, para as corporificar verdadeiramente, repetimos, é preciso descentralizar ao máximo. A circulação, do cume à base e da base ao cume, deve ser um princípio rígido, não por amor ao formalismo mas porque simplesmente o respeito por este princípio é a garantia da salvação. É da base que sobem as forças que dinamizam o cume e lhe permitem dialéticamente dar um novo salto. Ainda uma vez nós, argelinos, compreendemos bem rapidamente essas coisas porque nenhum membro de nenhuma cúpula teve a possibilidade de se orgulhar de qualquer missão de salvação. É a base que luta na Argélia, e esta base não ignora que sem seu combate cotidiano, heróico e difícil, a cúpula não se sustentaria. Como sabe também que sem uma cúpula e uma direção a base estouraria na incoerência e na anarquia. A cúpula só tira seu valor e sua solidez da existência do povo em combate. A rigor, é o povo que busca livremente uma cúpula e não esta que tolera o povo.

As massas têm de saber que o governo e o partido estão a serviço delas. Um povo digno, isto é, um povo consciente de sua dignidade, é um povo que jamais esquece essas evidências. Durante a ocupação colonial foi dito ao povo que era necessário que ele desse sua vida pelo triunfo da dignidade. Mas os povos africanos perceberam bem depressa que sua dignidade não era contestada somente pelo ocupante. Os

povos africanos entenderam com rapidez que havia uma equivalência absoluta entre a dignidade e a soberania. De fato, um povo digno e livre é um soberano. Um povo digno é um povo responsável. E é inútil "mostrar" que os povos africanos são infantis ou débeis. Um governo e um partido têm o povo que merecem. E num prazo mais ou menos longo um povo tem o governo que merece.

A experiência concreta em certos lugares comprova essas posições. No decorrer das reuniões acontece por vezes que os militantes se referem, para resolver os problemas difíceis, à fórmula: "o único jeito é..." Essa súmula voluntarista, em que culminam perigosamente espontaneidade, sincretismo simplificador e ausência de elaboração intelectual, triunfa freqüentemente. Cada vez que se nota essa abdicação da responsabilidade num militante não basta dizer-lhe que não tem razão. É preciso torná-lo responsável, convidá-lo a ir até ao fim do seu raciocínio e mostrar-lhe claramente o caráter muitas vezes atroz, desumano e definitivamente estéril desse "o único jeito é". Ninguém detém a verdade, nem o dirigente nem o militante. A procura da verdade nas situações locais é tarefa coletiva. Alguns têm uma experiência mais rica, elaboram mais rapidamente seu pensamento, puderam estabelecer no passado um maior número de ligações mentais. Mas devem evitar humilhar o povo porque o sucesso da decisão adotada depende da participação coordenada e consciente de todo o povo. Ninguém pode tirar o corpo fora. Todos serão mortos ou torturados e no quadro da nação independente todos passarão fome e participarão do marasmo. O combate coletivo pressupõe uma responsabilidade coletiva na base e uma responsabilidade colegiada na cúpula. Sim, é necessário comprometer a todos no combate pela salvação comum. Não há mãos limpas, não há inocentes nem espectadores. Estamos todos sujando as mãos nos pântanos de nosso solo e no vácuo terrível de nosso cérebro. Todo espectador é um covarde ou um traidor.

É dever de uma direção ter as massas consigo. Ora, adesão implica consciência, compreensão da missão a cumprir,

em suma intelectualização ainda que embrionária. Não se deve subjugar mentalmente o povo, dissolvê-lo na emoção e na confusão. Apenas os países subdesenvolvidos dirigidos por elites revolucionárias surgidas do povo podem hoje permitir o aparecimento das massas no palco da história. Mas, uma vez mais, é preciso que nos oponhamos vigorosa e resolutamente ao nascimento de uma burguesia nacional, de uma casta de privilegiados. Politizar as massas é tornar a nação global presente em cada cidadão. É fazer da experiência da nação a experiência de cada cidadão. Como lembrou tão oportunamente o Presidente Sékou Touré em sua mensagem ao Segundo Congresso dos Escritores Africanos: *No domínio do pensamento pode o homem aspirar a ser o cérebro do mundo, mas no plano da vida concreta, onde toda intervenção influencia o ser físico e espiritual, o mundo é sempre o cérebro do homem, porque é neste nível que se encontram a totalização dos poderes e das unidades pensantes, as forças dinâmicas de desenvolvimento e aperfeiçoamento, é aí que se opera a fusão das energias e que se inscreve definitivamente a soma dos valores intelectuais do homem. A experiência individual, porque é nacional, elo da existência nacional, deixa de ser individual, limitada, estreita e pode desaguar na verdade da nação e do mundo. Assim como na fase da luta cada combatente sustentava a nação na ponta do braço, da mesma forma, durante a fase de construção nacional, cada cidadão deve continuar em sua ação concreta de todos os dias a associar-se ao conjunto da nação, a encarnar a verdade constantemente dialética da nação, a querer aqui e agora o triunfo do homem total. Se a construção de uma ponte não vai enriquecer a consciência daqueles que nela trabalham, então não se construa a ponte, continuem os cidadãos a atravessar o rio a nado ou numa balsa. A ponte não deve cair do céu num pára-quadras, não deve ser imposta por um *deus ex machina* ao panorama social, mas deve, pelo contrário, sair dos músculos e do cérebro dos cidadãos. E certamente haverá talvez necessidade de engenheiros e arquitetos, às vezes inteiramente estrangeiros, mas os responsáveis locais pelo partido devem estar presentes para que a técnica se infiltre no deserto cerebral do cidadão, para que a ponte, nos detalhes e em conjunto, seja repensada, concebida, assumida. É preciso que o cidadão se aproprie da ponte. Só então tudo é possível.*

Um governo que se proclama nacional há de chamar a si a totalidade da nação, e nos países subdesenvolvidos a juventude representa um dos setores mais importantes. Cumprir educar a consciência dos jovens, esclarecê-la. É esta juventude que tornaremos a encontrar no exército nacional. Se o trabalho de explicação foi feito ao nível dos jovens, se a União Nacional dos Jovens cumpriu sua tarefa que é integrar a juventude na nação, então poderão ser evitados os erros que comprometeram e até minaram o futuro das Repúblicas da América Latina. O exército não é nunca uma escola de guerra mas uma escola de civismo, uma escola política. O soldado de uma nação adulta não é um mercenário mas um cidadão que por meio das armas defende a nação. Por isso é que é fundamental que o soldado saiba que está a serviço do país e não de um oficial, por mais prestigioso que este seja. É preciso aproveitar o serviço nacional civil e militar para elevar o nível da consciência nacional, para destribilizar, unificar. Num país subdesenvolvido é mister realizar com a maior rapidez a mobilização dos homens e das mulheres. O país subdesenvolvido deve abster-se de perpetuar as tradições feudais que consagram a prioridade do elemento masculino sobre o elemento feminino. As mulheres terão um lugar idêntico ao dos homens, não nos artigos da Constituição mas na vida cotidiana, na fábrica, na escola, nas assembleias. Se nos países ocidentais aquartelam-se os militares, não quer isto dizer que seja sempre esta a melhor fórmula. Não se é obrigado a militarizar os recrutas. O Serviço pode ser civil ou militar e de qualquer modo é conveniente que cada cidadão válido possa a qualquer momento integrar-se numa unidade combatente e defender as aquisições nacionais e sociais.

As grandes obras de interesse coletivo devem poder ser executadas pelos recrutas. É um meio prodigioso de ativar as regiões inertes, de dar a conhecer a um maior número de cidadãos as realidades do país. É preciso evitar transformar o exército num corpo autônomo que cedo ou tarde, ocioso e sem missão, se meta a "fazer política" e a ameaçar o poder. Os generais de salão, à força de freqüentarem as antecâmaras do poder, sonham com pronunciamentos. O único meio de escapar a isso é politizar o exército, isto é, nacionalizá-lo.

Da mesma forma há urgência em multiplicar as milícias. Em caso de guerra, é a nação inteira que se bate ou que trabalha. Não deve haver soldados profissionais e o número de oficiais de carreira deve ser reduzido ao mínimo. Em primeiro lugar porque quase sempre os oficiais são escolhidos no seio dos quadros universitários que poderiam ser mais úteis em outra parte: um engenheiro é mil vezes mais indispensável à nação que um oficial. Depois, porque é necessário evitar a cristalização de um espírito de casta. Vimos nas páginas precedentes que o nacionalismo, este canto magnífico que levantou as massas contra o opressor, se desagrega no dia seguinte ao da independência. O nacionalismo não é uma doutrina política, não é um programa. Se se deseja de fato poupar ao país esses recuos, essas paralisações, esses hiatos, é preciso passar velozmente da consciência nacional à consciência política e social. A nação não existe em parte alguma senão num programa elaborado por uma direção revolucionária e retomado lucidamente e com entusiasmo pelas massas. Necessário é situar constantemente o esforço nacional no quadro geral dos países subdesenvolvidos. A frente da fome e do obscurantismo, a frente da miséria e da consciência embrionária devem estar presentes no espírito e nos músculos dos homens e das mulheres. O trabalho das massas, sua vontade de vencer os flagelos que durante séculos as excluíram da história do cérebro humano, devem ramificar-se por todos os povos subdesenvolvidos. Há uma espécie de esforço coletivo, de destino comum ao nível dos homens subdesenvolvidos. As notícias que interessam aos povos do Terceiro Mundo não são as que dizem respeito ao casamento do rei Balduino ou aos escândalos da burguesia italiana. O que queremos é conhecer as experiências feitas pelos argentinos ou pelos birmaneses no quadro da luta contra o analfabetismo ou as tendências ditatoriais dos dirigentes. Estes são elementos que nos reforçam, instruem e decuplicam a nossa eficácia. Como se vê, um programa é necessário a um governo que queira de fato libertar, politicamente e socialmente, o povo. Programa econômico como também doutrina sobre a repartição das riquezas e as relações sociais. Realmente é preciso ter uma concepção do homem, uma concepção do futuro do homem. Isto quer dizer que nenhuma fórmula demagógica, nenhuma cumplicidade com o antigo ocupante substitui um programa. Os

povos a princípio inconscientes mas em breve cada vez mais lúcidos exigirão com vigor esse programa. Os povos africanos, os povos subdesenvolvidos, ao contrário do que se costuma acreditar, edificam rapidamente sua consciência política e social. O que pode ser grave é que muitas vezes eles chegam a essa consciência social antes da fase nacional. Por isso, pode-se observar nos países subdesenvolvidos a exigência violenta de uma justiça social que paradoxalmente se alia a um tribalismo quase sempre primitivo. Os povos subdesenvolvidos têm um comportamento de gente esfaimada. O que significa que os dias daqueles que se divertem na África estão rigorosamente contados. Queremos dizer que seu poder não poderia prolongar-se indefinidamente. Uma burguesia que dá às massas apenas o alimento do nacionalismo falha em sua missão e enreda-se necessariamente numa sucessão de infortúnios. O nacionalismo, se não se torna explícito, se não é enriquecido e aprofundado, se não se transforma rapidamente em consciência política e social, em humanismo, conduz a um beco sem saída. A direção burguesa dos países subdesenvolvidos encerra a consciência nacional num formalismo esterilizante. Só o alistamento maciço dos homens e das mulheres em tarefas esclarecidas e fecundas dá conteúdo e densidade a essa consciência. Então a bandeira e o palácio do governo deixam de ser os símbolos da nação. A nação abandona esses lugares iluminados e artificiais e refugia-se nos campos onde recebe vida e dinamismo. A expressão viva da nação é a consciência em movimento da totalidade do povo. É a praxis coerente e esclarecida dos homens e mulheres. A construção coletiva de um destino é a aceitação de uma responsabilidade na dimensão da história. O contrário é a anarquia, a repressão, o aparecimento de partidos tribalizados, do federalismo etc. O governo nacional, se quer ser nacional, deve governar pelo povo e para o povo, para os deserdados e pelos deserdados. Nenhum líder, por maior que seja o seu valor, pode substituir-se à vontade popular, e o governo nacional deve, antes de se preocupar com prestígio internacional, restituir a dignidade a cada cidadão, enriquecer os cérebros, encher os olhos de coisas humanas, desenvolver um panorama humano porque habitado por homens conscientes e soberanos.¶

4

Sôbre a
Cultura Nacional

"Não basta escrever um canto revolucionário para participar da revolução africana; é preciso fazer esta revolução com o povo. Com o povo, e os cantos surgirão sòzinhos e por si mesmos.

Para ter uma ação autêntica, é necessário ser pessoalmente uma parte viva da África e de seu pensamento, um elemento dessa energia popular inteiramente mobilizada para a libertação, o progresso e a felicidade da África. Não há nenhum lugar fora dêsse combate único nem para o artista, nem para o intelectual que não esteja êle próprio empenhado e totalmente mobilizado com o povo na grande luta da África e da humanidade sofredora".

SÉKOU TOURÉ¹

CADA GERAÇÃO deve numa relativa opacidade descobrir sua missão, executá-la ou traí-la. Nos países subdesenvolvidos as gerações precedentes ao mesmo tempo resistiram

¹ *Le leader politique considéré comme le représentant d'une culture.* Comunicação ao segundo Congresso dos Escritores e Artistas Negros. Roma, 1959.

ao trabalho de erosão efetuado pelo colonialismo e prepararam o amadurecimento das lutas atuais. Precisamos perder o hábito, agora que estamos em pleno combate, de minimizar a ação de nossos pais ou de fingir incompreensão diante de seu silêncio ou de sua passividade. Eles se bateram como puderam, com as armas que então possuíam, e se os ecos de sua luta não repercutiram na arena internacional, cumpre ver a razão disso menos na ausência de heroísmo que numa situação internacional fundamentalmente diferente. Foi necessário que mais de um colonizado dissesse "isso não pode continuar", foi necessário que mais de uma tribo se rebelasse, foi necessário mais de um levante sufocado, mais de uma manifestação reprimida para que pudéssemos hoje erguer a cabeça com esta confiança na vitória.

Nossa missão histórica, para nós que tomamos a decisão de romper as rédeas do colonialismo, é regular todas as revoltas, todos os atos desesperados, todas as tentativas abortadas ou afogadas em sangue.

Analisaremos neste capítulo o problema, considerado fundamental, da legitimidade da reivindicação de uma nação. É preciso reconhecer que o partido que mobiliza o povo pouco se preocupa com esse problema da legitimidade. Os partidos políticos partem do real vivido, e é em nome desse real, em nome dessa atualidade que pesa sobre o presente e o futuro dos homens e das mulheres, que convidam à ação. O partido político pode perfeitamente falar da nação em termos comoventes, mas o que lhe interessa é que o povo que o escuta compreenda a necessidade de participar do combate se aspira simplesmente a existir.

Sabe-se hoje que na primeira fase da luta nacional o colonialismo procura esvaziar a reivindicação nacional recorrendo ao economismo. Desde as primeiras reivindicações o colonialismo simula compreensão, reconhecendo com ostensiva humildade que o território sofre de um subdesenvolvi-

to grave, o qual requer um importante esforço econômico e social.

E, de fato, acontece que algumas medidas espetaculares, frentes de trabalho inauguradas aqui e ali para aproveitar os desempregados, retardam por alguns anos a cristalização da consciência nacional. Mas, cedo ou tarde, o colonialismo percebe que não lhe é possível realizar um projeto de reformas econômico-sociais que satisfaça as aspirações das massas colonizadas. Mesmo no plano da barriga o colonialismo dá provas de sua impotência congênita. O Estado colonialista descobre bem depressa que querer desarmar os partidos nacionais no domínio estritamente econômico viria a dar em fazer nas colônias o que não quis fazer em seu próprio território. E não é por acaso que floresce hoje um pouco por toda a parte a doutrina do cartierismo.

A amargura desiludida de Cartier ante a obstinação da França em vincular a si indivíduos a quem deverá alimentar, enquanto tantos franceses vivem na penúria, traduz a impossibilidade em que se acha o colonialismo de se converter em programa desinteressado de ajuda e amparo. É por isso que ainda uma vez não é preciso perder tempo em repetir que vale mais a fome com dignidade que o pão na escravidão. É preciso, pelo contrário, convencer-se de que o colonialismo é incapaz de proporcionar aos povos colonizados as condições materiais suscetíveis de fazê-lo esquecer a sua preocupação de dignidade. Tão logo o colonialismo compreendeu aonde o levaria sua tática de reformas sociais, nós o vimos recobrar seus velhos reflexos, reforçar os efetivos policiais, despachar tropas e instalar um regime de terror mais adaptado aos seus interesses e à sua psicologia.

No seio dos partidos políticos, a maior parte das vezes ao lado deles, aparecem homens de cultura colonizados. Para esses homens a reivindicação de uma cultura nacional, a afirmação da existência dessa cultura, representa um campo de batalha privilegiado. Enquanto os homens políticos inscrevem sua ação no real, os homens de cultura situam-se

no quadro da história. Em face do intelectual colonizado que resolve responder agressivamente à teoria colonialista de uma barbárie pré-colonial, o colonialismo quase não reagirá. Reagirá menos ainda porque as idéias desenvolvidas pela intelectualidade colonizada são largamente professadas pelos especialistas metropolitanos. É banal, na verdade, constatar que há várias décadas numerosos pesquisadores europeus reabilitaram as civilizações africanas, mexicanas ou peruanas. Causou espanto a paixão de que se revestiram os intelectuais colonizados para defender a existência de uma cultura nacional. Mas os que condenam essa paixão exacerbada esquecem estranhamente que seu psiquismo, seu ego se abrigam comodamente por trás de uma cultura francesa ou alemã que provou o seu valor e que ninguém contesta.

Concedo que no plano da existência o fato de ter havido uma civilização asteca não altera muito o regime alimentar do camponês mexicano de hoje. Concedo que todas as provas que pudessem ser dadas da existência de uma prodigiosa civilização songhai não mudam o fato de que os songhais de hoje são subalimentados, analfabetos, vivem entre céu e água com a cabeça vazia, os olhos vazios. Mas, já foi dito inúmeras vezes, essa procura apaixonada de uma cultura nacional anterior à era colonial extrai sua legitimidade da preocupação partilhada pelos intelectuais colonizados de retroceder em face da cultura ocidental, na qual correm o risco de submergir. Porque se dão conta de que estão na iminência de naufragar, de perder-se portanto para seu povo, esses homens obstinam-se, com o coração cheio de fúria e o cérebro ardente, em retomar contacto com a seiva mais antiga, mais pré-colonial de seu povo.

Vamos mais longe: talvez essas paixões e essa fúria sejam alimentadas ou pelo menos orientadas pela secreta esperança de descobrir, para além da miséria atual, do desprezo por nós mesmos, dessa demissão e dessa renúncia, uma era extraordinariamente bela e resplandecente que nos reabilite ao mesmo tempo aos nossos próprios olhos e aos olhos dos outros. Digo que estou decidido a ir mais longe. Inconscientemente talvez os intelectuais colonizados, não podendo enamorar-se da história atual de seu povo oprimido, não poden-

do admirar sua presente barbárie, deliberaram ir mais longe, mais fundo, e foi com alegria excepcional que descobriram que o passado não era de vergonha mas de dignidade, de glória e de solenidade. A reivindicação de uma cultura nacional passada não reabilita apenas; em verdade justifica uma cultura nacional futura. No plano do equilíbrio psico-afetivo provoca no colonizado uma mutação de importância fundamental. Talvez não tenha sido suficientemente demonstrado que o colonialismo não se contenta de impor sua lei ao presente e ao futuro do país dominado. Ao colonialismo não basta encerrar o povo em suas malhas, esvaziar o cérebro colonizado de toda forma e todo conteúdo. Por uma espécie de perversão da lógica, ele se orienta para o passado do povo oprimido, deforma-o, desfigura-o, aniquila-o. Essa tarefa de desvalorização da história do período anterior à colonização adquire hoje sua significação dialética.

Quando refletimos nos esforços empregados para provocar a alienação cultural tão característica da época colonial, compreendemos que nada foi feito ao acaso e que o resultado global pretendido pelo domínio colonial era convencer os indígenas de que o colonialismo devia arrancá-los das trevas. O resultado, conscientemente procurado pelo colonialismo, era meter na cabeça dos indígenas que a partida do colono significaria para eles o retorno à barbárie, ao aviltamento, à animalização. No plano do inconsciente, o colonialismo não pretendia ser visto pelo indígena como uma mãe doce e bondosa que protege o filho contra um ambiente hostil, mas sob a forma de uma mãe que a todo momento impede um filho fundamentalmente perverso de se suicidar, de dar livre curso a seus instintos maléficos. A mãe colonial defende o filho contra ele mesmo, contra seu ego, contra sua fisiologia, sua biologia, sua infelicidade ontológica.

Nesta situação, a reivindicação do intelectual colonizado não é um luxo mas a exigência de um programa coerente. O intelectual colonizado que situa seu combate no plano da legitimidade, que quer fornecer provas, que aceita desnudar-se para melhor exibir a história de seu corpo, está condenado a esse mergulho nas entranhas de seu povo.

O mergulho não é especificamente nacional. O intelectual colonizado que resolve travar combate com as mentiras colonialistas, há de lutar em escala continental. O passado é valorizado. A cultura, que é arrancada do passado para ser exibida em todo o seu esplendor, não é a de seu país. O colonialismo, que não graduou seus esforços, nunca cessou de afirmar que o negro é um selvagem, e o negro para ele não era nem o angolense nem o nigeriano. Falava do Negro. Para o colonialismo, este vasto continente era uma toca de selvagens, uma região infestada de superstições e fanatismo, fadada ao desprezo, atingida pela maldição de Deus, terra de antropófagos, terra de negros. A condenação do colonialismo é continental. A afirmação, feita pelo colonialismo, de que a noite humana caracterizou o período pré-colonial, refere-se ao conjunto do continente africano. Os esforços do colonizado para se reabilitar e escapar à dentada colonial inscrevem-se logicamente numa perspectiva que é a mesma do colonialismo. O intelectual colonizado que se afastou bastante da cultura ocidental e teima em proclamar a existência de uma cultura não o faz nunca em nome de Angola ou do Daomé. A cultura que é afirmada é a cultura africana. O negro que jamais foi tão negro como a partir do instante em que esteve sob o domínio do branco, quando resolve dar testemunho de cultura, fazer obra de cultura, percebe que a história lhe impõe um terreno determinado, que a história lhe indica um caminho preciso e que lhe cumpre manifestar uma cultura negra.

E é bem verdade que os grandes responsáveis por essa racionalização do pensamento, ou pelo menos das tentativas de pensamento, são e continuam sendo os europeus que não cessaram de opor a cultura branca às outras inculturas. O colonialismo não julgou necessário perder tempo em negar umas após outras as culturas das diferentes nações. Por isso a resposta de colonizado será naturalmente continental. Na África, a literatura colonizada dos últimos vinte anos não é uma literatura nacional mas uma literatura de negros. O conceito de negritude, por exemplo, era a antítese afetiva senão lógica desse insulto que o homem branco fazia à humanidade. Essa negritude exacerbada contra o desprezo do branco re-

velou-se em certos setores apenas capaz de suspender interdições e maldições. Uma vez que se viam confrontados antes de tudo com o ostracismo global, o desprezo sincrético do dominador, os intelectuais guineenses ou quenianos reagiam admirando ou cantando a si mesmos. A afirmação incondicional da cultura européia sucedeu a afirmação incondicional da cultura africana. Em conjunto, os chantes da negritude opuseram a velha Europa à jovem África, a razão enfadonha à poesia, a lógica opressiva à natureza impetuosa, de um lado rigidez, cerimônia, protocolo, ceticismo, do outro ingenuidade, petulância, liberdade e — por que não? — abundância. Mas também irresponsabilidade.

Os chantes da negritude não hesitarão em transcender os limites do continente. Vozes da América vão retomar este hino com redobrada amplitude. O "mundo negro" nascerá e Busia de Gana, Birago Diop do Senegal, Hampaté Ba do Sudão, Saint-Clair Drake de Chicago não vacilarão em afirmar a existência de laços comuns, de linhas de força idênticas.

O exemplo do mundo árabe poderia igualmente ser lembrado aqui. Sabe-se que a maioria dos territórios árabes foi submetida ao domínio colonial. O colonialismo envidou nessas regiões os mesmos esforços para inculcar no espírito dos indígenas que sua história de antes da colonização era uma história dominada pela barbárie. A luta de libertação nacional acompanhou-se de um fenômeno cultural conhecido pelo nome de renascimento do Islã. A paixão com que os autores árabes contemporâneos se lançam à tarefa de recordar a seu povo as grandes páginas da história árabe é uma resposta às mentiras do ocupante. Os grandes nomes da literatura árabe foram inventariados e o passado da civilização árabe foi brandido com o mesmo arrebatamento, o mesmo ardor que o das civilizações africanas. Os líderes árabes procuraram reavivar a famosa Dar El Salam que refulgiu com tanto brilho nos Séculos XII, XIII e XIV.

Hoje, no plano político, a Liga Árabe concretiza esta vontade de retomar a herança do passado e elevá-la às culminâncias. Hoje, médicos e poetas árabes interpelam-se através das fronteiras, esforçando-se por fundar uma nova cultura árabe, uma nova civilização árabe. É em nome do arabismo que esses homens se reúnem, é em seu nome que tratam de pensar. Todavia, ao mundo árabe, o sentimento nacional conservou, mesmo sob o domínio colonial, uma vivacidade que não se observa na África. Por isso não se nota na Liga Árabe essa comunhão espontânea de cada um com todos. Pelo contrário, paradoxalmente, cada um tenta cantar as realizações de sua nação. Estando o fenômeno cultural desprezado da indiferenciação que o caracterizava ao mundo africano, os árabes não chegam sempre a se eclipsar diante do objeto. A cultura vivida não é nacional mas árabe. O problema não consiste ainda em assegurar uma cultura nacional, em apossar-se do movimento das nações, mas em assumir uma cultura árabe ou africana diante da condenação global manifestada pelo dominador. No plano africano, como no plano árabe, vê-se que a reivindicação do homem de cultura do país colonizado é sincrética, continental, mundial no caso dos árabes.

Essa obrigação histórica em que se acham os homens de cultura africanos de racializar suas reivindicações, de falar mais de cultura africana que de cultura nacional, vai conduzi-los a um beco sem saída. Tomemos por exemplo o caso da Sociedade Africana de Cultura. Esta sociedade foi criada por intelectuais africanos que desejavam conhecer-se mutuamente, permutar suas experiências e suas respectivas pesquisas. O objetivo da sociedade era portanto afirmar a existência de uma cultura africana, inventariar esta cultura no quadro de nações definidas, revelar o dinamismo interno de cada uma das culturas nacionais. Mas, ao mesmo tempo, a sociedade respondia a uma outra exigência: a de se colocar ao lado da Sociedade Europeia de Cultura que ameaçava transformar-se em Sociedade Universal de Cultura. Havia portanto na raiz dessa decisão a preocupação de apresentar-se no encontro universal com todas as suas armas, com uma cultura saída das próprias entranhas do continente africano.

Ora, com extrema rapidez essa Sociedade vai revelar sua inaptidão para incumbir-se dessas diversas tarefas e limitar-se à manifestações exibicionistas: mostrar aos europeus que existe uma cultura africana, opor-se aos europeus ostentadores e narcistas — tal será o comportamento habitual dos membros dessa Sociedade. Já indicamos que essa atitude era normal e baseava sua legitimidade na mentira propagada pelos homens de cultura ocidentais. Mas a degradação dos objetivos da Sociedade vai aprofundar-se com a elaboração do conceito de negritude. A Sociedade Africana vai tornar-se a sociedade cultural do mundo negro e será levada a abarcar a diáspora negra, isto é, as dezenas de milhões de negros dispersos pelos continentes americanos.

Os negros que se encontram nos Estados Unidos, na América Central ou Latina tinham de fato necessidade de agarrar-se a uma matriz cultural. O problema que se apresentava diante deles não era fundamentalmente diferente daquele com que se confrontavam os africanos. Com relação a eles, os brancos da América não se comportam diferentemente dos que dominavam os africanos. Vimos que os brancos estavam acostumados a pôr todos os negros no mesmo saco. No decorrer do primeiro congresso da Sociedade Africana de Cultura, realizado em Paris em 1956, os negros americanos espontaneamente refletiram sobre seus problemas no mesmo plano que os dos seus congêneres africanos. Os homens de cultura africanos, ao falar em civilizações africanas, outorgavam um estado civil razoável aos antigos escravos. Mas, pouco a pouco, os negros americanos foram percebendo que os problemas existenciais que se colocavam diante deles não se assemelhavam àqueles com que defrontavam os negros africanos. Os negros de Chicago só se pareciam com os da Nigéria e Tanganica na exata medida em que todos eles se definiam em relação aos brancos. Mas passados os primeiros confrontos, uma vez tranquilizada a subjetividade, os negros americanos perceberam que os problemas objetivos eram fundamentalmente heterogêneos. Os carros da liberdade em que Negros e Brancos americanos tentam fazer recuar a discriminação racial não mantêm em seu princípio e seus objetivos senão tênues afinidades com a luta heróica do povo angolano contra o odioso colonialismo português. Assim, durante o segundo congresso da Sociedade Africana de Cultura os

negros americanos deliberaram criar uma Sociedade Americana dos homens de cultura negros.

A negritude encontrou portanto seu primeiro limite nos fenômenos que justificam a historicização dos homens. A cultura negra, a cultura negro-africana se fragmentou porque os homens que se propunham encarná-la compreenderam que toda cultura é antes de tudo nacional e que os problemas que mantinham Richard Wright ou Langston Hughes em estado de alerta eram fundamentalmente diferentes daqueles que poderiam desafiar Leopold Senghor ou Jomo Kenyatta. Do mesmo modo, certos Estados árabes que haviam entoado o canto prestigioso da renovação árabe deviam perceber que sua posição geográfica e a interdependência econômica de sua região eram mais fortes que o passado que queriam reviver. Por isso vemos hoje os Estados árabes organicamente ligados às sociedades mediterrâneas de cultura. É que esses Estados estão submetidos a pressões modernas, a novos circuitos comerciais, ao passo que as redes que dominavam no período do esplendor árabe desapareceram. Mas há sobretudo o fato de que os regimes políticos de certos Estados árabes são a tal ponto heterogêneos, estranhos uns aos outros, que um encontro mesmo cultural entre esses Estados se revela um disparate.

Vê-se portanto que o problema cultural, tal como é algumas vezes colocado nos países colonizados, corre o risco de dar lugar a ambigüidades graves. A incultura dos negros, proclamada pelo colonialismo, a barbárie congênita dos árabes deviam logicamente conduzir a uma exaltação dos fenômenos culturais não mais nacionais mas continentais e singularmente racializados. Na África, o esforço do homem de cultura é um esforço negro-africano ou árabe-muçulmano. Não é especificamente nacional. A cultura está cada vez mais separada da atualidade. Ela encontra refúgio numa fogueira passionadamente incandescente e dificilmente abre caminhos concretos que seriam, contudo, os únicos capazes de lhe proporcionar os atributos de fecundidade, homogeneidade e densidade.

Se a tarefa do intelectual colonizado é historicamente limitada, deve, apesar disso, contribuir em grande parte para sustentar, para legitimar a ação dos homens políticos. É verdade que o esforço do intelectual colonizado assume às vezes o aspecto de um culto, de uma religião. Mas se se analisa devidamente essa atitude, vê-se que ela traduz a tomada de consciência, por parte do colonizado, do perigo que corre de romper as últimas amarras com seu povo. Essa fé proclamada na existência de uma cultura nacional é de fato um retorno ardente, desesperado a seja o que for. Para garantir sua salvação, para escapar à supremacia da cultura branca, o colonizado sente a necessidade de regressar a raízes ignoradas, de se perder, suceda o que suceder, nesse povo bárbaro. Uma vez que sente que se torna alienado, isto é, o centro vivo de contradições que ameaçam ser insuperáveis, o colonizado arranca-se do pântano onde estava arriscado a enterrar-se e impetuosamente, arrebatadamente, aceita, decide assumir, confirma. O colonizado descobre que é obrigado a responder por tudo e por todos. Não se converte apenas em defender; aceita ser colocado entre os outros e doravante pode permitir-se rir de sua covardia passada.

Essa arrancada difícil e dolorosa é porém necessária. Quando ela não se realiza, assiste-se a mutilações psico-afetivas extremamente graves. Indivíduos sem fronteira, sem limite, sem cor, apátridas, desenraizados, anjos. Também não causará espanto ouvir certos colonizados declarar: "É como senegalês e francês... É como argelino e francês... que eu falo". Topando na necessidade, se quer ser autêntico, de assumir duas nacionalidades, duas determinações, o intelectual árabe e francês, o intelectual nigeriano e inglês escolhe a negação de uma dessas determinações. Ordinariamente, não querendo ou não podendo escolher, esses intelectuais reúnem todas as determinações históricas que os condicionaram e colocam-se radicalmente numa "perspectiva universal".

É que o intelectual colonizado se lançou com avidez na cultura ocidental. Semelhante aos filhos adotivos, que não cessam de investigar o novo quadro familiar enquanto não se

cristaliza em seu psiquismo um núcleo de segurança mínima, o intelectual colonizado vai cuidar de tornar sua a cultura europeia. Não lhe bastará conhecer Rabelais ou Diderot, Shakespeare ou Edgar Poe; venderá seu cérebro até à mais extrema cumplicidade com esses homens,

*A dama não estava só
Tinha um marido
Um marido como deve ser
Que citava Racine e Corneille
E Voltaire e Rousseau
E o Pai Hugo e o jovem Musset
E Gide e Valéry
E muitos outros mais.²*

Mas no momento em que os partidos nacionalistas mobilizam o povo em nome da independência nacional, o intelectual colonizado pode às vezes rejeitar com um pontapé essas aquisições que de súbito lhe parecem alienantes. Todavia, é mais fácil proclamar a rejeição que rejeitar de fato. Esse intelectual que, por intermédio da cultura, se tinha infiltrado na civilização ocidental, que havia chegado a aderir fortemente à civilização europeia, acabará por perceber que a matriz cultural, que estava disposto a assumir por amor à originalidade, não lhe oferece as figuras de proa capazes de suportar a comparação com aquelas outras, numerosas e prestigiosas, da civilização do ocupante. A história, evidentemente, escrita aliás pelos ocidentais e para os ocidentais, poderá episodicamente valorizar certos períodos do passado africano. Mas, de pé diante do presente de seu país, observando com lucidez, "objetivamente", a atualidade do continente que pretendia fazer seu, o intelectual horroriza-se com o vazio, o embrutecimento, a selvageria. Ora, sentindo que precisa sair dessa cultura branca, que precisa procurar noutra parte, em qualquer outro lugar, e como não encontra um alimento cultural à altura do panorama glorioso exibido pelo dominador, o intelectual colonizado retrocederá a posições passionais e manifestará uma psicologia dominada por uma

² René Depestre, *Face à la nuit*.

sensibilidade, uma irritabilidade, uma suscetibilidade excepcionais. Esse movimento de recuo, que procede em primeiro lugar de uma petição de princípio em seu mecanismo interno e em sua fisionomia, evoca sobretudo um reflexo, uma contração muscular.

Assim se explica suficientemente o estilo dos intelectuais colonizados que decidem exprimir essa fase da consciência em processo de libertação. Estilo vibrante, pejado de imagens, porque a imagem é a ponte levadiça que permite que as energias inconscientes se espalhem pelas campinas circundantes. Estilo nervoso, animado de ritmos, de parte a parte habitado por uma vida eruptiva. Colorido, bronzeado, ensolarado e violento. Esse estilo, que em sua época espantou os ocidentais, não é, como se insinuou, um caráter racial mas traduz antes de tudo um corpo-a-corpo, revela a necessidade em que se encontra esse homem de ferir-se, de deitar sangue realmente, sangue vermelho, de se livrar de uma parte de seu ser que já continha germes de podridão. Combate doloroso, rápido, no qual infalivelmente o músculo devia substituir o conceito.

Se no plano poético esse esforço atinge alturas insólitas, verifica-se que no plano da existência o intelectual termina freqüentemente num impasse. Quando, alcançado o ponto culminante do namoro com seu povo, qualquer que tenha sido e qualquer que seja, o intelectual resolve reencontrar o caminho da cotidianidade, só traz de sua aventura fórmulas terrivelmente infecundas. Privilegia os costumes, as tradições, os modos aparentes, e sua busca forçada, dolorosa, apenas evoca uma banal procura de exotismo. É o período em que os intelectuais cantam as menores determinações do panorama indígena. O *boubou* é cultuado, os calçados parisienses ou italianos são abandonados em proveito das babuchas. Reencontrar o povo é algumas vezes nesse período querer ser negro, não um negro como os outros mas um verdadeiro negro, um negro desprezível, como o quer o branco. Reencontrar o povo é fazer-se árabe, fazer-se o mais indígena possível, o mais irreconhecível, é cortar as asas que se tinha deixado crescer.

O intelectual colonizado resolve proceder ao inventário das más maneiras hauridas no mundo colonial e apressa-se a adotar as boas maneiras do povo, dêsse povo que passa a ser o detentor de toda a verdade. O escândalo que essa atitude provoca nas fileiras dos colonialistas instalados no território reforça a decisão do colonizado. No momento em que os colonialistas, que haviam saboreado a vitória sobre tais assimilados, se dão conta de que esses homens considerados salvos começam a dissolver-se na negralhada, todo o sistema vacila. Cada colonizado conquistado, cada colonizado seduzido, quando decide extraviar-se, não somente representa um revés para a empresa colonial como também simboliza a inutilidade e a falta de profundidade do trabalho realizado. Cada colonizado que torna a transpor a linha é uma condenação radical do método e do regime, e o intelectual colonizado encontra no escândalo provocado por sua atitude uma justificação para sua renúncia e um incentivo para perseverar.

Se quiséssemos rebuscar nas obras dos escritores colonizados as diversas fases que caracterizam essa evolução, veríamos projetar-se diante dos nossos olhos um panorama em três tempos. Numa primeira etapa, o intelectual colonizado prova que assimilou a cultura do ocupante. Suas obras correspondem exatamente às dos seus colegas metropolitanos. A inspiração é européia e pode-se facilmente vincular essas obras a uma corrente bem definida da literatura metropolitana. É o período assimilacionista integral. Encontrar-se-ão nessa literatura de colonizado parnasianos, simbolistas, surrealistas.

Numa segunda etapa o colonizado sofre um abalo e resolve recordar. Este período corresponde aproximadamente ao mergulho que acabamos de descrever. Mas como não está inserido em seu povo, como mantém relações de exterioridade com seu povo, o colonizado contenta-se em recordar. Velhos episódios da infância surgirão do fundo da memória, velhas lendas serão reinterpretadas em função de uma estética de empréstimo e de uma concepção do mundo descoberta sob outros céus. Algumas vezes essa literatura de pré-combate será dominada pelo humor e pela alegoria. Período de angústia, de mal-estar, experiência da morte, experiência tam-

bém da náusea. Vomita-se, mas já por debaixo engatilha-se o riso.

Enfim, num terceiro período, chamado de combate, o colonizado, depois de ter tentado perder-se no povo, perder-se com o povo, vai, ao contrário, sacudir o povo. Em vez de privilegiar a letargia do povo, transformar-se em despertador do povo. Literatura de combate, literatura revolucionária, literatura nacional. No curso dessa fase, um grande número de homens e mulheres que até então jamais haviam pensado em fazer obra literária, agora que se vêem colocados em situações excepcionais, na prisão, nas matas ou aguardando a execução, sentem a necessidade de falar de sua nação, de compor a frase que exprime o povo, de se fazer porta-voz de uma nova realidade em atos.

Cedo ou tarde, porém, o intelectual colonizado compreenderá que não se dá testemunho da nação a partir da cultura mas que se pode evidenciá-la no combate que o povo conduz contra as forças de ocupação. Nenhum colonialismo tira sua legitimidade da inexistência cultural dos territórios sob seu domínio. Jamais alguém causará vergonha ao colonialismo exibindo diante dele tesouros culturais desconhecidos. No momento em que se dá o trabalho de fazer obra cultural, o intelectual colonizado não percebe que utiliza técnicas e uma língua emprestadas pelo ocupante. Contenta-se de revestir esses instrumentos de um cunho que pretende ser nacional mas que lembra estranhamente o exotismo. "O intelectual colonizado que retorna a seu povo através das obras culturais comporta-se de fato como um estrangeiro. Por vezes não hesitará em valer-se dos dialetos para manifestar sua vontade de estar o mais perto possível do povo, mas as idéias que exprime, as preocupações que o habitam não têm nada em comum com a situação concreta que conhecem os homens e as mulheres de seu país. A cultura para a qual se inclina o intelectual não passa na maior parte das vezes de um estoque de particularismos. Querendo ajustar-se ao povo, ajusta-se ao revestimento visível. Ora, esse revestimento é apenas o reflexo de uma vida subterrânea, densa, em perpétua renovação. Essa objetividade que vaza os olhos e parece caracterizar o povo não é na verdade senão o resultado inerte e já negado de

adaptações múltiplas e nem sempre coerentes de uma substância mais fundamental que, esta sim, está em plena renovação. O homem de cultura, em vez de partir em busca dessa substância, vai deixar-se hipnotizar pelos farrapos mumificados que, estabilizados, significam pelo contrário a negação, o excesso, a ficção. A cultura não tem nunca a diafaneidade do costume. A cultura foge de toda simplificação. Em sua essência, ela está em oposição com o costume que é sempre uma deterioração da cultura. Querer apegar-se à tradição ou reatualizar as tradições abandonadas é ir não somente contra a história mas contra seu próprio povo. Quando um povo sustenta uma luta armada ou mesmo política contra um colonialismo implacável, a tradição muda de significação. O que era técnica de resistência passiva pode, nesse período, ser radicalmente condenado. Num país subdesenvolvido em fase de luta, as tradições são fundamentalmente instáveis e sulcadas por correntes centrífugas. É por isso que muitas vezes o intelectual corre o risco de estar fora de propósito. Os povos que conduziram a luta são cada vez mais impermeáveis à demagogia e quem se empenha em ser seguido revela-se um oportunista vulgar, até mesmo um retardatário.

No plano das artes plásticas, por exemplo, o criador colonizado que custe o que custar quer fazer obra nacional isolando-se numa reprodução estereotipada dos detalhes. Esses artistas que, todavia, aprofundaram as técnicas modernas e participaram das grandes correntes da pintura ou da arquitetura contemporânea, dão as costas, contestam a cultura estrangeira e, partindo à procura da verdade nacional, privilegiam o que julgam ser as constantes de uma arte nacional. Mas essas criaturas esquecem que as formas de pensamento, a alimentação, as técnicas modernas de informação, da linguagem e do vestuário reorganizaram dialéticamente o cérebro do povo e que as constantes que serviram de parapeito durante o período colonial estão sofrendo mutações terrivelmente radicais.

Esse criador que decide descrever a verdade nacional volta-se paradoxalmente para o passado, para o inatual. O que ele visa em sua intencionalidade profunda são as deje-

ções do pensamento, as exterioridades, os cadáveres, o saber definitivamente estabilizado. Ora, o intelectual colonizado que quer fazer obra autêntica deve saber que verdade nacional é em primeiro lugar a realidade nacional. É-lhe necessário até o lugar em ebulição onde se prefigura o saber.

Antes da independência o pintor colonizado era insensível ao panorama nacional. Privilegiava portanto o não-figurativo ou, na maior parte das vezes, especializava-se nas naturezas mortas. Depois da independência, a preocupação de juntar-se ao povo isola-o na representação ponto por ponto da realidade nacional. Trata-se, no caso, de uma representação não ritmada, serena, imóvel, que evoca não a vida mas a morte. Os meios refinados extasiavam-se diante dessa verdade bem representada, mas cabe perguntar se tal verdade é real, se de fato não foi ultrapassada, negada, contestada pela epopéia através da qual o povo abre caminho para a história.

No plano da poesia poderíamos fazer as mesmas constatações. Após a fase assimilacionista da poesia rimada, explode o ritmo do tanto poético. Poesia de revolta, mas poesia analítica, descritiva. O poeta deve, porém, compreender que nada substitui o engajamento racional e irreversível nas fileiras do povo em armas. Ainda uma vez citemos Depestre:

*A dama não estava só
Tinha um marido
Um marido que sabia tudo
Mas para falar com franqueza não sabia nada
Porque a cultura não existe sem concessões
Uma concessão da carne e do sangue
Uma concessão de si mesmo aos outros
Uma concessão que vale o
Classicismo e o romantismo
E tudo aquilo em que se embebe o nosso espírito.³*

³ *Idem, ibidem.*

O poeta colonizado que se preocupa em fazer obra nacional, que se obstina em descrever seu povo, erra o alvo porque não se põe, antes de cantar, em estado de fazer essa concessão fundamental de que fala Depestre. O poeta francês René Char, que bem compreendeu isso, lembra que o *poema emerge de uma imposição subjetiva e de uma escolha objetiva. O poema é uma assembléia em atividade de valores originais determinantes, em relações contemporâneas com aquele a que essa circunstância dá o primeiro lugar.*⁴

➤ Sim, o primeiro dever do poeta colonizado é determinar com clareza o tema povo de sua criação. Só se pode avançar resolutamente quando antes de tudo se toma consciência de sua alienação. Nós absorvemos tudo do outro lado. Mas o outro lado não nos dá nada sem, através de mil rodeios, nos curvar em sua direção, sem, através de dez mil artifícios, cem mil estratégias, nos atrair, seduzir, aprisionar. Absorver é também, em múltiplos planos, ser absorvido. Não basta portanto tentar desligar-se acumulando as proclamações ou as contestações. Não basta juntar-se ao povo nesse passado em que ele já não está mais. É preciso juntar-se também no movimento oscilante que ele acaba de esboçar e a partir do qual tudo vai repentinamente ser discutido. É nesse ponto de desequilíbrio oculto em que se mantém o povo que é necessário que nos situemos porque, não tenhamos dúvidas, é aí que se cristaliza sua alma e se ilumina sua percepção e sua respiração.

Keita Fodeba, atualmente Ministro do Interior da República da Guiné, no tempo em que foi diretor dos *Ballets Africains* não tentou ludibriar a realidade que lhe oferecia o povo guineense. Numa perspectiva revolucionária, reinterpretou todas as imagens rítmicas de seu país. Mas fez muito mais. Em sua obra poética, pouco conhecida, encontramos o cuidado constante de precisar o momento histórico da luta, de delimitar o campo onde se desenrolará a ação, as idéias em torno das quais se cristalizará a vontade popular. Eis aqui um poema de Keita Fodeba, verdadeiro convite à reflexão, à desmistificação, ao combate.

⁴ René Char, *Partage Formel*.

MADRUGADA AFRICANA

(Música de guitarra)

Era de madrugada. O pequenino vilarejo que dançara toda a metade da noite ao som dos tantiás pouco a pouco despertava. Os pastores em andrajos e tocando flauta conduziam os rebanhos para o vale. As moças, com seus cântaros, seguiam umas atrás das outras o caminho sinuoso da fonte. No pátio do marabu um grupo de meninos cantarolava em côro versículos do Alcorão.

(Música de guitarra)

Era de madrugada. Combate do dia e da noite. Mas, esta, prostrada, não podia mais resistir e lentamente expirava. Uns poucos raios de sol, sinais anunciadores da vitória do dia, vagueavam ainda tímidos e pálidos no horizonte e as derradeiras estrêlas mansamente deslizavam sob montes de nuvens, semelhantes aos flamboyants em flor.

(Música de guitarra)

Era de madrugada. E lá no fundo da vasta planície de contornos côr de púrpura uma silhueta de homem curvado desbravava o mato: silhueta de Naman, o lavrador. A cada golpe de sua daga, os pássaros espantados levantavam vôo e a toda a pressa buscavam as margens aprazíveis do Dioliba, o grande rio Níger. Suas calças de algodão cinzento, umedecidas pelo orvalho, batiam de lado na erva. Ele suave, infatigável, sempre curvado, manejando a ferramenta com destreza; porque era necessário que suas sementes estivessem enterradas antes das próximas chuvas.

(Música de cora)

Era de madrugada. Ainda de madrugada. Os come-milho davam viravoltas na folhagem, anunciando o dia. Na trilha úmida da planície, um menino, levando a tiracolo sua mochila de flechas, corria esbaforido na direção de Naman. Chamou: "Irmão Naman, o chefe da aldeia te espera debaixo da árvore das palavras."

(Música de cora)

Surpreendido com uma convocação tão matinal, o lavrador largou a ferramenta e caminhou para o vilarejo que agora resplandecia nos clarões do sol nascente. Já os Anciãos, mais graves do que nunca, estavam reunidos. Ao lado deles um homem fardado, um guarda da circunscrição territorial, impassível, pitava tranqüilamente.

(Música de cora)

Naman sentou-se numa pele de carneiro. O feiticeiro do chefe ergueu-se e transmitiu à assembléia a vontade dos Anciãos: "Os Brancos mandaram um guarda buscar um homem do povoado para ir à guerra na terra deles. Os notáveis, após deliberação, decidiram designar o jovem mais representativo da nossa raça a fim de que ele vá provar na batalha dos Brancos a coragem que sempre caracterizou nosso Mandinga."

(Música de guitarra)

Naman, de quem cada noite as môças em coplas harmoniosas louvavam a imponente estatura e o notável desenvolvimento dos músculos, foi escolhido ex officio. A doce Kadia, sua jovem esposa, perturbada com a notícia, parou subitamente de pilar, guardou o almofariz no paiol e, sem dizer palavra, encerrou-se na choça para chorar sua infelicidade com soluços abafados. Tendo a morte roubado seu primeiro marido, Kadia não podia conceber que os Brancos lhe arrebatassem Naman, em quem repousavam tôdas as suas novas esperanças.

(Música de guitarra)

No outro dia, malgrado suas lágrimas e gemidos, o som grave dos tantãs da guerra acompanhou Naman ao minúsculo pôrto do vilarejo, onde ele embarcou numa chalana com destino à sede da circunscrição. À noite, em vez de dançarem na praça pública como de costume, as môças vieram velar na ante-sala de Naman, onde em tórno de um braseiro contaram casos até o amanhecer.

(Música de guitarra)

Vários meses se passaram sem que chegasse ao povoado qualquer notícia de Naman. A pequenina Kadia ficou de tal modo inquieta que recorreu ao experimentado feiticeiro da aldeia vizinha. Os próprios Anciãos realizaram um breve conciliábulo secreto, do qual nada transpirou.

(Música de cora)

Um dia enfim chegou ao vilarejo uma carta de Naman endereçada a Kadia. Esta, apreensiva com a situação de seu espôso, foi ter na mesma noite, após penosas horas de marcha, à sede da circunscrição, onde um tradutor leu a missiva.

Naman estava na África do Norte, ia bem de saúde e pedia notícias da colheita, das festas do charco, das danças, da árvore das palavras, do povoado...

(Balafong)

Naquela noite foi concedida à jovem Kadia permissão para assistir, no pátio da mais velha das comadres, às suas habituais conversas noturnas. O chefe da aldeia, feliz com a notícia, ofereceu um grande banquete a todos os mendigos dos arredores.

(Balafong)

Passaram-se novamente vários meses e toda a gente ficou outra vez aflita por não ter notícias de Naman. Kadia pensava em fazer mais uma consulta ao feiticeiro quando recebeu uma segunda carta. Naman, depois da Córsega e da Itália, estava agora na Alemanha e orgulhava-se de já ter sido condecorado.

(Balafong)

De outra vez chegou um simples postal contando que Naman cáira prisioneiro dos alemães. Esta notícia oprimiu a aldeia com todo o seu peso. Os anciãos convocaram o conselho e deliberaram que Naman estava daí em diante autorizado a dançar o Douga, a dança sagrada do abutre que ninguém dança sem ter praticado

um feito extraordinário, dança dos imperadores malinkés, da qual cada passo é uma etapa da história do Mali. Foi uma consolação para Kadia ver o marido elevado à dignidade dos heróis do país.

(Música de guitarra)

O tempo passou... Dois anos se escoaram... Naman estava ainda na Alemanha. Já não escrevia.

(Música de guitarra)

Um belo dia o chefe da aldeia recebeu de Dacar umas poucas palavras que anunciavam a próxima chegada de Naman. No mesmo instante os tantãs crepitaram. Todos cantaram e dançaram até o raiar do dia. As môças compuseram novas árias para homenageá-lo, porque as antigas que lhe eram dedicadas nada diziam de Douga, a célebre dança do Mandinga.

(Tantãs)..

Mas, um mês depois, o cabo Moussa, grande amigo de Naman, enviou esta carta terrível a Kadia: "Era de madrugada. Estávamos em Tiaroye-sur-Mer. Durante uma séria disputa em que nos opúnhamos a nossos chefes brancos de Dacar, uma bala traiu Naman. Ele repousa em terra senegalesa."

(Música de guitarra)

De fato, era de madrugada. Os primeiros raios de sol que roçavam de leve a superfície do mar douravam-lhe as pequenas vagas encarneiradas. Ao sôpro da brisa, as palmeiras como que enfastidas dêsse combate matinal inclinavam suavemente os troncos para o oceano. Os corvos, em bandos estrepitosos, vinham com seus grasnidos anunciar aos arredores a tragédia que ensangüentava a madrugada de Tiaroye... E, no azul incendiado, exatamente por cima do cadáver de Naman, um gigantesco abutre pairava pesadamente. Parecia dizer-lhe: "Naman! Tu não dançaste a dança que leva meu nome. Outros a dançarão."

(Música de cora).

Se escolhi êste longo poema, foi por causa do seu incontestável valor pedagógico. Aqui, as coisas estão claras. É uma narração precisa, progressiva. A compreensão do poema não é sômente um esforço intelectual mas um esforço político. Compreender êsse poema é compreender o papel que se tem de desempenhar, é identificar o objetivo a atingir, é polir as armas. Não há um colonizado que não receba a mensagem contida nesse poema. Naman, herói dos campos de batalha da Europa, Naman que não cessou de assegurar à metrópole poder e perenidade, Naman metralhado pelas forças policiais no momento em que retoma contacto com sua terra natal, é Sétif em 1945, Fort-de-France, Saigon, Dacar, Lagos. Todos os negros e todos os árabes que se bateram para defender a liberdade da França ou a civilização britânica reencontraram-se nesse poema de Keita Fodeba.

Mas Keita Fodeba vê mais longe. Nos países colonizados, o colonialismo, após ter utilizado os autóctones nos campos de batalha, emprega-os como ex-combatentes para aniquilar os movimentos de independência. As associações de ex-combatentes são nas colônias uma das forças mais antinacionalistas que existem. O poeta Keita Fodeba predispôs o Ministro do Interior da República da Guiné a dismantelar as conspirações organizadas pelo colonialismo francês. Era, na realidade, com o auxílio dos antigos combatentes que os serviços secretos franceses pretendiam entre outras coisas anular a jovem independência guineense.

O homem colonizado que escreve para seu povo deve, quando utiliza o passado, fazê-lo com o propósito de abrir o futuro, convidar à ação, fundar a esperança. Mas para garantir a esperança, para lhe dar densidade, é preciso participar da ação, engajar-se de corpo e alma no combate nacional. Pode-se falar de tudo, mas quando se decide falar dessa coisa única na vida de um homem, que representa o fato de abrir o horizonte, de levar a luz à sua casa, de pôr em pé o indivíduo e seu povo, então é necessário colaborar muscularmente.

A responsabilidade do homem de cultura colonizado não é uma responsabilidade perante a cultura nacional mas uma responsabilidade global perante a nação global, da qual, no fim de contas, a cultura não é senão um aspecto. Não deve o homem de cultura colonizado preocupar-se com escolher o nível de seu combate, o setor em que resolve travar o combate nacional. Bater-se pela cultura nacional é em primeiro lugar bater-se pela libertação da nação, matriz material a partir da qual a cultura se torna possível. Não há um combate cultural que se desenrole ao lado do combate popular. Por exemplo, todos esses homens e todas essas mulheres que lutam com os punhos nus contra o colonialismo francês na Argélia não são estranhos à cultura nacional argelina. A cultura nacional argelina toma corpo e consistência no decorrer desses combates, na cadeia, diante da guilhotina, nos quartéis franceses atacados e destruídos.

Não é suficiente portanto mergulhar no passado do povo para aí encontrar elementos de coesão em face dos empreendimentos falsificadores e negativos do colonialismo. É necessário trabalhar, lutar no mesmo ritmo do povo a fim de determinar o futuro, preparar o terreno onde já se manifestam impulsos vigorosos. A cultura nacional não é o folclore onde um populismo abstrato julgou descobrir a verdade do povo. Não é a massa sedimentada de gestos puros, isto é, cada vez menos vinculados à realidade presente do povo. A cultura nacional é o conjunto dos esforços feitos por um povo no plano do pensamento para descrever, justificar e cantar a ação através da qual o povo se constituiu e se manteve. Nos países subdesenvolvidos, a cultura nacional deve portanto situar-se no centro mesmo da luta de libertação empreendida por esses países. Os homens de cultura africanos que se batem ainda em nome da cultura negro-africana, que multiplicaram os congressos em consideração à unidade dessa cultura, devem hoje perceber que sua atividade se reduz a confrontar fragmentos ou comparar sarcófagos.

Não há comunidade de destino das culturas nacionais senegalesa e guineense mas comunidade de destino das na-

ções guineense e senegalesa dominadas pelo mesmo colonialismo francês. Se se quer que a cultura nacional senegalesa se assemelhe à cultura nacional guineense, não basta que os dirigentes dos dois povos decidam apresentar os problemas em perspectivas vizinhas: problema da libertação, problemas sindicais, problemas econômicos. Mesmo assim não poderia haver identidade absoluta porque a cadência do povo e a dos dirigentes não são uniformes.

Não poderia haver culturas rigorosamente idênticas. Imaginar que se fará cultura negra é esquecer estranhamente que os negros estão desaparecendo; os que os criaram estão assistindo à dissolução de sua supremacia econômica e cultural.⁵ Não haverá cultura negra porque nenhum homem político imagina ter vocação para dar origem a Repúblicas negras. O problema consiste em saber que lugar esses homens têm intenção de reservar para seu povo, que tipo de relações sociais decidem instaurar, que concepção têm do futuro da humanidade. É isso que conta. Tudo mais é literatura e mistificação.

Em 1959 os homens de cultura africanos reunidos em Roma não cessaram de falar em unidade. Mas um dos maiores corifeus dessa unidade cultural, Jacques Rabemananjara, é hoje ministro do governo malgaxe e nessa condição resolveu com seu governo tomar posição contra o povo argelino na Assembléia Geral das Nações Unidas. Rabe, se fosse fiel a si mesmo, deveria ter-se demitido desse governo e denunciar os homens que pretendem encarnar a vontade do povo malgaxe. Os noventa mil mortos de Madagáscar não encarregaram Rabe de se opor, na Assembléia Geral das Nações Unidas, às aspirações do povo argelino.

⁵ Na última distribuição de prêmios em Dacar, o Presidente da República senegalesa, Léopold Senghor, decidiu inscrever nos programas o estudo da noção de negritude. Se a preocupação expressa pelo Presidente da República do Senegal é de ordem histórica, não se pode deixar de concordar. Se, pelo contrário, se trata de fabricar consciências negras, isto equivale simplesmente a dar as costas à história que já registrou o desaparecimento da maioria dos negros.

A cultura negro-africana, é em torno da luta dos povos que ela adquire densidade e não em torno dos cantos, dos poemas ou do folclore; Senghor, que também é membro da Sociedade Africana de Cultura e que trabalhou conosco na questão da cultura africana, não receou, tampouco, dar ordem à sua delegação de apoiar as teses francesas sobre a Argélia. A adesão à cultura negro-africana, à unidade cultural da África, passa primeiramente pelo apoio incondicional à luta de libertação dos povos. Não se pode querer o esplendor da cultura africana se não se contribui concretamente para a existência das condições dessa cultura, isto é, para a libertação do continente.

Digo que nenhum discurso, nenhuma proclamação sobre a cultura nos eximirá de nossas tarefas fundamentais, que são a libertação do território nacional, uma luta de todos os instantes contra as formas novas do colonialismo e uma recusa obstinada a nos admirarmos reciprocamente no alto,

Fundamentos Recíprocos da Cultura Nacional e das Lutas de Libertação

O DOMÍNIO colonial, porque total e simplificador, logo fez com que se desarticulasse de modo espetacular a existência cultural do povo subjugado. A negação da realidade nacional, as novas relações jurídicas introduzidas pela potência ocupante, o lançamento à periferia, pela sociedade colonial, dos indígenas e seus costumes, a usurpação, a escravização sistematizada dos homens e das mulheres tornam possível essa obliteração cultural.

Mostrei há três anos, perante nosso primeiro congresso, que com muita rapidez, na situação colonial, o dinamismo é substituído por uma substantificação das atitudes. A área cultural é então delimitada por muros e marcos indicadores. São outros mecanismos de defesa do tipo mais elementar, assimiláveis por mais de um motivo ao simples instinto de conser-

vação. O interesse desse período é que o opressor não chegue a se satisfazer com a inexistência objetiva da nação e da cultura oprimidas. Envidam-se todos os esforços para levar o colonizado a confessar a inferioridade de sua cultura transformada em condutas instintivas, a reconhecer a irreabilidade de sua nação e, finalmente, o caráter inorganizado e inacabado de sua própria estrutura biológica.

Em face dessa situação, a reação do colonizado não é unívoca. Enquanto as massas mantêm intactas as tradições mais heterogêneas para a situação colonial, enquanto o estilo artesanal se solidifica num formalismo cada vez mais estereotipado, o intelectual lança-se freneticamente na aquisição furiosa da cultura do ocupante, tendo o cuidado de caracterizar pejorativamente sua cultura nacional, ou encastela-se na enumeração circunstanciada, metódica, passional e rapidamente estéril dessa cultura.

O caráter comum dessas duas tentativas é que ambas desembocam em contradições insuportáveis. Trânsfuga ou substancialista, o colonizado é ineficaz precisamente porque a análise da situação colonial não é levada a cabo com rigor. A situação colonial determina, em sua quase totalidade, a cultura nacional. Não há, não poderia haver, cultura nacional, vida cultural nacional, invenções culturais ou transformações culturais nacionais no quadro de um domínio colonial. Aqui e ali surgem às vezes tentativas ousadas de reativar o dinamismo cultural, de reorientar os temas, as formas, as tonalidades. O interesse imediato, palpável, evidente de tais sobressaltos é nulo. Mas, enquadrinando as consequências até seu limite máximo, percebemos que se prepara uma desopacização da consciência nacional, um reexame da opressão, uma abertura para a luta de libertação.

A cultura nacional é, sob o domínio colonial, uma cultura contestada, cuja destruição é empreendida de maneira sistemática. É muito rapidamente uma cultura condenada à clandestinidade. Essa idéia de clandestinidade é imediatamente percebida nas reações do ocupante, que interpreta a complacência nas tradições como uma fidelidade ao espírito nacional, como uma recusa à submissão. A persistência nas formas culturais condenadas pela sociedade colonial é já uma manifes-

tação nacional. Mas essa manifestação é anulada pelas leis da inércia. Não há ofensiva, não há redefinição das relações. Há crispação num núcleo cada vez mais estreito, cada vez mais inerte, cada vez mais vazio.

Ao cabo de um ou dois séculos de exploração, produz-se uma verdadeira emaciação do panorama cultural nacional. A cultura nacional converte-se num estoque de hábitos motores, de tradições indumentárias, de instituições fracionadas. Observa-se pouca mobilidade. Não há criatividade genuína, não há efervescência. Miséria do povo, opressão nacional e inibição da cultura são uma só e mesma coisa. Após um século de domínio colonial encontra-se uma cultura em estado de extrema rigidez, sedimentada, mineralizada. O deperecimento da realidade nacional e a agonia da cultura nacional mantêm relações de dependência recíproca. Eis por que se torna imperioso seguir a evolução dessas reações no curso da luta de libertação. A negação cultural, o desprezo pelas manifestações nacionais motoras ou emocionais, o banimento de qualquer especialidade de organização concorrem para engendrar condutas agressivas no colonizado. Mas tais condutas são de tipo reflexo, mal diferenciadas, anárquicas, ineficazes. A exploração colonial, a miséria, a fome endêmica conduzem cada vez mais o colonizado à luta franca e organizada. Progressivamente e de maneira imperceptível, a necessidade de um confronto decisivo se torna inadiável e é sentida pela grande maioria do povo. As tensões, até então inexistentes, multiplicam-se. Os acontecimentos internacionais, a derrocada, por setores gigantescos, dos impérios coloniais, as contradições inerentes ao sistema colonialista alimentam e reforçam a combatividade, promovem e dão vigor à consciência nacional.

Essas tensões novas, presentes em todos os estágios da realidade colonial, repercutem no plano cultural. Na literatura, por exemplo, registra-se relativa superprodução. A produção autóctone, que era imitação menor do dominador, se diferencia e se faz vontade particularizante. Essencialmente consumidora durante o período de opressão, a *intelligentzia* torna-se produtiva. Essa literatura isola-se primeiro voluntariamente no gênero poético e trágico. Em seguida serão abordados os romances, os contos e os ensaios. Parece existir uma

espécie de organização interna, uma lei da expressão que quer que as manifestações poéticas se rarefaçam à medida que se fixam os objetivos e os métodos da luta de libertação. Os temas são fundamentalmente renovados. De fato, vêm-se cada vez menos essas recriminações amargas e desesperadas, essas violências desabridas e sonoras que, no fim de contas, tranqüilizam o ocupante. No período anterior os colonialistas incentivaram essas tentativas, facilitaram-lhes a existência. As acusações cáusticas, as misérias exibidas, a paixão expressa são, na realidade, assimiladas pelo ocupante a uma operação catártica. Facilitar essas operações é, em certo sentido, evitar a dramatização, acalmar a atmosfera.

Mas tal situação só pode ser transitória. De fato, o progresso da consciência nacional no povo modifica e precisa as manifestações literárias do intelectual colonizado. A coesão continuada do povo constitui para o intelectual um convite a ultrapassar o grito. A queixa faz frente ao requisitório e depois ao apêlo. No período seguinte aparece a palavra de ordem. A cristalização da consciência nacional vai ao mesmo tempo transtornar os gêneros e os temas literários e criar completamente um novo público. Enquanto a princípio o intelectual colonizado produzia pensando exclusivamente no opressor, ou para fasciná-lo ou para denunciá-lo através de categorias étnicas ou subjetivistas, pouco a pouco adota o hábito de se dirigir a seu povo.

É somente a partir desse momento que se pode falar em literatura nacional. Há, ao nível da criação literária, retomada e clarificação dos temas tipicamente nacionalistas. É a literatura de combate propriamente dita, no sentido de que convoca todo um povo à luta pela existência nacional. Literatura de combate, porque informa a consciência nacional, dá-lhe formas e contornos e abre-lhe novas e ilimitadas perspectivas. Literatura de combate, porque assume um encargo, porque é vontade temporalizada.

Em outro nível, a literatura oral, os contos, as epopéias, os cantos populares outrora catalogados e congelados começam a se transformar. Os narradores que contavam episódios inertes passam a animá-los e nêles introduzem modificações cada vez mais fundamentais. Há tentativa de atualizar os conflitos, de modernizar as formas de luta evocadas, o nome dos heróis, o tipo das armas. O método alusivo torna-se cada vez mais freqüente. A fórmula "Faz muito tempo que isso..." é substituída por esta, mais ambígua: "O que vai ser contado passou-se num certo lugar mas bem que poderia passar-se aqui hoje ou amanhã". O exemplo da Argélia é, a esse respeito, significativo. A partir de 1952-1953, os narradores, estereotipados e enfadonhos, modificaram de alto a baixo seus métodos de narração e o conteúdo de suas histórias. O público, outrora ralo, torna-se compacto. A epopéia, com suas categorias de tipificação, reaparece. É um autêntico espetáculo que readquire valor cultural. O colonialismo não se deixou ludibriar, tanto que, a partir de 1955, procedeu à prisão sistemática desses narradores.

O contacto do povo com a gesta nova suscita um novo ritmo respiratório, tensões musculares esquecidas, e desenvolve a imaginação. Cada vez que o narrador apresenta a seu público um episódio novo, assiste-se a uma verdadeira invocação. Revela-se ao público a existência de um novo tipo de homem. O presente não está mais encerrado em si mesmo mas esquartelado. O narrador torna a dar liberdade à sua imaginação, inova, faz obra criadora. Acontece até que figuras mal preparadas para essa transmutação, assaltantes de estradas ou vagabundos mais ou menos anti-sociais, sejam reaproveitadas e remodeladas. É necessário acompanhar passo a passo num país colonizado a emergência da imaginação, da criação nas canções e nas narrativas épicas populares. O narrador responde mediante aproximações sucessivas à expectativa do povo e caminha, aparentemente solitário mas na realidade amparado pela assistência, em busca de modelos novos, de modelos nacionais. A comédia e a farsa desaparecem ou perdem seu encanto. Quanto à dramatização, não mais se situa ela ao nível da consciência em crise do intelectual. Ao perder seus caracteres de desespero e revolta, ela se converteu

no quinhão comum do povo, passou a fazer parte de uma ação em preparo ou já em curso.

No plano artesanal, as formas sedimentadas e como que marcadas de estupor progressivamente se tornam tensas. O trabalho em madeira, por exemplo, que reeditava aos milhares certos rostos ou certas atitudes, se diferencia. A máscara inexpressiva ou acabrunhada se anima e os braços tendem a deixar o corpo, a esboçar a ação. A composição com dois, três, cinco personagens, faz seu aparecimento. As escolas tradicionais são convidadas à criação pela emergência, em grande quantidade, de amadores ou dissidentes. O vigor novo nesse setor da vida cultural passa muitas vezes despercebido. Entretanto, sua contribuição para a luta nacional é essencial. Animando rostos e corpos, tomando como tema de criação fixado num mesmo pedestal, o artista convida ao movimento organizado.

Se estudamos as repercussões do despertar da consciência nacional no domínio da cerâmica ou da olaria, as mesmas observações podem ser assinaladas. As criações abandonam seu formalismo. Bilhas, jarras, bandejas modificam-se, a princípio de maneira imperceptível e depois de modo brutal. Os coloridos, antigamente em número restrito e obedientes às leis harmônicas tradicionais, multiplicam-se e sofrem o influxo do impulso revolucionário. Certos ocre, certos azuis, interditos, ao que parece, desde toda a eternidade no seio de uma área cultural dada, impõem-se sem escândalo. Do mesmo modo, a não-figuração do rosto humano, característica, segundo os sociólogos, de regiões perfeitamente delimitadas, torna-se de súbito inteiramente relativa. O especialista metropolitano e o etnólogo percebem rapidamente essas mutações. No conjunto, essas mutações todas são condenadas em nome de um estilo artístico codificado, de uma vida cultural que se desenvolve no seio da situação colonial. Os especialistas colonialistas não reconhecem essa forma nova e correm em socorro das tradições da sociedade autóctone. São os colonialistas que se fazem defensores do estilo indígena. Lembra-mo-nos perfeitamente, e o exemplo adquire uma certa importância porque não se trata absolutamente de uma realidade

colonial, das reações dos especialistas brancos do jazz quando, após a Segunda Guerra Mundial, se cristalizaram de maneira estável novos estilos como o *be-bop*. É que o jazz não deve ser senão a nostalgia enfêrma e desesperada de um velho negro surpreendido entre cinco uísques, sua própria maldição e o ódio racista dos brancos. Desde o momento em que o negro apreende a si mesmo e ao mundo de um outro modo, desde o momento em que faz nascer a esperança e impõe um recuo ao universo racista, é claro que seu pistão tende a se desobstruir e sua voz a desenrouquecer. Os novos estilos em matéria de jazz não nascem apenas da concorrência econômica. É preciso ver nisto, sem dúvida alguma, uma das consequências da derrota inelutável, ainda que lenta, do universo sulista nos Estados Unidos. E não é utópico supor que dentro de cinquenta anos a categoria jazz-grito soluçado de um pobre negro maldito só será defendida pelos brancos fiéis à imagem estereotipada de um tipo de relações, de uma forma da negritude.

Poder-se-ia igualmente procurar e encontrar, ao nível da dança, do canto melódico, dos ritos, das cerimônias tradicionais, o mesmo impulso, distinguir as mesmas mutações, a mesma impaciência. Muito antes da fase política ou armada da luta nacional, um leitor atento pode portanto sentir e ver manifestar-se o vigor novo, o combate próximo. Formas de expressão insólitas, temas inéditos e dotados de um poder não mais de invocação mas de agrupamento, de convocação "com o fim de". Tudo concorre para despertar a sensibilidade do colonizado, para tornar obsoletas, inaceitáveis, as atitudes contemplativas ou de insucesso. Porque renova as intenções e a dinâmica do artesanato, da dança e da música, da literatura e da epopéia oral, o colonizado reestrutura a sua percepção. O mundo perde seu caráter maldito. As condições estão reunidas para o inevitável confronto.

Assistimos à aparição do movimento nas manifestações culturais. Vimos que esse movimento e essas novas formas estavam ligados à maturação da consciência nacional. Mas esse movimento tende cada vez mais a se objetivar, a se institucionalizar. Daí a necessidade de uma existência nacional custe o que custar.

Um dos erros, dificilmente sustentável aliás, é tentar invenções culturais, revalorizar a cultura no quadro do domínio colonial. Eis por que terminamos numa proposição de aspecto paradoxal: num país colonizado o nacionalismo mais elementar, mais brutal, mais indiferenciado é a forma mais veemente e mais eficaz de defesa da cultura nacional. A cultura é em primeiro lugar a expressão de uma nação, de suas preferências, de suas interdições, de seus modelos. É em todos os estágios da sociedade global que se constituem outras interdições, outros valores, outros modelos. A cultura nacional é a soma de todas essas apreciações, a resultante das tensões internas e externas à sociedade global e às diferentes camadas dessa sociedade. Na situação colonial, a cultura privada do duplo suporte da nação e do Estado perece e agoniza. A condição de existência da cultura é portanto a libertação nacional, o renascimento do Estado.

A nação não é somente condição da cultura, de sua efervescência, de sua renovação contínua, de seu aprofundamento. É também uma exigência. É em primeiro lugar o combate pela existência nacional que destrava a cultura, que lhe abre as portas da criação. É mais tarde a nação que garantirá à cultura as condições, o quadro da expressão. A nação reúne em proveito da cultura os diferentes elementos indispensáveis e que lhe podem conferir credibilidade, validade, dinamismo, criatividade. É igualmente seu caráter nacional que tornará a cultura permeável às outras culturas e permitir-lhe-á influenciar, penetrar as outras culturas. O que não existe não pode atuar sobre o real, nem mesmo influenciar esse real. É preciso antes de tudo que o restabelecimento da nação dê vida, no sentido biológico do termo, à cultura nacional.

Temos portanto acompanhado o estalo cada vez mais essencial das velhas sedimentações culturais e apreendido, às vésperas do combate decisivo para a libertação nacional, a renovação da expressão, a arrancada da imaginação.

* Acontece que neste ponto uma questão fundamental se impõe. Quais são as relações que existem entre a luta, o conflito — político ou armado — e a cultura? Durante o con-

flito há suspensão da cultura? A luta nacional é uma manifestação cultural? Será preciso dizer que o combate libertador embora fecundo *a posteriori* para a cultura, é em si mesmo uma negação da cultura? A luta de libertação é, sim ou não, um fenômeno cultural?

Pensamos que a luta organizada e consciente empreendida por um povo colonizado para restabelecer a soberania da nação constitui a manifestação mais plenamente cultural que se possa imaginar. Não é unicamente o bom êxito da luta que dá por suas consequências validade e vigor à cultura. Não há hibernação da cultura durante o combate. A própria luta, em seu desenrolar, em seu processo interno, desenvolve as diversas direções da cultura e esboça outras, novas. A luta de libertação não restitui à cultura nacional seu valor e seus contornos antigos. Essa luta que visa uma redistribuição fundamental das relações entre os homens não pode deixar intactas as formas nem os conteúdos culturais desse povo. Após a luta não há apenas desaparecimento do colonialismo; há também desaparecimento do colonizado.

Esta nova humanidade, para si e para os outros, não pode deixar de definir um novo humanismo. Nos objetivos e nos métodos da luta está prefigurado esse novo humanismo. Um combate que mobiliza todas as camadas do povo, que exprime as intenções e as impaciências do povo, que não receia apoiar-se quase exclusivamente nesse povo, é necessariamente triunfante. O valor de tal tipo de combate reside no fato de que ele cria o máximo de condições para o desenvolvimento e a invenção culturais. Após a libertação nacional obtida nessas condições, não há a indecisão cultural tão penosa que se nota em certos países que acabam de conquistar a independência. É que a nação em sua forma de vinda ao mundo, em suas modalidades de existência, influi basicamente sobre a cultura. Uma nação nascida da ação combinada do povo, que encarna as aspirações reais do povo, que modifica o Estado não pode existir senão sob formas de excepcional fecundidade cultural.

Os colonizados que se inquietam com a cultura de seu país e que lhe querem dar dimensão universal não devem portanto confiar somente no princípio da independência inevitá-

vel e sem inscrição na consciência do povo para realizarem essa tarefa. A libertação nacional como objetivo é uma coisa, os métodos e o conteúdo popular do combate são outra. Parece-nos que o futuro da cultura e a riqueza de uma cultura nacional são função também dos valores que estiveram presentes no combate libertador.

Eis chegado o momento de denunciar o farisaísmo de alguns. A reivindicação nacional, diz-se aqui e ali, é uma fase já ultrapassada pela humanidade. A hora é dos grandes conjuntos e os retardatários do nacionalismo devem consequentemente corrigir seus erros. Acreditamos, ao contrário, que o erro, pejado de consequências, consistiria em querer saltar a etapa nacional. Se a cultura é a manifestação da consciência nacional, não hesitarei em afirmar, no caso que nos ocupa, que a consciência nacional é a forma mais elaborada da cultura.

A consciência de si não fecha a comunicação. A reflexão filosófica ensina-nos ao contrário que a primeira é a garantia da segunda. A consciência nacional, que não é o nacionalismo, é a única a nos dar dimensão internacional. O problema da consciência nacional, da cultura nacional assume na África dimensões particulares. O nascimento da consciência nacional na África mantém com a consciência africana relações de rigorosa contemporaneidade. A responsabilidade do africano perante a sua cultura nacional é também responsabilidade perante a cultura negro-africana. Essa responsabilidade conjunta não é o fato de um princípio metafísico mas a consciência de uma lei banal que quer que toda nação independente, numa África onde o colonialismo continua encravado, seja uma nação cercada, frágil, em perigo permanente.

Se o homem é o que ele mesmo faz, diremos que a coisa mais urgente hoje para o intelectual africano é a construção de sua nação. Se essa construção é verdadeira, isto é, se traduz o querer manifesto do povo, se revela em sua impaciência os povos africanos, então a construção nacional acom-

panha-se necessariamente da descoberta e da promoção de valores universalizantes. Longe portanto de a afastar das outras nações, é a libertação nacional que faz a nação presente na cena da história. É no centro da consciência nacional que se ergue e se vivifica a consciência internacional. E essa dupla emergência é definitivamente o lar de toda cultura.

Comunicação feita ao Segundo Congresso dos Escritores e Artistas Negros, Roma, 1959.

Guerra Colonial e
Perturbações Mentais

MAS A guerra continua. E teremos de tratar por muitos anos ainda as feridas múltiplas e às vezes indeléveis deixadas em nossos povos pela derrota colonialista.

O imperialismo que hoje se bate contra uma autêntica libertação dos homens abandona por toda a parte germes de podridão que temos implacavelmente de descobrir e extirpar de nossas terras e de nosso cérebro.

Abordamos aqui o problema das perturbações mentais nascidas da guerra de libertação nacional empreendida pelo povo argelino.

Poderão parecer inoportunas e singularmente deslocadas em tal livro estas notas de psiquiatria. Nada podemos fazer a esse respeito.

Não dependeu de nós que nesta guerra os fenômenos psiquiátricos, as perturbações do comportamento e do pensamento tenham avultado nos atores da "pacificação" ou no

seio da população "pacificada". A verdade é que a colonização, em sua essência, se apresentava já como uma grande fornecedora dos hospitais psiquiátricos. Em diversos trabalhos científicos temos, desde 1954, chamado a atenção dos psiquiatras franceses e internacionais para a dificuldade que havia de "curar" corretamente um colonizado, isto é, de o tornar homogêneo de parte a parte com um meio social de tipo colonial.

Por ser uma negação sistematizada do outro, uma decisão furiosa de recusar ao outro qualquer atributo de humanidade, o colonialismo compele o povo dominado a se interrogar constantemente: "Quem sou eu na realidade?"

As posições defensivas nascidas deste confronto violento do colonizado e do sistema colonial organizam-se numa estrutura que revela então a personalidade colonizada. Para compreender essa "sensitividade" basta simplesmente estudar, apreciar o número e a profundidade das feridas causadas a um colonizado no decorrer de um único dia passado no seio do regime colonial. É preciso recordar em todo o caso que um povo colonizado não é somente um povo dominado. Sob a ocupação alemã os franceses continuaram homens. Sob a ocupação francesa, os alemães continuam homens. Na Argélia não há apenas dominação; há, rigorosamente falando, a decisão de não ocupar no fim de contas senão um terreno. Os argelinos, as mulheres de *haik*, as palmeiras e os camelos formam o panorama, o fundo de um cenário *natural* da presença humana francesa.

A natureza hostil, indócil, essencialmente rebelde é de fato representada nas colônias pela selva, pelos mosquitos, os indígenas e as febres. A colonização alcança êxito quando toda essa natureza insubmissa é enfim domada. Estradas de ferro através da savana, secagem dos pântanos, inexistência política e econômica do indigenato são na realidade uma só e mesma coisa.

No período de colonização não contestada pela luta armada, quando a soma de excitações nocivas ultrapassa um certo limite, as posições defensivas dos colonizados desmoronam, e estes últimos se vêem então em grande número nos hospitais psiquiátricos. Há, portanto, nesse período calmo de colonização vitoriosa uma regular e importante patologia mental produzida diretamente pela opressão.

Hoje a guerra de libertação nacional que o povo argelino vem conduzindo há sete anos, porque é total no seio do povo, tornou-se um terreno favorável ao aparecimento de transtornos mentais.¹ Mencionamos aqui alguns casos de doentes argelinos e franceses, tratados por nós e que nos parecem particularmente eloqüentes. Não entregamos ao leitor, é supérfluo dizer, um trabalho científico. Evitamos toda discussão semiológica, nosológica ou terapêutica. Os poucos termos técnicos aqui utilizados servem unicamente de sinais de referência. Compete-nos, todavia, insistir em dois pontos:

Em regra, a psiquiatria clínica coloca as diversas perturbações apresentadas por nossos doentes sob a rubrica de "psicoses reacionais". Assim fazendo, privilegia o acontecimento que desencadeou a doença, embora aqui e ali seja mencionado o papel do terreno (a história psicológica, afetiva e biológica do paciente) e o do meio. Parece-nos que nos casos aqui apresentados, o acontecimento desencadeador é principalmente a atmosfera sangrenta, cruel, a generalização de práticas desumanas, a impressão pertinaz que têm os indivíduos de assistirem a um verdadeiro apocalipse.

O caso número 2 da Série A é tipicamente uma psicose reacional, mas os casos 1, 2, 4 e 5 da Série B admitem uma causalidade muito mais difusa, sem que se possa verdadeiramente falar de um acontecimento desencadeador particular. Aqui é a guerra, é essa guerra colonial que muitas vezes assume o aspecto de um autêntico genocídio, essa guerra enfim que transtorna e abala o mundo, que é o acontecimento desencadeador. Psicose reacional, se se quiser empregar um

¹ Na introdução não publicada nas duas primeiras edições de *L'An V de la Révolution Algérienne* já assinalamos que toda uma geração de argelinos, banhada no homicídio gratuito e coletivo com as consequências psico-afetivas que isso acarreta, seria a herança humana da França na Argélia. Os franceses que condenam a tortura na Argélia adotam sempre um ponto de vista estritamente francês. Isto não é uma censura, é uma constatação: querem eles proteger a consciência dos verdugos atuais e em potencial e procuram evitar o apodrecimento moral da juventude francesa. Quanto a nós, não podemos deixar de concordar com essa atitude. Certas observações reunidas aqui, principalmente os casos números 4 e 5 da série A ilustram e justificam tristemente a obsessão dos democratas franceses. Ainda assim, nosso propósito é mostrar que a tortura sofrida desarticula profundamente, como seria de presumir, a personalidade do torturado.

rótulo já estabelecido, mas concedendo-se aqui uma singular prioridade à guerra tomada em sua totalidade e em suas particularidades de guerra colonial. Depois das duas guerras mundiais, as publicações não esqueceram a patologia mental dos militares engajados na ação e dos civis vítimas do êxodo ou dos bombardeios. A fisionomia inédita de certos quadros psiquiátricos assinalados aqui confirma, se ainda há necessidade disso, que essa guerra colonial é original até mesmo na patologia que segrega.

Uma outra noção fortemente estabelecida merece a nosso ver um ligeiro abrandamento: trata-se da relativa benignidade dessas perturbações reacionais. E certamente foi possível descrever, mas de modo sempre excepcional, psicotizações secundárias, isto é, casos em que o conjunto da personalidade foi definitivamente deslocado. Parece-nos, pelo contrário, que a regra é aqui a freqüente malignidade dos processos patológicos. Há perturbações que persistem meses a fio, atacando maciçamente o eu e deixando quase sempre como seqüela uma fragilidade facilmente perceptível. É evidente que o futuro desses doentes está comprometido. Um exemplo ilustrará nosso ponto de vista.

Num dos países africanos independentes há vários anos, tivemos ocasião de receber um patriota, antigo guerrilheiro. Este homem, de cerca de trinta anos, veio pedir-nos conselho e alívio, porque, à aproximação de certa data do ano, era acometido de insônia, acompanhada de ansiedade e de idéias fixas de autodestruição. A data crítica era aquela em que, por instrução de sua organização, colocara uma bomba em determinado lugar. Dez pessoas tinham morrido no atentado.²

² As circunstâncias do aparecimento dessas perturbações são interessantes por mais de uma razão. Vários meses depois da independência de seu país, o paciente travara conhecimento com indivíduos da antiga nação ocupante. Acharam-se simpáticos. Esses homens e essas mulheres saudavam a independência conquistada e prestavam homenagem irrestrita à coragem dos patriotas na luta de libertação nacional. O militante teve então uma espécie de vertigem. Perguntou a si mesmo, com angústia, se entre as vítimas da bomba não haveria pessoas semelhantes a seus interlocutores. Sem dúvida o café visado era um antro de racistas notórios, mas nada impedia que um transeunte qualquer lá entrasse para consumir alguma coisa. A partir do dia em que teve a primeira vertigem, o homem procurou não pensar mais nos acontecimentos antigos. Mas, paradoxalmente, dias antes da data crítica apare-

Esse militante, que em nenhum momento pensou em renegar sua ação passada, sabia de maneira bastante clara o preço que tivera de pagar pela independência nacional. Tais casos limites apresentam o problema da responsabilidade no quadro revolucionário.

As observações que aqui reproduzimos cobrem o período que vai de 1954 a 1959. Alguns enfermos foram examinados na Argélia, tanto nos centros hospitalares quanto na clientela. Os outros foram tratados nos postos sanitários do Exército de Libertação Nacional.

ceram as primeiras perturbações. Desde então elas se repetem com regularidade.

Por outras palavras, nossos atos não cessam nunca de nos perseguir. Seu arranjo, sua ordenação, sua motivação podem perfeitamente aparecer *a posteriori* profundamente modificados. Não é esta uma das menores armadilhas que nos prepara a História com suas múltiplas determinações. Mas poderemos escapar à vertigem? Quem ousaria supor que a vertigem não assedia toda a existência?

Série A

CINCO CASOS estão reunidos aqui. Trata-se de argelinos ou europeus que apresentaram, após fatos bem determinados, perturbações mentais de tipo reacional.

CASO Nº 1. — *Impotência num argelino consecutiva ao estupro de sua mulher*

B... é um homem de 26 anos. Foi-nos encaminhado pelo Serviço Sanitário da Frente de Libertação Nacional por sofrer de enxaquecas persistentes e insônia. Antigo motorista de táxi, militou desde os 18 anos nos partidos nacionalistas. A partir de 1955 tornou-se membro de uma célula da F.L.N. Em diversas ocasiões utilizou seu táxi para o transporte de panfletos e de responsáveis políticos. Diante do agravamento da repressão, a F.L.N. decidiu estender a guer-

ra aos centros urbanos. B... passou então a conduzir comandos às proximidades dos pontos de ataque e com frequência a esperá-los.

Mas um dia, em plena cidade europeia, após uma ação relativamente importante, um cerco extremamente sério obriga-o a abandonar o táxi, e o comando se dispersa. B... consegue escapar ao dispositivo do adversário e refugia-se na casa de um amigo. Dias depois, sem retornar a seu domicílio e instruído por seus responsáveis, vai para o núcleo de resistência mais próximo.

Passam-se os meses e não lhe chegam notícias da mulher e da filhinha de vinte meses. Em compensação, B... vem a saber que durante várias semanas a polícia o procurou na cidade. Após dois anos de permanência nas matas recebe da mulher uma mensagem em que ela lhe pede que a esqueça. Foi desonrada. Ele não deverá mais pensar em viver com ela. Terrivelmente inquieto, B... pede permissão a seu comandante para voltar a casa clandestinamente. A permissão é negada. Por outro lado, adotam-se medidas para que um membro da F.L.N. entre em contacto com a mulher e os parentes de B...

Duas semanas depois chega às mãos do comandante da unidade de B... um relatório circunstanciado.

Logo depois da descoberta do táxi abandonado, no qual foram apreendidos dois carregadores de metralhadora portátil, soldados franceses acompanhados de policiais estiveram na casa de B... Não o encontrando, levaram a mulher e mantiveram-na presa por mais de uma semana.

Ela é interrogada sobre as atividades do marido e durante dois dias brutalmente esbofeteada. Mas, no terceiro dia, um militar francês — ela não sabe dizer se é um oficial — manda os outros embora e viola-a. Pouco tempo depois, um segundo militar, desta vez na presença dos outros, viola-a e diz-lhe: "Se tornar a ver o porco do seu marido, não esqueça de contar a ele o que a gente fez com você". Ela fica ainda uma semana sem ser submetida a novo interrogatório. Depois disso, mandam-na de volta a casa. Sua mãe, a quem narra a história, convence-a a dizer tudo a B... Assim, no primeiro contacto estabelecido com o marido, ela lhe confessa sua desonra.

Passado o primeiro choque, empenhado por outro lado numa ação de todos os instantes, B... se restabelece. Durante vários meses escuta inúmeros relatos de mulheres argelinas estupradas ou torturadas; terá ocasião de ver maridos de mulheres violadas, e suas infelicidades pessoais, sua dignidade de marido achincalhado ficam em segundo plano.

Em 1958 é incumbido de uma missão no exterior. No momento em que regressa a sua unidade, uma distração desacostumada e insônias inquietam seus camaradas e superiores. Retardam-lhe a partida e decidem que deve consultar um médico. É nesse momento que nós o vemos. Bom contacto imediato. Rosto móvel, um tanto móvel demais talvez. Os sorrisos são ligeiramente exagerados. Euforia de superfície: "Tá bem... Tá bem... Me sinto melhor agora. Me dê uns fortificantes, umas vitaminas e me deixe ir embora". Por baixo disso manifesta-se uma ansiedade básica. É hospitalizado imediatamente.

Logo no segundo dia o otimismo de fachada desaba, e temos diante de nós um deprimido pensativo, anorético, que guarda o leito. Foge das discussões políticas e manifesta acentuado desinteresse por tudo quanto se refere à luta nacional. Evita escutar as notícias relacionadas com a guerra de libertação. A abordagem de suas dificuldades é das mais áduas, mas ao cabo de alguns dias podemos reconstituir sua história:

Durante sua estada no exterior, tenta êle uma aventura sexual que falha. Pensando que se trata de fadiga, normal após marchas forçadas e períodos de subalimentação, recomeça duas semanas mais tarde. Nôvo insucesso. Fala a êste respeito com um camarada que lhe aconselha vitamina B 12. Toma-a sob a forma de comprimidos. Nova tentativa, nôvo malôgro. Além disso, instantes antes do ato, sente uma vontade irresistível de rasgar uma foto de sua filhinha. Essa conexão simbólica poderia evocar a existência de pulsões incestuosas inconscientes. Entretanto, diversas entrevistas e um sonho (o doente assiste à rápida putrefação de um gatinho com desprendimento de odores insuportáveis) conduzem-nos numa outra direção. "Essa menina, diz-nos êle um dia (trata-se de sua filhinha), tem qualquer coisa de podre nela". A partir desse período as insônias tornam-se bastante penosas e, malgrado uma dose considerável de neurolépticos,

desenvolve-se um estado de excitação ansiosa que perturba enormemente o Serviço. Então, pela primeira vez, êle, rindo, nos fala de sua mulher e diz: "Ela gostou do francês". É neste momento que reconstituímos tôda a história. A trama dos acontecimentos torna-se clara. Êle nos conta que antes de cada tentativa sexual pensa na mulher. Tôdas as suas confidências parecem-nos de interesse fundamental.

"Eu me casei com essa môça embora amasse a minha prima. Mas os pais da prima arranjaram o casamento dela com outro. Então aceitei a primeira mulher que meus pais me propuseram. Ela era simpática, mas eu não a amava. Dizia sempre para mim mesmo: você é môço... tenha um pouco de paciência, e quando encontrar uma boa pequena, você se divorciará e fará um bom casamento. Por isso tinha pouca afeição à minha mulher. Com os acontecimentos fui me afastando dela cada vez mais. Por fim cheguei a fazer minhas refeições e dormir sem quase falar com ela.

"Na mata, quando soube que ela tinha sido violada pelos franceses, a princípio tive raiva desses safados. Depois pensei: "Ah, isso não é grave; ela não foi assassinada. Poderá recomeçar sua vida". E várias semanas depois compreendi que ela fôra violada *porque êles me procuravam*. Realmente, foi para castigá-la pelo seu silêncio que a violaram. Ela poderia perfeitamente ter indicado pelo menos o nome de um militante a partir do qual êles pudessem localizar, destruir a rede e até me prender. Não foi portanto um simples estupro, praticado por desocupados ou sádicos, como tive oportunidade de ver nos aduares; foi o estupro de uma mulher indomável, que se submeteu a tudo para não denunciar o marido. E esse marido *era eu*. Essa mulher me tinha salvo a vida e protegido a organização. Por minha causa é que fôra desonrada. E no entanto não me disse: "Veja o que sofri por você". Pelo contrário, ela me disse: "Esqueça-se de mim, refaça a sua vida, estou desonrada".

"Foi a partir desse momento que resolvi eu mesmo voltar para minha mulher depois da guerra. É preciso que eu diga a você que vi camponeses enxugar as lágrimas das próprias espôsas que tinham sido violadas diante deles. Isso me abalou muito. Aliás, devo confessar que de início não pude

entender a atitude deles. Mas temos sido obrigados cada vez mais a interferir nessas histórias para explicar aos civis. Vi civis se oferecerem para casar com uma moça que ficou grávida depois de violada pelos militares franceses. Tudo isso me levou a reconsiderar o problema de minha mulher.

"Estou decidido a aceitá-la de novo, mas ainda não sei como reagirei ao vê-la. E muitas vezes, quando olho para o retrato da minha filha, penso que ela também está desonrada. Como se tudo que viesse de minha mulher estivesse podre. Se a tivessem torturado, se lhe tivessem partido todos os dentes, quebrado um braço, acho que não me incomodaria. Mas uma coisa dessas, será que se pode esquecer? E era ela obrigada a me pôr a par de tudo isso?

Pergunta-me então se sua "fraqueza sexual" é, a meu ver, causada por seus aborrecimentos.

Resposta: "Não é impossível".

Ele se senta na cama:

"Que é que você faria se lhe acontecesse uma coisa dessas?"

— Não sei.

— Aceitaria de novo sua mulher?

— Acho que sim...

— Ah, está vendo?... Você não tem tanta certeza assim...

Toma a cabeça nas mãos e ao cabo de alguns instantes sai do quarto.

A partir desse dia aceita progressivamente ouvir debates políticos, enquanto as enxaquecas e a anorexia regridem consideravelmente.

Duas semanas mais tarde, ao retornar à sua unidade, ele me diz: "Na independência, voltarei para minha mulher. Se a coisa não andar direito, irei vê-lo em Argel".

CASO Nº 2. — *Pulsões homicidas indiferenciadas num sobrevivente de uma liquidação coletiva*

S..., 37 anos, felô. Mora num aduar do Constantinois. Nunca se interessou por política. Desde o início da guerra

sua região vem sendo palco de batalhas violentas entre as forças argelinas e o Exército francês. S... tem assim ocasião de ver mortos e feridos. Mas continua a conservar-se de parte. De vez em quando, como a totalidade do povo, os camponeses de sua aldeia socorrem os combatentes argelinos de passagem. Mas um dia, no princípio de 1938, ocorre uma emboscada fatal nas proximidades do aduar. As forças inimigas efetuam uma operação e sitiaram a aldeia, aliás vazia de soldados. Todos os habitantes são arrebanhados e interrogados. Ninguém responde. Poucas horas depois, um oficial francês chega num helicóptero e diz: "Este aduar já deu muito que falar; destruam-no!" Os soldados começam a atear fogo às casas enquanto as mulheres que tentam apagar algumas roupas ou salvar uns poucos objetos são repelidas a coronhadas. Alguns camponeses aproveitam a confusão reinante para fugir. O oficial dá ordem de reunir o restante dos homens e determina que sejam conduzidos para a beira de um riacho, onde tem início o massacre. Vinte e nove homens são alvejados à queima-roupa. S... é atingido por duas balas que lhe atravessam respectivamente a coxa direita e o braço esquerdo; este último ferimento ocasiona uma fratura do úmero.

S... desmaia e recobra os sentidos no meio de um grupo do E. L. N. É tratado pelo serviço sanitário e evacuado quando está em condições de andar. Na estrada, seu comportamento cada vez mais anormal não deixa de inquietar a escolta. Reclama um fuzil, embora seja um civil e esteja incapacitado, e recusa-se a caminhar na frente de quem quer que seja. Não quer ninguém atrás de si. Uma noite, apodera-se da arma de um combatente e atira desajeitadamente nos soldados adormecidos. É brutalmente desarmado. Daí em diante está sempre de mãos amarradas, e é assim que chega ao Centro.

Começa por dizer-nos que não está morto e que pregou uma boa peça nos outros. Pouco a pouco chegamos a reconstituir a história de seu assassinato frustrado. S... não se mostra ansioso mas superexcitado, com fases de agitação violenta, acompanhadas de urros. Quebra pouca coisa mas fatiga toda a gente com sua incessante tagarelice, e o Serviço vive em alerta permanente por causa de sua vontade manifesta de "matar todo o mundo". Durante sua hospitaliza-

ção investe com armas improvisadas contra oito doentes. Não poupa médicos nem enfermeiros. Chegamos até a indagar a nós mesmos se não nos achamos na presença de uma dessas formas larvadas de epilepsia caracterizada por uma agressividade global quase sempre em ereção.

Tenta-se a cura pelo sono. A partir do terceiro dia uma entrevista diária permite que compreendamos melhor a dinâmica do processo patológico. A desordem intelectual esfuma-se pouco a pouco. Eis alguns trechos das declarações do doente:

"Deus está comigo... mas, então, não está com aqueles que morreram... Eu tive uma sorte mãe... Na vida é preciso matar para não morrer... Quando penso que não conhecia nada das histórias deles... Há franceses entre nós. Eles se disfarçam de árabes. Temos de matá-los a todos. Me dê uma metralhadora. Todos esses pretensos argelinos são franceses... e não me deixam em paz. Sempre que eu quero dormir, eles entram no meu quarto. Mas agora já sei quem são. Todo o mundo quer me matar. Mas eu me defenderei. Matarei a todos sem exceção. Vou degolá-los um por um, e você também não escapa. Vocês querem acabar comigo, mas terão de se arranjar de outro modo. Não me incomodo de liquidar com vocês. Os pequenos, os grandes, as mulheres, os meninos, os cachorros, os passarinhos, os jumentos... todo o mundo vai passar por isso... Depois, poderei dormir tranqüilo..."

Tudo isso é dito numa linguagem engrolada; a atitude continua hostil, arrogante, desdenhosa.

Ao fim de três semanas a excitação desaparece, mas uma reticência, uma certa tendência para a solidão fazem-nos temer uma evolução mais grave. Um mês depois, porém, ele pede para ir embora a fim de aprender um ofício compatível com sua enfermidade. É então confiado ao Serviço Social da F.L.N. Reexaminado seis depois. Vai bem.

CASO Nº 3. — *Psicose ansiosa grave, do tipo de despersonalização, após o trucidamento de uma mulher*

Dj..., ex-estudante, soldado do E.L.N., 19 anos. Quando chega ao Centro, sua doença já tem vários meses.

A aparência é característica: sumamente deprimido, lábios secos, mãos permanentemente úmidas. Suspiros incessantes agitam-lhe o peito. Insônia pertinaz. Duas tentativas de suicídio desde o início das perturbações. Enquanto conversa, adota atitudes de escuta alucinatória. Por vezes o olhar fixa-se durante alguns instantes num ponto do espaço, enquanto que o rosto se anima, dando ao observador a impressão de que o doente assiste a um espetáculo. Pensamentos pouco nítidos. Alguns fenômenos conhecidos em psiquiatria sob o nome de barragem: um gesto ou uma frase esboçados são bruscamente interrompidos sem motivo aparente. Mas, sobretudo, um elemento em particular chama a nossa atenção: o doente fala de seu sangue derramado, de suas artérias que se esvaziam, de seu coração que pára de funcionar. Suplica que suspendamos a hemorragia, que não deixemos que venham "vampirizá-lo" até no hospital. De vez em quando, não conseguindo falar, pede um lápis. Escreve: "Não tenho mais voz, tôda a minha vida está no fim". Essa despersonalização vivida leva-nos a pensar numa evolução bastante grave.

Várias vezes, no curso de nossas conversações, o doente nos fala de uma mulher que, ao anoitecer, vem persegui-lo. Tendo sabido anteriormente que sua mãe está morta, que ele a amava muito, que nada poderia consolá-lo dessa perda (neste momento a voz se torna bastante abafada e os olhos se enchem de lágrimas), dirijo a investigação para a imagem materna. Quando lhe peço que descreva essa mulher obsessiva, perseguidora mesmo, responde que não se trata de uma desconhecida, que a conhece, pois foi ele quem a matou. Surge então a questão de saber se estamos na presença de um complexo de culpabilidade inconsciente após a morte da mãe, como Freud expôs em *Luto e Melancolia*. Pedimos ao doente, uma vez que conhece tão bem essa mulher e uma vez que a teria assassinado, que nos fale mais longamente. Assim reconstituímos a história seguinte:

"Da cidade onde eu era estudante saí para alistar-me nas forças de libertação. Passados vários meses, recebi notícias de casa. Soube que minha mãe tinha sido morta à queima-roupa por um soldado francês e que duas de minhas

irmãs tinham sido levadas pelos militares. Até hoje não sei o que foi feito delas. Fiquei terrivelmente abalado com a morte de minha mãe. Tendo meu pai morrido há muitos anos, era eu o único homem da família, e minha única ambição foi sempre atingir uma posição qualquer que me permitisse melhorar a existência de minha mãe e de minhas irmãs. Um dia, fomos a uma propriedade de colonos onde o administrador, ativo colonialista, já liquidara dois civis argelinos. Chegamos à casa dêle de noite. Mas êle não estava lá. Em casa só estava sua mulher. Logo que nos viu, ela se pôs a suplicar que não a matássemos: "Eu sei que vocês vieram em busca do meu marido", disse ela, "mas êle não está aqui... quantas vezes disse a êle que não se metesse em política!" Foi decidido que aguardaríamos a volta do marido. Mas eu fitava a mulher e pensava em minha mãe. A mulher, sentada numa poltrona, parecia ausente. Eu me perguntava por que a gente não a matava. E em dado momento ela percebeu que eu a observava. Então atirou-se sobre mim, gritando: "Eu lhe suplico... não me mate... Tenho filhos". Um instante depois estava morta. Matei-a com minha faca. O chefe me desarmou e deu ordem de partirmos. Alguns dias mais tarde fui interrogado pelo chefe do setor. Imaginei que ia ser condenado à morte, mas não me incomodei.¹ Daí por diante passei a vomitar depois das refeições e dormir mal. Agora, tôdas as noites, essa mulher vem reclamar meu sangue. E o sangue de minha mãe, onde está?"

À noite, logo que o doente se deita, o quarto "fica cheio de mulheres", tôdas iguais. É uma reedição em múltiplos exemplares de uma única mulher. Tôdas têm um buraco aberto no ventre. Então exangues, pálidas e assombrosamente magras. Essas mulheres atormentam o jovem enfêrmo e exigem que êle lhes restitua o sangue derramado. Nesse momento, um rumor de água corrente enche o quarto, amplia-se até evocar o estrondo de uma cachoeira, e o doente vê o soalho embeber-se de sangue, seu sangue, enquanto as mulheres se tornam cada vez mais rosadas e a ferida começa a fechar-se. Banhado de suor e tremendamente angustiado, o enfêrmo desperta e permanece agitado até ao amanhecer.

¹ Após o exame médico-legal que pôs em evidência o caráter patológico do ato, cessou o processo judiciário intentado pelo Estado-Maior do E.L.N.

O jovem passa várias semanas em tratamento, e os fenômenos oniróides (pesadelos) praticamente desaparecem. Contudo, uma grande falha mantém-se em sua personalidade. Sempre que pensa na mãe, surge duplamente espantosa essa mulher desventrada. Por menos científico que isso possa parecer, acreditamos que só o tempo poderá produzir alguma melhora na personalidade deslocada do rapaz.

CASO Nº 4. — Um policial europeu deprimido encontra num hospital uma de suas vítimas, um patriota argelino tomado de estupor

A... 28 anos, casado, sem filhos. Somos informados de que, há vários anos, êle e a mulher vêm-se submetendo, infelizmente sem êxito, a um tratamento para ter filhos. É encaminhado ao nosso consultório por seus superiores em razão de perturbações de comportamento.

O contacto imediato revela-se bastante bom. Espontaneamente, o enfêrmo fala-nos de suas dificuldades; entendimento satisfatório com a mulher e os sogros. Boas relações com os companheiros de trabalho; goza, além disso, da estima dos superiores. O que o aborrece é que ouve à noite gritos que não o deixam dormir. E, realmente, conta que há várias semanas, antes de se deitar, fecha os postigos e calafeta as fendas das janelas (estamos no verão), para grande desespero de sua mulher, que sufoca no calor. Além disso, enche as orelhas de algodão, a fim de atenuar a violência dos gritos. Às vezes mesmo, em plena noite, liga o rádio ou o toca-discos para não ouvir êsses clamores noturnos. Em seguida, A... expõe demoradamente seu drama:

Faz já vários meses que está adido a uma brigada anti-F.L.N. A princípio, estava encarregado da vigilância sobre alguns estabelecimentos ou cafês. Mas de algumas semanas para cá trabalha quase sempre no Comissariado. Então tem oportunidade de realizar interrogatórios, o que não pode ser feito sem "bordoadas". "Porque êles não querem confessar nada".

"Às vezes", conta A..., "a gente tem vontade de dizer a eles que se tivessem um pouco de compaixão de nós, falaria sem nos obrigar a passar horas para lhes arrancar as informações palavra por palavra. Mas vá explicar qualquer coisa a eles. A todas as perguntas que lhes fazemos, respondem: "Não sei". Não dizem nem o próprio nome. Se a gente pergunta onde moram, respondem: "Não sei". Então, é claro... somos obrigados a agir. Mas eles gritam demais. A princípio, isso me fazia rir à vontade. Mas depois começou a me abalar. Hoje, só de ouvir um deles gritar, posso dizer em que pé anda o interrogatório. O sujeito que recebeu dois socos e uma porretada atrás da orelha tem um certo modo de falar, de gritar, de dizer que é inocente. Depois de ficar duas horas pendurado pelos pulsos, o indivíduo tem uma outra voz. Depois da banheira, uma outra voz. E assim por diante. Mas é sobretudo depois da eletricidade que a coisa se torna insuportável. A todo o momento a gente imagina que o sujeito vai morrer. Há evidentemente aqueles que não gritam: são os duros. Mas pensam que a gente vai matá-los sem perda de tempo. Ora, não nos interessa matá-los. O que queremos é a informação. A esses a gente procura fazer com que gritem, e cedo ou tarde isso acontece. Já é uma vitória. Depois, continuamos. Veja bem: a gente bem que gostaria de evitar tudo isso. Mas eles não facilitam a nossa tarefa. Agora chego a ouvir esses gritos até mesmo quando estou em casa. Principalmente os gritos de alguns que morreram no comissariado. Doutor, estou enfasiado dêsse serviço. E se o senhor me curar, vou requerer transferência para a França. Se negarem, pedirei demissão".

Diante dêsse quadro, prescrevo uma licença para tratamento de saúde. Como o interessado recusa a hospitalização, passo a tratá-lo em meu consultório. Um dia, pouco antes da hora da sessão terapêutica, recebo um chamado urgente de meu serviço. A... vai à minha casa e é convidado por minha mulher a aguardar a minha volta, mas prefere ir ao hospital e parte assim ao meu encontro. Alguns minutos mais tarde, ao regressar a casa, deparo com ele no caminho. Está encostado a uma árvore, a fisionomia visivelmente acalorada, trêmulo, banhado de suor, em plena crise de an-

gústia. Faço-o entrar no carro e trago-o para minha casa. Uma vez instalado no divã, ele me conta ter encontrado no estabelecimento um dos meus doentes que fôra interrogado na polícia (é um patriota argelino) e que está acometido de "perturbações pós-comocionais de tipo letárgico". Comprovo então que o policial participou de maneira efetiva das torturas infligidas ao enfermo. Dou uns sedativos que acalmam a ansiedade de A... Após a sua partida, dirijo-me ao pavilhão onde está hospitalizado o patriota. O pessoal do serviço não percebeu coisa alguma. O doente, porém, está desparecido. Afinal, vamos localizá-lo num lavatório onde tentava o suicídio (o doente havia, por seu lado, reconhecido o policial e acreditava que este viera buscá-lo para o levar outra vez ao comissariado).

A... retornou ainda várias vezes ao meu consultório e, depois de uma melhora bastante sensível, consegui, por motivos de saúde, fazer-se repatriar. Quanto ao patriota argelino, o pessoal empenhou-se durante muito tempo em persuadi-lo de que se tratava de uma ilusão, que os policiais não podiam vir ao hospital, que ele estava fatigado, que se encontrava aqui para ser curado etc...

CASO Nº 5 — *Um inspetor europeu tortura a mulher e os filhos*

R..., 30 anos, vem consultar-nos espontaneamente. É inspetor de polícia, e há algumas semanas vem observando que "a coisa não anda bem". Casado, três filhos. Fuma muito: cinco carteiras de cigarros por dia. Não tem mais apetite e o sono é freqüentemente agitado por pesadelos. Esses pesadelos não têm características próprias. O que mais o aborrece é aquilo que ele chama de "crises de loucura". Antes de mais nada, não gosta de ser contrariado: "Doutor, me explique isso. Logo que encontro oposição sinto vontade de bater. Mesmo fora do serviço, me dá vontade de esmurar o sujeito que me barra a passagem. Por qualquer tolice. Veja, por exemplo: eu vou comprar jornal no quiosque. Tem uma porção de gente. Forçosamente é preciso esperar. Estendo o braço (o cara do quiosque é meu camarada) para pegar o jornal. Alguém da fila me diz com um arzinho de

desafio: "Espere a sua vez". Pois bem, tenho vontade de esbofeteá-lo, e digo comigo: "Meu velho, se você passar algumas horas na minha mão, não tornará mais a bancar o engraçadinho". Detesta ruídos. Em casa quer bater em todo o mundo, o tempo todo. E, efetivamente, bate nos filhos, até no pequeno de 20 meses, com rara selvageria.

Mas o que o aterrorizou foi que uma noite em que a mulher o criticou severamente por espancar os filhos (ela chegou mesmo a dizer: "Francamente, você enlouqueceu..."), ele se lançou sobre ela, esbofetou-a, amarrou-a numa cadeira e disse-lhe: "Vou te mostrar de uma vez por todas quem é que manda nessa joça".

Por sorte, os filhos começam a chorar e gritar. Então ele percebe a gravidade de seu comportamento, desamarra a mulher e no outro dia resolve consultar um médico "especializado nos nervos". Frisa que "antes, não era assim", raramente castigava os filhos e, em todo caso, nunca brigava com a mulher. Os fenômenos atuais apareceram depois dos "acontecimentos": "Porque", diz ele, "fazemos agora um trabalho de infantaria. Na semana passada, por exemplo, estivemos em operação como se pertencêssemos ao exército. Esses Senhores do governo dizem que não há guerra na Argélia e que as forças da ordem, isto é, a Polícia, devem restabelecer a calma. Mas há guerra na Argélia, e quando eles se derem conta disso, será tarde demais. O que mais me chateia são as torturas. Isso não lhe diz nada, ao senhor?... Eu torturo às vezes dez horas a fio...

— E qual é o efeito que a tortura produz em você?

— Cansa, ora... É verdade que a gente se reveza, mas a questão é saber em que momento se deve ceder a vez ao companheiro. Cada qual pensa que está na iminência de obter a informação e reluta em entregar o pássaro preparado ao outro, que naturalmente ficará com todas as honras. Então, a gente solta... ou não solta...

"Acontece até que a gente oferece dinheiro ao sujeito, dinheiro do nosso próprio bolso, para convencê-lo a falar. O problema para nós é, na verdade, o seguinte: é você capaz de fazer esse cara falar? É um problema de sucesso pessoal; estamos numa competição... No fim, a gente fica com os punhos doídos. Então recorre-se aos 'senegaleses'. Mas eles ou espancam demais e arrebatam o sujeito ao cabo de meia hora

ou batem de leve e a coisa não dá resultado. De fato é preciso ser inteligente para se sair bem nesse trabalho. É preciso saber o momento de apertar e também de afrouxar. É uma questão de perspicácia. Quando o sujeito está maduro, não vale a pena continuar batendo. Por isso é que é preciso fazer o trabalho pessoalmente: observa-se melhor o progresso. Sou contra os que mandam os outros preparar o cara e vêm de hora em hora ver como andam as coisas. O que é preciso sobretudo é não dar ao sujeito a impressão de que ele não sairá vivo das nossas mãos. Ele se perguntará então por que falar se isso não deverá lhe salvar a vida. Nesse caso a gente não teria nenhuma oportunidade de saber coisa alguma. É necessário que ele espere; a esperança é que faz falar.

"Mas o que mais me aborrece é a história de minha mulher. Seguramente deve haver aí algum dismantêlo. Preciso consertar isso, Doutor."

Recusando-se sua repartição a lhe conceder um período de repouso e, além disso, não querendo o doente um certificado de um psiquiatra, inicia-se um tratamento em "plena atividade". É fácil adivinhar as fraquezas de semelhante fórmula. Esse homem sabia perfeitamente que todas as suas perturbações eram causadas diretamente pelo tipo de atividade desenvolvida nas salas de interrogatório, embora tivesse tentado atribuir globalmente a responsabilidade aos "acontecimentos". Como não considerava a hipótese (seria um disparate) de parar de torturar (então seria necessário demitir-se), ele me pedia francamente que o ajudasse a torturar os patriotas argelinos sem remorso de consciência, sem desordens de comportamento, com serenidade.²

² Com esta observação vemo-nos diante de um sistema coerente que não deixa mais nada intacto. O algoz que ama os pássaros ou se deleita tranquilamente com uma sinfonia ou uma sonata, é apenas uma etapa. Mais adiante, haverá incontestavelmente uma existência que se inscreve no registro de um sadismo radical e absoluto.

Série B

REUNIMOS AQUI alguns casos ou grupos de casos em que o acontecimento desencadeador é em primeiro lugar a atmosfera de guerra total que impera na Argélia.

CASO Nº 1. *Assassinato, por dois jovens argelinos de 13 e 14 anos, de seu camarada de jogos europeu*

Trata-se de uma perícia médico-legal. Dois jovens argelinos de 13 e 14 anos, alunos de uma escola primária, são acusados de ter assassinado um de seus camaradas europeus. Reconheceram ter cometido o ato. Reconstitui-se o crime e anexam-se fotos ao processo. Nelas se vê um dos meninos segurando a vítima enquanto o outro atinge-a com uma faca. Os pequenos acusados não desmentem suas declarações. Temos demoradas entrevistas com os dois. Reproduzimos aqui suas afirmações características:

a) O de 13 anos:

"Nós não estávamos zangados com ele não. Tôda quinta-feira íamos juntos caçar de bodoque na colina do outro lado da vila. Ele era um bom companheiro nosso. Não ia mais à escola porque queria ser pedreiro, como o pai dêle. Um dia a gente resolveu matá-lo, porque os europeus querem matar todos os árabes. Não podemos matar os 'grandes'. Mas ele, como é da nossa idade, a gente pode. Só que a gente não sabia como ia matá-lo. Pensamos em jogá-lo num fôssô, mas talvez ele ficasse sômente ferido. Então, apanhamos uma faca em casa e o matamos.

— Mas por que escolher logo a ele?

— Porque ele brincava com a gente. Um outro não iria lá pra cima com a gente.

— Mas ele não era um amigo?

— E por que é que eles querem nos matar? O pai dêle é miliciano e diz que é preciso nos degolar.

— Mas ele não te disse nada?

— Ele? Não.

— Sabes que agora ele está morto?

— Sei.

— E a morte, o que é?

— É quando a gente se acaba, vai para o céu.

— Fôste tu que o mataste?

— Foi.

— Não sentes nada por teres matado alguém?

— Não, já que eles querem nos matar, ora...

— Não é aborrecido estar na cadeia?

— Não."

b) O de 14 anos:

Este jovem acusado contrasta nitidamente com seu camarada. É já quase um homem, um adulto, pelo contrôlo muscular, a fisionomia, o tom e o conteúdo das respostas. Também ele não nega ter assassinado. Por que matou? Não responde à questão, mas me pergunta se já vi um europeu na cadeia. Nunca um europeu foi prêso depois de matar um argelino. Eu lhe respondo que efetivamente nunca vi europeus na cadeia.

— E no entanto todos os dias há argelinos assassinados, não é mesmo?

— É.

— Então por que só os argelinos vão para as prisões? Pode me explicar?

— Não, mas me diga por que você matou o rapaz que era seu amigo.

— Vou explicar... Já ouviu falar do caso de Rivet?¹

— Já.

— Dois parentes meus foram assassinados naquele dia. Lá em casa dizem que os franceses tinham jurado matar a nós todos, um por um. Algum francês foi prêso por causa da morte de todos esses argelinos?

— Não sei.

— Pois é, ninguém foi prêso. Eu queria ir para as montanhas, mas sou ainda muito pequeno. Então resolvemos, eu e X..., que era preciso matar um francês.

— Por quê?

— Que é que era preciso fazer, na sua opinião?

— Não sei. Mas você é uma criança e essas são coisas de pessoas grandes.

— Mas eles também matam as crianças...

— Mas isso não era motivo pra você matar seu amigo.

— E daí? Matei. Agora podem fazer o que quiserem.

— O rapaz tinha feito alguma coisa com você?

— Não, não tinha feito nada.

— Então...?

— Ah!...

CASO Nº 2. — *Delírio de acusação e conduta-suicida, disfarçada em "ato terrorista", num jovem argelino de 22 anos*

Este doente foi enviado ao hospital pela autoridade judiciária francesa. Essa medida foi adotada depois de um exame médico-legal feito pelos psiquiatras franceses em atividade na Argélia.

¹ Rivet é uma aldeia que, a partir de certo dia do ano de 1956, se tornou célebre no departamento de Argel. Uma noite, com efeito, a aldeia foi invadida por milicianos franceses que tiraram do leito quarenta homens e os assassinaram.

Trata-se de um homem emagrecido, em estado de absoluta confusão. O corpo está coberto de equimoses, e duas fraturas do maxilar tornam impossível a absorção de alimentos. Assim, durante mais de duas semanas, a nutrição do enfermo se processa com o auxílio de diversas injeções.

Ao cabo de duas semanas, diminui o vazio do pensamento; um contacto pode ser estabelecido e logramos reconstituir a história dramática do rapaz:

Na juventude praticou o escotismo com extraordinário fervor. Tornou-se um dos principais responsáveis pelo movimento escotista muçulmano. Mas, aos 19 anos, abandonou por completo o escotismo para só se preocupar com sua profissão. Mecanógrafo, estuda com afinco e sonha em chegar a ser um grande especialista em seu ramo. O 10 de novembro de 1954 vai encontrá-lo absorvido em problemas estritamente profissionais. Não tem no momento nenhuma reação com respeito à luta nacional. Já não frequenta mais seus antigos camaradas. Define-se a si mesmo nessa época como "mobilizado para aprofundar suas aptidões técnicas".

Entretanto, por volta dos meados de 1955, no decorrer de um serão familiar, tem de súbito a impressão de que seus pais o consideram um traidor. Passados alguns dias, essa impressão se dissipa, mas fica uma certa inquietação, um certo mal-estar, que ele não chega a compreender.

Resolve então fazer suas refeições apressadamente, esquivar-se ao convívio da família e fecha-se em seu quarto. Evita todos os contactos. É em tais condições que sobrevém a catástrofe. Um dia, em plena rua, por volta das doze e meia, ouve distintamente uma voz chamá-lo de covarde. Volta-se, mas não vê ninguém. Acelera o passo e decide não ir mais trabalhar. Encerra-se no quarto e não janta. De noite estala a crise. Durante três horas escuta todos os tipos de insultos, vozes em sua cabeça e na noite: "traidor... covarde... todos os teus irmãos que morrem... traidor... traidor..."

Uma ansiedade indescritível apodera-se dele: "Meu coração bateu durante 18 horas à cadência de 130 por minuto. Acreditei que ia morrer".

Desde então o doente não pode mais engolir. Emagrece a olhos vistos, isola-se numa obscuridade absoluta, recusa

abrir a porta aos pais. No terceiro dia entrega-se à oração. Passa ajoelhado, conta êle, 17 a 18 horas por dia. No quarto dia, impulsivamente, "feito um louco", com "uma barba que também lhe devia dar um ar de louco", sem paletó e sem gravata, sai para a cidade. Uma vez na rua não sabe para onde ir; mas caminha e, depois de certo tempo, está na cidade européia. Seu tipo físico (assemelha-se a um europeu) parece então resguardá-lo das interpelações e inspeções das patrulhas francesas.

Enquanto isso, a seu lado, argelinos e argelinas são detidos, empurrados, insultados, revistados... Ora, paradoxalmente, êle não tem nenhum documento. Essa gentileza espontânea das patrulhas inimigas para com êle confirma-o em seu delírio: "todo o mundo sabe que êle está com os franceses. Os próprios soldados têm instruções a êsse respeito; deixam-no em paz".

Além disso, o olhar dos argelinos detidos, as mãos atrás da nuca, esperando a inspeção, parece-lhe carregado de desdém. Prêsa de uma agitação incoercível, afasta-se a passo largo. É neste momento que chega defronte do edifício do estado-maior francês. No portão, diversos militares, de metralhadora em punho. Avança para os soldados, atira-se sobre um deles e, tentando arrancar-lhe a metralhadora, grita: "Sou argelino".

Fácilmente dominado, é levado para o comissariado onde os policiais se obstinam em obrigá-lo a confessar o nome de seus chefes e dos diversos membros da rede a que pertence. Ao cabo de alguns dias, os policiais e os militares se apercebem de que têm nas mãos um doente. Procede-se a um exame, o qual constata a existência de perturbações mentais e prescreve a hospitalização. "O que eu queria", conta-nos êle, "era morrer. Lá no distrito policial, acreditava e esperava que depois das torturas êles me matassem. Estava satisfeito com as bordoadas porque isso me provava que êles me consideravam, a mim também, como seu inimigo. Eu não podia mais ouvir aquelas acusações sem reagir. Não sou um covarde. Não sou uma mulher. Não sou um traidor."²

² No decorrer do ano de 1955, casos como êste foram extremamente numerosos na Argélia. Infelizmente nem todos os doentes tiveram a sorte de chegar ao hospital.

CASO Nº 3. — *Atitude neurótica numa jovem francesa cujo pai, alto funcionário, morreu numa emboscada*

Esta jovem de 21 anos, estudante, vem consultar-me em virtude de pequenos fenômenos de tipo ansioso que a embaraçam em seus estudos e em suas relações sociais. Palmas das mãos constantemente úmidas, com períodos verdadeiramente inquietantes em que a água "lhe escorre das mãos". Opressões torácicas acompanhadas de enxaquecas noturnas. Rói as unhas. Mas o que chama a atenção é sobretudo a facilidade do contacto, evidentemente rápido demais, enquanto que se nota, subjacente, uma angústia importante. A morte do pai, ocorrida pouco antes, é anunciada pela doente com tal desenvoltura que rapidamente orientamos nossas investigações para as relações dela com o pai. A narração que nos faz, clara, absolutamente lúcida, de uma lucidez que raia pela insensibilidade, vai revelar, precisamente por seu racionalismo, o transtorno dessa jovem, a natureza e a origem do seu conflito.

"Meu pai era um alto funcionário. Tinha sob sua responsabilidade uma imensa região rural. Desde o princípio dos acontecimentos, êle se lançou à caça aos argelinos com uma raiva furiosa. Deixou até de comer e dormir, de tal modo o excitava a idéia de reprimir a rebelião. Assisti, sem nada poder fazer, à lenta metamorfose de meu pai. Por fim, resolvi não ir visitá-lo mais e ficar na cidade. Realmente, cada vez que me achava em casa, passava as noites acordada, porque os gritos que chegavam aos meus ouvidos não cessavam de me atormentar: no porão e nos cômodos utilizados agora com outra finalidade, torturava-se aos argelinos a fim de obter informações. Você não pode imaginar como é horrível ouvir gritar assim a noite inteira. Às vezes me pergunto como um ser humano pode suportar — não digo torturar — mas simplesmente ouvir alguém gritar de dor. E isso se prolongava. Afinal, não voltei mais para casa. Nas raras ocasiões em que meu pai vinha me ver na cidade, não podia olhá-lo de frente sem me sentir terrivelmente constran-

gida e aterrorizada. Para mim se tornava cada vez mais difícil beijá-lo.

"Morei muito tempo na aldeia. Conheço quase todas as famílias de lá. Os rapazes argelinos da minha idade e eu brincávamos juntos quando éramos pequenos. Cada vez que eu ia à casa de meu pai era informada de que novas pessoas tinham sido prisioneiras. Afinal, não me atrevia mais a andar na rua, de tal modo estava convencida de que ia encontrar o ódio por toda a parte. No fundo de mim mesma dou razão aos argelinos. Se fosse argelina, participaria da resistência armada."

Um dia, porém, recebi um telegrama que me comunicava que meu pai foi gravemente ferido. Foi ao hospital e encontra o pai em coma. Ele morreu pouco depois. Foi no curso de uma missão de reconhecimento com um destacamento militar que meu pai foi ferido: a patrulha caiu numa emboscada armada pelo Exército Nacional Argelino.

"O enterro me deixou enojada", diz ela. "Todos aqueles oficiais que vinham prantejar a morte de meu pai, cujas 'altas qualidades morais haviam conquistado a população indígena', me davam náusea. Todo o mundo sabia que tudo aquilo era falso. Ninguém ignorava que meu pai era o principal responsável pelos centros de interrogatório de toda a região. Todos sabiam que o número de mortes sob a tortura elevava-se a dez por dia, e estavam ali recitando mentiras sobre o devotamento, a abnegação, o amor à pátria etc. Devo dizer que agora as palavras para mim não têm mais valor, ou, pelo menos, têm muito pouco. Voltei logo para a cidade e passei a evitar todas as autoridades. Ofereceram-me subvenções mas recusei. Não quero o dinheiro deles. É o preço do sangue derramado por meu pai. Não quero. Vou trabalhar."

CASO Nº 4. — *Perturbações de comportamento em jovens argelinos de menos de 10 anos*

Trata-se de refugiados. São filhos de combatentes ou civis mortos pelos franceses. Estão distribuídos em diversos

centros na Tunísia e em Marrocos. Esses meninos são escolarizados. Organizam-se sessões de jogos e saídas coletivas. Os meninos têm assistência médica regular. Por isso tivemos ocasião de ver bom número deles:

a) Existe nessas diversas crianças um amor muito acentuado pelas imagens parentais. Tudo o que se assemelha a pai ou mãe é procurado com grande afinho e ciosamente guardado.

b) Observa-se nelas, de maneira geral, uma fobia do ruído. Essas crianças ficam muito aflitas quando são repreendidas. Grande sede de calma e afeição.

c) Em muitas delas registram-se insônias com sonambulismo.

d) Enurese periódica.

e) Tendência sádica. Uma brincadeira freqüente: abrir furiosamente inúmeros orifícios numa folha de papel esticada. Os lápis estão todos mordidos, e as unhas roídas com uma constância desesperante. São freqüentes as disputas entre elas, malgrado um fundo de grande afeição.

CASO Nº 5. — *Psicoses puerperais entre os refugiados*

Dá-se o nome de psicose puerperal às perturbações mentais que sobrevêm à mulher por ocasião da maternidade. Tais perturbações podem aparecer imediatamente antes ou poucas semanas depois do parto. O determinismo dessas doenças é extremamente complexo. Mas acredita-se que as duas causas principais são uma desordem do funcionamento das glândulas endócrinas e a existência de um "choque afetivo". Esta última rubrica, ainda que vaga, recobre o que o público chama de "intensa emoção".

Nas fronteiras tunisinas e marroquinas, desde a decisão adotada pelo governo francês de pôr em prática ao longo de centenas de quilômetros a política de terra arrasada, encontram-se cerca de 300.000 refugiados. É conhecido o estado de miséria em que vivem. Comissões da Cruz Vermelha Internacional estiveram inúmeras vezes nesses lugares e, depois de terem constatado a extrema penúria e a precariedade das condições de vida, recomendaram aos organismos in-

ternacionais que intensificassem a ajuda a esses refugiados. Era portanto previsível, dada a subalimentação reinante nesses campos, que as mulheres grávidas revelassem particular predisposição para a manifestação de psicoses puerperais.

As contínuas invasões das tropas francesas que aplicam "o direito de seguir e perseguir", as incursões aéreas, os fuzilamentos — sabe-se que os bombardeios dos territórios marroquinos e tunisinos pelo exército francês não se contam mais e que Sakiet-Sidi-Youssef, a aldeia mártir da Tunísia, é a mais ensanguentada — o estado de desmembramento familiar, consequência das condições do êxodo, mantêm esses refugiados numa atmosfera de insegurança permanente. Assim, são bem poucas as argelinas refugiadas que por ocasião do parto não apresentam perturbações mentais.

Essas perturbações assumem formas variadas. São agitações que podem tomar às vezes o aspecto de fúrias, ou grandes depressões imóveis com múltiplas tentativas de suicídio, ou enfim estados ansiosos com prantos, lamentos e apelos à misericórdia etc. Também o conteúdo delirante é diverso. Encontramos ora um delírio de perseguição vago, associado a seja quem fôr, ora uma agressividade delirante contra os franceses que querem matar o menino que está para nascer ou que acaba de nascer, ora uma impressão de morte iminente; sempre as doentes imploram aos carrascos invíveis que lhes poupem os filhos...

Aqui cabe ainda assinalar que os conteúdos fundamentais não são dissipados pela sedação e regressão das perturbações. A situação das doentes curadas conserva e alimenta esses núcleos patológicos.

Série C: Modificações Afetivo-Intelectuais e Perturbações Mentais Após a Tortura

AGRUPAREMOS NESTA série os doentes mais ou menos graves cujas perturbações apareceram imediatamente após as torturas. Descreveremos subgrupos, porque nos demos conta de que a cada método de tortura correspondiam, independentemente de uma lesão superficial ou profunda da personalidade, tipos mórbidos característicos.

LOTE Nº 1. — *Após as torturas indiferenciadas ditas preventivas*

Fazemos alusão aqui aos métodos brutais aplicados menos com a finalidade de torturar que de fazer falar. O princípio que diz que além de um certo limite o sofrimento se torna insuportável adquire aqui singular importância. O obje-

tivo é portanto alcançar o mais depressa possível esse limite. Deixa-se de lado o refinamento. Há ataque maciço e multi-forme: diversos policiais espancando ao mesmo tempo; quatro policiais, de pé, cercam o prisioneiro e o esmurram enquanto um quinto policial lhe queima o peito com um cigarro e outro lhe castiga a planta dos pés com um cacete... Alguns dos métodos de tortura utilizados na Argélia pareciam-nos particularmente atrozes, conforme depreendemos das confidências dos torturados:

a) Injeção de água pela boca acompanhada de lavagem a alta pressão de água saponária.¹

b) Introdução de uma garrafa no ânus.

Duas formas do suplício chamado "da imobilidade":

c) Coloca-se o prisioneiro de joelhos, os braços paralelos ao chão, as palmas das mãos voltadas para cima, o busto e a cabeça apurados. Nenhum movimento é permitido. Atrás do prêso, um policial sentado numa cadeira obriga-o à força de cacetadas a voltar à imobilidade.

b) Põe-se o prisioneiro em pé, o rosto contra a parede, os braços levantados e as mãos coladas à parede. Aqui também, ao menor movimento, ao menor indício de relaxamento, chovem os golpes.

Frisemos agora que existem duas categorias de torturados:

1) Os que sabem de alguma coisa.

2) Os que de nada sabem.

1ª) Os que sabem de alguma coisa raramente são vistos nos serviços de saúde. Certamente não ignoramos que tal patriota foi torturado nas prisões francesas, mas não o encontramos na condição de doente.²

2ª) Em compensação, os que de nada sabem vêm consultar-nos com muita frequência. Não falamos aqui dos ar-

¹ Esse tipo de tortura é a causa de grande número de óbitos. Depois dessas lavagens a alta pressão, com efeito, a mucosa intestinal apresenta múltiplas lesões que provocam microperfurações intestinais. As embolias gasosas e as peritonites são então muito frequentes.

² Falamos evidentemente de argelinos que, sabendo de alguma coisa, não confessaram quando torturados porque é notório que um argelino que confessa é assassinado logo depois.

gelinos no decorrer de uma batida ou de um cerco. Esses tampouco vêm até nós como doentes. Falamos expressamente dos argelinos não organizados, presos, conduzidos aos distritos policiais ou às granjas a fim de serem submetidos a interrogatórios.

QUADROS PSIQUIÁTRICOS ENCONTRADOS

a) *Depressões agitadas: Quatro casos.*

São doentes tristes, sem ansiedade real, deprimidos, que passam a maior parte do tempo no leito, evitam qualquer contacto e, bruscamente, manifestam uma agitação muito violenta cuja significação é sempre difícil compreender.

b) *Anorexia mental: Cinco casos.*

Estes doentes apresentam problemas graves porque essa anorexia mental se acompanha de uma fobia de todo contacto corporal com outrem. O enfermeiro que se aproxima do doente e tenta tocá-lo, pegar-lhe a mão, por exemplo, é imediatamente recebido com rigidez. Não é possível praticar uma alimentação artificial ou ministrar medicamentos.³

c) *Instabilidade motora: Onze casos.*

Aqui lidamos com doentes que não podem estar quietos. Sempre solitários, dificilmente aceitam encerrar-se com o médico no gabinete deste.

Dois sentimentos pareceram-nos frequentes neste primeiro lote de torturados:

Em primeiro lugar, o *da injustiça*. Ter sido torturado sem razão, durante dias e noites, parece ter destruído algo nesses homens. Um desses martirizados passou por uma experiência particularmente penosa: após vários dias de torturas inúteis, os policiais se convenceram de que tinham diante de si um homem pacato; completamente alheio a qualquer dos

³ O corpo médico deve revezar-se dia e noite junto ao doente num trabalho de explicação. É compreensível que a fórmula "brutalizemos um pouco o enfermo" não possa ser legitimamente utilizada aqui.

núcleos da F.L.N. A despeito dessa convicção, um inspetor da polícia teria dito: "Não o soltem assim sem mais nem menos. Apertem-no mais um pouco. Dêsse modo, quando sair daqui, vai ficar quietinho".⁴

Em segundo lugar, *uma indiferença por todo argumento moral*. Para esses doentes, não há causa justa. Uma causa torturada é uma causa débil. Portanto é preciso antes de tudo tratar de aumentar a própria força, e não colocar a questão do fundamento de uma causa. Só a força tem importância.

LOTE Nº 2. — Após as torturas com eletricidade

Neste lote agrupamos os patriotas argelinos torturados principalmente com eletricidade. Realmente, embora anteriormente a eletricidade fizesse parte de um conjunto de processos de tortura, a partir de setembro de 1956 certos interrogatórios só se farão com eletricidade.

QUADROS PSIQUIÁTRICOS ENCONTRADOS

a) *Cenestopatias localizadas ou generalizadas: Três casos.*

Trata-se de doentes que sentem formigamentos no corpo, impressão de mão que se desprende, de cabeça que es-tala, de língua que é engolida.

b) *Apatia, abulia, desinterêsse: Sete casos.*

São doentes inertes, sem projeto, sem energia, que vivem ao deus-dará.

⁴ Essa tortura preventiva transforma-se, em certas regiões, em "repressão preventiva". Assim é que em Rivet, quando reinava a calma, os colonos, não querendo ser apanhados de surpresa (as regiões vizinhas começavam a agitar-se) decidiram suprimir pura e simplesmente os eventuais membros da F.L.N. Mais de quarenta argelinos foram mortos num só dia.

c) *Mêdo fóbico da eletricidade:*

Mêdo de passar ao lado de um interruptor, mêdo de ligar o rádio, mêdo do telefone. Impossibilidade absoluta, para o médico, de sequer mencionar a eventualidade de um tratamento por choque elétrico.

LOTE N.º 3 — Após o "sôro da verdade"

Conhece-se o princípio dêste tratamento. Diante de um enfermo que parece sofrer de um conflito interior inconsciente que a entrevista não logra exteriorizar, recorre-se a métodos de exploração química. O pentotal, sob a forma de injeções intravenosas, é a substância mais comumente empregada com o objetivo de libertar o doente de um conflito que parece ultrapassar suas possibilidades de adaptação. É para libertar o doente dêsse "corpo estranho" que o médico intervém.⁵ Todavia, percebeu-se a dificuldade que havia em controlar a dissolução progressiva das instâncias psíquicas. Não era raro assistir-se a agravamentos espetaculares ou à aparição de novos quadros absolutamente inexplicáveis. Por isso, de modo geral essa técnica tem sido mais ou menos abandonada.

Na Argélia, os médicos militares e os psiquiatras encontraram nas salas da polícia grandes possibilidades de experimentação. Se, nas neuroses, o pentotal destrói as barreiras que se opõem à exteriorização do conflito interior, nos patriotas argelinos deve poder igualmente romper a barreira política e facilitar a obtenção das confissões do detento sem que haja necessidade de recorrer à eletricidade (a tradição médica quer que se poupe o sofrimento). É a forma médica da "guerra subversiva".

A encenação é a seguinte. Para começar: "Eu sou médico, não sou policial. Estou aqui para te ajudar." Assim agin-

⁵ Na verdade não é estranho de todo. O conflito não é senão o resultado da evolução dinâmica da personalidade onde não poderia haver "corpo estranho". Digamos, de preferência, que se trata de um corpo mal integrado.

do, obtém-se ao cabo de alguns dias a confiança do prêso.⁶ Depois: "Vou te aplicar umas injeções porque estás bem ruinzinho". Durante vários dias põe-se em prática um tratamento qualquer: vitaminas, tonicardíacos, sôros açucarados. No quarto ou quinto dia, injeção intravenosa de pentotal. O interrogatório começa.

QUADROS PSIQUIÁTRICOS ENCONTRADOS

a) *Estereotípias verbais:*

O doente repete a todo o instante frases como estas: "Eu não disse nada. Acreditem, não falei". Tais estereotípias se acompanham de uma angústia permanente. De fato, muitas vezes o doente ignora se lhe arrancaram informações. A culpabilidade para com a causa defendida e os irmãos cujos nomes e endereços podem ter sido fornecidos pesa aqui de maneira dramática. Nenhuma afirmação pode restituir a calma a essas consciências danificadas.

b) *Percepção intelectual ou sensorial opacizada:*

O doente não pode afirmar a existência de tal ou qual objeto percebido. O raciocínio é assimilado, mas de modo indiferenciado. Há uma incapacidade básica de distinguir o verdadeiro do falso. Tudo é verdadeiro e tudo é falso ao mesmo tempo.

c) *Temor fóbico de toda conversa a sós com alguém:*

Esse temor decorre da impressão aguda de que a qualquer instante se pode ser novamente interrogado.

⁶ Mencionemos também o caso dos psiquiatras animadores dos grupos "Presença francesa" que, designados para proceder ao exame de um detento, tinham o hábito de proclamar, ao primeiro contacto, sua grande amizade com o advogado de defesa e afirmar que os dois (o advogado e ele) soltariam o prisioneiro. Todos os detentos examinados nessas condições foram guilhotinados. Esses psiquiatras gabavam-se diante de nós dessa maneira elegante de vencer as "resistências".

d) *Inibição:*

O paciente acautela-se: registra palavra por palavra a pergunta feita e elabora palavra por palavra a resposta projetada. Daí a impressão de quase inibição, com afrouxamento psíquico, interrupção das frases, recuos etc.

É óbvio que esses doentes recusam obstinadamente toda injeção intravenosa.

LOTE Nº 4. — *Após a lavagem cerebral*

Muito se tem falado nos últimos tempos em "ação psicológica" na Argélia. Não queremos proceder ao estudo crítico desses métodos. Contentamo-nos com evocar aqui suas conseqüências psiquiátricas. Existem duas categorias de centros de tortura por meio de lavagem cerebral na Argélia.

I. — PARA OS INTELECTUAIS

Aqui o princípio consiste em levar o prisioneiro a representar um papel. Vê-se a que escola psicossociológica este método se filia.⁷

a) *Participar do jogo da colaboração.*

O intelectual é convidado a colaborar, apresentando justificações para essa colaboração. É portanto obrigado a le-

⁷ Sabemos que se desenvolveu nos Estados Unidos da América uma corrente psicossociológica. Os defensores dessa escola acreditam que o drama do indivíduo contemporâneo está contido no fato de que ele não desempenha mais nenhum papel, que o mecanismo social o condena a ser apenas uma peça da engrenagem. Daí a terapêutica proposta para permitir ao homem representar papéis numa verdadeira atividade lúdica. O indivíduo passa a desempenhar qualquer papel, muda até de papel no mesmo dia, é capaz de se pôr simbolicamente no lugar de qualquer pessoa. Nos Estados Unidos, os psiquiatras das fábricas fazem, ao que parece, prodígios na psicoterapia de grupo dos operários, permitindo-lhes, com efeito, identificar-se com heróis. Em razão disso, a tensão nas relações entre patrões e operários se acha consideravelmente diminuída.

var uma existência desdobrada: é um patriota conhecido como tal, que, preventivamente, foi retirado da circulação. A finalidade da ação empreendida é atacar do interior os elementos que constituem a consciência nacional. Não somente deve ele colaborar, como também recebe ordem de discutir "livremente" com os oponentes ou os reticentes e convencê-los. Eis aí uma maneira elegante de o compelir a chamar a atenção para os patriotas e portanto a servir de denunciante. Se por acaso ele afirma não encontrar oponentes, logo lhe designam alguns ou lhe pedem que faça de conta que se trata de oponentes.

b) *Fazer explicações sobre o valor da obra francesa e os fundamentos da colonização.*

Para que se desincumba a contento dessa tarefa, cercam-no de "conselheiros políticos"; funcionários dos Assuntos Indígenas, ou melhor ainda: psicólogos, psicólogos da vida social, sociólogos etc.

c) *Tomar os argumentos da Revolução Argelina e combatê-los um a um.*

A Argélia não é uma Nação, nunca foi uma Nação, jamais será uma Nação.

Não há "povo argelino".

O patriotismo argelino é um contra-senso.

Os agitadores nacionalistas são ambiciosos, criminosos, pobres sujeitos frustrados.

Sucessivamente, cada intelectual deve fazer uma explanação sobre esses temas, e a explanação tem de ser convincente. Notas (as célebres "recompensas") são atribuídas e somadas no fim de cada mês. Servirão de elementos de apreciação para decidir ou não da saída do intelectual.

d) *Levar uma vida coletiva absolutamente patológica.*

Estar só é um ato de rebelião. Assim, tem-se de estar sempre com alguém. O silêncio também é proibido. É preciso pensar em voz alta.

TESTEMUNHO

Trata-se de um universitário internado e submetido meses a fio à lavagem cerebral. Certo dia os responsáveis pelo campo felicitam-no pelos progressos realizados e anunciam-lhe que deverá ser solto em breve.

Conhecendo as manobras do inimigo, ele se abstém de levar esta notícia a sério. Realmente, a técnica consiste em anunciar aos detentos sua saída próxima e poucos dias antes da data marcada organizar uma sessão de crítica coletiva. Terminada a sessão, toma-se muitas vezes a decisão de protelar a libertação, por não apresentar o detento todos os sinais de uma cura definitiva. A sessão, dizem os psicólogos presentes, evidenciou a persistência do vírus nacionalista.

Desta vez, porém, não se trata de um subterfúgio. O prêso é realmente solto. Uma vez do lado de fora, na cidade e no seio da família, o ex-detento felicita-se por haver representado tão bem o seu papel. Regozija-se por poder reassumir seu lugar no combate nacional e trata logo de estabelecer contacto com seus responsáveis. É neste momento que uma idéia lancinante e terrível lhe atravessa o espírito. Talvez não tenha enganado a ninguém, nem os carcereiros, nem os outros presos, nem sobretudo a si mesmo.

Onde devia acabar o jogo?

Aí também é preciso tranquilizar-se, pagar a hipoteca da culpabilidade.

QUADROS PSIQUIÁTRICOS ENCONTRADOS

a) Fobia de toda discussão coletiva. Desde que haja reunião de três ou quatro pessoas, a inibição reaparece, a desconfiança e a reticência se impõem com particular densidade.

b) Impossibilidade de explicar e defender uma dada posição. O pensamento se desenvolve por parelhas antitéticas. Tudo o que é afirmado pode, no mesmo instante, ser negado com a mesma força. Esta é certamente a seqüela mais dolorosa que observamos nesta guerra. Uma personalidade obsessional é o fruto da "ação psicológica" posta a serviço do colonialismo na Argélia.

II. — PARA OS NÃO-INTELECTUAIS

Em centros como Berrouaghia, não se parte mais da subjetividade para modificar as atitudes do indivíduo. Busca-se apoio, pelo contrário, no corpo, que é preciso debilitar com a esperança de que a consciência nacional se desmantele. É uma verdadeira domesticação. A recompensa traduz-se na ausência de torturas ou na possibilidade de se alimentar.

a) O indivíduo tem de confessar que não é da F.L.N. Tem de proclamá-lo aos gritos e em grupo. Tem de repetir isso horas e horas.

b) Em seguida, tem de reconhecer que foi da F.L.N. e que compreendeu que isto estava errado. Portanto: abaixo a F.L.N.

Depois dessa etapa, vem uma outra: o futuro da Argélia é francês, não pode ser senão francês.

Sem a França, a Argélia retorna à Idade Média.

Enfim, passa-se a ser francês. Viva a França.

Aqui as perturbações encontradas não são graves. É o corpo enfêrmo e dolorido que reclama repouso e alívio.

Série D: Perturbações Psicossomáticas

A GUERRA colonial da Argélia não teve como consequência apenas multiplicar as perturbações mentais e favorecer o aparecimento de fenômenos mórbidos específicos. Afora a patologia da tortura, a patologia do torturado e a do verdugo, abunda na Argélia uma patologia de atmosfera, aquela que comumente faz com que os médicos digam em face de um doente que não conseguem compreender: "Tudo isto só terminará quando findar esta maldita guerra".

Propomos agrupar nesta quarta série as enfermidades encontradas nos argelinos que estiveram internados nos campos de concentração. A característica dessas doenças é serem de tipo psicossomático.

Chama-se patologia psicossomática ao conjunto das desordens orgânicas cuja aparição é favorecida por uma situa-

ção conflitual.¹ Psicossomática, porque o determinismo é de origem psíquica. Essa patologia é considerada uma maneira de que se vale o organismo para responder, isto é, adaptar-se ao conflito que se lhe depara, sendo a perturbação ao mesmo tempo sintoma e cura. Mais precisamente, todos são unânimes em afirmar que o organismo (mais uma vez se trata da unidade córtico-visceral, psicossomática dos Antigos) supera o conflito por vias nocivas mas de resto econômicas. É o mal menor que o organismo escolhe para evitar a catástrofe.

No conjunto, essa patologia é muito conhecida hoje, embora os diversos métodos terapêuticos propostos (relaxação, sugestão) nos pareçam por demais aleatórios. No decurso da Segunda Guerra Mundial, na Inglaterra durante os bombardeios e na União Soviética entre as populações sitiadas, especialmente em Stalingrado, as descrições das perturbações sobrevindas se multiplicaram. Hoje em dia sabe-se perfeitamente que não é necessário ser ferido por uma bala para sofrer tanto no corpo quanto no cérebro a existência da guerra. Como todas as guerras, a da Argélia gerou seu contingente de doenças corticoviscerais. Com exceção do grupo *g* adiante mencionado, todas as perturbações encontradas na Argélia foram descritas por ocasião das guerras "clássicas". O grupo *g* afigura-se-nos específico da guerra colonial da Argélia. Essa forma particular de patologia (a contratura muscular generalizada) já havia chamado a atenção antes do início da Revolução. Mas os médicos que a descreviam faziam dela um estigma congênito do indígena, uma originalidade (?) de seu sistema nervoso, no qual diziam encontrar a prova de uma predominância, no colonizado, do sistema extrapiramidal.² Essa contratura é, na realidade, apenas o acompanhamento postural, a existência nos músculos do colonizado de sua rigidez, de sua reticência, de sua recusa em face da autoridade colonial.

¹ Esta denominação, que exprime uma concepção idealista, vem sendo cada vez mais abandonada. Efetivamente, a terminologia corticovisceral, herdada dos trabalhos soviéticos — sobretudo de Pavlov — tem pelo menos a vantagem de recolocar o cérebro em seu lugar, isto é, considerá-lo a matriz onde se elabora precisamente o psiquismo.

² Quanto mais se sobe no plano neurológico, menos se é extrapiramidal. Como se vê, tudo parecia concordar.

QUADROS PSIQUIÁTRICOS ENCONTRADOS

a) *Úlceras do estômago.*

Bastante numerosas. As dores se fazem sentir principalmente à noite, com vômitos persistentes, emagrecimento, tristeza, melancolia, a irritabilidade constituindo uma exceção. Cumpre frisar que os enfermos são, em sua maioria, muito jovens: de 18 a 25 anos. Em geral nunca aconselhamos a intervenção cirúrgica. Duas vezes praticou-se uma gastrectomia. Em ambos os casos foi necessário reintervir no mesmo ano.

b) *Cólicas nefríticas:*

Aqui também encontramos dores com paroxismo noturno. Evidentemente quase nunca há cálculos. Essas cólicas podem sobrevir, o que é raro, a indivíduos de 14 a 16 anos.

c) *Transtornos das regras nas mulheres:*

Esta patologia é muito conhecida, e não nos deteremos nela. Ou as mulheres passam três ou quatro meses sem regras, ou dores violentas, que repercutem no caráter e no comportamento, acompanham as regras.

d) *Hipersonias por tremores idiopáticos:*

Trata-se de adultos jovens, a quem todo repouso é negado em razão de um tremor generalizado, miúdo, que faz lembrar um Parkinson total. Aí, também, alguns "espíritos científicos" poderiam evocar um determinismo extrapiramidal.

e) *Embranquecimento precoce dos cabelos:*

Nos indivíduos que saem com vida dos centros de interrogatório, os cabelos encanecem de repente, por placas, por regiões ou totalmente. Muito amiúde essas perturbações se acompanham de astenia profunda, com desinteresse e impotência sexual.

f) *Taquicardias paroxísticas:*

O ritmo cardíaco acelera-se bruscamente: 120, 130, 140 por minuto. Essas taquicardias acompanham-se de angústias, impressão de morte iminente, e o fim da crise é assinalado por sudação abundante.

g) *Contratura generalizada, rigidez muscular:*

Trata-se de doentes do sexo masculino que experimentam progressivamente (em dois casos a aparição é brutal) uma dificuldade de execução de certos movimentos: subir escadas, andar depressa, correr. A causa de tal dificuldade reside numa rigidez característica que evoca irresistivelmente uma lesão de certas regiões do cérebro (núcleos cinzentos centrais). É uma rigidez em extensão, e a progressão se verifica lentamente. A flexão passiva dos membros inferiores é quase impossível. Nenhum descanso pode ser obtido. Súbitamente contraído, incapaz do menor relaxamento voluntário, o doente parece feito de uma só peça. O rosto, embora fixo, exprime um grau acentuado de desorientação.

O doente não parece poder "desmobilizar os nervos". Está constantemente tenso, à espera, entre a vida e a morte. Um desses enfermos nos disse: "Veja só, já estou têso como um cadáver".³

³ É supérfluo acrescentar que não se trata aqui de contratura histérica.

Da Impulsividade Criminal do Norte-africano à Guerra de Libertação Nacional

NÃO BASTA apenas combater pela liberdade de seu povo. É preciso também, durante todo o tempo de duração do combate, reensinar a êsse povo e em primeiro lugar reensinar a si mesmo a dimensão do homem. É preciso percorrer os caminhos da história do homem condenado pelos homens e provocar, tornar possível, o encontro de seu povo e dos outros homens.

Na realidade, o militante que se empenha num combate armado, numa luta nacional, tem a intenção de medir no dia-a-dia tôdas as degradações infligidas ao homem pela opressão colonial. Às vezes tem a esmagadora impressão de que lhe é necessário fazer renascer todo o seu povo, tirá-lo do poço, da caverna. O militante percebe, com freqüência, que lhe compete investir não sômente contra as forças inimigas

como também contra os núcleos de desespero cristalizados no corpo do colonizado. O período de opressão é doloroso, mas o combate, ao reabilitar o homem oprimido, desenvolve um processo de reintegração que é extremamente fecundo e decisivo. O combate vitorioso de um povo não consagra unicamente o triunfo de seus direitos. Proporciona a esse povo densidade, coerência e homogeneidade. Porque o colonialismo não fez senão despersonalizar o colonizado. Essa despersonalização é sentida também no plano coletivo, ao nível das estruturas sociais. O povo colonizado vê-se então reduzido a um conjunto de indivíduos que só encontram fundamento na presença do colonizador.

O combate que um povo trava por sua libertação leva-o, segundo as circunstâncias, ou a rejeitar ou a fazer explodir as supostas verdades incrustadas em sua consciência pela administração civil colonial, pela ocupação militar, pela exploração econômica. E só o combate pode realmente exorcizar essas mentiras sobre o homem que inferiorizam e literalmente mutilam os mais conscientes dentre nós.

Quantas vezes, em Paris ou em Aix, em Argel ou em Basse-Terre, vimos colonizados protestar com veemência contra a pretensa preguiça do negro, do argelino, do vietnamita. E, não obstante, a verdade é que, num regime colonial, o felá dedicado ao trabalho, o negro que recusasse o repouso seriam simplesmente individualidades patológicas. A preguiça do colonizado é a sabotagem consciente da máquina colonial; é, no plano biológico, um sistema de autoproteção notável e é em todo o caso um retardamento evidente aplicado ao domínio do ocupante sobre a totalidade do país.

A resistência das florestas e dos pântanos à penetração estrangeira é a aliada natural do colonizado. Era preciso compreender isso e parar de argumentar e afirmar que o negro é um grande operário e o árabe um extraordinário trabalhador braçal. No regime colonial, a verdade do árabe, a verdade do negro, é não mexer o dedo mindinho, não ajudar o opressor a enterrar-se cada vez mais em sua presa. O dever do colonizado que ainda não amadureceu sua consciência política e decidiu repelir a opressão é fazer com que literalmente lhe arranquem à força o menor gesto. Está aí uma demons-

tração bastante concreta de não-cooperação, em todo o caso de cooperação mínima.

Essas observações que se aplicam às relações do colonizado com o trabalho poderiam igualmente aplicar-se ao respeito do colonizado pelas leis do opressor, ao pagamento regular de impostos e taxas, às relações do colonizado com o sistema colonial. No regime colonial, a gratidão, a sinceridade, a honra são palavras ôcas. No curso destes últimos anos tive ocasião de comprovar um dado clássico: a honra, a dignidade, o respeito à palavra empenhada só podem manifestar-se no quadro de uma homogeneidade nacional e internacional. Uma vez que nós e os nossos semelhantes somos liquidados como cães, não nos resta senão utilizar todos os meios para restabelecermos nosso pêso de homem. Cumpre, portanto, que pesemos da maneira mais opressiva possível sobre o corpo do nosso carrasco para que seu espírito extraviado reencontre enfim sua dimensão universal. No decorrer dos últimos anos tive o ensejo de ver que na Argélia combatente a honra, o dom de si, o amor à vida, o desprezo pela morte podiam assumir formas extraordinárias. Não, não se trata de entoar um hino aos combatentes. Trata-se aqui de uma constatação banal que os mais encarniçados colonialistas não puderam deixar de fazer: o combatente argelino tem um modo inusitado de combater e morrer, e nenhuma referência ao Islã ou ao Paraíso prometido pode explicar essa generosidade quando se trata de proteger o povo ou resguardar os irmãos. É esse silêncio esmagador — o corpo sem dúvida grita — esse silêncio que humilha o algoz. Encontramos aqui a antiquíssima lei que veda a qualquer elemento da existência permanecer imóvel quando a nação se põe em marcha, quando o homem reivindica e afirma a um só tempo sua humanidade ilimitada.

Entre as características do povo argelino estabelecidas pelo colonialismo examinaremos a sua assombrosa criminalidade. Antes de 1954 os magistrados, os policiais, os advogados, os jornalistas, os médicos legistas eram unânimes em dizer que a criminalidade do argelino causava problema. O argelino, afirmavam, é um criminoso nato. Formularam uma teoria, apresentaram provas científicas. Essa teoria foi objeto, durante mais de 20 anos, de ensino universitário. Os estudantes argelinos de Medicina receberam esses ensinamen-

tos, e pouco a pouco, imperceptivelmente, depois de se acomodarem ao colonialismo, as elites conformaram-se com as taras naturais do povo argelino. Indolentes natos, mentirosos natos, ladrões natos, criminosos natos.

Nós nos propomos expor aqui essa teoria oficial, recapitulando suas bases concretas e a argumentação científica. Numa segunda etapa retomaremos os fatos e trataremos de os reinterpretar:

O argelino mata freqüentemente: É um fato, dirão os magistrados, que quatro quintos dos processos instruídos dizem respeito a golpes e ferimentos. A taxa da criminalidade na Argélia é uma das mais consideráveis, uma das mais altas do mundo, afirmam eles. Não há pequenos delinqüentes. Quando o argelino, e isto se aplica a todos os norte-africanos, se coloca fora da lei, atinge sempre o ponto máximo.

O argelino mata com selvageria: E em primeiro lugar a arma preferida é a faca. Os magistrados "que conhecem o país" criaram uma pequena filosofia a esse respeito. Os cabilas, por exemplo, preferem a pistola ou o fuzil. Os árabes da planície têm predileção pela faca. Alguns magistrados perguntam a si mesmos se não haverá para o argelino a exigência de ver sangue. O argelino, dirão eles, tem necessidade de sentir a quentura do sangue, de se banhar no sangue da vítima. Esses magistrados, esses policiais, esses médicos disseram com toda a seriedade sobre as relações entre a alma muçulmana e o sangue¹. Muitos magistrados chegam até a dizer que, para o argelino, matar um homem é, em primeiro lugar e sobretudo, degolá-lo. A selvageria do argelino manifesta-se principalmente na multiplicidade dos ferimentos, na inutilidade de alguns golpes dados depois da morte da vítima. As autópsias estabelecem incontestavelmente este ponto: o assassino dá a impressão, pela gravidade uniforme das feridas encontradas, que quis matar um número incalculável de vezes.

O argelino mata por uma coisa de nada: Com muita freqüência os magistrados e policiais ficam atônitos diante dos motivos do crime: um gesto, uma alusão, um dito ambíguo, uma alteração em torno de uma oliveira possuída em comum,

¹ Sabe-se na verdade que o islamita deve abster-se de consumir carne caso não tenha certeza de que foi retirado todo o sangue do animal. Por isso é que os animais são degolados.

de um animal que se aventura num oitavo de hectare... Diante desse assassinato, às vezes diante desse duplo ou triplo assassinato, a causa investigada, o motivo que, é de esperar, justifique e fundamente esses crimes, vem a ser de uma banalidade desesperante. Onde a impressão freqüente de que o grupo social oculta os verdadeiros motivos.

Enfim, o roubo praticado por um argelino é sempre feito mediante arrombamento, acompanhado ou não de assassinato, mas, em todo o caso, de agressão contra o proprietário.

Todos esses elementos enfeixados em torno da criminalidade argelina pareceram especificar suficientemente o fato para que se edificasse uma tentativa de sistematização.

Observações idênticas, ainda que menos fecundas, foram feitas na Tunísia e em Marrocos, de sorte que foi possível falar cada vez mais em criminalidade norte-africana. Durante mais de 30 anos, sob a direção permanente do Prof. Porot, lente de psiquiatria na Faculdade de Argel, diversas equipes vão determinar as modalidades de expressão dessa criminalidade e propor uma interpretação sociológica, funcional, anatômica.

Utilizaremos aqui os principais trabalhos dedicados a essa questão pela escola psiquiátrica da Faculdade de Argel. As conclusões das pesquisas empreendidas durante mais de 20 anos foram objetos, convém lembrar, de cursos superiores na cadeira de psiquiatria.

Assim, os médicos argelinos diplomados pela Faculdade de Argel tiveram de ouvir e aprender que o argelino é um criminoso nato. Ainda me lembro de um colega que expunha solenemente essas teorias e acrescentava: — "É duro engolir isso mas está cientificamente estabelecido".

O norte-africano é um criminoso, seu instinto predatório é conhecido, sua agressividade maciça facilmente perceptível. O norte-africano gosta dos extremos; por isso não se pode confiar integralmente nele. Hoje o maior amigo, amanhã o maior inimigo. Impermeável às nuances, o cartesianismo lhe é fundamentalmente estranho, o senso do equilíbrio, da ponderação, da medida contraria suas disposições mais íntimas. O norte-africano é um violento, hereditariamente violento, Há nele uma impossibilidade de se disciplinar, de canalizar seus impulsos. Sim, o argelino é um impulsivo congênito.

Mas, afirma-se, essa impulsividade é por demais agressiva e em geral homicida. Assim é que se chega a explicar o comportamento não ortodoxo do melancólico argelino. Os psiquiatras franceses na Argélia viram-se diante de um problema difícil. Estavam acostumados, em presença de um doente atacado de melancolia, a recluir o suicídio. Ora, o melancólico argelino mata. Essa doença da consciência moral que se acompanha sempre de auto-acusação e de tendências autodestrutivas assume no argelino formas heterodestrutivas. O argelino melancólico não se suicida. Mata. É a melancolia homicida bem-estudada pelo Prof. Porot na tese de seu discípulo Monserrat.

Como a escola argelina explica essa anomalia? Primeiramente, diz a escola de Argel, matar-se é voltar-se para si mesmo, é observar-se a si mesmo, é praticar introspecção. Ora, o argelino é refratário à vida interior. Não há vida interior no norte-africano. Pelo contrário, o norte-africano desvencilha-se de suas preocupações atirando-se sobre os que o rodeiam. Não analisa. Sendo a melancolia, por definição, uma doença da consciência moral, é claro que o argelino não pode produzir senão pseudomelancolias, uma vez que a precariedade de sua consciência e a fragilidade de seu senso moral são bem conhecidas. Essa incapacidade do argelino para analisar uma situação, para organizar um panorama mental torna-se perfeitamente compreensível quando nos reportamos às duas ordens de causalidade propostas pelos autores franceses.

E em primeiro lugar vejamos as aptidões intelectuais. O argelino é um notório débil mental. É necessário, se se pretende compreender esse dado, recordar a semiologia estabelecida pela escola de Argel. O indígena, diz-se aí, apresenta as características seguintes:

- nenhuma ou quase nenhuma emotividade;
- crédulo e sugestionável ao extremo;
- obstinação pertinaz;
- puerilismo mental, sem o espírito curioso do menino ocidental;
- facilidade dos acidentes e das reações pitiáticas²

O argelino não percebe o conjunto. As perguntas que faz a si mesmo dizem respeito sempre aos detalhes e excluem toda

² Prof. A. Porot, *Annales Médico-Psychologiques*, 1918.

síntese. Minudencioso, aferrado aos objetos, perdido no por-menor, insensível à idéia, infenso aos conceitos. A expressão verbal é reduzida ao mínimo. O gesto sempre impulsivo e agressivo. Incapaz de interpretar o detalhe a partir do conjunto, o argelino atribui valor absoluto ao elemento e toma a parte pelo todo. Por isso manifesta reações globais diante de incitações parcelares, de insignificâncias tais como uma figueira, um gesto, um carneiro encontrado em seu terreno. A agressividade congênita busca vias, contenta-se com o menor pretexto. É uma agressividade em estado puro.³

Abandonando a fase descritiva, a escola de Argel aborda o plano explicativo. Foi em 1935, no Congresso dos Alienistas e neurologistas de língua francesa, realizado em Bruxelas, que o Prof. Porot definiu as bases científicas de sua teoria. Discutindo a exposição de Baruk sobre a histeria, frisou que "o indígena norte-africano, cujas atividades superiores e corticais são pouco evoluídas, é um ser primitivo cuja vida essencialmente vegetativa e instintiva é dirigida principalmente por seu diencefalo".

Para bem aferir a importância dessa descoberta do Prof. Porot é preciso relembrar que a característica da espécie humana, quando a comparamos com as outras vértebras, é a corticalização. O diencefalo é uma das partes mais primitivas do cérebro, e o homem é em primeiro lugar o vertebrado em que predomina o córtex.

Para o Prof. Porot, a vida do indígena norte-africano é dominada pelas instâncias diencefálicas. Isto equivale a dizer que de certo modo o indígena norte-africano está privado de córtex. O Prof. Porot não evita essa contradição e, em abril de 1939, no *Sud Médical e Chirurgical*, afirma, em colaboração com seu discípulo Sutter, atualmente professor de psiquiatria em Argel: "O primitivismo não é uma carência de maturidade, uma parada observada no desenvolvimento do psiquis-

³ Na boca do decano dos juizes de um tribunal de Argel essa agressividade do argelino traduz-se por seu amor pelos "divertimentos equestres". "Toda essa revolta", dizia ele em 1955, "é um erro considerá-la política. De tempos em tempos eles têm necessidade de dar vazão a essa paixão pelas arruaças!" Para o etnólogo, estabelecer uma série de testes e de jogos projetivos capazes de canalizar os instintos agressivos globais do indígena teria logrado em 1955-1956 pôr fim à revolução nos Aurès.

mo intelectual. É uma condição social que atingiu o termo de sua evolução, está adaptado de maneira lógica a uma vida diferente da nossa". Afinal os professores abordam a base mesma da doutrina: "esse primitivismo não é somente uma maneira resultante de uma educação especial; tem fundamentos muito mais profundos, e acreditamos mesmo que deve ter seu substrato numa disposição particular da arquitetura, pelo menos da hierarquização dinâmica dos centros nervosos". Como se vê, a impulsividade do argelino, a frequência e as características de seus crimes, suas tendências permanentes para a delinquência, seu primitivismo não são um acaso. Estamos diante de um comportamento coerente, de uma vida coerente, cientificamente explicável. O argelino não tem córtex, ou, para sermos mais precisos, a predominância, tal como nos vertebrados inferiores, é diencefálica. As funções corticais, se existem, são muito frágeis, praticamente não integradas na dinâmica da existência. Não há portanto nem mistério nem paradoxo. A reticência do colonizador no que toca a confiar uma responsabilidade ao indígena não é racismo ou paternalismo mas apenas uma apreciação científica das possibilidades biologicamente limitadas do colonizado.

Terminemos essa resenha pedindo uma conclusão em escala continental africana ao Dr. Carothers, perito da Organização Mundial da Saúde. Esse especialista internacional reuniu num livro aparecido em 1954⁴ o essencial de suas observações.

O Dr. Carothers praticava na África Central e Oriental, mas suas conclusões assemelham-se às da escola norte-africana. Para o perito internacional, com efeito, "o africano utiliza muito pouco seus lóbulos frontais. Todas as particularidades da psiquiatria africana podem ser relacionadas com uma preguiça frontal".⁵

Para se fazer compreender melhor, o Dr. Carothers estabelece uma comparação bastante expressiva. Assim, assevera que o africano normal é um *européu labotomizado*. Sabe-se que a escola anglo-saxônica acreditou ter encontrado uma terapêutica radical de certas formas graves de doenças

mentais procedendo à exclusão de uma parte importante do cérebro. A constatação de graves desagregações da personalidade fez com que esse método fosse abandonado. Segundo o Dr. Carothers, a similitude existente entre o indígena africano normal e o lobotomizado europeu é assombrosa.

Depois de ter estudado os trabalhos de diversos autores que estiveram em atividade na África, o Dr. Carothers nos propõe uma conclusão que funda uma concepção unitária do africano. "Tais são", escreve, "os dados dos casos que não dizem respeito às categorias européias. Foram recolhidas nas diferentes regiões da África Oriental, Ocidental, Meridional, e no conjunto os autores tinham pouco ou nenhum conhecimento dos trabalhos uns dos outros. A similitude essencial desses trabalhos é portanto absolutamente notável".⁶

Assinalemos, antes de terminar, que o Dr. Carothers definia a revolta dos Mau-Mau como a expressão de um complexo inconsciente de frustração cuja reedição poderia ser cientificamente evitada por adaptações psicológicas espetaculares.

Eis pois um comportamento insólito: a frequência da criminalidade do argelino, a banalidade dos motivos encontrados, o caráter cruel e sumamente sanguinário das rixas, tudo isso apresentava aos observadores um problema. A explicação proposta, que se tornou matéria de ensino, parece ser em última análise a seguinte: a disposição das estruturas cerebrais do norte-africano dá a explicação da preguiça do indígena, de sua inaptidão intelectual e social e de sua impulsividade quase animal. A impulsividade criminal do norte-africano é a transcrição na ordem do comportamento de um certo arranjo do sistema nervoso. É uma reação neurológicamente compreensível, inscrita na natureza das coisas, da coisa biologicamente organizada. A não-integração dos lóbulos frontais na dinâmica cerebral explica a preguiça, os crimes, os roubos, os estupros, a mentira. E a conclusão quem me forneceu foi um subprefeito, hoje prefeito: "A esses seres naturais", disse ele, "que obedecem cegamente às leis de sua natureza, é necessário opor quadros estritos e implacáveis. É preciso domesticar a natureza, não convencê-la". Disciplinar, adestrar, do-

⁴ Carothers, "Psychologie normale et pathologique de l'Africain", *Études Ethno-Psychiatriques*. Masson éditeur.

⁵ *Op. cit.*, pág. 176.

⁶ *Op. cit.*, pág. 178.

mar e hoje pacificar são os vocábulos mais utilizados pelos colonialistas nos territórios ocupados.

Se recapitulamos demoradamente as teorias propostas pelos homens de ciência colonialistas, assim fizemos não tanto para mostrar sua pobreza e seus contra-sensos, mas sobretudo para abordar um problema teórico e prático extremamente importante. De fato, entre as questões que se colocavam diante da Revolução, entre os assuntos que podiam ser debatidos ao nível da explicação política e da desmistificação, a criminalidade argelina representava apenas um subsetor. Mas precisamente as discussões travadas em torno desse tema foram a tal ponto fecundas que nos permitiram aprofundar e aclarar a idéia de libertação individual e social. Quando, na prática revolucionária, ventilamos perante os quadros e os militantes a questão da criminalidade argelina, quando expomos o número médio de crimes, de delitos, de roubos do período anterior à Revolução, quando explicamos que a fisionomia de um crime e a frequência dos delitos dependem das relações existentes entre os homens e as mulheres, entre os homens e o Estado e cada um compreende; quando assistimos à rápida desarticulação da noção de argelino ou norte-africano criminoso por vocação, noção que estava igualmente fixada na consciência do argelino porque enfim "somos irascíveis, arruaceiros, malvados... isso é assim mesmo...", então, sim, podemos dizer que a Revolução progride.

O problema teórico importante é que é preciso a todo instante e em todo lugar explicitar, desmistificar, enxotar o insulto ao homem que é senhor de si. Não basta esperar que a nação produza novos homens. Não basta esperar que em perpétua renovação revolucionária os homens insensivelmente se transformem. É bem verdade que esses dois processos importam, mas é necessário auxiliar a consciência. A prática revolucionária, se quer ser globalmente libertadora e excepcionalmente fecunda, exige que nada de insólito subsista. Cada qual experimenta com particular vigor a necessidade de totalizar o acontecimento, de conduzir tudo consigo, de tudo dirigir, de ser responsável por tudo. A consciência então

não hesita em voltar atrás, em marcar passo quando lhe convém. Por isso é que no avanço de uma unidade de combate no campo de batalha, o fim de uma emboscada não significa o repouso mas o momento para a consciência percorrer uma parte do caminho, porque tudo deve andar emparelhado.

Sim, espontaneamente o argelino dava razão aos magistrados e policiais.⁷ Tornou-se portanto necessário tomar essa criminalidade argelina vivida no plano do narcisismo como manifestação de autêntica virilidade e recolocar o problema no plano da história colonial. Por exemplo, mostrar que a criminalidade dos argelinos na França difere fundamentalmente da criminalidade dos argelinos submetidos à exploração diretamente colonial.

Um segundo ponto devia reter nossa atenção: na Argélia a criminalidade argelina se desenrola praticamente em círculo fechado. Os argelinos roubavam, dilaceravam, matavam uns aos outros. Na Argélia o argelino atacava pouco os franceses e evitava as rixas com os franceses. Na França, pelo contrário, o emigrado criará uma criminalidade inter-social, intergrupos.

Na França a criminalidade argelina diminui. Dirige-se sobretudo aos franceses, e os móveis dessa criminalidade são radicalmente novos. Um paradoxo ajudou-nos consideravelmente a desmistificar os militantes: constata-se desde 1954 um quase desaparecimento dos crimes de direito comum. Quanto maior é o número de disputas, mais numerosos são os detalhes insignificantes que redundam em homicídio. Mais numerosas as cóleras explosivas porque a fronte de minha mulher ou seu ombro esquerdo foram vislumbrados pelo vizinho. A luta nacional parece ter canalizado todas as cóleras, nacionalizado todos os movimentos afetivos ou emocionais. Já os juizes e advogados franceses haviam constatado esse fato, mas era necessário que o militante tivesse consciência disso, era necessário levá-lo a conhecer os motivos.

⁷ É claro aliás que essa identificação com a imagem produzida pelo europeu era bastante ambivalente. O europeu, na verdade, parecia prestar homenagem — também ambivalente — ao argelino violento, apaixonado, brutal, ciumento, intrépido, orgulhoso que arrisca a vida por uma ninharia ou uma palavra etc. Frisemos de passagem que nos confrontos com o francês da França, os europeus da Argélia tendem cada vez mais a identificar-se com essa imagem do argelino por oposição ao francês.

Resta a explicação.

Seria preciso dizer que a guerra, terreno privilegiado de expressão de uma agressividade enfim socializada, canaliza na direção do ocupante gestos congênitamente sanguinários? É uma constatação banal que os grandes abalos sociais diminuem a freqüência da delinqüência e das perturbações mentais. Podia-se perfeitamente, portanto, explicar essa regressão da criminalidade argelina pela existência de uma guerra que dividia a Argélia em duas, colocando do lado inimigo a máquina judiciária e administrativa.

Ora, nos países do Magrebe já libertados, esse mesmo fenômeno assinalado no curso das lutas de libertação se mantém e se fixa com a independência. Parece portanto que o contexto colonial é suficientemente original para autorizar uma reinterpretação da criminalidade. Foi o que fizemos em proveito dos combatentes. Hoje todo o mundo em nossa pátria sabe que a criminalidade não é consequência do caráter congênito do argelino nem da organização de seu sistema nervoso. A guerra da Argélia, as guerras de libertação nacional fazem surgir os verdadeiros protagonistas. Na situação colonial, como já foi demonstrado, os indígenas estão entre eles mesmos. Tendem a servir de anteparo recíproco. Cada um esconde do outro o inimigo nacional. E quando, fatigado após uma dura jornada de dezesseis horas, o colonizado deixa-se cair na esteira e um menino do outro lado do tabique põe-se a chorar e o impede de dormir, como que por acaso a criança é argelina. Quando vai solicitar um pouco de sêmola ou um pouco de azeite ao vendeiro ao qual já deve algumas centenas de francos, e lhe é negado esse favor, um ódio imenso e uma irresistível vontade de matar o submergem, e o vendeiro é um argelino. Quando, depois de se esquivar durante várias semanas, se vê um dia levado à parede pelo caíde que cobra os "impostos", não lhe é dado sequer o ensejo de odiar o administrador europeu; o caíde que suscita esse rancor é um argelino.

Exposto a tentativas diárias de morte — a fome, a expulsão do quarto não pago, o seio materno ressequido, os filhos esqueléticos, o local de trabalho fechado, os desempregados

rondando o gerente como corvos — o indígena chega a ver em seu semelhante um inimigo implacável. Se esfolia os pés nus numa enorme pedra no meio do caminho, foi um indígena que a colocou ali, e as raras azeitonas que se apressa a colher, eis que os filhos de X... as comeram de noite. Sim, no período colonial, na Argélia e alhures, é possível fazer muita coisa por um quilo de sêmola. É possível matar várias pessoas. É mister imaginação para compreender essas coisas. Ou memória. Nos campos de concentração homens são assassinados por um pedaço de pão. Lembro-me de uma cena horrível, ocorrida em Oran em 1944. Do campo onde aguardávamos o embarque, os militares atiravam pedaços de pão a meninos argelinos que os disputavam com raiva e ódio. Os veterinários poderiam esclarecer esses fenômenos evocando a célebre *peck-order* constatada nos galinheiros. O milho que é distribuído é, de fato, objeto de uma competição implacável. Certas aves, as mais fortes, devoram todos os grãos enquanto outras menos agressivas emagrecem a olhos vistos. Toda colônia tende a se tornar um imenso galinheiro, um imenso campo de concentração onde a única lei é a da faca.

Na Argélia, depois da guerra de Libertação Nacional, tudo mudou. As reservas inteiras de uma família ou de uma *mechta* podem ser ofertadas numa única tarde a uma companhia em marcha. O único jumento da família pode ser emprestado para assegurar o transporte de um ferido. E quando ao cabo de alguns dias o dono souber da morte de seu animal metralhado por um avião, não se entregará a imprecacões e ameaças. Não porá em dúvida a morte do animal, mas perguntará inquieto se o ferido está são e salvo.

No regime colonial pode-se fazer tudo por um quilo de pão ou um mísero carneiro... As relações do homem com a matéria, com o mundo, com a história, são, no período colonial, relações com a alimentação. Para um colonizado, num contexto de opressão como o da Argélia, viver não é de modo algum encarnar valores, inserir-se no desenvolvimento coerente e fecundo de um mundo. Viver é não morrer. Existir é manter a vida. Cada tâmara é uma vitória. Não um resultado do trabalho, mas uma vitória sentida como triunfo da vida.

Por isso, furtar tâmaras, permitir que seu carneiro coma a forragem do vizinho não são negação da propriedade de outrem, transgressão de uma lei ou falta de respeito. São tentativas de assassinatos. É preciso ter visto na Cabília homens e mulheres irem semanas a fio remexer a terra no fundo do vale com seus cestinhos para compreender que um roubo é uma tentativa de assassinato e não um gesto inamistoso ou ilegal. Porque a única perspectiva é esse estômago cada vez mais encolhido, cada vez menos exigente, é certo, mas que, ainda assim, é preciso contentar. A quem recorrer? O francês está na planície com os policiais, o exército e os tanques. Na montanha só há argelinos. No alto, o céu com suas promessas de além-túmulo, em baixo os franceses com suas promessas bem concretas de cadeia, porretadas e execuções. Inevitavelmente, ferimo-nos a nós mesmos. Descobre-se aqui o núcleo desse ódio a si mesmo que caracteriza os conflitos raciais nas sociedades segregadas.

6A criminalidade do argelino, sua impulsividade, a violência de seus assassinatos não são portanto a consequência de uma organização do sistema nervoso nem uma originalidade do caráter, mas o produto direto da situação colonial.¹⁴ Que os combatentes argelinos tenham discutido esse problema, que não tenham tido receio de reexaminar as crenças nêles incrustadas pelo colonialismo, que tenham compreendido que cada qual era o anteparo do outro e que na verdade cada um se suicidava ao atirar-se sobre o outro, deve ter tido importância primordial na consciência revolucionária. Uma vez mais o objetivo do colonizado que se bate é provocar o fim da dominação. Mas deve ele também velar pela liquidação de todas as mentiras cravadas em seu corpo pela opressão. Num regime colonial como o que existia na Argélia, as idéias professadas pelo colonialismo influenciavam não somente a minoria européia como também o argelino. Libertação total é a que diz respeito a todos os setores da personalidade. A emboscada ou a escaramuça, a tortura ou o massacre de seus irmãos consolidam a determinação de vencer, renovam o inconsciente e alimentam a imaginação. Quando a nação dá a sua arrancada global, o homem novo não é uma produção *a posteriori* dessa nação mas coexiste com ela, desenvolve-se com ela, triunfa com ela. Essa exigência dialética explica a reticência

com respeito a colonizações adaptadas e reformas de fachada. A independência não é uma palavra a exorcizar mas uma condição indispensável à existência de homens e mulheres verdadeiramente libertos, isto é, donos de todos os meios materiais que tornam possível a transformação radical da sociedade.¹⁵

CONCLUSÃO

VAMOS, CAMARADAS, é melhor que mudemos de procedimento desde já. A grande noite em que estivemos mergulhados, cumpre que a abalemos e nos livremos dela. O dia nôvo que já desponta deve encontrar-nos firmes, avisados e resolutos.

É preciso que renunciemos a nossos sonhos, abandonemos nossas velhas crenças e nossas amizades anteriores à vida. Não percamos tempo como litanias estéreis ou mimetismos nauseabundos. Deixemos essa Europa que não cessa de falar do homem enquanto o massacra por tôda a parte onde o encontra, em tôdas as esquinas de suas próprias ruas, em tôdas as esquinas do mundo.

Há séculos que a Europa impede o avanço dos outros homens e os submete a seus designios e à sua glória; há séculos que, em nome de uma suposta "aventura espiritual", vem asfixiando a quase totalidade da humanidade. Vemo-la

hoje oscilar entre a desintegração atômica e a desintegração espiritual.

E, todavia, no plano das realizações, pode dizer-se que ela foi bem sucedida.

A Europa assumiu a direção do mundo com ardor, cinismo e violência. E vemos como a sombra de seus monumentos se estende e se multiplica. Cada movimento da Europa fez estalar os limites do espaço e os do pensamento. A Europa recusou-se a toda humildade, a toda modéstia, e também a toda solicitude, a toda afeição.

Ela só se mostrou parcimoniosa com o homem, mesquinha, carniceira, homicida só com o homem.

Então, irmãos, como não compreender que não nos convém seguir essa Europa?

Essa Europa que nunca parou de falar do homem, de proclamar que só se preocupava com o homem, sabemos hoje com que sofrimentos a humanidade pagou cada uma das vitórias de seu espírito.

Vamos, camaradas, o jogo europeu está definitivamente terminado, é necessário encontrar outra coisa. Podemos fazer tudo hoje, desde que não macaqueemos a Europa, desde que não nos deixemos empolgar pelo desejo de alcançar a Europa.

A Europa adquiriu uma velocidade tão louca, tão desordenada, que escapa hoje a todo condutor, a toda razão, e a arrasta numa assombrosa vertigem para abismos dos quais é melhor que nos afastemos o mais depressa possível.

É bem verdade, porém, que carecemos de um modelo, de esquemas, de exemplos. Para muitos dentre nós, o modelo europeu é o mais exaltante. Ora, vimos nas páginas precedentes a que insucessos nos conduzia essa imitação. As realizações européias, a técnica européia, o estilo europeu devem cessar de nos tentar e de nos desequilibrar.

Quando procuro o homem na técnica e no estilo europeus, vejo uma sucessão de negações do homem, uma avalanche de morticínios.

A condição humana, os projetos do homem, a colaboração entre os homens para as tarefas que aumentam a totalidade do homem são problemas novos que exigem verdadeiras invenções.

Decidamos não imitar a Europa e retemos nossos músculos e nosso cérebro numa direção nova. Tratem-se de inventar o homem total que a Europa foi incapaz de fazer triunfar.

Há dois séculos uma antiga colônia européia resolveu alcançar a Europa. E tal foi o seu êxito que os Estados Unidos da América se converteu num monstro em que as taras, as doenças e a desumanidade da Europa atingiram dimensões espantosas.

Camaradas, não teremos outra coisa a fazer senão criar uma terceira Europa? O Ocidente quis ser uma aventura do Espírito. Foi em nome do Espírito, do espírito europeu, entenda-se, que a Europa justificou seus crimes e legitimou a escravidão na qual conservava quatro quintos da humanidade.

Sim, o espírito europeu teve fundamentos singulares. Toda a reflexão européia se desenvolveu em lugares cada vez mais desérticos, cada vez mais escarpados. Assim, tornou-se hábito encontrar aí cada vez menos o homem.

Um diálogo permanente consigo mesma, um narcisismo cada vez mais obscuro não cessaram de preparar o leito para um quase delírio, onde a atividade cerebral se torna um sofrimento, as realidades não sendo as do homem que vive, trabalha e se forja a si mesmo, mas palavras, agregados variados de palavras, as tensões nascidas dos significados contidos nas palavras. Contudo, europeus houve que convidaram os trabalhadores europeus a destruir esse narcisismo e a romper com essa desrealização.

De maneira geral, os trabalhadores europeus não responderam a esses apelos. Porque os trabalhadores, eles também, se imaginaram ligados à aventura prodigiosa do Espírito europeu.

Todos os elementos de uma solução para os grandes problemas da humanidade existiram, em momentos diversos, no pensamento da Europa. Mas a ação dos homens europeus não realizou a missão que lhe competia e que consistia em refletir intensamente sobre esses elementos, em modificar-lhes o arranjo, o ser, em transformá-los, enfim em levar o problema do homem a um nível incomparavelmente superior.

Hoje assistimos a uma estase da Europa. Fugamos, camaradas, dêsse movimento imóvel em que a dialética, pouco a pouco, se transfez em lógica do equilíbrio. Retomemos a ques-

tão do homem. Retomemos a questão da realidade cerebral, da massa cerebral de toda a humanidade, da qual é preciso multiplicar as conexões, diversificar as ramificações e tornar a humanizar as mensagens.

¹Vamos, irmãos, temos muito trabalho, não podemos divertir-nos com jogos da retaguarda. A Europa fez o que tinha de fazer e, no fim de contas, fê-lo bem; vamos parar de acusá-la e dizer-lhe com firmeza que não deve mais continuar a fazer tanto barulho. Não precisamos temê-la mais; paremos portanto de invejá-la.

O Terceiro Mundo surge hoje diante da Europa como uma massa colossal cujo projeto deve ser o de tentar resolver os problemas aos quais essa mesma Europa não soube oferecer soluções.²

Mas, então, convém não falar em rendimento, não falar em intensificação, não falar em ritmos. Não, não se trata de retorno à Natureza. Trata-se, de modo bastante concreto, de não impelir os homens em direções que os mutilam, de não impor ao cérebro ritmos que rapidamente o obliteram e desarranjam. Não é necessário, a pretexto de recuperar o perdido, pôr o homem de pernas para o ar, arrancá-lo de si mesmo, de sua intimidade, quebrantá-lo, matá-lo.

Não, não queremos alcançar ninguém. Queremos, isto sim, marchar o tempo todo, noite e dia, em companhia do homem, de todos os homens. Não se trata de alongar a caravana, porque então cada fila percebe apenas a que a precede, e os homens que não se reconhecem mais encontram-se cada vez menos, falam-se cada vez menos.

Trata-se, para o Terceiro Mundo, de recomençar uma história do homem que tenha em conta ao mesmo tempo as teses às vezes prodigiosas sustentadas pela Europa e também os crimes da Europa, dos quais os mais odiosos terão sido, no interior do homem, o esquitejamento patológico de suas funções e o esmigalhamento de sua unidade, no quadro de uma coletividade a fratura, a estratificação, as tensões sangrentas alimentadas pelas classes, enfim, na escala imensa da humanidade, os ódios raciais, a escravidão, a exploração e sobretudo o genocídio exangue que representa a segregação de um bilhão e meio de homens.

Portanto, camaradas, não paguemos tributo à Europa criando Estados, instituições e sociedades que nela se inspirem.

A humanidade espera de nós uma coisa bem diferente dessa imitação caricatural e, no conjunto, obscura.

Se desejamos transformar a África numa nova Europa, a América numa nova Europa, então confiemos aos europeus o destino de nosso país. Eles saberão fazê-lo melhor do que os mais bem dotados dentre nós.

Mas, se queremos que a humanidade avance um furo, se queremos levar a humanidade a um nível diferente daquele onde a Europa a expôs, então temos de inventar, temos de descobrir.

Se queremos corresponder à expectativa de nossos povos, temos de procurar noutra parte, não na Europa.

Mais ainda, se queremos corresponder à expectativa dos europeus, não devemos devolver-lhes uma imagem, mesmo ideal, de sua sociedade e de seu pensamento, pelos quais eles experimentam de vez em quando uma imensa náusea.

Pela Europa, por nós mesmos e pela humanidade, camaradas, temos de mudar de procedimento, desenvolver um pensamento novo, tentar colocar de pé um homem novo.³

SBD / FFLCH / USP	
Seção: BC	Tombo: 273603
Aquisição: Doação /	/
Data: 13/11/2006	Preço: 30,00